

CDOC

Revista do Laboratório de Pesquisa CDOC-ARREMOS

VOLUME 2 EDIÇÃO ANAIS 2017



II SEMINÁRIO DE PESQUISAS EM CULTURA
DOCUMENTAL, RELIGIÃO E MOVIMENTOS
SOCIAIS

REALIZADO EM 19 E 20 DE SETEMBRO DE
2017

Anais

II Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião
e Movimentos Sociais

Realizado em 19 e 20 de setembro de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

RIO DE JANEIRO

2017

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos – DEPA

G892a Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Anais [recurso eletrônico] / 1º Seminário de Pesquisas em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais, 27 set. 2016 / Rio de Janeiro – UNIRIO, 2016. 79 f.

Disponível em: <https://grupodocarremos.wixsite.com/unirio/edicao-atual>

ISSN: 25266144

1. Cultura Documental. 2. Religião. 3. Movimentos Sociais. 4. Ditadura.

CONSELHO EDITORIAL

Promoção e Realização/ Promotion and organization: Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

Comissão Científica/ Academic Committee:

Dr^a. Alejandra Luisa Magalhães Estevez

Possui graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2005) e mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008), no qual debruçou-se sobre o estudo da Juventude Operária Católica (JOC) e da Ação Católica Operária (ACO). É doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ), onde investigou a atuação de líderes católicos na Diocese de Volta Redonda/ Barra do Piraí (1966-2010) e sua relação com o movimento sindical. Seus interesses acadêmicos concentram-se no domínio das investigações sobre História Social do Trabalho, Ditadura Civil-Militar no Brasil, Memória Social, Ação Coletiva, Movimentos Sociais, relação Igreja-Estado e História Oral. É pós-doutora pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História do Brasil Contemporâneo da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), onde investigou as intervenções sindicais ocorridas durante os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira. Atualmente é pesquisadora da Subcomissão da Verdade na Democracia, vinculada à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (CDH-ALERJ).

Dr^a. Andréa Lucia da Silva de Paiva

Professora Adjunta Nível III do Departamento de Ciências Sociais da UFF/ Polo de Campos dos Goytacazes. Doutora em Ciências Humanas com concentração em Antropologia Cultural pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2009). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO (2004). Bacharel e licenciada no curso de Ciências Sociais da UFRJ (2000) onde se especializou em pesquisa na sobre memória e patrimônio. Recentemente, vem trabalhando nas linhas de pesquisa "Ensino de Sociologia e Sociologia da Educação" e "Memória, religiosidade e Educação".

Dr^a. Jacqueline Ribeiro Cabral

Atua como docente adjunta no Instituto de Arte e Comunicação Social (IACS/UFF). Realizou estágio pós-doutoral em Sociologia no IUPERJ como bolsista da CAPES (2014-2015), e obteve os títulos de Doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Fiocruz (2012), Mestrado em História pela UERJ (2003), Especialização em História do Brasil pela UFF (2001), Bacharelado e Licenciatura em História também pela UFF (1999), e Bacharelado em Arquivologia pela UNIRIO (2015). Possui experiência profissional em história das ciências e seus interesses de pesquisa dentro do campo informacional são: acervos pessoais, arquivos e direitos humanos, arquivos e sociedade, história dos arquivos e da arquivologia, memória social e relações de gênero. Integrante dos grupos

Informação, Memória e Sociedade - IMeS (IBICT) e Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros - Degenera (UERJ), ambos cadastrados no CNPq.

Dr. Paulo Roberto Elian dos Santos

Doutor em história pela Universidade de São Paulo (USP), pesquisador e diretor da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz. Formado em história pela PUC-Rio, possui experiência na área de arquivologia com passagens pelo Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, onde foi diretor. Atuou ainda no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Integra o Conselho Consultivo da revista Informação Arquivística da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ). É professor permanente dos cursos de mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Coordena a Comissão Permanente do Acesso à Informações (CPAI) da Fiocruz. Publicou livros, artigos e outros trabalhos sobre os seguintes temas: arquivos e memória; arquivos pessoais de cientistas; gestão de documentos e arquivos de instituições de ciência & tecnologia e saúde; e história da arquivologia no Brasil. Além destes temas, tem interesse no estudo das relações entre arquivologia, arquivos, transformações do Estado e gestão pública.

Dr. Ricardo Medeiro Pimenta

Pesquisador Associado do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT-UFRJ) e Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (COC/FIOCRUZ). É Historiador graduado (2003) pela Universidade Gama Filho - UGF com pós-graduação em História do Brasil (2005) pela Universidade Cândido Mendes - UCAM. Possui mestrado em Memória Social e Documento (2006) pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro ? UNIRIO, e doutorado em Memória Social (2010) pela mesma instituição, com estágio doutoral (2007 - 2008) na École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS de Paris. É Pesquisador Associado do Laboratório Interdisciplinar sobre Informação e Conhecimento (LIINC/UFRJ) e membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade (LAVITS). Durante o biênio de 2012-2014 foi membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) - Memórias Reveladas, no Arquivo Nacional. É líder do Grupo de Pesquisa "Informação, Memória e Sociedade", registrado no diretório do CNPq, e participa como pesquisador de outros grupos como: "Estudos e Práticas de Preservação Digital", "Perspectivas Filosóficas em Informação (Perfil-i)" e "Lavits: Rede Latino Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade". Tem interesse no campo de diálogos e análises sobre informação, memória e seus lugares/dispositivos; aspectos políticos e econômicos do controle da informação; seus mecanismos de vigilância (surveillance); e ciberespaço em perspectiva sociológica e histórica. Possui interesse nas reflexões concernentes ao papel

do documento e da tecnologia para os estudos sobre a Memória, o Esquecimento e as Humanidades Digitais. Pesquisa atualmente (1) os aspectos tecnopolíticos e culturais da visibilidade informacional na hipermodernidade e (2) a construção e usos do conceito de informação pela Escola Nacional de Informações (EsNI), durante a Ditadura Militar.

Comissão Organizadora/ Organizing Committee:

Bruno Ferreira Leite

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

João Marcus Figueiredo Assis

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Patricia Ladeira Penna Macêdo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Apoio/Support:

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROExC UNIRIO

Pró Reitoria de Pós-graduação e pesquisa – PROPG UNIRIO

Editoração e Diagramação/ Editing and Diagraming:

Catarina Costa Coelho Alves

Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais

Contato / Contact:

Grupo de Pesquisa Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais

Avenida Pasteur, 458, Sl 208, CCH- Urca, Rio de Janeiro – Brasil

CEP: 22290-255

Telefone: +55 21 2542-1053

E-mail: grupocdocarremos@gmail.com

PROGRAMAÇÃO

19 de Setembro de 2017

16:00-18:00

Mesa 1: Religião e movimentos sociais: aspectos infocomunicacionais:

Mediadora: Andrea Paiva

Título do Trabalho	Apresentador
Acervos privados de interesse público e social: as fontes eclesiais de Macaé	Marcelo Marques de Oliveira e Juliana Loureiro Alvim Carvalho.
Religião e Política: A opção pelos pobres na Diocese de Nova Iguaçu	Matheus da Silva Sampaio
Um lugar de memória ao <i>papabile</i> : Desafios e estratégias no Memorial Cardeal Dom Lucas	Vandelir Camilo

18:00 – 21:00

Mesa 2: Práticas Sociais e Produções Documentais: arquivo, memória e direitos humanos

Mediadora: Jacqueline Ribeiro Cabral

Título do Trabalho	Apresentador
A etapa de pré-diagnóstico para a implantação do sistema de arquivo dos refugiados: uma experiência na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro	Bruno Macedo Nathansohn
O acervo frei Tito de Alencar Lima e a constituição de histórias e memórias sobre a ditadura	Isabella Veloso e João Marcus Figueiredo Assis
Acesso aos documentos do período ditatorial no Brasil: terreno de disputas por direitos, memória e cidadania	Glauco da Silva Rocha e João Marcus Figueiredo Assis

Registros policiais: direitos humanos e relações de poder nos documentos arquivísticos	Camila Mattos da Costa
Arquivo, memória e mulheres: um estudo sobre o arquivo pessoal de Comba Marques Porto	Martina Benassi e Patricia Ladeira Penna Macêdo

20 de Setembro de 2017

16:00 – 18:00

Mesa 3: Ditadura e Censura: informação, memória e movimentos sociais

Mediação: Patricia Ladeira Penna Macêdo

Título do Trabalho	Apresentador
A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar (1964-1985)	Carolina Carvalho Rodrigues e Elisabete Gonçalves de Souza
Um olhar sobre a reforma agrária através da <i>Revista Eclesiástica Brasileira</i> (1964-1988)	Bruna Marques Cabral
Cartas no cárcere: reflexões sobre a expressão de emoções em contextos limítrofes	Camilla Campoi e Patricia Ladeira Penna Macêdo

SUMÁRIO

- 3** **Conselho Editorial**
Promoção e Realização; Comissão Científica; Comissão Organizadora; Apoio e Contato
- 6** **Programação**
- 10** **Apresentação**
Jacqueline Ribeiro Cabral
- 14** **Um olhar sobre a reforma agrária através da *Revista Eclesiástica Brasileira* (1964-1988)**
Bruna Marques Cabral
- 28** **Religião e Política: a opção pelos pobres na Diocese de Nova Iguaçu**
Matheus da Silva Sampaio
- 45** **Um lugar de memória ao papabil: Desafios e estratégias no Memorial Cardeal Dom Lucas 2003-2013**
Vandelir Camilo
- 65** **A etapa de pré-diagnóstico para a implantação do sistema de arquivo dos refugiados: uma experiência na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro**
Bruno Macedo Nathansohn
- 86** **Acesso aos documentos do período ditatorial no Brasil: terreno de disputas por direitos, memória e cidadania**
Glauco da Silva Rocha e João Marcus Figueiredo Assis
- 97** **Registros policiais: Direitos humanos e relações de poder nos documentos arquivísticos**
Camila Mattos da Costa
- 118** **Arquivo, memória e mulheres: um estudo sobre o arquivo pessoal de Comba Marques Porto**
Martina Benassi e Patricia Ladeira Penna Macêdo
- 136** **A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar (1964-1985)**
Carolina Carvalho Rodrigues e Elisabete Gonçalves de Souza

- 159** **Acervos privados de interesse público e social: as fontes eclesiásticas de Macaé**
Marcelo Marques de Oliveira e Juliana Loureiro Alvim Carvalho
- 172** **Cartas no cárcere: reflexões sobre a escrita em contextos limítrofes**
Camilla Campoi de Sobral e Patricia Ladeira Penna Macêdo
- 193** **O acervo frei Tito de Alencar Lima e a constituição de histórias e memórias sobre a ditadura**
Isabella Veloso e João Marcus Figueiredo Assis

APRESENTAÇÃO

Gostaria de iniciar esta apresentação mencionando apenas a minha enorme satisfação em ter participado como mediadora de uma das mesas da II Jornada Científica promovida pelo grupo de pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS) em 2017. Oriundo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), instituição da qual sou aluna egressa no curso de Arquivologia, o grupo vem fomentando o debate acerca da produção e circulação documental como manancial de saberes de cunho popular e conhecimentos sobre identidades e memórias coletivas, a partir das práticas dos movimentos sociais em sua inter-relação com as religiões e religiosidades.

No entanto, não poderia esquecer da profunda tristeza que me abateu na trágica noite de 2 de setembro de 2018, quando um incêndio praticamente destruiu todo o inestimável acervo do Museu Nacional, espécie de marco zero do país como nação independente. Com certeza, essa dor é compartilhada por uma multidão de pessoas vivas e mortas dos quatro cantos do mundo, pois a maior parte do que se perdeu para sempre ali ultrapassa a história da cultura e da natureza brasileiras. Parece que um pouco de mim se foi naquela hecatombe. A infância da menina do subúrbio carioca que adorava passear na Quinta da Boa Vista e que inúmeras vezes visitou aquele que foi “o meu primeiro museu”. Os anos de trabalho no projeto de pesquisa sobre a obra completa do cientista Adolpho Lutz (1855-1940), enfim, todas essas lembranças retornaram ao meu pensamento nos últimos dias e acho que nunca vou conseguir aceitar o que aconteceu.

Esse episódio ao mesmo tempo funesto e vergonhoso, que escancara o descaso dos governantes com o nosso patrimônio público, é algo que também toca diretamente o idealizador e um dos líderes do CDOC-ARREMOS, João Marcus Figueiredo Assis, professor de algumas gerações de arquivistas. Suas aulas sempre enfatizaram a preocupação que profissionais da informação e documentação deveriam ter com as diferentes memórias e histórias que podem estar presentes ou podem vir a constituir futuros acervos. Tal abordagem ultrapassou as salas de aula e se desdobrou em um espaço de reflexão interdisciplinar e interinstitucional que reúne pesquisadoras e pesquisadores, estudantes e demais pessoas interessadas nas temáticas investigativas congêneres aos propósitos do grupo, que anualmente realiza a Jornada Científica não só para divulgar a própria produção como para dialogar com o que se tem produzido alhures.

Em sua segunda edição, o evento foi organizado em torno de três eixos temáticos: RELIGIÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS – ASPECTOS INFOCOMUNICACIONAIS; PRÁTICAS SOCIAIS E PRODUÇÕES DOCUMENTAIS – ARQUIVO, MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS; e DITADURA E CENSURA: INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS. No primeiro eixo, Bruna Marques Cabral apresentou o trabalho intitulado **A questão agrária através da *Revista Eclesiástica Brasileira* (1964-1988)**, que busca compreender, através das páginas do referido periódico, as estratégias de intervenção adotadas pela intelectualidade católica em relação à vida do trabalhador rural e tendo em vista determinada concepção de reforma agrária a ser implementada no país. Já Matheus da Silva Sampaio apresentou **Religião e política – a opção pelos pobres na diocese de Nova Iguaçu**, em que relata, através de dois órgãos impressos, a difícil atuação do bispo dom Adriano Hypólito naquele município da Baixada Fluminense durante a segunda metade da década de 1970, em plena ditadura militar. **Um lugar de memória ao papabile – desafios e estratégias no Memorial Cardeal D. Lucas** foi a comunicação de autoria de Vandelir Camilo acerca da criação e organização de uma instituição de memória em homenagem ao cardeal dom Lucas Moreira Neves, com ênfase em seus acervos museológico, bibliográfico e arquivístico.

No segundo eixo da Jornada – PRÁTICAS SOCIAIS E PRODUÇÕES DOCUMENTAIS: ARQUIVO, MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS – Bruno Macedo Nathansohn apresentou **A etapa de pré-diagnóstico para a implantação do sistema de arquivo dos refugiados – uma experiência na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro**, traçando o papel histórico desempenhado pela Cáritas no contexto de formação do sistema de proteção aos refugiados a partir de sua produção documental. A comunicação sob o título **Acesso aos documentos do período ditatorial no Brasil – terreno de disputas por direitos, memória e cidadania** foi realizada em coautoria por Glaucio da Silva Rocha e João Marcus Figueiredo Assis, que analisaram a mobilização de agentes e grupos pelo direito de acesso à documentação arquivística produzida pelo Estado durante o período da ditadura civil-militar no Brasil com base na Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) e na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011). Já Camila Mattos da Costa apresentou a pesquisa **Registros policiais – direitos humanos e relações de poder nos documentos arquivísticos**, na qual debate a produção de registros policiais enquanto documentos arquivísticos, indicando como os mesmos podem ocultar violações de direitos humanos provocadas por agentes policiais em atividade, isto é, articulando a noção de documentos como

dispositivos envolvidos nas relações de poder. Por fim, Martina Benassi e Patricia Ladeira Penna Macêdo apresentaram trabalho intitulado **Arquivo, memória e mulheres – um estudo sobre o arquivo pessoal de Comba Marques Porto**, abordando a questão da representatividade feminina, tantas vezes deixada à margem da história, a partir do acervo pessoal da feminista Comba Marques Porto, bastante combativa durante a ditadura militar.

O terceiro e último eixo, que girou em torno do tema DITADURA E CENSURA – INFORMAÇÃO, MEMÓRIA E MOVIMENTOS SOCIAIS, contou com a contribuição de Carolina Carvalho Rodrigues e Elisabete Gonçalves de Souza, autoras do estudo **A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar (1964-1985)**, que analisa as estratégias governamentais para controle da informação de cunho bibliográfico neste período da história do país, com enfoque no estado do Rio de Janeiro e no antigo estado da Guanabara. Também contou com o trabalho **Acervos privados de interesse público e social – as fontes eclesiásticas de Macaé**, de Marcelo Marques de Oliveira e Juliana Loureiro Alvim Carvalho, que relatam o Projeto Macaé em Fontes Primárias, em especial o tratamento dado aos acervos eclesiásticos, que resultou na construção de um banco de dados e na digitalização de livros de batismo, casamento e óbito dos séculos XVIII, XIX e XX. Em **Cartas no cárcere – reflexões sobre a escrita em contextos limítrofes**, Camilla Campoi de Sobral e Patricia Ladeira Penna Macêdo apresentam alguns resultados das análises realizadas em arquivos pessoais de presos políticos com o objetivo de identificar os padrões e referências da gênese documental em ambientes restritivos e compreender os condicionamentos da manifestação de emoções nesses documentos. Para finalizar, Isabella Veloso e João Marcus Figueiredo Assis são os autores de **O acervo frei Tito de Alencar Lima e a constituição de histórias e memórias sobre a ditadura**, comunicação sobre o processo de coleta, organização, descrição e proposta de disponibilização de parte do acervo daquele frade dominicano, relevante conjunto documental para o entendimento do período ditatorial.

Em comum, todos esses trabalhos manifestam o apreço de pesquisadoras e pesquisadores por bens culturais que revelam importantes questões em termos de identidade, representatividade e representação. São memórias que testemunham, sobretudo, violências físicas e simbólicas que persistem desde a primeira hora que o colonialismo europeu aportou nas Américas, fatos que precisam ser lembrados e relembrados, não escondidos e muito menos definitivamente eliminados pelo descaso de catástrofes anunciadas como a que acometeram o Museu Nacional. Essa ruptura

desmedida com o passado é um preço muito alto a ser pago e não garante a nossa redenção futura.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2018.
Jacqueline Ribeiro Cabral
historiadora e arquivista, atua como professora adjunta no
Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense



UM OLHAR SOBRE A REFORMA AGRÁRIA ATRAVÉS DA *REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA (1964-1988)*

Bruna Marques Cabral*

Resumo: O texto busca compreender, por meio de artigos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira*, durante o período de 1964 a 1988, as estratégias de intervenção política e social adotadas por setores da Igreja Católica, especialmente as questões relativas à vida do trabalhador rural e, a sua concepção sobre a melhor reforma agrária a ser feita no país. Nesse sentido, analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o campo.

Palavras-Chave: *Revista Eclesiástica Brasileira*; reforma agrária; ditadura militar.

Abstract: The text seeks to understand, through articles published in the Brazilian Ecclesiastical Magazine, during the period 1964 to 1988, the strategies of political and social intervention adopted by sectors of the Catholic Church, especially issues related to the life of the rural worker, and their Conception about the best agrarian reform to be done in the country. In this sense, we will analyze the discourses produced by Brazilian Catholic intellectuals regarding their concerns with the countryside.

Keywords: Brazilian Ecclesiastical Magazine; Agrarian reform; military dictatorship.

* Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Atua como professora de História da rede municipal de São João de Meriti, na rede estadual e em instituições particulares. Diretora de divulgação da Associação Brasileira de História das Religiões.

1.1 INTRODUÇÃO: IGREJA E DESAFIOS DA MODERNIDADE

Neste artigo, analisaremos a *Revista Eclesiástica Brasileira* no tocante à questão agrária. Buscaremos compreender, por meio de artigos veiculados na *Revista Eclesiástica Brasileira*, durante o período de 1964 a 1988, as estratégias de intervenção política e social adotadas por setores da Igreja Católica, especialmente as questões relativas à vida do trabalhador rural e, a sua concepção sobre a melhor reforma agrária a ser feita no país. Nesse sentido, analisaremos os discursos produzidos por intelectuais católicos brasileiros referentes às suas preocupações com o campo.

Referência fundamental desse estudo é Roberto Romano (ROMANO,1979), que interpreta a Igreja Católica como um “Corpo Místico”, isto é, como uma instituição dotada de uma coerência própria e que possui um projeto teológico-político¹. Por tal razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal tendo em perspectiva a ideia de salvação espiritual do ser humano.

Ao examinarmos a historiografia sobre o tema, percebemos em Bruneau (BRUNEAU, 1974) um viés institucional ao analisar o processo histórico da Igreja Católica no Brasil. A ideia substancial desse pensamento é, segundo Mainwaring (MAINWARING, 1989), aquela que abrange as transformações ocorridas nas instituições, com o objetivo de defesa de seus interesses e de expansão de sua influência. Concordamos com Jessie Jane V. de Sousa (SOUSA, 1998), para quem as análises institucionais deixam de perceber os divergentes modelos de Igreja, os diversos interesses em jogo e os processos de hierarquização dos mesmos.

Apesar de perspectivas metodológicas diferentes, tanto Bruneau² quanto Mainwaring³ partem do mesmo problema, isto é, a relação da Igreja com a política. Os

¹A definição do projeto teológico-político para conceituar a ação da Igreja Católica foi inaugurada por Roberto Romano em sua obra *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós, 1979. Posteriormente, Jessie Jane Vieira de Sousa (2002) também o adota. Esse conceito será igualmente assumido em nossa pesquisa por compreendermos que os projetos desenvolvidos pela Igreja Católica tinham fins no campo do transcendente, e que, ao serem circunscritos exclusivamente à esfera política, são obscurecidos elementos importantes que dão significado à sua essência.

²BRUNEAU, Thomas C. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974. Nesta obra, o autor elabora uma profunda análise da Igreja Católica no Brasil e suas múltiplas relações externas e internas. Bruneau se propõe a investigar a natureza e a dimensão das modificações vivenciadas pela instituição católica no referido período.

³MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. Mainwaring também analisa as alterações ocorridas na Igreja no Brasil. O marco cronológico (1916-1985) que se inicia com a chamada Igreja da Neocristandade vai até a construção da Igreja Popular. O autor busca

autores supracitados não procuram enxergar a instituição católica como um “Corpo Místico”, portador de uma verdade transcendente. Além disso, ao congregar determinados elementos novos vivenciados no seu tempo, o faz para se fortalecer e, por conseguinte, pode-se interpretar que o objetivo da Igreja é trazer o Estado para lutar, apoiar ou, no mínimo, não se interpor aos seus interesses.

Nesta perspectiva, podemos entender a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com um profundo sentido de permanência” (ROMANO, 1979, p. 22). A partir disso, reconhecemos a sua capacidade e interesse de se adequar às questões de seu tempo.

1.2 A REVISTA ECLESIASTICA BRASILEIRA E A CONJUNTURA AGRÁRIA NO BRASIL

Em novembro de 1964, o Marechal Castelo Branco, um dos comandantes do golpe de 1964, promulgou a Lei nº 4.504, mais conhecida como Estatuto da Terra e que se constituiu como a primeira lei brasileira de reforma agrária. De tramitação rápida, foi analisada pelos assessores do presidente durante algumas semanas e promulgada sem passar pelo Congresso Nacional, uma vez que o Congresso já se encontrava bastante desfigurado das suas atribuições legais.⁴

No que concerne ao contexto agrário brasileiro, o governo estava motivado a intervir na questão agrária, com o intuito de evitar que a população rural realizasse intervenções no campo. Para Martins (MARTINS, 1985), o golpe de 1964 apresentou a finalidade de impedir a entrada dos trabalhadores rurais no processo político. Tal ingresso dos camponeses implicaria em uma redefinição do direito de propriedade no Brasil.

compreender as mudanças da Igreja no Brasil, levando em consideração as transformações ocorridas na Igreja internacional e as vivenciadas pela sociedade brasileira.

⁴Consultar: BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 05, nov. 1995, p.05-31. MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” In: PAIVA, Vanilda (org.) *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. MARTINS, José de Souza. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões*. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014. Fórum Alternativas para a agricultura brasileira – Rede Interamericana Agricultura e Democracia (Cadernos Temáticos). Rio de Janeiro: 1994. MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002. ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” In: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Editora da Universidade- UFRGS, 1994. STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

Segundo Bruno (BRUNO, 1995), o Estatuto da Terra, ao mesmo tempo em que impunha uma reforma agrária junto à grande propriedade fundiária, minava as possíveis bases políticas e sociais de apoio ao seu projeto reformista. Para a autora, o principal argumento do Estatuto da Terra, era de que o preceito constitucional da carta de 1946 não era cumprido, “isto é, que o uso da propriedade da terra fosse condicionado à sua função social.” (BRUNO, 1995, p. 19).

Dentro desse contexto, setores da Igreja Católica – pautados nos documentos do Concílio Vaticano II e nas resoluções da II Conferência dos Bispos da América Latina em Medellín (Colômbia) – destacaram-se na defesa dos direitos humanos, pelo retorno a democracia e nas reivindicações por terra.

No último ano do Concílio Vaticano II, os bispos brasileiros realizaram a 7ª Assembléia Geral da CNBB, tendo como efeito o Plano de Pastoral de Conjunto. Tal plano pretendia aplicar as resoluções conciliares para a realidade brasileira. Nesse sentido, buscou-se uma renovação institucional da Igreja, além de reforçar a participação dos leigos tanto nas estruturas eclesiais quanto no plano de ação diocesano (TEIXEIRA, 1988, p. 124).

Em 1968, realizou-se a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín, na Colômbia, com o escopo de atualizar as decisões do Concílio para Nuestra América. Observamos que o documento de Medellín traçava uma nova feição para a Igreja da América Latina, propondo que a instituição católica se estruturasse a partir de Comunidades Eclesiais de Base (CEB)⁵. Assim:

(...) a comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial de estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento.⁶

Na seção “Assuntos Pastorais” da Revista Eclesiástica Brasileira, encontramos o seguinte trecho, a respeito das CEBs:

Uma paróquia que pretende iniciar comunidades de base tem que dar alta prioridade à formação de leigos. Recursos financeiros,

⁵É importante ressaltar que no início da década de 1960 existiam algumas Comunidades Eclesiais de Base, no entanto foi a partir de 1964 que elas teceram características próprias, tais como as concebemos atualmente.

⁶CELAM. *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Conclusões de Medellín*. São Paulo: Paulinas, 1987, p. 152-153.

que poderiam ser usados para construções, deverão ser canalizados para financiamento de constantes cursos. Sem líderes formados, a comunidade de base não passará de “mais uma” instituição artificial. (VANHOENACKER, 1967, p. 683)

Deste modo, os anos de 1960 a 1980 foram profícuos para os movimentos sociais, sobretudo, no campo. E os membros progressistas⁷ da instituição católica, não apenas organizaram os trabalhadores rurais, como também fundaram a Comissão Pastoral da Terra.

Em um cenário caracterizado pela violência, sobretudo, contra os camponeses, particularmente na Amazônia, devemos ressaltar que os conflitos na Prelazia de São Félix do Araguaia tiveram início com a instalação da Companhia de Desenvolvimento do Araguaia (CODEARA) na região de Santa Terezinha. A empresa supracitada pertencia ao Banco de Crédito Nacional, sendo um dos empreendimentos que se beneficiaram com incentivos do Programa de Desenvolvimento da Amazônia instituído pelo regime militar. A CODEARA ocupava uma área de mais de 196.000 ha e iniciou a expulsão dos camponeses. Segundo Esterici (ESTERCI, 1987), os primeiros habitantes chegaram ao local em 1910, enquanto que os projetos privados de colonização em terras cedidas pelo governo do Mato Grosso começaram a partir de 1952.

Diante deste panorama houve uma resposta dos bispos na forma de cartas pastorais como a de D. Pedro Casaldáliga (Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia), intitulada “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”⁸, em outubro de 1971. A seguir citaremos um trecho do documento elaborado por Casaldáliga:

Quando a companhia veio a se instalar, estavam em pleno funcionamento também a “Cooperativa Agrícola Mista do Araguaia”, que congregava os trabalhadores e posseiros da área, e o ambulatório médico. Apesar de tudo isto, aquela terra foi vendida como desocupada, como mata virgem. E a companhia se sentiu no direito de despojar os pobres moradores do pouco, da insignificância que possuíam. E começou contra eles uma guerra

⁷O termo faz referência às mudanças adotadas pelos padres e seminaristas que inovaram a prática religiosa, em busca de uma nova teologia e projetos de ação social pelo ativismo político. Segundo Serbin, esta tendência do clero da América Latina foi constatada entre os anos de 1950 e 1980. Sendo assim: “Na Igreja progressista, agir era construir o Reino de Cristo executando o plano de Deus não no outro mundo, mas na Terra, agora.” Ver: SERBIN, Kenneth. *Padres, Celibato e conflito social*. São Paulo: Cia das Letras, 2008, p. 160.

⁸A presente carta pastoral pode ser acessada no seguinte sítio eletrônico: <<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 01 set. 2015. E também encontra-se disponível na *Revista Sedoc (Serviço de Documentação)*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p. 955- 984. Biblioteca do Seminário São José.

de ameaças, de invasões de terra, invasões de domicílio, prisões, etc. (CASALDALIGA, 1972, p.964)

Perante esse quadro, os bispos da Amazônia Legal e do Centro-Oeste realizaram em junho de 1975, o Encontro Pastoral da Amazônia Legal na cidade de Goiânia (GO) e aprovaram a proposta de criar a Comissão Pastoral da Terra (CPT), tendo como principais objetivos a defesa da reforma agrária e a denúncia da violência no campo. Ao final do presente encontro, nasceram as primeiras linhas de organização e atuação da CPT. Vejamos:

Resoluções do Encontro de Goiânia

Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro de Pastoral respondendo à dramática situação e à aspiração do nosso povo sem-terra decidem o seguinte:

1. Assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de Reforma Agrária do nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições sociais que trabalham por este mesmo objetivo.
2. Criar uma “Comissão de Terras” que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar com agilidade o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins.

Cabe a esta Comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à Legislação Trabalhista Rural procurando divulgá-los em linguagem popular.

Que ela promova também campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos 10 milhões de famílias sem terra.

3. Que cada Diocese, Prelazia ou conjunto de Prelazias, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhe no seguinte:

- 3.1 Criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento pastoral.

- 3.2 Organizar uma assessoria jurídica para tudo o que se refere aos problemas da terra e dos trabalhadores rurais.

3.3 Promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral.⁹

Nesse sentido, bispos e prelados da Amazônia Legal reuniram-se em Goiânia, em junho de 1975, a fim de refletir sobre a problemática dos conflitos de terra na Amazônia Legal. Na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*, divulgou-se as resoluções finais deste encontro. Vejamos:

Igrejas da Amazônia Legal, reunidas em Goiânia em Encontro Pastoral, respondendo a dramática situação e à aspiração de nosso povo sem terra, decidem o seguinte: assumir o compromisso de empenhar-se no processo global de reforma agrária de nosso país, dando cumprimento ao espírito e à letra do Estatuto da Terra, articulando-se com todas as instituições e organismos sociais que trabalham com este mesmo objetivo. Criar uma Comissão de Terras que, na qualidade de organismo de caráter oficioso, ligado à Linha Missionária da CNBB, possa realizar, com agilidade, o objetivo de interligar, assessorar e dinamizar os que trabalham em favor dos homens sem terra e dos trabalhadores rurais, e estabelecer ligação com outros organismos afins. Cabe a esta comissão dar especial atenção ao Estatuto da Terra e à legislação trabalhista rural procurando divulgá-las em linguagem popular. Que ela promova, também, campanhas de ampla e inteligente conscientização em favor dos direitos dos dez milhões de famílias sem terra. Que cada diocese, prelazia ou conjunto de prelazias, em ligação com a Comissão de Terras, se empenhe no seguinte: criar uma equipe que, a partir do conhecimento profundo da realidade, possa ajudar para que se abranja vitalmente a problemática da terra e suas conseqüências no planejamento pastoral; organizar uma assessoria jurídica para promover campanhas de conscientização para os trabalhadores rurais e agentes de pastoral. (BOFF, 1975, p. 704-705)

Segundo Adriance (ADRIANCE, 1996), o objetivo da CPT era auxiliar o clero a tomar conhecimento da realidade da vida do povo e para isso recolhia informações sobre problemas rurais. A autora destaca que embora os fundadores da CPT fossem bispos católicos, assim como todos os seus presidentes em nível nacional, ela não era reconhecida oficialmente como órgão da CNBB, por ser uma entidade ecumênica, haja

⁹O documento encontra-se no site da Comissão Pastoral da Terra (CPT): <<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt>> Acesso em: 01 set. 2015.

vista que existiam membros da Igreja Luterana.¹⁰ Vejamos um trecho do texto presente na *R.E.B.* de 1979, sobre os objetivos da Comissão Pastoral da Terra:

Quanto às reivindicações dos lavradores, a CPT se compromete a lutar pela Reforma Agrária, por acreditarmos que a terra é de quem nela trabalha e vive; apoiar as lutas de resistência à opressão e à exploração; lutar pelos direitos do lavrador sem terra, inclusive dos que foram expulsos da terra. (BOFF, 1979, p. 687)

Portanto, ao abordarmos a CPT e o posicionamento da CNBB diante da realidade agrária brasileira, devemos ter em mente o discurso do período, sobretudo, a partir de Puebla (1979), momento em que a instituição católica deu maior visibilidade aos pobres, a questão social e aos problemas da terra. É importante ressaltar que na Conferência de bispos latino-americanos realizada em Puebla, em 1979, o CELAM (órgão organizador da conferência) proibiu os teólogos da libertação de participar da conferência. Segundo Lowy (LOWY, 2000):

Apesar disso, eles estiveram presentes na cidade de Puebla e, graças à mediação de alguns dos bispos, exerceram uma forte influência nos debates. A solução conciliatória resultante foi resumida na agora famosa fórmula “opção preferencial da Igreja pelos pobres” – uma frase ampla o bastante para permitir que cada corrente a interprete de acordo com suas próprias tendências. (LOWY, 2000, p. 81)

Deste modo, Medellín e Puebla representaram uma direção para os movimentos sociais do meio rural, compondo os princípios doutrinários de ação tanto dos leigos quanto da Igreja Católica.

Posteriormente, na 18ª Assembléia da CNBB, em 1980, foi elaborado o documento “Igreja e problemas da terra” (CNBB, 1980), no qual evidenciava o novo posicionamento da Igreja em relação a reforma agrária. Assim:

Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica Reforma Agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo. Para efetivá-la, queremos valorizar, defender e promover os regimes de propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho. Apoiamos

¹⁰ Podemos dizer que a relação da CPT com a CNBB é pastoral e não jurídica. A CNBB não escolhe o presidente da CPT.

igualmente a mobilização dos trabalhadores para exigir a aplicação e/ou reformulação das leis existentes, bem como para conquistar uma política agrária, trabalhista e previdenciária que venha ao encontro dos anseios da população. (CNBB, 1980, p. 34-35)

Na seção “Documentação”, da *R.E.B.*, de março de 1980, foi publicado o texto “Igreja e problemas da terra”. Vejamos o seguinte trecho:

A responsabilidade maior cabe aos que montam e mantêm, no Brasil, um sistema de vida e trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza ou da miséria da maioria. A injustiça que cai sobre os posseiros, os índios e muitos trabalhadores rurais não é apenas ação de um grileiro e seus capangas, de um delegado e seus policiais, de um juiz e seus oficiais de justiça, de um cartório e seu escrivão, é, antes a concretização localizada da “injustiça institucionalizada” de que fala o Documento de Puebla. (CNBB, 1980, p. 140)

Em uma fase de abertura política foi elaborado pelo governo o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária¹¹, o que gerou controvérsias e reações dos anti-reformistas, no entanto legitimou a luta pela terra como um direito de todos que nela trabalham. Todavia, tal plano não correspondia aos interesses básicos dos camponeses, que sofriam com a expropriação do seu meio de sobrevivência.

Segundo Medeiros (MEDEIROS, 2003), após o fracasso do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, a idéia seria criar canais que viabilizassem as modificações de nossa estrutura fundiária, através da Constituinte:

Nesse momento, constitui-se a campanha Nacional pela Reforma Agrária, liderada por uma série de organizações da sociedade civil, envolvendo organizações não governamentais, organismo de representação de trabalhadores, entidades vinculadas à Igreja, etc. Apesar da forte pressão popular pela introdução de medidas que viabilizasse uma ampla reforma agrária (a emenda popular que conseguiu reunir cerca de 1,5 milhões de assinaturas), os interesses ligados à propriedade da terra cerraram fileiras, ampliaram sua influência no Congresso Nacional e conseguiram criar bloqueios a essa possibilidade. (MEDEIROS, 2003, p. 39)

¹¹O Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária está disponível em: <<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 02 set. 2015.

Em 1988, foi promulgada a Constituição que apresentava um capítulo controverso sobre a questão da Reforma Agrária. Em relação a presente temática, destacaremos um trecho publicado na seção “Crônica Eclesiástica” da *R.E.B.*, de dezembro de 1988:

...as oligarquias rurais, especialmente representadas na dura e combativa UDR, nada cederam de seu terreno e a Reforma Agrária ficou sendo a enorme dívida, não paga, nesse processo constituinte.

E ainda:

Acha, porém o comentarista Nelton Friedrich que houve pouca melhora no sistema judiciário, apesar de se ter instituído a justiça agrária, que pode diminuir um pouco a obstrução da congestionada máquina judiciária. (BOFF, 1988, p. 979-980)

Segundo Chemeris (CHEMERIS, 2002), a Constituinte realiza uma alteração da abrangência do direito público constitucional ao garantir o direito de propriedade desde que atenda sua função social. Podemos dizer que a CNBB influenciou na inclusão da função social na Carta Magna. Vejamos um trecho do pronunciamento da CNBB sobre a reforma agrária, em 1988:

A Assembléia Nacional Constituinte trata, nestes dias, da Ordem econômica, em especial da Reforma Agrária.

Todos percebemos a importância que tem a questão para a concórdia social e o bem comum.

Em sucessivas mensagens, Bispos e Pastores da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas têm solicitado medidas para distribuir mais equitativamente a terra e para implantar uma adequada política agrícola. São meios de eliminar a pobreza que grassa no campo, o conflito rural, cada dia mais disseminado e violento, e de promover, de modo pacífico, a justiça social. Respondendo a esses apelos, comunidades cristãs, em todo o país, uniram-se ao movimento que coletou 1.200.000 assinaturas de eleitores para as Emendas Populares da Reforma Agrária. Tudo isto porque a Reforma Agrária é tão importante que levou o Santo Padre João Paulo II, em audiência ao Presidente da República, a afirmar “A Reforma Agrária, no Brasil, não pode fracassar. A Reforma Agrária é uma questão de paz e justiça social e garantia da democracia.” Por isso, a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de acompanhamento à Constituinte vêm, com grande apreensão, o tratamento à questão na Assembléia Nacional Constituinte. Não se justificam, seja uma omissão que levaria a

um lamentável retrocesso na legislação agrária, seja a dissociação indevida entre a produção e a função social da propriedade.¹²

A presente influência fez com que na Constituição de 1988 o direito de propriedade fosse precedido pela exigência da função social. Como podemos observar no artigo 186:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.¹³

De acordo, com Medeiros (MEDEIROS, 2003), a Constituição de 1988, estabeleceu que as desapropriações deveriam passar pelo pagamento prévio das indenizações com preço justo, sem determinar critérios de fixação, diferentemente do Estatuto da Terra que estabelecia o pagamento posterior das indenizações.

1.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao problematizarmos a Igreja Católica como uma instituição que se “move no tempo com uma lógica própria” e como um “Corpo Místico”, portador de uma verdade transcendente, reconhecemos, assim como Roberto Romano (ROMANO, 1979), a sua capacidade e interesse de adequar-se às questões do seu tempo. Por tal razão, para o autor, a Igreja não pode ser interpretada exclusivamente como um instrumento ideológico do Estado, pois é uma instituição que estabelece alianças de cunho temporal, tendo em perspectiva a ideia de salvação espiritual do ser humano e os seus próprios interesses institucionais.

¹² Pronunciamento da CNBB sobre a Reforma Agrária, de 06 maio 1988. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico da CNBB: <http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_download/113-51-pronunciamentos-da-cnbb-1988-coletanea-1992> Acesso em: 04 set. 2015.

¹³A Constituição de 1988 pode ser encontrada no seguinte sítio eletrônico: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 01 set. 2015.

Ao percebermos os divergentes modelos de Igreja, identificamos concepções dissonantes sobre os meios de implementar a reforma agrária, copiosamente observados nos textos publicados na *Revista Eclesiástica Brasileira*.

Ao examinarmos nossa principal fonte: a *R.E.B.*, constatamos a sua postura a favor de uma providência imediata, com o intuito de sanar os conflitos no meio rural brasileiro. Entretanto, o periódico apoiava uma Reforma Agrária baseada na ordem pública e na paz, uma vez que contribuiria para a solução dos problemas que afligiam o país, tais como: êxodo rural; inflação; ameaça do comunismo e conflito entre grandes proprietários de terra e camponeses. A revista defendia um projeto dentro dos moldes capitalista – isto é, calcado na pequena propriedade familiar privada e não no controle estatal ou coletivo da terra.

Por fim, a reforma deveria ser um instrumento de modernização econômica e não de profundas transformações sociais. O escopo principal era manter a população no campo de maneira sustentável, com o intuito de conservar os valores tradicionais e, desta forma, o catolicismo permanecer com o seu espaço de liderança na zona rural garantido.

REFERÊNCIAS

ADRIANCE, Madeleine Cousineau. **Terra Prometida: As Comunidades Eclesiais de Base e os conflitos rurais**. São Paulo: Paulinas, 1996.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

BRUNO, Regina. “O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto”. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 05, nov. 1995, p.05-31.

CELAM. **A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Conclusões de Medellín**. São Paulo: Paulinas, 1987.

CHEMERIS, Ivan R. **A função social da propriedade: o papel do judiciário diante das invasões de terra**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

CNBB. **Igreja e problemas da terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

ESTERCI, Neide. **Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa**. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e política no Brasil: 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. “A Igreja face à política agrária do Estado” *In*: PAIVA, Vanilda (org.) **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

_____, José de Souza. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. Disponível em: <<http://www.dataterra.org.br/Documentos/leonilde.htm>> Acesso em: 27 set. 2014.

_____, Leonilde Servolo. **Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

_____, Leonilde Servolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. “Reforma Agrária e distribuição de renda” *In*: STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade-UFRGS, 1994.

SERBIN, Kenneth. **Padres, Celibato e conflito social**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. “Os Círculos Operários e a intervenção da Igreja Católica no mundo do trabalho no Brasil: uma discussão historiográfica”. **Vitória: Revista do Departamento de História da UFES**, 1998, p.01-32.

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil (volume 3). Programas de reforma agrária 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. **Comunidades Eclesiais de Base**. Petrópolis: Vozes, 1988.

Fontes Primárias:

Periódico: Revista Eclesiástica Brasileira

VANHOCENACKER, Pe. José. Comunidades Eclesiais de Base. *In*: *R.E.B.*, v.27, fascículo 03, set. 1967, p. 683. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136,01,15.

BOFF, Frei Leonardo. A promoção da Amazônia legal. *In: R.E.B.*, v.35, fascículo 139, set. 1975, p. 704-705. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137,01,13.

BOFF, Leonardo. Objetivos da Comissão Pastoral da Terra. *In: R.E.B.*, v. 39, fascículo 155, set. 1979, p. 687. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-137, 01, 21.

CNBB. Igreja e problemas da terra. *In: R.E.B.*, v.40, fascículo 157, mar.1980, p. 140. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138,01,01.

BOFF, Leonardo. Promulgada a nova Constituição Brasileira. *In: R.E.B.*, v. 48, fascículo 192, dez. 1988, p. 979-980. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-138,01,18.

Periódico: Serviço de Documentação

CASALDÁLIGA, D. Pedro. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social” *In: Sedoc*, v. 4, fascículo 45, fev. 1972, p.964. Biblioteca do Seminário São José.

Sítios eletrônicos utilizados para a pesquisa:

<<http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/dompedro/01CartaPastoralDomPedro.pdf>> Acesso em: 01 set. 2015.

<<http://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/cpt-40-anos/2605-ha-40-anos-nascia-a-cpt>> Acesso em: 01 set. 2015.

<<http://portalantigo.incra.gov.br/index.php/servicos/publicacoes/pnra-plano-nacional-de-reforma-agraria/file/481-i-pnra>> Acesso em: 02 set. 2015.

<http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_download/113-51-pronunciamentos-da-cnbb-1988-coletanea-1992> Acesso em: 04 set. 2015.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 01 set. 2015.



RELIGIÃO E POLÍTICA: A OPÇÃO PELOS POBRES NA DIOCESE DE NOVA IGUAÇU

Matheus da Silva Sampaio*

Resumo: Na década de 1970 a Igreja Católica desempenhou um importante papel de resistência em relação à ditadura civil-militar. Tal posicionamento resulta de alguns elementos, entre eles: a transformação interna oficializada pelo Concílio Vaticano II. Essa mudança teve ecos na Baixada Fluminense, sobretudo, durante o bispado de D. Adriano Hypólito, que provocou inúmeras transformações nas realidades dos habitantes da Diocese de Nova Iguaçu. Para isso, incentivou enormemente a ideia de intensificar o diálogo com os habitantes locais a partir de órgãos impressos, como: A Folha e o Informativo. Neste sentido, nos propomos a investigar o significado da opção preferencial pelos pobres assumida pela Diocese de Nova Iguaçu a partir da realidade local. E, além disso, analisar quais os limites que o bispo D. Adriano estipulou para o diálogo religião e política em seu bispado. Nos deteremos a investigar esta relação da Igreja Católica com a sociedade no período entre 1976 e 1979, em que ocorrem graves eventos violentos do regime na Diocese, principalmente em relação ao bispo. A metodologia escolhida examinou materiais de cunho bibliográfico e documental sob a perspectiva qualitativa. Bem como: analisar imagens constantemente presentes nas páginas do Informativo, cuja contribuição foi singular e de grande valor para o nosso estudo.

Palavras-chave: Religião e sociedade. Ditadura civil-militar. Concílio Vaticano II.

Resumen: En la década de 1970 la Iglesia Católica de Brasil desempeñó un importante papel de resistencia en relación a la dictadura civil-militar. Tal posicionamiento resulta de algunos elementos, entre ellos: la transformación interna oficializada por el Concilio Vaticano II. Este cambio tuvo eco en la Baixada Fluminense, sobre todo, durante el obispado de D. Adriano Hypólito, que provocó innumerables transformaciones en la realidad de los habitantes de la Diócesis de Nova Iguaçu. Para ello, animó enormemente la idea de intensificar el diálogo con los habitantes locales a partir de órganos impresos, como: A Folha y el Informativo. En este sentido, nos proponemos investigar el significado de la opción preferencial por los pobres asumida por la diócesis a partir de la realidad local. Y, además, analizar cuáles son los límites que el obispo D. Adriano estipuló para el diálogo entre religión y política en su obispado. Nos detendremos a

* Tem experiência na área de História do Brasil República, com ênfase nos estudos de História Política acerca dos temas: Ditadura Militar brasileira, História da Baixada Fluminense e da Igreja Católica no Brasil, durante o século XX.



investigar esa relación de la religión católica con la sociedad en el período entre 1976 y 1979, en que ocurren graves actos violentos del régimen en la diócesis, principalmente en relación al obispo. La metodología elegida examinó materiales de cuño bibliográfico y documental desde la perspectiva cualitativa. Así como: analizar imágenes constantemente presentes en las páginas del Informativo, cuya contribución fue singular y de gran valor para nuestro estudio.

Palabras clave: Religión y sociedad. Dictadura civil-militar. Concilio Vaticano II.

1. O CONCÍLIO VATICANO II, PREPARAÇÃO PARA OS NOVOS TEMPOS

Durante o século passado os meios tecnológicos haviam se desenvolvido enormemente, possibilitando o encurtamento das distâncias entre as diferentes nações existentes no mundo. O fluxo de pessoas e mercadorias se intensificaram sem precedentes e com eles a troca intercultural também aumentou, resultando num conhecimento maior das diversas realidades que existem nas diferentes partes do mundo. O progresso de alguns países foi, aos poucos, contrastado com as mazelas de outros.

Essa disparidade de condições de vida que se revelou de forma mais profunda chamou a atenção de setores da Igreja Católica. Até então, existia um comportamento predominante na Igreja de distanciamento em relação a concepção de mudar as realidades sociais locais. No entanto, na segunda metade do século XX ela sofreu uma profunda transformação na forma como enxerga o mundo e sua missão nele.

Ciente do abismo entre ela e a sociedade, medidas foram tomadas para a superação deste obstáculo em sua missão. Foi então que o italiano Giuseppe Roncalli, recém aclamado Papa e conhecido como João XXIII, fez a convocação do evento que viria a abalar as estruturas eclesiais antigas, dar visibilidade e oficializar uma nova compreensão da missão católica no mundo, o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Lorscheider (1992), afirma que este grande acontecimento da Igreja procurou evangelizar o mundo tendo como base duas palavras – chave, o *aggiornamento* e o *diálogo*.

A primeira palavra significa atualização, rejuvenescimento e renovação da Igreja. Ela exprime a preocupação eclesial em escutar, ir ao encontro e abrir - se as exigências do mundo¹. O que não quer dizer sujeição e absorção da realidade mundana pela Igreja.

O diálogo é a segunda palavra-chave e também possui extrema importância. Podemos vê-la como o passo seguinte ao mesmo tempo em que complementa o *aggiornamento*. A Igreja afirma que a revelação é o diálogo intenso entre Deus e os homens. Nesta concepção Deus pai foi quem iniciou o diálogo por Jesus Cristo no Espírito Santo com a humanidade. Então ela percebe que escutar as novas exigências humanas por si só não basta e por isso deve dar o primeiro passo em direção à sociedade, assim como Deus o fez.

¹ Em relação às exigências, o autor se refere à democracia, personalidade, liberdade, justiça social, promoção do homem, cultura, progresso e direitos fundamentais da pessoa humana.

O diálogo da Igreja refletido no Concílio objetivou alcançar não só os católicos, mas também os cristãos não católicos, os judeus, os não cristãos e os ateus, ou seja, os mais diferentes grupos de sociedades distintas, por todo o mundo.

Entretanto, devemos ter um olhar mais atento e não creditar essa transformação ao Concílio, mas que ele foi responsável por oficializá-la e impulsioná-la. “Desde a década de 50, a Igreja nordestina tem ocupado uma posição proeminente na transformação da Igreja brasileira” (MAINWARING, 1989, p.115). Para citarmos um exemplo a nível nacional.

2. UMA IGREJA A SERVIÇO DOS POBRES

Como dissemos anteriormente, a transformação ocorrida na Igreja precede o Concílio. Se desde a década de 1950 podemos notá-la, é na década de 1960 que são encontradas formas mais claras deste novo posicionamento da Igreja. A começar pelo cristianismo da libertação, tão importante para esse processo protagonizado por setores da Igreja.

Essa esquerda católica de 1960 será a primeira manifestação, no Brasil e mais tarde na América Latina, do que se poderia chamar de cristianismo da libertação, que é bem mais anterior – e bem mais amplo em suas manifestações – à teologia do mesmo nome. Trata-se de um conjunto de reflexões e práticas que questionam a injustiça social, e se traduzem no compromisso de cristãos – membros do clero, mas sobretudo leigos, organizados em comunidades eclesiais de base (CEBs), pastorais populares, Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Operária Católica (JOC), movimentos de educação de base – com a luta da emancipação dos pobres. (LÖWY, 2007, p 306).

Os pobres são definidos por Clodovis Boff (1984) a partir de três aspectos: *coletivo*, *conflitivo* e *alternativo*. É um fenômeno coletivo porque formam classes localizando-se principalmente nos centros urbanos dos países considerados Terceiro Mundo. Os pobres como um fenômeno conflitivo fazem referência a classes e povos dependentes que são mantidos na pobreza por forças de dominação, caracterizando assim um grupo produzido socialmente. São os marginalizados do sistema econômico – desempregados, subempregados e mendigos – e os explorados – os trabalhadores do campo e das cidades. Por último, o aspecto alternativo faz relação ao questionamento que os pobres colocavam

ao sistema vigente e exigiam uma sociedade alternativa. Ele só é possível à medida que esse grupo se enxerga como uma questão estrutural e percebe que sua libertação se passa por mudanças estruturais.

No Concílio Vaticano II, a preocupação para com os pobres foi amplamente debatida e central. Nas catacumbas de Santa Domitila, na manhã de 16 de novembro de 1965, houve uma celebração que reuniu diversos bispos, do Brasil – Dom Helder Câmara, Dom João Batista Motta, Dom José Maria Pires, Dom Antônio Fragoso – e do mundo.

Os quarenta bispos presentes nesta celebração conhecida como o Pacto das Catacumbas, mais os outros quinhentos que assinaram o compromisso posteriormente, assumiram o Concílio como um momento de conversão e compromisso para com os pobres (BEOZZO, 2015, p. 9).

Na década de 1960 a América Latina sofreu grandes frustrações na descoberta de que sua condição de países subdesenvolvidos não era uma fase passageira e que não se aproximaram as distâncias em relação aos países desenvolvidos, mas se afastaram deles. Essa descoberta de sua dependência levou a busca da compreensão dos mecanismos que a mantém nesta condição de dominada. Além disso, o termo dependência foi ligado ao anseio por liberdade (BOFF, 1980, p. 16-17).

Como podemos ver a transformação da Igreja também está intimamente ligada a conjuntura social marcada pela injustiça. Alguns autores afirmam isso veemente ao analisarem as causas que tornaram a Igreja uma aliada poderosa na defesa dos direitos dos oprimidos.

Mainwaring (1989), por exemplo, afirma que entre 1955 e 1964 o Nordeste vivenciou conflitos sociais da região que foram mais importantes para a transformação da Igreja do que a pobreza. Pois propiciou a ela uma maior consciência da realidade que aquelas classes populares sofriam. A pobreza por si só, não explica a transformação da Igreja, já que o nordeste era pobre, pelo menos, desde metade do século XIX.

Luigi Bordin é outro autor que relaciona diretamente o surgimento da Igreja dos pobres ao contexto social da época. Segundo o autor, ela está inserida na sociedade e seus membros estão envolvidos em ideologias e conflitos da sociedade e de seus grupos e classes, fazendo com que esses conflitos e ideologias sejam trazidos também para o interior da Igreja. Isso faz com que a Igreja tenha em seu seio várias classes e frações de classe (BORDIN, 1987, p. 44-45).

Em 1968, o CELAM de Medellín contribuiu ainda mais para este movimento da Igreja. Enquanto o Concílio Vaticano II gerou um entusiasmo em relação a aproximação da Igreja com o mundo, esta conferência ocorre em meio a descoberta do submundo de dependência e anseio de libertação citado anteriormente. A ideia de libertação significa aqui a opção pelos pobres e um compromisso com a justiça.

Segundo Dom Paulo Evaristo Arns (apud BRITTO, 2010, p. 2), “Medellín era como o Vaticano [II] para a América Latina”. Neste sentido, o encontro teve como objetivo trazer as reflexões feitas no Concílio para a realidade latino-americana, e buscar soluções para os problemas recorrentes dos pobres.

Os mais progressistas, em Medellín, tiveram êxito e conseguiram compor o documento final com sua linha e temática. O método da *Ação Católica, Ver – Julgar – Agir*, foi escolhido afim de não produzir um documento abstrato e doutrinário, mas que partisse da realidade latino-americana, julgá-la a partir da fé, e desse julgamento resultar a ação. Neste documento, a temática de libertação apareceu com força (BRITTO, 2010, p. 3).

Nos anos seguintes, este cenário propiciou o surgimento da Teologia da Libertação. Ela surge a partir da reflexão da presença e atuação da Igreja no mundo e na história. Entende-se aqui que Deus ainda continua a se revelar na história através das ações dos cristãos, mas não mais se resume a interioridade do homem, ou seja, a alma, e sim na ação dos homens em sociedade, através da práxis.

Para entendermos esta nova teologia que surge, devemos analisar o contexto de práticas sociais, políticas e eclesiais da América Latina em que está inserida. A partir da concepção de dependência e opressão em que os países estavam envolvidos, os teólogos buscam na Bíblia tudo o que fosse relacionado à libertação, para que pudessem atender os interesses dos oprimidos.

3. A FOLHA E O INFORMATIVO

3.1. A Folha

Em 1966, chegou a Diocese de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, recém nomeado bispo pelo Papa Paulo VI. Por ter participado do Concílio Vaticano II como bispo –

Auxiliar de Salvador esteve em contato com as principais ideias discutidas e buscou pôr em prática na realidade da Baixada Fluminense.

Entre outras ações, o bispo criou *A Folha*, em 1972, para servir de instrumento de diálogo com a população local. Ela buscava estimular a conscientização popular sobre os inúmeros acontecimentos existentes em suas realidades e que muitas vezes não eram divulgados por outros veículos jornalísticos e nem pelos meios de comunicação, como a televisão e o rádio. Neste sentido, além de exercer uma função pastoral da Diocese de Nova Iguaçu, o folheto litúrgico também se caracterizou, de certa forma, como uma alternativa local aos meios de comunicação já estabelecidos.

A Folha era dividida da seguinte maneira: na primeira página havia pequenos artigos do bispo diocesano e de outros padres, freis e outros eclesiásticos. A liturgia do dia em questão viria na segunda e a terceira páginas. Enquanto outros textos de diferentes assuntos políticos, sociais e religiosos eram fixados na última página.

No volume do semanário correspondente ao ano de 1976, *A Folha* era dividida em sua página inicial da seguinte maneira: Um artigo central, discutindo um tema presente na realidade nacional ou local e um espaço na parte inferior da mesma, reservado a coluna “Catabis e Catacreses”, onde são expostas mensagens ou notícias religiosas e manchetes de jornais populares, debatendo questões em alta no momento.

O interior, como dito anteriormente, continha a liturgia do dia. Enquanto a última página era formada por uma coluna chamada “Imagem”, espaço destinado aos escritos de D. Adriano. E a outra coluna chamava-se “Ministério da Palavra”, local utilizado para publicar as entrevistas feitas pelo jornal católico ao bispo diocesano, referente a questões também atuais, religiosas ou não.

Nos anos de 1977, 1978 e 1979, a estrutura passou por uma alteração com a inclusão de outra coluna denominada “Liturgia e Vida”, onde questões relacionadas a liturgia eram postas para reflexão.

A ideia desta pastoral era de agir nas questões ignoradas pelo poder público, em aliança com as lideranças locais. É importante ressaltar que a busca de conscientização não significa dizer que aquela população não detinha consciência de suas condições e de formas de se expressar. Mas sim, que durante o bispado de D. Adriano, houve uma tendência de disseminar e discutir com mais intensidade as questões internacionais, nacionais, regionais e locais, propiciando assim uma consciência cada vez mais crítica com as informações divulgadas no folheto.

Durante a década de 1970, o Brasil viveu o chamado Milagre Econômico, durante o governo de Emilio Garrastazú Médici. Desde o início do regime militar a política econômica era investir fortemente nas empresas estatais em áreas como a siderurgia, petroquímica e outras, aproveitando-se do período de recessão da economia. Neste período, o abismo social cresceu em território nacional, possibilitando a classe média um largo crescimento de sua renda, em detrimento da maioria da população brasileira.

No entanto, em 1973, o mundo sofreu um grande impacto com a crise do petróleo. Essa crise afetou o Brasil gerando uma forte queda na economia e no processo de industrialização, resultando assim em miséria para inúmeros brasileiros. Os anos seguintes ao triênio 1974/1976 revelaram os maiores impactos gerados no país após a crise petrolífera. O aumento da desigualdade social e a dívida externa são algumas das maiores heranças do regime.

Os reflexos da desigualdade social na Baixada Fluminense foram constantemente discutidos nas páginas do semanário litúrgico, como podemos ver na folha frontal que traz a manchete cujo título é “Elite canina para o bom nome do Brasil”. Este artigo discursa sobre a história do personagem fictício *Severino Silva*, que ao cantar o Hino Nacional brasileiro na escola, se enchia de orgulho no verso “gigante pela própria natureza”. E com o passar do tempo o personagem, ao ver uma propaganda televisiva, notou que ela falava de crianças gordinhas e rosadinhas que representavam a futura grandeza nacional, construída no presente através do trabalho braçal do operário em usinas. Percebeu, ele, que a grandeza era uma meta a ser alcançada após a propaganda, que seria finalizada com a frase “ninguém segura este país”. A crítica mais interessante viria ser feita no fim do artigo, em relação aos gastos financeiros da elite com seus cachorros:

O êxito da festa dos cachorros no Rio de idéia de programar uma próxima em São Paulo. Estas promoções no entender dos especialistas, são muito importantes, para conquistar o mercado nacional. Ensinam também a cuidar bem dos animais. Um dos promotores do desfile, especialista em banho de cachorros, esclareceu que esta é uma função muito delicada que pode exigir aproximadamente quatro horas. Um banho simples de meia hora fica por 80 cruzeiros.

Severino Silva estava chegando ao fim da leitura quando o Tuca se aproximou: papai, o senhor ainda não me deu o dinheiro para comprar o livro que a professora pediu. (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1976, p. 1)

Ainda no ano de 1976, todo esse processo de diálogo com os pobres da Baixada Fluminense foi recebendo respostas de seus opositores. Como em 22 de setembro de 1976, de saída da Cúria, o bispo D. Adriano foi sequestrado por homens fortemente armados.

Eles puseram um capuz na minha cabeça e me obrigaram a entrar num automóvel, arrancaram minhas roupas e passaram a chutar e pisar o meu corpo. Estava certo que iam me matar [...] Refleti sobre os motivos que levariam aqueles homens a me tirar a vida e concluí que aquilo tudo só podia ser consequência de minha atuação. A consciência disso me acalmou: preparei-me para morrer, enquanto eles prosseguiram com toda a sorte de humilhações. Depois de esguicharem um *spray* de tinta vermelha pelo meu corpo, abandonaram-me, algemado e nu, numa rua escura de Jacarepaguá (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p.37).

Ao chegar na delegacia para prestar queixa, o bispo foi indagado pelo delegado de plantão se era comunista. Neste mesmo episódio, os sequestradores levaram seu carro até o Largo da Glória, sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e explodiu-o. Apesar de ninguém ter sido oficialmente processado ou punido por tais crimes, o jornal Movimento denunciou o Tenente Coronel do Exército José Ribamar Zamith, como líder do sequestro e explosão.

No ano seguinte, outro evento merece destaque, a falsificação do folheto A Folha, em maio de 1977. Os responsáveis pela ação substituíram e divulgaram por uma entrevista do bispo de Diamantina D. Geraldo Sigaud², onde acusava D. Pedro Casaldáliga e D. Tomás Balduino, bispos de São Félix do Araguaia e Goiás, respectivamente, de comunistas. A edição falsificada foi distribuída em várias paróquias da Baixada, no Rio de Janeiro e por outras regiões do país.

A edição do folheto litúrgico de 7 de agosto de 1977 divulgou uma nota de repúdio na seção “Catabis e Catacreses”. Onde também esclarecia as diferenças físicas entre o folheto original e o clandestino, como: a apresentação externa, cor, o título e subtítulo, o expediente e a tipografia da Editora Vozes.

Em abril de 1978, o bispo foi passado por novas ameaças de sequestro. Esse contexto latente de violências fez com que todos os deslocamentos e visitas do bispo fossem

² Entrevista concedida pelo Arcebispo para *O Jornal do Brasil*, e publicada em 4 de maio de 1977.

rastreados. A vigilância foi feita até por um helicóptero durante uma visita sua ao Arrozal, no sul do estado. Neste mesmo ano, foi indicado como um dos 366 delegados à Terceira Conferência Episcopal Latino-Americano, Puebla.

Em 1979, após a volta para o Brasil, D. Adriano recebeu novas ameaças, desta vez por telefone. “O bispo não aprendeu a lição e por isso receberá um castigo ainda mais violento da próxima vez”, diziam (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 2010, p. 39). Em novembro do mesmo ano a Igreja Santo Antônio da Prata, a Catedral e a Igreja de Santa Rita amanheceram pichadas com ofensas ao bispo. No entanto, um novo atentado a vida de D. Adriano ocorreu quando uma bomba explodiu no altar da Catedral Santo Antônio de Jacutinga, em Nova Iguaçu, destruindo o sacrário³. Até então, no Brasil, nunca houve um episódio em que tenha sido feito um atentado à bomba a qualquer igreja. Com a explosão, um bilhete havia sido deixado pelos criminosos com a mensagem acusando o bispo de “proteger os comunistas”.

Em decorrência de tal violência, houve um protesto no dia 23 de dezembro, em que todas as paróquias da Diocese foram fechadas e não teve celebração da palavra. No dia 30, um mutirão caminhou em procissão de aproximadamente 10 mil pessoas por Nova Iguaçu em desagravo a tais atos de violência. Entre os participantes estavam autoridades civis e religiosas representando diversas instituições brasileiras, como: A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e outras mais.

Sua atuação tinha uma profunda relação com os moradores locais e aqueles que tinham contato com suas ideias. Vejamos a seguir um relato relativamente longo do coordenador Octávio Mello, representante da comunidade São Jorge de Vila Tiradentes, publicado pelo Boletim Diocesano, mas que define bem o alcance e impacto da conscientização posta em prática pela pastoral de D. Adriano, sobretudo por meio do semanário A Folha.

Nós aqui em nossa pequena comunidade de São Jorge, situada no Bairro de Vila Tiradentes, acompanhados e estarecidos as notícias sobre o atentado de que o Snr. Foi vítima. Somos aqui um punhado de operários e donas de casa, verdadeiros Zés da Silva e Zefas Maria da Conceição. Mais a gente já sabia que o Snr. Está desagradando a muitos figurões quando analisa os problemas sociaes da Baixada Fluminense, do Brasil e do mundo á luz do

³ Para os católicos apostólicos romanos o sacrário simboliza a presença de Jesus Cristo na Eucaristia.

evangelho de Cristo. Com tudo, nunca pensamos que eles chegariam ao extremo de pôr em prática uma agressão tão violenta quanto covarde. A gente sabe também que eles querem ver o Snr. calado, para que o Zepovinho receba o chicote das injustiças com as mãos pòstas dizendo: << Seja feita a vontade de Deus >>. Para azar deles a reação veio tarde demais, pois os artigos que o Snr. Escreve em <<A Folha >> já são comentados e transformados em teima para reflexão em nossa comunidade. Sem dúvida outras comunidades estão fazendo a mesma coisa. E daí? Daí segue-se que os Zés da Silva e as Zefas Maria da Conceição já começaram a pensar que os males que avolumaram neste mundo não são todos da vontade de Deus. Já começaram a pensar que os mesmos homens que realizaram a maravilhosa viagem á Lua também criaram (e muito antes) as estruturas sociais injustas que vemos e sentimos em nosso Planeta. É por tudo isso Dom Adriano, que nós estávamos no dia 3 do mês corrente, ás 16hs, aí na Catedral de Nova Iguaçu, tomando naquela memorável celebração [...] (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1976, p. 1).

3.2. *Informativo, um novo órgão para a Diocese*

Mesmo com a existência do Boletim Diocesano e do folheto litúrgico A Folha, a sensação de lacuna a ser preenchida pairava sobre a pastoral de D. Adriano. Por isso, foi criado o *Informativo*, em 1977, a fim de complementar o diálogo local, tão priorizado nos debates do Concílio Vaticano II e no CELAM de Medellín.

Este novo órgão para a Diocese tinha características diferentes dos outros dois que o precederam. Ele era menor fisicamente, possuía inúmeras páginas, não tinha seções bem definidas em relação aos números das páginas e regularidade nas diversas edições mensais. Além de ser vendido para as comunidades diocesanas e por lá serem distribuídos aos fiéis.

O *Informativo* possuía a função de dialogar com o exterior da Igreja, os leigos. E para isso, sua abordagem acerca da conscientização popular discutia as mesmas questões do folheto litúrgico, mas de forma singular, com uso de imagens. Parece haver na construção desta cartilha, a ideia de simplificar o diálogo com a sociedade da Baixada, tornar mais didática.

Não se pode dizer que havia uma desconfiança da Diocese de Nova Iguaçu acerca da capacidade de leitura crítica dos moradores locais que tiveram acesso ao impresso. Mas que o diálogo imagético pode provocar uma leitura crítica e singular das realidades locais

e nacionais, que expressassem o que as palavras não poderiam alcançar. Além disso, não podemos descartar o suposto objetivo de garantir que as ideias transmitidas na cartilha alcancem, por intermédio das imagens, aqueles que não possuem pouco ou nenhum domínio da leitura verbal.

As imagens possuem a capacidade de provocar no leitor a articulação dos elementos que a compõem com experiências vividas por ele. A relação do que está sendo visto/lido na imagem com o seu cotidiano é outro meio de se alcançar uma leitura crítica da realidade. Como exemplo, podemos citar a notícia que foi publicada em 1977, argumentando sobre a prisão de colonos, no Pará, por soldados que estariam envolvidos com os interesses de fazendeiros.



Imagem 1- Colonos presos no Pará (Informativo, 1977)

A imagem propõe uma reflexão sobre as violentas lutas sociais que ocorriam no país pelo direito a terra, e melhores condições de vida, que eram fortemente reprimidas pelas elites locais. Podemos ver na imagem que os presos eram homens e mulheres, com seus rostos levemente inclinados para baixo e com um aspecto de incerteza e tristeza acerca de suas condições reais, sobretudo agora que foram presos. A notícia que

acompanha a imagem acima na página da cartilha relata bem a violência sofrida por eles tanto por capangas dos fazendeiros, quanto por soldados.

O Informativo enfatiza em todas as edições a realidade dos trabalhadores. E sempre está explicitando a sua missão, importância e os motivos pelos quais se propõe a agir preferencialmente pelos mais pobres. A imagem a seguir relata bem isto.



Imagem 2 – Missão da Igreja (Informativo, 1977)

Nesta segunda imagem, a cartilha critica a postura da Igreja representada na figura do padre, que caminha feliz sem atentar para a realidade do seu entorno. Além disso, o balão de diálogo do personagem critica a relação do discurso da Igreja que afirma o homem como a “imagem e semelhança” de Deus, mas que mantém uma distancia da humanidade na prática. Importante notar também a diferença física entre os personagens que estão na miséria – magros, com os ossos bem destacados, mal vestidos – e o religioso – bem vestido, bem nutrido.

Sciarreta enfatiza a atuação da Igreja em estimular a conscientização popular na Baixada Fluminense produzindo uma larga quantidade de cartilhas, panfletos e folhetos, como o Informativo, “uma cartilha mensal que se destacava pelo jeito muito divertido de conscientizar, fazendo ironias sobre a situação nefasta do país.” (SCIARRETA, 2012, p. 9).

O autor cita o surgimento da Comissão de Justiça e Paz em 1978, presente na edição fevereiro deste ano, onde o bispo D. Adriano escrevia contra a política de repressão do

regime, justificada pelos militares como medidas de segurança, que acabam por fazer com que os cidadãos se sintam inseguros (SCIARRETA, 2012, p. 10).

Outro assunto abordado pelo texto de Sciarreta, é a importância que a Pastoral Operária da Diocese de Nova Iguaçu detinha nesse processo de conscientização popular. Utilizando “cartilhas para sua obra de conscientização, às vezes com um viés muito criativo” (SCIARRETA, 2012, p. 11). Por algumas edições, o Informativo publicou “A história da classe operária no Brasil”, estudo sob responsabilidade da Ação Católica Operária. O período abordado pelo estudo compreendia como período inicial a chegada dos europeus na América Portuguesa, em 1500, se estendendo até o século XX.

4. OS LIMITES ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO NO BISPADO DE D. ADRIANO

Dom Adriano foi inúmeras vezes criticado e perguntado a respeito da sua atuação na Diocese de Nova Iguaçu. Em entrevistas sempre pontuou os limites que podem e devem haver na relação entre política e religião. Para ele a Igreja deve agir de acordo com sua missão profética, denunciando as deformações sociais que marcam as realidades das populações mais carentes.

Em sua concepção é válido o diálogo entre governantes e bispos a respeito de tensões existentes em determinada realidade, como, por exemplo, no contexto de repressão em que viviam durante os períodos da ditadura. Mas que nesse contato, a Igreja não assuma uma postura de poder em frente do poder. Com isto, ele pretende dizer que a Igreja tem um poder moral, mas que não deve atuar como um poder concorrente ao poder político, ao governo. Ele ainda vai mais além, acredita que o clero deve ir para esse diálogo como um cidadão comum, como parte do “Povo”⁴, a fim de representar os demais necessitados. Como podemos ver, ele não enxerga sua atuação como uma dimensão política, mas como extensão da missão da Igreja.

Dom Adriano se dizia confiante na política, e pensava na democracia como sistema político ideal de Governo. Sempre afirmou que a Igreja deve se preservar de qualquer comprometimento político e que não deve se identificar com nenhum partido político, assim como, não ter seu próprio partido. Ele possui uma concepção rígida acerca da

⁴ D. Adriano se referia desta forma, com “P” maiúsculo, a população mais humilde, como forma de demonstrar o respeito que tinha para com aquelas pessoas. Tãmanha era a importância dos fiéis da Baixada Fluminense para ele, que afirmava ter sido convertido profundamente.

distancia que a Igreja deve ter em relação a um regime, sistema, ideologia e cultura. Lamenta, inclusive, que no passado a Fé e Império tenham agido como uma simbiose, que servia a interesses imperialistas de dominação sobre outros povos. Seu partido político ideal é o que mais refletir a vida do povo.

Ainda sobre a questão do serviço da Igreja as elites durante séculos passados, ele afirma que as Igrejas nos países colonizadores, como a Espanha, são muito mais suntuosas que no Brasil. Isto porque foram construídas com o sangue e suor dos escravos, o que era uma expressão do quanto aquela sociedade tinha como suporte a Igreja. Esta sempre foi mantida intimamente ligada aos núcleos de poder das sociedades ao longo do tempo.

Em contraposição, apesar de não pretender acusar os cristãos passados e incluir valores e concepções da Igreja atual para a Igreja do passado, ele enfatiza a importância do Concílio Vaticano II e dos CELAMs de Medellín e de Puebla, que contribuíram enormemente para a transformação da Igreja para a realidade dos oprimidos.

O bispo sempre buscou pontuar que a única inspiração para sua pastoral partia de Jesus apenas. E assim terminou a publicação de *A Folha*, em 1993, enfatizando a distancia que tinha sua pastoral das ideologias de esquerda.

Duas referências predominaram em todos os números de *A Folha*: a referência a Jesus Cristo, único salvador e mediador da humanidade, e a referência ao Povo de Deus. Daí se pode entender e interpretar os artigos, os comentários as críticas as provocações, as experiências contidas nos artigos (DIOCESE DE NOVA IGUAÇU, 1993, p. 1).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a opção pelos pobres por parte de uma instituição que tradicionalmente esteve a serviço da manutenção dos privilégios de determinados grupos não é um exercício simples. Mas que certamente faz atentar para a capacidade de manutenção do poder e reformulação da Igreja.

A história do político em relação à religião, proporciona ao historiador perspectivas um tanto desafiadoras e novas. Como a participação do episcopado na realidade local, que pode gerar uma dinâmica riquíssima para se entender um determinado período histórico, seja ele qual for.

D, Adriano foi convocado a participar do Concílio Vaticano II, e absorveu minuciosamente o modelo de Igreja que resultou deste evento que se tornou o mais

importante do século para a esfera religiosa católica. Ele se empenhou fortemente em construir, ao lado das lideranças locais já existentes na Baixada, uma Igreja servidora dos mais necessitados. Uma Igreja que rompesse com aquela estrutura tradicional em que a elite detém todo o controle por intermédio de suas doações financeiras. Queria uma Igreja inclusiva, preocupada com as necessidades e problemas das comunidades em seu entorno.

A Diocese de Nova Iguaçu se tornou um exemplo da oposição eclesiástica que se sobressaiu na década de 1970 e teve fortes episódios de atritos com o regime civil-militar, como os atentados a pessoa do próprio bispo diocesano. Com certeza um dos casos mais emblemáticos da história da Igreja Católica no século XX.

Os impressos *A Folha* e o *Informativo* são de extrema importância para o entendimento da postura da Igreja e sua influência sobre a população durante o período de repressão da década de 1970, sob efeitos da crise do Milagre Econômico.

Mas devemos atentar principalmente, na questão do advento da atuação da Igreja em detrimento dos pobres ter iniciado a partir da base religiosa em consonância com os movimentos leigos e com a atmosfera de busca pela libertação em diversos países. Isto porque a Igreja é constituída por fiéis que se inserem no cotidiano em diferentes conflitos existentes na sociedade – classes, frações de classes – e estão influenciados por diferentes ideologias difundidas socialmente. Desta maneira, esses mesmos fiéis, quando participam das atividades religiosas, inserem a Igreja nestes conflitos sociais.

A análise referente à atuação da Igreja não deve ser destacada da análise do contexto temporal e local em que está inserida. O cristianismo da libertação, o Concílio Vaticano II, os CELAMs de Medellín e Puebla e a Teologia da Libertação são movimentos que surgiram de uma experiência dos conflitos sócias presentes nas realidades internacionais e locais.

Interessante notar também, que a Igreja teve uma atenção amplamente destinada a educação popular. *A Folha* e o *Informativo* são exemplos claros da importância que a Diocese de Nova Iguaçu enxergava no processo de conscientização. A reciprocidade da sociedade para com a atuação da Igreja revela o alcance e êxito deste processo evangelizador, para D. Adriano, e subversivo, aos olhos de grupos opositores, como os militares.

Neste trabalho não pretendemos esgotar os diversos assuntos que podem ser analisados e que são extremamente importantes existentes nos impressos. Escolhemos,

dentro de algumas limitações, os assuntos em detrimento do recorte cronológico que consideramos de maior violência na região.

REFERÊNCIAS

1. Fontes históricas impressas:

DIOCESE DE NOVA IGUAÇU. *A Folha* – Ano 1976 - 1979.

_____. *A Folha* – Ano 1993.

_____. *Boletim Diocesano*. 1977-88.

_____. *Informativo*. 1977-1979.

_____. *Diocese de Nova Iguaçu. 50 anos de missão (1960-2010)*. 2010.

2. Bibliografia geral:

BEOZZO, J. O. *Pacto das Catacumbas: por uma Igreja servidora e pobre*. Paulinas. 2015.

BRITTO, Lucelmo L. Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina. *Revista Espaço Acadêmico* – nº 111 – agosto de 2010. p. 81-89. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/viewFile/10681/5854>>. Acesso em: (20 ago. 2017).

BOFF, Leonardo. *Teologia da libertação e do cativo*. Vozes. Petrópolis. 1980, p. 16-17.

BOFF, Clodovis M. A interpelação dos pobres hoje em nível mundial. PUEBLA – Caminada libertadora Del pueblo latinoamericano: experiencias y reflexiones. Ano 6 – nº 26 – Março 1984.

BORDIN, Luigi. *O marxismo e a Teologia da Libertação*. Rio de Janeiro. Editora Dois Pontos. 1987.

LOWY, Michael. “As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação”. In: FERREIRA, Jorge e AARÃO REIS, Daniel (Orgs.). *Revolução e Democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 303 – 320.

SCIARRETTA, M. O “68” do Catolicismo Brasileiro e sua Atualidade: o exemplo da Diocese de Nova Iguaçu. In: *Caminhos* (Goiânia. Online), v. 10, pp. 5-18, 2012.

Disponível em:

<<http://tede2.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/2451/1513>>. Acesso em: (19 ago. 2017).

SCOTT, Mainwarig. *Igreja católica e política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo, Brasiliense, 1988.



UM LUGAR DE MEMÓRIA AO PAPABILE¹: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NO MEMORIAL CARDEAL DOM LUCAS 2003-2013

Vandelir Camilo*

Resumo: O presente trabalho tem como objeto o Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, instituição de memória composta por um museu, uma biblioteca e um arquivo pessoal. Personagem emblemático da Igreja Católica brasileira, dom Lucas Moreira Neves (1925- 2002) atuou no país e no exterior entre 1950 e 2000, desempenhando, nesse período, entre outras funções, as de frade dominicano e bispo-auxiliar de SP, além de arcebispo, cardeal e primaz do Brasil (1987-1998), presidente da CNBB (1995- 1998) e prefeito da Congregação dos Bispos (1998-2000). Um ano após sua morte foi inaugurado um memorial em sua homenagem em São João Del Rei, sua cidade natal. Trata-se de um estudo de caso que buscou identificar os agentes responsáveis pela criação e organização desse lugar de memória, bem como as condições sociais e políticas que viabilizam o empreendimento. Especial atenção foi dada aos acervos museológico, bibliográfico e arquivístico depositados no Memorial visando compreender o papel que desempenham na construção da imagem de dom Lucas Moreira Neves, bem como às iniciativas de cunho cultural que vêm sendo empreendidas pela instituição.

Palavras-chave: Dom Lucas Moreira Neves; lugar de memória; legado; coleções; Igreja Católica.

Abstract: The present work has as object the Memorial Cardinal Dom Lucas Moreira Neves, memory institution composed of a museum, a library and a personal archive. An emblematic figure of the Brazilian Catholic Church, Dom Lucas Moreira Neves (1925-2002) worked in the country and abroad between 1950 and 2000, during which time he worked as a Dominican friar and auxiliary bishop of São Paulo, as well as archbishop, Cardinal and Primate of Brazil (1987-1998), President of the CNBB (1995-1998) and Prefect of the Congregation of Bishops (1998-2000). One year after his death, a memorial was inaugurated in his honor in São João Del Rei, his hometown. It is a case study that sought to identify the agents responsible for the creation and organization of this place of memory, as well as the social and political conditions that make

¹ Papabile é como se denominam os cardeais favoritos para a sucessão papal, segundo a imprensa e os vaticanistas. Um ditado romano diz que quem entra num conclave como papabile sai como cardeal. O cardeal dom Lucas foi por longo tempo apontado como um papabile latino-americano.

* Mestre em Ciências Sociais/CPDOC - Fundação Getúlio Vargas. Integrou o laboratório de Pesquisa, Acervo, Memória e Informação cadastro no LAMI CPDOC FGV RJ, e atualmente participa do laboratório História e Catolicismo do IFCS.



feasible the enterprise. Special attention was given to the museological, bibliographical and archival collections deposited in the Memorial in order to understand the role they play in the construction of the image of Dom Lucas Moreira Neves, as well as to the initiatives of a cultural nature that have been undertaken by the institution.

Key words: Dom Lucas Moreira Neves, places of memory, legacy, collections, Catholic Church

1. INTRODUÇÃO

Minha pesquisa busca explorar a construção social do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves, localizado em São João del-Rei, no estado de Minas Gerais. Buscamos problematizar a história, os agentes, os desafios e as estratégias de legitimação da memória de dom Lucas em seu Memorial, tomando por base a categoria “lugar de memória” do historiador Pierre Nora. (1994)

Entende-se por lugar de memória os locais investidos de um desejo de memória e que agregam as dimensões material, funcional e simbólica. Lugar de memória é uma categoria que serve para designar diferentes objetos abstratos (comemorações, homenagens, elogios fúnebres) ou concretos (um monumento, uma praça, uma estátua, uma pintura, um museu, um memorial). Nessa perspectiva, lugar de memória é toda unicidade que, através da vontade dos homens, e do tempo, foi transformado em legado memorial de qualquer comunidade.

O Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves é composto por um museu, pela biblioteca e pelo arquivo pessoal do cardeal. O museu reúne os artefatos que pertenceram a dom Lucas (cruzes, paramentos, mitras e medalhas), a biblioteca pessoal do cardeal contém diversas obras raras de cunho religioso, disponível a comunidade, e o arquivo guarda todos os documentos pessoais de dom Lucas, tais como, missivas, jornais, requerimentos, convites e fotografias. A biblioteca e os objetos pessoais de dom Lucas ocupam lugar de destaque nesta instituição: os livros evocam a erudição do titular, e os objetos remetem à alta hierarquia da Igreja à qual pertenceu. Contudo, o arquivo permanece ainda hoje, sem tratamento arquivístico, e é silenciado pela instituição.

Esse texto é resultado de uma dissertação de mestrado defendida na Escola de Ciências Sociais do CPDOC, na FGV. A pesquisa de campo buscou analisar diferentes fontes, tais quais, documentos internos do Memorial, escritura, jornais da cidade e depoimentos do cardeal. O texto pretende caminhar apresentando aspectos da trajetória desse personagem e, a partir daí, discutiremos situações relacionadas às estratégias de memória de lugares caracterizados como Memorial e o papel que desempenham na construção da memória de dom Lucas.

Vale registrar que esse trabalho não buscou estabelecer ou problematizar a trajetória desse cardeal, contudo, é preciso referenciar essa história para poder demonstrar como essa trajetória refletiu em um lugar para sua memória após a sua morte.

Dom Lucas Moreira Neves¹ foi um cardeal brasileiro nascido em 1925, na cidade de São João del-Rei, em Minas Gerais e, falecido em Roma, em 2002. Figura emblemática na Igreja Católica, formou-se pela Escola dos Frades Pregadores do estado de São Paulo e, em seguida, concluiu seus estudos teológicos no Convento dominicano de Saint-Maximin, na França, onde se tornou frade em 1950.

Frei Lucas atribuía sua escolha pela ordem dominicana à influência do frei Sebastian Tauzin, frade dominicano de Bordeaux, que viveu muitos anos em Minas Gerais como missionário, celebrando e organizando retiros em diferentes cidades.² De passagem por São João Del Rei no final dos anos 1930, ele despertou seu interesse pela ordem dominicana (NEVES; VAYNE, 2006, p. 11), que, no final dos anos 1930, gozava de grande prestígio³. De volta ao Brasil em 1952, aqui assumiu diferentes cargos. Foi coordenador do Movimento Familiar Cristão (MFC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC), redator da revista *Santo Rosário* e vice-mestre dos noviços no recém inaugurado Convento São Tomás, no bairro do Leme no Rio de Janeiro.⁴

Em 1967, foi nomeado pelo Papa Paulo VI bispo auxiliar do cardeal Agnelo Rossi, em São Paulo, e confirmado em 1970 como auxiliar de dom Paulo Evaristo Arns, desempenhando essas funções até 1974⁵. Nesse período, tornou-se ainda líder da “área de comunicações da arquidiocese de São Paulo e da CNBB e, assim, falava em nome do episcopado inteiro sobre assuntos de imprensa” (SERBIN, 2001, p. 350).

¹ O nome de registro civil era Luiz Moreira Neves, somente após o noviciado na ordem dominicana em 1944, é que houve a troca de nome para Lucas, em homenagem ao evangelista São Lucas. (NEVES, VAYNE, 2006)

² Dom Lucas estudou no seminário dos Padres Lazaristas em Mariana, MG, no período de 1938 a 1942. Em 1943, solicitou transferência para a Ordem Dominicana em São Paulo, vindo a residir no Convento Santo Alberto Magno. (NEVES, VAYNE, 2006)

³ O cardeal Eugenio Pacelli, ingressou na ordem dominicana em 1935, eleito Papa Pio XII, em 1939, a Igreja teve como seu líder máximo, até 1958, ano da sua morte, um dominicano chamando-se “Tomás - Alberto. Fonte: <http://stdominic3order.blogspot.com.br/2010/05/cardeal-pacelli-futuro-papa-pio-xii-e.html>. 14 de agosto de 2017

⁴ A comunidade dominicana no Rio de Janeiro foi fundada como casa em 1927, somente em 1952, foi erigida em Convento. Na época, os contemporâneos do então frei Lucas foram dentre os quais os frades Marcus Faria; Bruno Palmas. Disponível em: <http://www.dominicanos.org.br/site457/detalhes8.php?id=39>.

⁵ Interessante registrarmos que, se os dominicanos não eram bem vistos pelo regime militar, desde 1964, também não eram bem vistos pela alta hierarquia da Igreja. Kenneth Serbin, cita que o alto clero representado por Dom Aloisio Lorscheider e Dom Vicente Scherer formavam um grupo de “bispos que menos simpatia demonstravam pelos dominicanos” (SERBIN, 2001, p.268). Contudo, a desconfiança, tanto do regime, como da alta hierarquia, não foram impedimento para a ascensão de um frade dominicano, ao cargo de bispo auxiliar de São Paulo, em 1967. Em sua entrevista de história de vida dom Lucas declara que “Eu tinha sido nomeado bispo, para São Paulo, três anos após a instalação dos militares no poder. As relações da Igreja com o governo eram delicadas, particularmente porque a Ação Católica não podia trabalhar normalmente. Graças aos meus relacionamentos, eu visitava os presos políticos, nas prisões da polícia e naquelas do Exército. Algumas vezes acontecia de eu conseguir, dos militares, um tratamento mais humano para um ou outro prisioneiro” (NEVES, VAYNE, 2006.p.41)

Entre 1970 e 1974, dom Lucas participou, ao lado de outros bispos e cardeais brasileiros, da Comissão Bipartite⁶, cuja função era manter a comunicação do episcopado com comandantes militares e emitir notas oficiais em nome da comissão. A comissão funcionou até o rompimento dos religiosos com os militares após ataques a integrantes da Juventude Estudantil Católica (JEC), da Juventude Operária Católica (JOC) e à sede do Instituto Brasileiro de Apoio ao Desenvolvimento (Ibrades). Nessa ocasião, dom Lucas queixou-se – primeiro pessoalmente e, em seguida, através de carta – ao presidente general Emílio Garrastazu Médici sobre o sistema repressivo do governo brasileiro. (SERBIN, 2001)

Dentre as suas atividades naquela arquidiocese, dom Lucas visitou presos políticos no DOPS, e em julho de 1973, defendeu a apuração da morte do estudante Alexandre Vannuchi Leme pela comissão. Contudo, foi bastante criticado pela ala progressista da Igreja porque teria se recusado a testemunhar sobre as marcas de tortura no frei dominicano Tito de Alencar⁷. (SERBIN, 2001, p.268). No depoimento redigido na prisão em fevereiro de 1970, Tito declarou que:

Na segunda noite recebi a visita do juiz auditor, acompanhado de um padre do convento e um bispo auxiliar de São Paulo. Haviam sido avisados pelos presos políticos do presídio Tiradentes. Um médico do hospital examinou-me à frente deles mostrando os hematomas e cicatrizes, os pontos recebidos no Hospital das Clínicas e as marcas de tortura (ALENCAR, 1970).

Na entrevista concedida ao jornalista franco-italiano François Vayne, dom Lucas afirma que preferia dialogar diretamente com o comando militar, em vez de fazer denúncias na imprensa:

Os guerrilheiros haviam prendido, como refém, o embaixador da Suíça. Eles tinham conseguido, em troca, a libertação de Tito de Alencar. Esse jovem dominicano sofreu muito por uma causa

⁶ Comissão secreta, montada no período militar, formada por membros da alta hierarquia da Igreja Católica e das Forças Armadas. Funcionou em meados da década de 1970, com o objetivo de manter um diálogo da Igreja com alto comando militar, representado pelo general Antônio Carlos Muricy, chefe do Estado-Maior do Exército (SERBIN, 2001, p. 21).

• ⁷ É controverso os fatos que envolvem a recusa de dom Lucas nesse depoimento, o autor não apresenta as fontes primárias, tendo como base os livros *Batismo de Sangue*, de Frei Beto, (2000), e *Tiradentes, um presídio da ditadura: memórias de presos políticos*, de Almada et al, (1997). Infelizmente, o arquivo pessoal do cardeal apresenta lacunas anteriores ao período de 1974. Carecendo de maiores informações que indiquem essa recusa do então bispo auxiliar de SP, ao advogado Mario Simas no julgamento de Frei Tito.

que ele acreditava justa. Irmão Tito foi jogado na guerrilha por irresponsáveis que nada arriscaram. Frágil de temperamento, Tito foi vítima daqueles que o incitaram ao fanatismo. Como bispo de São Paulo, eu procurei visitar e consolar os prisioneiros, dentre os quais esse frade. Que outra coisa poderia eu fazer? (NEVES; VAYNE., 2006, p. 41)

A partir de 1974, foi transferido para o Vaticano como vice-presidente do Conselho para os Leigos, órgão recém-criado pelo Papa Paulo VI, iniciando ali uma longa amizade com o cardeal polonês Karol Wojtyla, futuro Papa João Paulo II. A partir de 1978, a pedido do então Papa João Paulo II, acumulou as funções de secretário do Colégio dos Cardeais e de secretário da Congregação dos Bispos⁸, cabendo a ele importante poder de influência nos pareceres finais na escolha de todos os bispos da Igreja Católica de rito latino na década de 1980. Em setembro de 1987, foi transferido para o Brasil como arcebispo e Primaz do País e passou a residir em Salvador, Bahia⁹. Por essa época, provocou polêmicas com grupos oriundos de religiões afro-brasileiras e ainda travou embate com diferentes setores dos meios sociais, políticos e de comunicação. No mesmo período, foi eleito presidente da CNBB e selecionado para a Academia Brasileira de Letras e para a de Filosofia.¹⁰

Após onze anos no país, no primeiro semestre de 1998, retornou a Roma, assumindo um dos cargos mais importantes da hierarquia da Igreja Católica: a Igreja Suburbicaria de Sabina Poggio-Mirteto, sendo elevado a cardeal-bispo¹¹, além disso foi designado presidente da Congregação dos Bispos e da Pontifícia Comissão para a

⁸ A Congregação dos Bispos é um organismo da Cúria Romana responsável pela criação de dioceses, prelazias territoriais e pessoais, ordinariatos militares (forças armadas, policiais militares e corpo de bombeiros) e outras formas de igrejas particulares locais. Acompanha a nomeação de todos os bispos e o exercício de suas atividades episcopais em toda Igreja de rito latino

⁹ Em entrevista a François Vayne, dom Lucas afirma não saber se sua indicação para ocupar o cargo de primaz do Brasil após a morte de dom Avelar Brandão, em 1987, foi um desejo pessoal de João Paulo II, ou uma indicação de seu superior e amigo pessoal, o cardeal Bernadin Gantin, do Benin e então presidente da Congregação dos Bispos (NEVES; VAYNE, 2003, p. 50).

¹⁰ Disponível em: <http://www.academia.org.br/academicos/lucas-moreira-neves-dom/biografia>.

¹¹ Um cardeal-bispo é um dos cargos mais importantes da Igreja. Esses cardeais assumem em ex officio as dioceses mais antigas de Roma, composta pelas respectivas igrejas suburbicarias de Roma, essas dioceses cardinalícias ficam localizadas na região do lacio em torno de Roma: 1) Óstia; 2) Porto-Santa Rufina; 3) Albano; 4) Frascati; 5) Palestrina; 6) Sabina-Poggio-Mirteto; 7) Velletri-Segni.

América Latina¹². No mais, tornou-se um dos sete cardeais-bispos da Igreja¹³. Até que, em setembro de 2000, renunciou a todos os cargos no Vaticano por motivos de saúde. Dom Lucas faleceu em Roma, em setembro de 2002, aos 77 anos. Seus funerais foram realizados na Basílica de São Pedro e contaram com a presença de diferentes autoridades – as exéquias foram celebradas por João Paulo II e concelebradas pelo cardeal Joseph Ratzinger, futuro Papa Bento XVI.

Após a transferência de seus restos mortais para o Brasil, suas exéquias receberam honras de chefe de estado e seu corpo foi sepultado na Catedral Basílica de Salvador, na Bahia, em celebração que contou com a participação de todos os cardeais brasileiros, além de políticos de diferentes correntes.

Ao longo de sua trajetória, diversas autoridades e órgãos da imprensa conjecturavam sobre a possibilidade desse cardeal tornar-se um substituto de João Paulo II, tendo seu nome configurado nas listas de um papabile latino-americano.

Pretendo chamar atenção para a imagem monumental que se estabelece desse personagem e que reflete na monumentalização de um lugar para sua memória. Nesse sentido, a narrativa memorial busca estabelecer os atributos de religioso, jornalista, intelectual e principalmente conjecturado a assumir a cátedra de Roma, levando a instituição adotar uma narrativa de um lugar de memória de um possível Papa brasileiro. Conforme afirma padre Ramiro Gregório, atual diretor do Memorial Dom Lucas em entrevista, “se Deus não é brasileiro, o Papa quase foi”¹⁴

Destarte, acompanhando a divisão adotada pela própria instituição em seu espaço físico, a biblioteca, o museu e o arquivo merecerão, cada um deles, um item específico. A biblioteca do cardeal ocupa lugar de destaque não só no espaço físico da sede, como também no discurso institucional. O museu também tem destaque, sendo responsável por produzir a conexão do visitante com a religiosidade e a sacralidade representada pelos objetos. O arquivo pessoal, classificado em 136 caixas de arquivo poliéster, é claramente silenciado pela instituição, encontrando-se, ainda hoje, sem tratamento arquivístico e inacessível à consulta. No mais, foi fundamental, um diálogo

¹² A Pontifícia Comissão para a América Latina é um organismo da Cúria Romana que tem por função promover estudos doutrinários e pastorais relativos ao desenvolvimento da Igreja na América Latina.

¹³ Cardeal-bispo ou cardeal da Ordem dos Bispos é o título daqueles escolhidos para presidir uma das sete sédes suburbicárias de Roma. 1) Ostia; 2) Porto Santa Rufina; 3) Albano; 4) Frascati; 5) Palestrina; 6) Sabina-Poggio Mirteto que teve como titular o cardeal dom Lucas no período de 1998 a 2002.

¹⁴ Fonte: <https://saojoaodelreitransparente.com.br/works/view/97>. Acesso 7 de agosto de 2017

com as entrevistas concedida pelos instituidores desse lugar, associada as declarações do cardeal em sua história de vida, publicada no Brasil, em 2006.

2. O MEMORIAL CARDEAL DOM LUCAS MOREIRA NEVES

Em setembro de 2000, após tornar-se emérito aos cargos no Vaticano, dom Lucas, com auxílio de uma rede de colaboradores que incluía, seus irmãos, a igreja católica local através de sua diocese e outros conterrâneos, inicia as primeiras tratativas de criar um memorial com seu nome para abrigar seus livros e objetos após a sua morte – medida tomada estrategicamente no processo de monumentalização de sua memória, justificada como preservação e divulgação de sua trajetória, assumindo os sentidos de legado do religioso e reunidos sob a marca de “patrimônio cultural de Dom Lucas”. É interessante observamos como o cardeal é personagem fundamental no processo de institucionalização de sua própria memória, tendo opinado, sobre o valor na aquisição da futura sede do Memorial, e sobre o destino final, de seus livros e objetos.

Dessa forma, a memória do cardeal foi institucionalizada em 7 de maio de 2003, oito meses após a sua morte, mediante a assinatura da escritura que dispunha sobre a criação da Fundação Memorial Dom Lucas pelas irmãs do cardeal e por representantes da Igreja Católica local.

Todos os objetos e obras de arte que pertenceram ao cardeal (quadros, ampolas, crucifixos e mitras etc.) estão listados na escritura. É interessante notar que o documento não menciona o arquivo pessoal de dom Lucas, que recebeu, em 2015, o título de “arquivo pessoal de interesse público e social” do Arquivo Nacional.¹⁵

Além disso, a instituição busca anualmente atualizar a memória do cardeal naquela comunidade. Para isso se realiza no mês de setembro a “semana cultural dom Lucas”, em sua 7ª edição, conta diversas apresentações artísticas, e parcerias com a UFSJ e Academia Brasileira de Letras no lançamento de duas obras póstumas do religioso.

Entenderemos essas medidas como estratégias de memória, ou seja, eventos que busquem atualizar, renovar e requalificar os fatos passados que se deseja preservar. A direção da instituição recorre ainda a outras estratégias de memória tal qual as comemorações que se realizam anualmente a “semana cultural dom Lucas” em evento concorrido no centro histórico da cidade.

¹⁵ <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/ultimas-noticias/519-dom-lucas>

2.1 A biblioteca do cardeal dom Lucas

A biblioteca tem lugar especial no Memorial, sua instalação foi feita com muito cuidado. Com ela pretende-se representar o intelectual e impressionar pesquisadores e visitantes. As estantes de madeira e o conjunto formado por mesas de estudo reconstróem o ambiente de uma biblioteca institucional e convidam à leitura e ao exercício intelectual.

Formada por aproximadamente 10 mil livros¹⁶, dos quais 70% são obras de cunho religioso.¹⁷ A questão da quantidade total de livros dessa biblioteca foi controversa.¹⁸ A escritura do Memorial, datada de maio de 2003, indica aproximadamente 20 mil livros. Em setembro de 2004, após a inauguração, a instituição informava, em material de divulgação que a biblioteca do Memorial reunia 40 mil livros.¹⁹ E esse número não parava de crescer. Na entrevista concedida em 2013, por ocasião da comemoração dos dez anos de funcionamento da instituição, a irmã do cardeal e diretora do Memorial, informou, de forma categórica, haver no memorial “uma biblioteca com 50 mil títulos em vários idiomas...”²⁰

A biblioteca ocupa todo o andar térreo da instituição, localizando-se atrás do *foyer* principal. Alguns livros refletem a trajetória de dom Lucas, quer como estudante na França (1947-1951), quer como cardeal e Primaz do Brasil (1987-1998), época em que se envolveu em diversos debates relacionados ao universo religioso de matriz africana. A temática dos livros remete, em grande parte, à filosofia tomista.²¹

Há, também, obras ficcionais, romances e grande quantidade de estudos etnológicos de pesquisadores da cultura afro-brasileira, como Edson Carneiro, com

¹⁶ Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/Declaracao/pareceres/Parecer_22_Dom_Lucas.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2017.

¹⁷ MEMORIAL Dom Lucas é aberto ao público. *Gazeta de São João del Rei*, São João Del Rei, set. 2003.

¹⁸ A biblioteca do Memorial Dom Lucas utiliza o mesmo sistema utilizado pela UFSJ. Atualmente as obras estão todas informatizadas, podendo, em breve, serem também disponibilizadas para consulta *on-line*. A parceria foi uma iniciativa entre a irmã do Cardeal e o então chefe da biblioteca, que cedeu o sistema para Stella digitalizar os livros. O fato ocorreu a partir de 1998, com a transferência da biblioteca para São João del-Rei.

¹⁹ Folder institucional, Memorial Dom Lucas, São João del-Rei, 2004.

²⁰ Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2013/03/10/interna_internacional,355887/na-intimidade-dos-papas.shtml>

²¹ É a filosofia escolástica de São Tomás de Aquino, frade dominicano do século XIII, que se caracteriza pela tentativa de conciliar aristotelismo e cristianismo, ou seja, a filosofia tomista é a metafísica a serviço da teologia. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Tomismo>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

Religiões negras e Candomblés da Bahia; Ruth Landes, com *A cidade das mulheres*, e Pierre Verger, com *Orixás e Dieux D'Afrique*. A atuação de dom Lucas como Primaz do Brasil levou-o a ter diversos embates com autoridades candomblecistas e pesquisadores de matriz afro-brasileira em questões relacionadas ao sincretismo religioso. As divergências culminaram com a proibição da lavagem das escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim, em Salvador, por filhas e mães de santo.

Além disso, reúne diversos livros de autores que dom Lucas leu no contexto de sua formação teológica em Saint-Maximin, na França. Possui diversos livros escritos por mulheres, freiras carmelitas e dominicanas, todas canonizadas ou beatificadas pela Igreja, tais como Santa Catarina de Sena, Beata Isabel da Trindade e Santa Teresa do Menino Jesus, a “Teresa de Lisieux”, e um número significativo de livros hagiográficos e estudos sobre Santa Teresa. Dom Lucas liderou um movimento no Vaticano para essa santa receber o título de doutora pela Igreja Católica, em 1997.²² Em sua entrevista de história de vida, ele esclarece que “quando falo de Teresa, Doutora da Igreja, não estou falando de uma doutrina acadêmica, mas de uma doutrina espiritual”, e informa textualmente que, “escrevi ao Papa João Paulo II para lhe pedir que declarasse Teresa doutora da Igreja...” (NEVES;VAYNE, 2006. p:25).

Além de uma predominância de autores franceses na biblioteca, é interessante observar a presença, nas estantes, de diferentes filósofos contemporâneos ao próprio dom Lucas. Certamente, a leitura desses escritores deveria ser incentivada pelos próprios mestres da escola teológica de Saint-Maximin. Há livros de Joseph-Marie Perrin, Jacques Maritain, Gustave Thibon, Simone Weill, e Georges Bernanos, em diferentes edições e idiomas. Em sua entrevista de história de vida, dom Lucas registra que na ocasião de sua transferência do seminário dos padres Lazaristas para a ordem dos frades dominicanos, o arcebispo da cidade de Mariana, muito conservador, não viu com bons olhos sua passagem para ordem dos pregadores, justamente por ele não aprovar a renovação litúrgica adotada pelos frades dominicanos, então baseada na filosofia de Jacques Maritain, expressa em seu “humanismo integral” do qual os frades dominicanos, em especial os franceses, eram incondicionais adeptos (NEVES;VAYNE, 2006, p.11). Além disso, na mesma entrevista, ele exalta a influência recebida dos frades dominicanos franceses na Escola de Saint Maximan, em

²² Disponível em <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1997/documents/hf_jp-ii_hom_19101997.htm>. Acesso em: 17 jan. 2017.

especial ao frade Joseph Perrin:

O Padre Perrin era meu confessor extraordinário. Ele vinha a Saint- Maximin quatro vezes por ano. Eu aguardava esses encontros com impaciência. Ele me falava de Simone Weill, a filósofa cujo contato com Gustave Thibon ele intermediou. Correspondi-me, por longo tempo, com Padre Perrin que, apesar da cegueira, batia à máquina (NEVES, VAYNE, 2006, p. 18).

De acordo com o *folder* lançado em 2003, a biblioteca faz parte do “patrimônio cultural de dom Lucas”.²³ Dessa forma, essa biblioteca assume os sentidos de uma ideia de legado intelectual do cardeal.

2.2 O museu do Memorial dom Lucas

O museu é composto por diversos objetos religiosos: batinas, paramentos, mitras, anéis episcopais, báculos, imagens religiosas, âmbulas, teca, aspersório, ostensórios, manustérgio, chirotecas, cálices, patenas, crucifixos, solidéus e ícones.

Além desses objetos, a instituição expõe títulos, comendas e diplomas recebidos por dom Lucas de instituições civis, militares e políticas. Esses objetos conferem legitimidade e autenticidade à instituição, por terem sido objetos pertencentes e de uso do cardeal. Esse fato também é ressignificado pelos agentes responsáveis pela instituição, por meio de exposições, homenagens, obras póstumas, enfim, medidas que permitam renovar e preservar esse legado.

Outras vitrines expõem os paramentos e objetos religiosos, como o anel cardinalício concedido pelo Papa João Paulo II, em 1988²⁴, e o anel episcopal, recebido em 1967 em uma cerimônia celebrada pelo cardeal dom Agnelo Rossi²⁵ e concelebrada

²³ Fundação Memorial Dom Lucas. Folder institucional de divulgação. São João del-Rei, 2003.

²⁴ O rito do consistório de um Cardeal dá-se com a entrega do barrete vermelho, a bula de nomeação e o anel cardinalício que representa o vínculo do indicado com o Papa. Cada papado possui imagem própria criada pelo Papa para seus Cardeais. O desenho anelar do papado de João Paulo II recria a passagem da cena da crucificação. Disponível em: <<http://www.a12.com/formacao/detalhes/tornando-se-um-cardeal-ou-ritual-do-consistorio>>. Acesso em: 23 out. 2016

²⁵ Nascido em Campinas em 1913, foi um dos alunos fundadores do Colégio Pio Brasileiro. Ordenado sacerdote em 1937 em Roma, em 1956 foi nomeado Bispo de Barra do Piraí/RJ. Indicado a Arcebispo de

pelo frade dominicano Alano du Noday.²⁶ Encontram-se também em exibição, ainda no primeiro andar, uma estola²⁷ e o pálio²⁸ de arcebispo de Salvador, concedido em 1987. A *estola* de dom Lucas – peça na cor vermelha, ricamente ornamentada com bordados e franjas, que lhe foi presenteada por João Paulo II – ocupa lugar de destaque no museu (NEVES; VAYNE, 2006, p. 56), sendo a única peça que possui legenda. Em um quadro ao lado da vitrine é possível ler a informação, escrita pelo próprio dom Lucas, de que a *estola* lhe fora cedida em 1987.

O próprio dom Lucas investe essa *estola* de grande simbolismo. Na entrevista concedida a François Vayne, ele conta que a *estola* lhe foi dada na residência papal de verão, em Castel Gandolfo, em uma cerimônia religiosa restrita aos dois prelados, e “foi tecida para o Santo Padre pelas carmelitas de Palermo. Eu a uso toda vez que vou pela primeira vez a uma paróquia, ou por ocasião de um evento diocesano” O cardeal afirma que o fato de ter recebido uma *estola* do próprio Papa simbolizou a confiança que João Paulo II depositava nele por ocasião do seu retorno ao país como Primaz do Brasil. “Mais que qualquer coisa, ele deu-me uma estola, de seu uso particular, quando me confiou o manto de arcebispo...” (NEVES; VAYNE, 2006, p. 56). Fica claro que dom Lucas investiu fortemente no cultivo da imagem de homem da confiança do Papa polonês.

São Paulo em 1964, no ano seguinte recebeu o barrete cardinalício. Duramente criticado por negar a ocorrência de tortura no país após a implantação da ditadura militar, foi transferido para o Vaticano em 1970, como prefeito da Congregação para evangelização dos povos. Foi substituído por seu Bispo-auxiliar, Dom Paulo Evaristo Arns.

²⁶ Nasceu em Saint-Servant, na França, em 1899. Foi nomeado Bispo pelo Papa Pio XI. Encaminhado ao Brasil, trabalhou como Bispo diocesano de Porto Nacional, no norte de Goiás, tornando-se importante líder religioso da região. Um dos idealizadores do estado do Tocantins, faleceu em dezembro de 1985. Disponível em: <<http://vocacionalop.blogspot.com.br/2012/11/homenagem-postuma-um-futuro-santo-do.html>>. Acesso em: 21 out. 2016.

²⁷ Estola é uma faixa larga e comprida que os sacerdotes usam em torno do pescoço e que varia de cor de acordo com o calendário litúrgico.

²⁸ Pálio é uma espécie de colarinho de lã branca com cerca de cinco centímetros de largura e dois apêndices – um na frente e outro nas costas –, com seis crucifixos bordados ao seu longo. Expressa a unidade com o Sumo Pontífice. Originalmente utilizado pelo Papa, teve posteriormente seu uso estendido aos Primazes. Está destinado, portanto, aos Bispos que assumem uma arquiocese. O pálio simboliza o poder na província e sua comunhão com a Igreja Católica. Disponível em: <http://br.radiovaticana.va/news/2016/06/28/quatro_arcebispos_brasileiros_receber%C3%A3o_p%C3%A1lio/1240599>. Acesso 21 out. 2016.

²⁸ Fonte: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,apa-preside-cerimonia-de-adeus-a-dom-lucas,20020911p53837>>. Acesso em: 15 out. 2016.

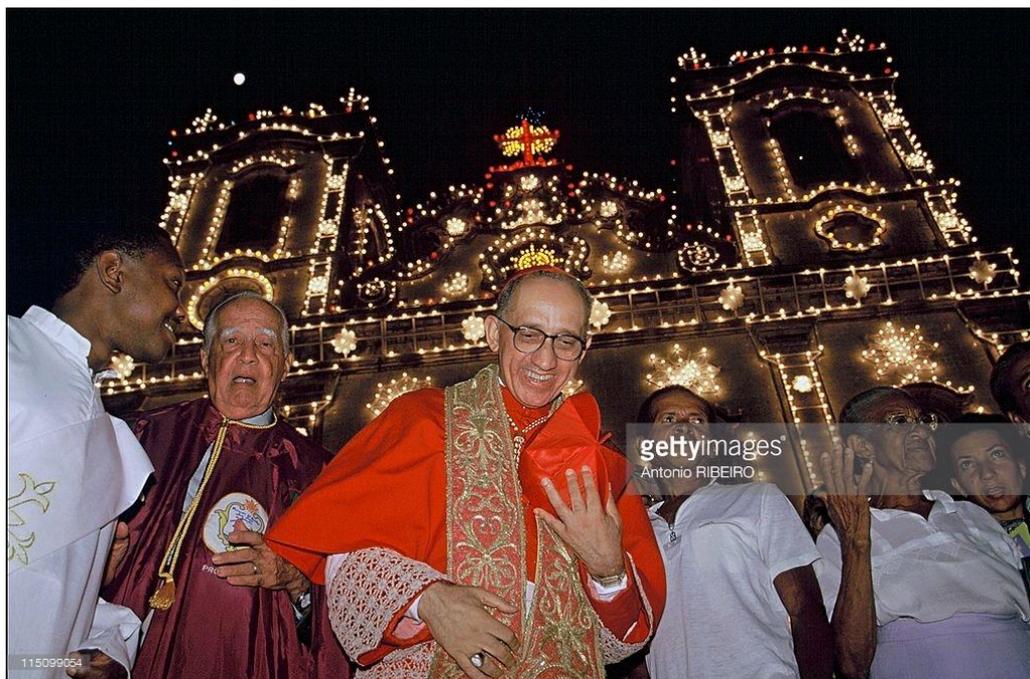


Figura 1. Dom Lucas em Salvador, Bahia, com paramentos religiosos cardinalícios e, sobre o ombro, a estola presenteada por João Paulo II.

Disponível em: <<http://www.gettyimages.com/detail/news-photo/cardinal-lucas-moreira-neves-in-salvador-brazil-in-february-news-photo/115099093#cardinal-lucas-moreira-neves-in-salvador-brazil-in-february-1995-picture-id115099093>>Fotografia: Antônio Ribeiro.

Em outra ala do museu, encontra-se a sala dos diplomas e das condecorações recebidas pelo cardeal ao longo de sua atuação religiosa e civil. Ali estão depositadas as insígnias, como os diplomas de *doutor honoris causa* em Teologia, recebidos da Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino em Roma, e do College Providence de Rhode Island, Estados Unidos.²⁹

Também está exposta nesta sala a condecoração recebida do presidente francês François Mitterrand, a *Legion d'Honneur*. Dom Lucas demonstra uma forte influência da cultura francesa em sua trajetória: há uma identificação com santos, escritores e intelectuais franceses. Os diplomas da Academia Brasileira de Letras e da Academia

²⁹ A Pontifícia Universidade São Tomás de Aquino foi fundada em 1577 pelos Frades da Ordem Dominicana em Roma, enquanto o College Providence, também fundado e administrado pelos Frades dominicanos, nos Estados Unidos data de 1917. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Pontif%C3%ADcia_Universidade_S%C3%A3o_Tom%C3%A1s_de_Aquino> e <<http://www.providence.edu/>>. Acesso em: 24 maio 2017.

Brasileira de Filosofia ocupam também lugar de destaque, exaltando a imortalidade da obra e da figura de dom Lucas.

Um grande número de fotografias retrata o período pós-1974, época da transferência de dom Lucas para Roma. Muitas delas, tiradas em diferentes ocasiões, sugerem sua proximidade com Paulo VI, e sobretudo com João Paulo II. Dezenas de fotos registram sua presença junto a membros da Cúria Romana, no intuito de construir a imagem de um homem influente no Vaticano. No mais, há registro das viagens internacionais realizadas por dom Lucas na condição de representante de João Paulo II. Com as imagens, o Memorial procura explorar o alcance de um bispo brasileiro de origem são-joanense aos altos cargos no Estado do Vaticano.

2.3 O arquivo pessoal do cardeal

A análise do arquivo pessoal desse cardeal, deu-se a partir da classificação estabelecida pela irmã de dom Lucas, em 2003, além disso, recorreremos aos depoimentos do cardeal relativos a passagens de sua trajetória e que nos permite compreender o lugar ocupado por esse arquivo pessoal na instituição Memorial.

O arquivo pessoal do Cardeal está disposto em 136 caixas de arquivo poliônda ainda não recebeu tratamento arquivístico. A classificação foi estabelecida pela irmã do cardeal, a partir de 2003. Para isto, a documentação foi separada em diferentes assuntos, pelas áreas de atuação ou pelos eventos que contaram com a participação de dom Lucas.

O arquivo contém documentos que perpassam toda a trajetória do bispo, incluindo sua certidão de nascimento em 1925, e a troca de correspondências entre dom Lucas e diversos bispos e cardeais brasileiros (como dom Eugênio Sales; dom Vicente Scherer; dom Silvério Albuquerque e dom Avelar Brandão) e estrangeiros.

Além disso, possui significativa correspondência pessoal com prelados italianos, brasileiros e latino-americanos, nas décadas de 1970, 1980 e 1990 e anos 2000, e documentos de diferentes secretarias do Vaticano.

Apesar da atuação de dom Lucas, nos movimentos leigos da Igreja (como a JUC, a JOC e o MFC) nos anos 1950, 1960 e 1970, a documentação a respeito delas não é relevante no arquivo. O arquivo possui uma única caixa contendo material sobre esses

movimentos. Intitulada “Prisões na JOC e Maçonaria no Brasil”, reúne diversas cartas pessoais e documentos oficiais da época. Dentre as quais, podemos destacar cartas de dom Lucas ao presidente Emilio Garrastazu Médici, solicitando informações sobre os jocistas presos no Morro de São Carlos, no Rio de Janeiro, e a solicitação de auxílio ao cardeal Primaz Dom Avelar Brandão Vilela e do então bispo de Feira de Santana para que intervissem na prisão dos jocistas.

O maior número de caixas no arquivo de dom Lucas corresponde à classificação “Jornais”. São 17 caixas, 13 das quais contendo jornais brasileiros (*A Tarde*, *Bahia Hoje*, *Jornal do Brasil*, entre outros), que publicavam semanalmente crônicas de sua autoria, e quatro caixas com o jornal diário *L'Osservatore Romano*, porta-voz oficial do Vaticano. O segundo maior número de documentos refere-se ao assunto “Sínodo Episcopal”, presente em 11 caixas de arquivos. A participação nesse sínodo, relativo as proposituras para o perfil ideal do sacerdote no novo milênio, contou com a relatoria do próprio dom Lucas então convidado pelo Papa João Paulo II:

Na sessão de outubro próximo, o sínodo tratará de um assunto candente na hora atual: a formação dos seminaristas, futuros padres [...]. Nomeando o autor deste bilhete Relator Geral do Sínodo, o Santo Padre João Paulo II presta uma homenagem ao episcopado brasileiro e, mais uma vez, dá mostra inequívoca de amor à Bahia. Devendo levar sobre os ombros boa parte do feliz êxito do Sínodo, o Relator Geral precisa das orações dos fiéis da Arquidiocese – e as pede encarecidamente (TIRADO, GREGORIO, 2015, p. 91).

A classificação com o tipo documental “Artigos” ocupa um total de sete caixas no arquivo onde estão depositados diversos artigos escritos por ele e sobre ele, extraídos de diferentes jornais. Há dois artigos que atacam duramente dom Lucas, envolvendo as questões sobre a ditadura militar. O primeiro é uma entrevista de frei Beto, que apresenta diversas denúncias sobre a omissão de dom Lucas em relação aos confrades dominicanos durante o regime militar. O artigo possui diversas marcações à caneta e anotações na lateral. O segundo é uma matéria jornalística que apresenta denúncias contra dom Lucas por parte do Padre italiano Renzo Rossi.³⁰

³⁰ Rossi viveu no Brasil entre 1965 e 1997. Durante a ditadura militar, prestou auxílio aos presos políticos, visitando-os nas prisões. Esteve com os Frades dominicanos presos no Presídio Tiradentes, em São Paulo.

Há uma caixa exclusiva para o artigo “*J’accuse*” e as repercussões polêmicas que envolveram esse verdadeiro manifesto, publicado pelo cardeal em 13 de janeiro de 1993. Nesse artigo, com o título transcrito de um manifesto do escritor francês Emile Zola, dom Lucas acusa duramente a TV brasileira e foca, em especial, na Rede de Televisão Globo e em sua programação que, segundo ele, “imbeciliza” a sociedade. Escrito logo após o assassinato de uma famosa atriz brasileira por seu colega de emissora, o artigo provocou a reação do proprietário da emissora, jornalistas e atores, e celeumas com familiares da atriz³¹.

Quem matou, há dias, uma jovem atriz? Seria ingenuidade não indiciar e não mandar ao banco dos réus uma coautora do assassinato: a TV brasileira. A novela das oito. E – sinto ter que dizê-lo – a própria novela *De corpo e alma*.

O Memorial possui diferentes edições do artigo publicado originalmente no *Jornal do Brasil* e republicado por outros veículos de comunicação. O jornalista François Vayne, na entrevista com o Cardeal, toca nesse assunto. Dom Lucas explana que “a morte de Daniela Perez, uma atriz da novela *Corpo e Alma*, divulgada pela rede de televisão Globo, desencadeou paixões na opinião pública” e afirma que o artigo tinha como intuito provocar a discussão sobre criação de um código de ética dos meios de comunicação:

Eu escolhi a crônica semanal, que mantenho no *Jornal do Brasil*, para me ater à raiz do mal: a televisão e suas leis mercantis ditadas pelo curso da audiência. Roberto Marinho, o diretor geral da Rede Globo, tentou entrar em contato comigo quando eu estava em reunião em Roma. (NEVES, VAYNE, 2006, p.65)

O arquivo inclui ainda nove caixas relacionadas à Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), com ênfase no período em que dom Lucas ocupou a presidência da instituição (1995-1998). A caixa relativa à Academia Brasileira de Letras contém cartas, atas de reuniões, notícias de posses de novos acadêmicos, apresentação informal de candidatos e discursos de diversos imortais.

³¹ Escrito após o assassinato da atriz Daniela Perez, então contratada da Rede Globo e filha da autora da novela *De corpo e Alma*, a escritora Glória Perez.

Não podemos afirmar em que medida essa documentação possa ter sofrido interferência de outros agentes, como secretários e colaboradores do cardeal, mas provavelmente foram agentes decisivos na guarda e no descarte de determinados documentos.

O arquivo confere destaque às funções episcopais desempenhadas por dom Lucas. Os documentos relativos ao período anterior a 1967, quando o então frade dominicano participou ativamente de diversos movimentos de leigos e de jovens católicos, não são valorizados. O arquivo pessoal apresenta somente uma pasta com os encargos assumidos pelo então Frei Lucas, como a documentação relativa à JOC.

No livro *Diálogos na Sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*, Serbin (2001) cita o papel fundamental de dom Lucas na soltura de leigos e religiosos, especialmente os jocistas presos no morro de São Carlos no Rio de Janeiro nos anos de 1970. “Dom Lucas era o responsável pelo trabalho e bem estar de todos os movimentos leigos no Brasil”. Dessa forma, um encontro foi marcado estando presente o cardeal dom Jaime, dom Lucas e o general Médici no Palácio Laranjeiras para tratar da prisão de jocistas e a invasão ao IBRADES. Os três homens ficaram por mais de meia hora reunidos. Após o encontro, dom Lucas declarou aos bispos que Médici ouviu com atenção, entretanto, não ofereceu ajuda. (SERBIN, 2001, p.194). O arquivo pessoal contém somente uma caixa relativa ao episódio, com farta documentação, destacando-se missivas para o presidente Médici, e pedido de auxílio de dom Lucas aos bispos da região Nordeste, como dom Silvério Albuquerque, bispo de Feira de Santana, para que intervissem no caso. Entretanto, ele não mencionou o fato nem os seus desdobramentos nas entrevistas que concedeu.

Não há nenhuma pasta no arquivo relativa ao Movimento Familiar Cristão (MFC) e nem à Conferência Nacional dos Religiosos (CNR), indicando a existência de lacunas acerca do início da trajetória de dom Lucas. Na verdade, são muito poucos os documentos anteriores a 1967. Contudo, a sua participação nas duas entidades é atestada no depoimento a François Vayne:

A pedido de um jovem casal, engajei-me no Movimento Familiar Cristão, a partir de 1959. Esse compromisso durou 13 anos, com uma importante responsabilidade nacional, depois continental [...] Fui responsável também pela formação religiosa no seio da Conferência Nacional dos Religiosos do Brasil – CRB. (NEVES; VAYNE, 2006, p.34)

Na realidade, o arquivo pessoal permanece até hoje na sombra da instituição. Não houve, por parte dos gestores do Memorial, nenhum investimento – pesquisas, exibição, lançamento de obras baseadas sobre o arquivo. A falta de informação sobre a origem e a manutenção desse arquivo pelo próprio titular nos impedem de precisar sua relação com esse acúmulo documental, valendo a pena registrar que o arquivo recebeu novos materiais mesmo após a sua morte. Cabe frisar ainda que não há informações sobre a existência do arquivo na escritura de instituição do Memorial, ao contrário dos objetos e da biblioteca, que foram devidamente registrados. Além disso, não há informações sobre o arquivo nos *folders* de divulgação institucional.

Em suma, o arquivo não possui centralidade na instituição e nem é visto como patrimônio ou legado do cardeal, tal como ocorre com sua biblioteca pessoal e os objetos do museu. Até o momento, não há nada que indique que o arquivo será retirado deste lugar obscuro e disponibilizado como fonte de pesquisas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Memorial Cardeal Dom Lucas somente ganhou materialidade pela organização de uma rede formada por diferentes agentes, então liderados pela irmã do cardeal e herdeira dessa memória, com a capacidade em reunir familiares, conterrâneos e ainda o clero através da diocese local, atualmente a responsável por todo o patrimônio do Memorial.

É interessante observarmos outros empreendimentos memoriais no Brasil, voltados à memória de homens públicos religiosos, são administrados por suas respectivas dioceses, que se tornaram as guardiãs dessas memórias religiosas brasileiras.³² Essas instituições, ao armazenarem documentos eclesiais e objetos de cunho religioso, podem ter um papel importante, tanto do ponto de vista da memória social como da pesquisa histórica. Por outro lado, as dificuldades de acesso a arquivos religiosos por parte da Igreja são uma realidade nesses lugares e quiçá no Memorial

³² Memorial Dom Helder Câmara, ligado à diocese de Recife (PE); Memorial Dom Ricardo Weberberger, ligado à diocese de Barreiras (BA); e Memorial Dom Othon Motta ligado à diocese de Campanha (MG).

Dom Lucas, agora administrado pela diocese local. Há carência de políticas de acesso e transparência por parte dos detentores de tal arquivo. Além disso, é escassa a literatura sobre arquivos eclesiásticos no que tange a categoria de acesso a tais documentos. A parca literatura afirma que o direito a informações contidas em arquivos de entidades religiosas não tem sido respeitado pela Igreja Católica. (SILVA, BORGES, 2009)

No caso do Memorial Dom Lucas, a instituição busca valorizar a conexão desse personagem com a Igreja Romana. O recorte temporal dessa projeção é monumentalizado no período dos papados de Paulo VI e João Paulo II, época em que o religioso exerceu influência tanto na Igreja Católica mundial como brasileira. Dessa forma, a narrativa institucional adotada busca estabelecer dom Lucas como homem de confiança de João Paulo II, um dos seus possíveis sucessores, e estabelece como legado sua proximidade ao poder da instituição e sua situação como de papabile. Se outros memoriais de homens religiosos, como por exemplo, o Memorial Dom Helder Câmara, em Recife, buscam construir uma narrativa de memória apresentado a imagem de Dom Helder como o homem do povo e das causas sociais, a narrativa do Memorial Dom Lucas, busca estabelecê-lo como o homem de Roma e das causas vaticanistas.

A memória material do cardeal estabelecida com uma biblioteca pessoal e os objetos religiosos que formam o museu são valorizados desde o esboço da instituição pelo titular e pelos herdeiros que estabelecem esse conjunto como legado de dom Lucas, designando-o como “patrimônio cultural de dom Lucas”. Certamente que os desafios da instituição sobre essa memória material recaem sobre o que poderá ser aberto à visitação ou divulgado como memória de dom Lucas.

E, por fim, a memória do religioso é anualmente estrategicamente atualizada naquela comunidade. Para isso, recorre-se a homenagens, lançamentos de obras póstumas e semanas culturais em nome de dom Lucas. Nesse sentido, os desafios e as estratégias assumidos pelos agentes responsáveis por esse Memorial, buscam justificar a existência e a manutenção do Memorial Dom Lucas, como um lugar em busca de glória e honra sobre a trajetória desse personagem perpetuado como um possível primeiro Papa brasileiro.

REFERÊNCIAS

HEYMANN, Luciana Quillet. Os “fazimentos” do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. *Estudos históricos*. V. 2, nº36, 2005 p. 43-58

MÁRIO, Vandelir Camilo Neves Deolindo. *Desafios e estratégias do Memorial Cardeal Dom Lucas Moreira Neves*. 2017. 113f. Dissertação de Mestrado em História Bens Culturais – Escola de Ciências Sociais, CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/18661/disserta%C3%A7%C3%A3o%20final%203107%20biblioteca%20fgv%20%281%29%20%281%29.pdf?sequence=3&isAllowed=y>. Acesso em 2 de agosto de 2017

NEVES, Cardeal Lucas Moreira; VAYNE, François. *Entrevista com François Vayne*. Coleção Austregésilo de Athayde. Vol. 25. Rio de Janeiro: ABL, 2006. Disponível em: <http://www.academia.org.br/sites/default/files/publicacoes/arquivos/entrevista_com_francois_vayne-cardeal_moreira_neves-para_internet.pdf>

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura*. Tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Ana Aparecida Gonzaga; BORGES, Jussara. Arquivos secretos eclesiásticos em salvador. *Informação e Informação*. Londrina, v.14,nº2,. 2009. p.38-61

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação, Brasília, DF, v. 25, n. 2, p. 1-13, 1995.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, v. 61, p. 105-126, Spring. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

MURGUIA, Eduardo Ismael. **Archivo, memoria e historia: cruzamentos y abordajes**. Íconos, Quito, n. 41, p. 17-37, set. 2011.



A ETAPA DE PRÉ-DIAGNÓSTICO PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ARQUIVO DOS REFUGIADOS: UMA EXPERIÊNCIA NA CÁRITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO

Bruno Macedo Nathansohn*

Resumo: Trata-se da análise da etapa de pré-diagnóstico realizado pelo autor na Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro para a implantação de um sistema de arquivo sobre refugiados, a partir de junho de 2016. O objetivo é apresentar o histórico sobre o papel desempenhado pela Cáritas, no contexto de formação do sistema de proteção aos refugiados, considerando a produção documental como alicerce para as ações da Instituição. Metodologicamente, destaca-se a perspectiva da sociogênese como forma de análise para compreender o significado de um arquivo voltado ao tratamento humanitário, sem descuidar da análise política e social que cerca a produção documental sobre os solicitantes de refúgio e dos refugiados. A ambiência e o aspecto “situacional”, de acordo com a perspectiva pós-documental, conformam o próprio ciclo de vida da informação arquivística, tendo em vista o peso das matrizes étnico-culturais de solicitantes de refúgio e de refugiados que caracterizam o Arquivo. A ambiência onde se produz os documentos pessoais dos refugiados, sob a perspectiva da linguagem, contribui, de certa forma, para legitimar discursos e políticas de informação em direitos humanos. Retoma-se, para tanto, o histórico sobre a relação entre a produção de documentos e a consolidação do sistema de refúgio, conformando o espaço e as diretrizes pelas quais uma determinada política de informação deve ser alinhavada.

Palavras-chave: Arquivo; política de informação; sistema de refúgio.

Abstract: This work is an analysis about the phase of pre-diagnosis made by the author at Caritas Arquidiocesana of Rio de Janeiro to develop a system of archive for refugees, since June of 2016. The objective is to present the history about the role of Caritas in the context of the refugee protection system, considering the documental production as a pilar for the actions of the Institution. Methodologically, it is highlighted the perspective of sociogenesis, considering it a way to understand the meaning of an archive dedicated to the human rights taking into account the political and social analysis that surrounds the documental production about refugee applicants and refugees. The ambience and the “situational” aspect, according to the post-documental perspective, make possible to structure the archive information life cycle itself, in the view of the importance of ethnic-cultural matrixes of the refugee applicants and the refugees, which shape the Archive. The ambience where personal documents are produced, under the perspective of language, gives support, in a certain way, to legitimize discourses and information policies in the human rights. It is recovered, for this, the history of the relation between the production of documents and the consolidation of the refugee system, conforming the space and the lines by which a certain information policy shall be structured.

* Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Keywords: Archive. Information policy. System of refugee.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o Brasil apresenta forte presença nos fóruns internacionais sobre direitos humanos, com participação decisiva e positiva, e muitas vezes mais avançadas do que países considerados mais desenvolvidos. Pode-se lembrar das atuações de Rui Barbosa, no Tribunal Internacional de Haia, no início do séc. XX, passando pelo reconhecimento da criação do Estado de Israel, e a perspectiva de criação de um futuro Estado palestino, respeitando as linhas traçadas pelas Nações Unidas, com o voto do então representante do governo brasileiro Osvaldo Aranha (1947), até a concessão de vistos humanitários para haitianos e visas expressos (*fast track*) para os sírios, tendo em vista as recentes crises enfrentadas por esses povos, levando-os ao refúgio.

No entanto, mesmo a percepção social sobre a problemática do refúgio e a situação do refugiado parecem realidades distantes para o brasileiro comum. A recente entrada de imigrantes em situação vulnerável, mesmo daqueles que não são considerados refugiados, como os haitianos⁵¹ podem entrar nessa situação, pois enfrentam muitas vezes a falta de consciência, o descaso, o preconceito e a crônica falta de recursos para as questões sociais que o País enfrentava até treze anos atrás.

Nessa mesma e grave situação, apresenta-se uma ausência de recursos de informação, não havendo genuína preocupação com o constante aumento de informações produzidas sobre os refugiados. Questões que envolvem o tratamento (classificação e sistematização), a organização e a disseminação do acervo, ou seja, o ciclo de vida documental, para a equipe da CARJ, não se constituiu como uma real preocupação dos tomadores de decisão, até meados do ano de 2016. A informação sobre os refugiados, apesar de importante, diria essencial, para todo o tratamento humanitário, parece ser algo marginal dentro da administração de uma maneira geral.

Para uma primeira abordagem na CARJ, antes de intervir efetivamente no Arquivo, valorizou-se a perspectiva da sociogênese, para compreender a característica da informação que é produzida pela Instituição, quais são relações interinstitucionais que orientam os objetivos da Instituição, quais são os dados relevantes e o porquê em preservá-los. Na primeira seção, apresenta-se um histórico de formação institucional do regime de acolhimento no mundo e no Brasil, tendo a CARJ como foco. Delimita-se

⁵¹ Os haitianos não são considerados refugiados pela legislação internacional vigente, pois o que provocou a mobilidade dessas pessoas foram fatores climáticos. Esses fatores como motivos de refúgio ainda estão em discussão.

epistemologicamente o significado da noção de informação, considerando-a como um registro. A metodologia é demonstrada na segunda seção, dando ênfase à perspectiva da sociogênese, na qual é salientada a característica do acervo e o porquê de sua produção, independente das funções a que serve e à posição que ocupa em determinada estrutura. Em seguida, é demonstrada a pesquisa empírica, com as fases do estudo.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO SISTEMA DE REFÚGIO

A história da humanidade é indelévelmente marcada pela dinâmica migratória, sendo causa e efeito de vários processos sociais, políticos e econômicos. Desde as primeiras formações humanas, diversos grupos foram impelidos por um motivo, ou por outro, a se deslocarem em busca de melhores condições de sobrevivência e por mais segurança, ou por questões de caráter cultural. Assim, ao falar do fenômeno do refúgio, fala-se de um movimento único, que é o migratório, embora sejam atualmente compreendidos e normatizados como dois movimentos diferentes.

A migração pode ser impelida por motivações críticas, como: escassez de recursos alimentares, catástrofes naturais, ou conflitos bélicos. Ou seja, tudo o que ameace a vida, ou que se caracterize, simplesmente, por busca de outra natureza, como experiência existencial, religiosidade, e modos de vida, são considerados fatores que impelem a mobilidade humana ou a migração. Como salienta Stuart Hall (2009),

Bem antes da expansão europeia (a partir do século quinze) – e com crescente intensidade desde então – a migração e os deslocamentos dos povos tem constituído mais a regra que a exceção [...] “Movimento e migração (...) são as condições de definição sócio-histórica da humanidade” (HALL, 2009, p.53)

A migração em si é um fenômeno que ocorre desde os primórdios da civilização, e é causada por diferentes motivos.

Há referências à prática de acolhimento e proteção do estrangeiro que está fugindo de uma perseguição em textos escritos há 3.500 anos, durante o florescimento dos antigos grandes impérios do Oriente Médio, como Hitita, Babilônico, Assírio e Egípcio Antigo. Durante a Antiguidade Grega e Romana e a Idade Média, o acolhimento das vítimas de migração forçada ganhou contornos religiosos, sendo o asilo concedido a criminosos comuns sujeitos

ao processo de arrependimento perante a divindade em templos, onde o respeito e o temor aos locais sagrados e aos deuses protegiam as pessoas da violência de perseguidores, governos e exércitos que ali eram proibidos de entrar. A origem etimológica da palavra já conta a sua história: “asilo” vem do termo grego “ásilon” e do termo latim “asylum”, significando lugar inviolável, templo, local de proteção e refúgio. (Disponível em: <http://www.ikmr.org.br/refugio/refugio-no-mundo/>. Acesso em: 19 de outubro de 2015)

Ao mesmo tempo, as migrações estão relacionadas ao fenômeno informacional, pois produzem e dependem de informações formais e informais para que a mobilidade seja efetivada. As migrações são produtoras de informação, contribuindo para que o Estado defina os recursos de infraestrutura que sejam capazes de produzir informação sobre essas mobilidades humanas. Por um lado, o Estado produz medidas, a partir da informação que detém; e, por outro lado, os registros sobre os migrantes produzem um saber sobre o comportamento dos mesmos, possibilitando o estabelecimento de medidas preventivas. Ao longo da história, essas duas formas de registro foram sendo justapostas.

O refúgio é uma modalidade de migração, chamada de “migração irregular” (JORDAN, 2002). O refúgio, de um modo geral, é aceito com base na informação que o Estado obtém através dos solicitantes de refúgio. Muitas vezes, os agentes do Estado, de certa forma, também podem ser influenciados, ao tomar suas decisões por meio de ideias baseadas em informações tendenciosas publicadas pela mídia corporativa. Exemplos disso são as expressões generalistas que o público comum constrói a partir dessas publicações, de que a “África é pobre”, “os refugiados tiram nossos empregos”, “os árabes são terroristas”.

Do ponto de vista jurídico-institucional, o desenvolvimento de iniciativas práticas para a resolução da questão dos refugiados, e que surgiram a partir da percepção destacada anteriormente, deu-se com a fundação do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), em 1863. Iniciativa que se desenvolveu fora do escopo do sistema estatal de poder, recebendo contribuições de fontes privadas, e com a pretensão, em estatuto, de atuar de forma “independente, neutra e imparcial” (GUERRA, 2011, p.39), mas, ainda assim, como parte da lógica internacional.

Posteriormente, mais dois outros ramos foram criados à medida que a iniciativa crescia, surgindo a Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha (FIRC),

fundada em 1919; e as Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, formando o Movimento Internacional da Cruz Vermelha.

Esse conjunto institucionalizado seminal teve a função de coordenar e empreender esforços para, dentre outras coisas, salvaguardar a integridade da vida humana. Ao longo desse processo de institucionalização, ampliou-se a percepção da problemática em relação aos perigos pelos quais passavam os indivíduos, assim como a identificação de novas ameaças que poderiam elevar o grau e a intensidade do fluxo migratório.

O divisor de águas, que orientou sistematicamente a tentativa para a solução da questão dos refugiados como forma de preservação da vida, foi a 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Com o fim da Guerra, essa orientação político-jurídica ganha corpo com a fundação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e, em seguida, com o lançamento da Declaração dos Direitos Humanos, em 1948.

Esse processo de institucionalização é que deu sentido às ações práticas que os Estados-nações deveriam empreender para resolver, ou minimizar, o sofrimento dos refugiados. A perseguição em massa e sistemática dos regimes totalitários às minorias, desencadeou um processo de questionamento do próprio sistema europeu de alianças políticas. Com isso, o ordenamento jurídico e o pensamento social precisaram ser redesenhados para que abusos não mais ocorressem no interior dos Estados.

Então, várias agências foram criadas para tratar da integridade da vida humana, o que envolve indivíduos, ou grupos de indivíduos em situação de refúgio. As ações institucionais visavam, num primeiro momento, até a Segunda Guerra, a preservação da atuação dos profissionais em campo de batalha, e de suas respectivas condições materiais de trabalho.

Numa segunda etapa, com o desenvolvimento do arcabouço jurídico internacional sistemático, é que se passou a considerar as questões da proteção humana como um objeto a ser tratado na esfera internacional, projetando uma questão anteriormente vinculada aos limites internos das fronteiras estatais, para os limites externos entre Estados.

Quanto à ausência da exclusividade da competência nacional, evidencia-se que essa exclusividade defendida por parte do Estado para a proteção do indivíduo existiu até a Segunda Guerra Mundial. Com o sistema de proteção internacional inaugurado com as Nações Unidas, a proteção do indivíduo vai ocorrer também fora do quadro das relações entre os Estados nacionais (GUERRA, 2011, p.80).

Além disso, Fabio Konder Comparato (1999) destaca a importância do reconhecimento do indivíduo como sujeito de direito internacional. Em termos de valores e de sentido esse talvez seja o elemento mais importante na drástica mudança da perspectiva do Direito Humanitário. O indivíduo, como sujeito de direito internacional, é um fenômeno primeiramente europeu, e que se consagra, posteriormente, em outros sistemas regionais de proteção de direitos humanos.

As políticas de extermínio experimentadas pela Europa, durante a Segunda Guerra, deslocaram das prerrogativas estatais a responsabilidade única em representar o *locus* jurídico dos direitos humanos. O indivíduo agora também faz-se representar como portador de direitos e deveres em espaço internacional, sendo essa a grande mudança de percepção operada com o lançamento de dispositivos jurídicos sistêmicos.

Consolida-se, portanto, o movimento de internacionalização dos direitos humanos, no qual as relações dos Estados com seus nacionais deixam de ter apenas o interesse doméstico e passam a ser de interesse internacional. (GUERRA, 2011, p.84)

Em 1950, a ONU criou o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), com a missão de dar suporte, proteção e buscar soluções duradouras para os problemas dos refugiados, em qualquer parte do mundo, por meio de processo cooperativo. Em sequência, a atuação da ACNUR junto aos Estados Partes, permitindo-lhes que ofereçam uma proteção adequada aos refugiados no seu território, resultou na criação da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, promovendo e velando pelo seu cumprimento.

O desafio nas primeiras duas décadas do século XXI concentra-se em fazer valer todos os dispositivos jurídicos disponíveis para a concessão de asilo a um número crescente de pessoas, num contexto de graves violações dos direitos humanos, e de aumento exponencial de deslocamentos e pedidos de refúgio, já considerado o maior da história, superando até mesmo os números da Segunda Guerra Mundial⁵². No Brasil, esse crescimento foi de 2.868%⁵³, seguindo a dinâmica global, porém longe dos números

⁵² Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/mundo-vive-maior-crise-de-refugiados-desde-a-segunda-guerra-diz-anistia/a-18518346>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2017.

⁵³ “[...] o número de refugiados no Brasil praticamente dobrou, passando de 4.218, em 2011, para 8.400, em 2015, segundo dados do Comitê Nacional de Refugiados (Conare) do Ministério da Justiça divulgados hoje (19), Dia Mundial Humanitário”. Disponível em:

absolutos registrados e outras regiões, e mesmo em relação a vizinhos como Argentina e Equador⁵⁴.



figura 1 – Proporção global do número de migrantes. (Fonte: UNHCR-ACNUR).

Em 1959, o sistema americano de direitos humanos ganhou forma, estabelecendo-se de maneira mais concreta, com a criação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), aplicando e promovendo os direitos e deveres enumerados na Declaração, a saber: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Os instrumentos que sustentam o sistema interamericano, em suma, são os seguintes: CIDH, a Carta Americana, a Convenção Americana de Direitos Humanos (ou Pacto de San José de Costa Rica)⁵⁵, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, e as obrigações dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos, em matéria

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/numero-de-refugiados-no-brasil-dobra-em-quatro-anos-e-chega-84-mil>. Acesso em: 14 de agosto de 2017.

⁵⁴ Segundo o ex-Secretário nacional de justiça e presidente do CONARE, Paulo Abrão, “Não vivemos no Brasil nenhuma crise de volume de entrada”, ressaltou Abrão. Segundo ele, nos países desenvolvidos o percentual de imigrantes varia entre 15 a 20% da população, na Argentina esse percentual é 5%, enquanto no Brasil não alcança 1% da população. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-11/numero-de-refugiados-aumenta-quase-70-em-quatro-anos>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2017.

⁵⁵ “En 1967 la Comisión presentó un nuevo proyecto de Convención. A fin de analizar los diferentes proyectos, la OEA convocó a una Conferencia Especializada Interamericana sobre Derechos Humanos, la cual se reunió en San José de Costa Rica del 7 al 22 de noviembre de 1969. La entrada en vigor de la Convención Americana en 1978 permitió incrementar la efectividad de la Comisión, establecer una Corte Interamericana de Derechos Humanos y modificar la naturaleza jurídica de los instrumentos en los que se basa la estructura institucional”. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/mandato/fuentes.asp>. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

de direitos humanos, ou Carta da OEA (OEA, 2015).

[...] a Conferência de Chapultepec (Conferência Interamericana sobre os Problemas da Guerra e da Paz) de 1945, estabelece em sua XL Resolução a adesão das repúblicas americanas aos princípios existentes no Direito Internacional para a salvaguarda dos direitos do homem, “pronunciando-se a favor de um sistema de proteção internacional dos mesmos” (SANTIAGO, Parte III – Capítulo III: A Proteção Jurídica Internacional da Pessoa Humana em Nível Regional)⁵⁶. (ICRC, 2015)

O desenvolvimento dos direitos humanos na América Latina tomou uma conformação ampla, em que se tentou atrair e cobrir o máximo possível de jurisdições estatais em seu rol. A produção autóctone de dispositivos legais para a proteção da dignidade humana encontrou no asilo um instrumento específico e adequado às necessidades de um continente atravessado por golpes de Estado nos anos 1960 e 1970.

2.1 O PAPEL DA CARJ

O Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro (Pares-CARJ) é um dos projetos da Cáritas do Brasil. A Pares-CARJ traduz-se como um centro de acolhida a refugiados, desde o ano de 1976. Foi o primeiro trabalho sistematizado de atendimento a refugiados no Brasil, quando da instalação de um serviço permanente de ajuda. A assistência oferecida pela Instituição coloca em prática as adesões do País à Convenção dos Refugiados, de 1951, e ao Protocolo de 1967.

No entanto, o País vivia sob os ditames do regime militar (1964-1985), que impactava qualquer tentativa de implantar políticas de direitos humanos. Pelo contrário, direitos políticos foram restringidos, obrigando muitos a resistirem de diversas formas, inclusive pela via armada, e outros ainda a fugirem da perseguição que lhes eram impostas, com risco iminente de vida. Vigorava, não só no Brasil, mas num mundo dividido pela Guerra Fria (1947-1991), preceitos de soberania nacional, tendo em foco a doutrina de segurança nacional.

⁵⁶ Disponível em: <https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/direitos-da-pessoa-humana.htm>. Acesso em: 29 de setembro de 2015.

Em 1968, o então representante da junta militar no poder, General Costa e Silva (1967-1969), decretou o Ato Institucional nº 5, popularmente conhecido como AI-5, que “[definiu] o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados”⁵⁷, num processo que durou até 1978. Portanto, foi nessa conjuntura que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi confrontada com os primeiros pedidos de asilo político, num momento em que todos os governos do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai) estavam sob orientação de lideranças militares de linha liberal-conservadora.

Cidadãos chilenos, fugindo da ditadura de Augusto Pinochet (1974-1990), buscaram guarida em solo brasileiro, em 1976, dando início a ações práticas relacionadas ao acolhimento de refugiados, por meio da CARJ. Dom Eugenio de Araújo Sales, arcebispo do Rio de Janeiro à época, teve papel essencial nesse processo de estruturação do sistema.

A CARJ é um organismo da CNBB, e está inserida na estrutura de ações da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Faz parte de uma rede internacional (Rede Caritas Internacional), contando com a participação de 164 organizações-membros no mundo, incluindo o ACNUR/ONU.

A CARJ cumpre um papel político e operacional em relação à elegibilidade do solicitante de refúgio, o que significa um processo de tomada de decisão sobre a condição do solicitante, seja reconhecendo-o, ou negando-o, junto aos outros órgãos que compõem o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

Operacionalmente, sua participação é fundamental para o registro das informações relativas ao solicitante, envolvendo dados básicos, como: nome, idade e nível educacional; e informações mais pormenorizadas, valorizando a perspectiva do solicitante sobre as causas que levaram a solicitar refúgio, com base em entrevistas presenciais. Disso resulta o registro documental dos solicitantes, organizados em arquivos.

2..2 Informação como registro

⁵⁷ D’ARAUJO, M.C. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>. Acesso: 30 de janeiro de 2017.

Desvela-se o contexto e as práticas que produzem a informação, promovendo um olhar sobre as condições sociais e culturais que geram a informação, contemplando, nesse caso, a vertente filosófica do pragmatismo como método capaz de expor as tessituras que orientam os discursos e as ações práticas informacionais. Valoriza-se, com isso, uma perspectiva convergente entre as ideias que precedem à representação.

Para que um tipo de informação seja pensado, articulado, analisado, e seu processo seja avaliado, propõe-se olhar para a ambiência onde essa informação é construída, e suas articulações sejam efetivadas. A questão informacional, vista como fenômeno de análise das Ciências Sociais, impõe retomar princípios que sirvam como bússola para a compreensão da realidade social e política.

A informação apresenta-se como objeto a ser produzido, sistematizado e transferido como coisa (BUCKLAND, 1991), mas passível de ser interpretado também como algo que conforma alguma coisa, em determinada situação. O princípio “situacional” marca o valor concedido pelo indivíduo a determinado objeto, dependendo do contexto e das relações de poder estabelecidas entre os diversos atores sociais (BUCKLAND, 1991; EKBIA e EVANS, 2009). Os valores políticos, de classe, culturais e identitários que constituem a informação-como-coisa são produto de determinado contexto histórico-social (MARTELETO, 1995).

Se os objetos apresentam tais variados valores em diferentes mundos, a informação deve também adquirir vários significados em cada um deles. Essa ideia é implicitamente sugerida por Buckland (1991), quando ele argumenta que “a capacidade de ‘ser informativo’, a característica essencial da informação-como-coisa, deve também ser situacional” {tradução do autor}⁵⁸.

Segundo Braman (2006), a informação é algo heterogêneo, que, para ser compreendida, precisa ser vista dentro da realidade onde é historicamente produzida. Informação não é algo solto no tempo e no espaço, mas a expressão de um conjunto de elementos constituídos política, social, econômica e culturalmente, em determinado

⁵⁸ “If objects have such varying values in different worlds, information might also acquire various meanings in each of them. This idea is implicitly suggested in Buckland (1991), when he argues that “the capability of ‘being informative’, the essential characteristic of information-as-thing, must also be situational” (EKBIA e EVANS, 2009, p. 335).

tempo histórico, por meio de ações práticas. Ekbia e Evans definem informação “*as something that is created in practice*” (2009, p.4).

3 METODOLOGIA

A metodologia envolveu entrevistas, encontros informais e reuniões com a equipe da Pares-CARJ. Com o uso do método da observação participante, tentou-se obter a percepção da equipe da Instituição sobre a situação do arquivo e como funcionários e voluntários desejariam que o arquivo funcionasse.

O enfoque empírico da pesquisa recaiu sobre o processo de reconhecimento, anterior à avaliação final do CONARE. Concentrou-se, com isso, nos procedimentos internos adotados pela Pares-CARJ em relação à produção do registro documental, para que o suporte ao refugiado estivesse de acordo com as fases necessárias à solicitação de refúgio.

Esse foi o primeiro passo para compreender a natureza da informação que é institucionalmente produzida. Essa mensuração tornou-se possível com o estabelecimento de princípios de classificação, que, no caso do refúgio, orienta a tomada de decisão para o reconhecimento, ou a negação desse direito ao solicitante de refúgio.

O contexto histórico e social colocou-se como condicionador da produção da informação, e o recorte foi sobre a questão do refúgio e da estrutura institucional que conforma parte do sistema que trata dessa questão. Para que esse sistema se estruture, foram desenhadas normas definidoras para o estabelecimento de um processo racional, de acordo com a publicação do “Manual de Critérios e Procedimentos para a Determinação da Condição de Refugiado: de acordo com a Convenção de 1951 e o protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados”, produzido pelo UNHCR-ACNUR. Dentre os critérios estabelecidos estão:

- (1) “Acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951”;
- (2) “fundado temor de perseguição”;
- (3) “por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opiniões políticas”;
- (4) “se encontre fora do seu país de nacionalidade”;
- (5) “e não possa ou, em virtude daquele temor, não queira se valer da proteção daquele país”;
- (6) “ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do seu país de residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não possa ou, devido ao referido temor, não queira a ele retornar”;
- (7) Dupla ou Múltipla Nacionalidade;
- (8) Âmbito Geográfico.

Contemplou-se a noção de “pragmática informacional”, em que diversos atores, concepções de mundo e fases de poder se entrecruzam num contexto histórico, social, político e cultural. Destaca-se, com isso, que a produção informacional se baseia nos “jogos de linguagem” e nas “narrativas” dos atores envolvidos (GRACIOSO e SALDANHA, 2011), nas instituições que participam do processo de elegibilidade do refugiado.

3.1 Pré-diagnóstico

Esta etapa foi essencial antes que qualquer intervenção pudesse ser realizada. Captar a percepção e as expectativas dos produtores e usuários do arquivo foi essencial para conhecer melhor o que deve ser priorizado e quais as medidas a serem implantadas. Para tanto, elaborou-se um questionário a ser respondido via correio eletrônico dirigido à funcionária que o pesquisador denominará pelo codinome “A”.

O questionário simplificado teve como objetivo traçar um conhecimento prévio sobre o estado-da-arte da estrutura do arquivo. Segundo “A”, o arquivo a ser gerenciado é funcional, voltado para a equipe de voluntários e profissionais para atender às necessidades dos refugiados, não havendo documentos referentes à administração da Instituição.

As questões iniciais, com as respostas, foram as seguintes:

1. NESSE ACERVO ESTÃO INCLUÍDOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS? **NÃO.**
2. VOCÊS POSSUEM ALGUM SISTEMA DE CONTROLE (ENTRADA E SAÍDA) DE DOCUMENTOS? **NÃO.**
3. QUAIS OS LOCAIS DE GUARDA DOS DOCUMENTOS, ALÉM DAS CAIXAS? **ARMÁRIOS DE ARQUIVO.**
4. A SITUAÇÃO MAIS URGENTE É COM A ORGANIZAÇÃO, COM O TRATAMENTO, COM O CONTROLE DOS DOCUMENTOS (REGISTRO DE ENTRADA E SAÍDA, E DISSEMINAÇÃO), OUTRAS? QUAIS AS DIFICULDADES QUE A EQUIPE MAIS SE DEPARA, EM RELAÇÃO AO ARQUIVO? **ENFRENTAMENTO DE TODAS ESSAS DIFICULDADES, MAS A PRINCIPAL É A FORMA DE ORGANIZAÇÃO.**
5. QUAL O SETOR QUE PRODUZ MAIS DOCUMENTOS? **RECEPÇÃO.**
6. QUEM, OU QUAL SETOR, DEMANDA MAIS DOCUMENTOS? **JURÍDICO.**
7. OS DOCUMENTOS SÃO PARA USO INTERNO OU EXTERNO? OU PARA OS DOIS? **INTERNO.**
8. A INSTITUIÇÃO POSSUI ALGUM COMPUTADOR DISPONÍVEL PARA O USO DO ARQUIVO, COM WORD E EXCEL? **SIM.**

9. O ACERVO É CENTRALIZADO OU DESCENTRALIZADO? ESTÁ RESTRITO A UM ESPAÇO OU A MAIS DE UM? **DESCENTRALIZADO. ESTÁ EM MAIS DE UM ESPAÇO.**

Os documentos produzidos e registrados são eminentemente pessoais, referentes às solicitações de refúgio, ou aos refugiados reconhecidos ou que tiveram suas solicitações negadas. Os documentos administrativos não fazem parte do acervo a ser organizado, estando sob responsabilidade do setor administrativo.

Até o período de um mês após a pesquisa de pré-diagnóstico, não havia controle algum de entrada e saída de documentos do Arquivo dos Refugiados. O controle foi estabelecido após o mapeamento realizado pelo arquivista considerando a disponibilização da massa documental então em vigor. Obedeceu-se à urgência imposta pela equipe da Pares-CARJ em relação a toda a estrutura sob a qual a massa documental estava assentada.

Em relação à essa questão, não havia um método de arquivamento eficaz, mas diversos modelos eram justapostos, de acordo com as estratégias de atendimento adotadas pelos setores da Integração Social e do Atendimento Jurídico, sem a preocupação com as normas técnicas arquivísticas. Apesar de seguir a lógica da estrutura organizacional, todavia apresentava-se de forma ineficaz e ineficiente, provocando perdas de documentos e re-arquivamento desordenado, misturando as fases corrente, intermediária e arquivo permanente do Arquivo.

A definição do que é arquivo corrente, intermediário e permanente, no Arquivo dos Refugiados, obedece ao “status” da pessoa. Caso o indivíduo seja um solicitante, em qualquer fase do processo de refúgio, estando em trâmite jurídico, o documento está na fase corrente: casos novos (aguardando entrevistas e protocolo da Polícia Federal), aguardando entrevistas com os setores da Integração Social e do Jurídico ou com o CONARE e aguardando decisão definitiva do CONARE. Com a decisão do CONARE definida, o solicitante pode ter seu pedido aceito (reconhecido) ou negado. Caso seja reconhecido, o indivíduo, já com “status” de refugiado, continua com a condição de arquivo corrente, pois será demandado sempre que necessário.

Se o solicitante tiver seu pedido negado, entra-se numa condição mais complexa em relação ao arquivamento, pois estabelece-se um limite tênue entre o “negado” em 1ª instância, que ainda pode recorrer juridicamente da decisão, e o “negado” em 2ª instância, que não tem mais a possibilidade de recorrer. Nesse caso, aí reside a discussão se o

“negado” em 1ª instância está na fase corrente ou intermediária. Para o arquivista, essa seria a fase intermediária, a ser definida em discussão com a Coordenação da Pares-CARJ, que a vê como uma fase corrente. Finalmente, ao ser negado em 2ª instância, o documento entra na fase permanente, assim como “falecidos” e outros.

A Recepção é o local onde se encontra o Arquivo dos Refugiados, o que demonstra duas questões principais: falta de espaço físico na casa e recepção como local de consulta. Nesse local, as pessoas buscam seus primeiros contatos para marcar entrevistas nos setores da Pares-CARJ, para obter informações sobre suas condições na Polícia Federal, para marcar entrevistas nos postos de atendimento da PF, ou para adquirir o número de protocolo. Na Recepção inicia-se o processo de solicitação de refúgio ou mesmo é concedido atendimento hodierno a refugiados, ou a quaisquer outras pessoas que queiram obter consultas e informações gerais.

O popular Setor Jurídico, hoje denominado Setor de Proteção Legal e Elegibilidade, é o que mais demanda documentos no Arquivo dos Refugiados, para consultas sobre processos em andamento. Este Setor é a base para que o solicitante busque suas garantias jurídicas e o acesso a seus direitos sociais garantidos pela Lei do Refúgio. Sem a orientação e acompanhamento deste Setor, o indivíduo pode perder prazos e ter sua condição de elegibilidade ameaçada.

O sigilo é a condição desses documentos, tendo reservada sua consulta restrita a funcionários e voluntários sob contrato da Pares-CARJ. Essa condição é determinada pela “Política da Organização das Nações Unidas para Proteção de Dados Pessoais”, que é baseada por normas e princípios internacionais de proteção de dados⁵⁹.

Apesar da falta de recursos financeiros, a Instituição conta com bons recursos tecnológicos, suficientes para que toda a equipe tenha acesso a computadores, softwares e internet. O servidor possui capacidade suficiente para armazenar parte do acervo. Para o trabalho do arquivista disponibiliza-se um computador, com acesso à internet, conectado ao servidor.

Todo o Arquivo está localizado na casa onde funciona a Pares-CARJ. A gestão do Arquivo é centralizada na Recepção, mas sua estrutura é descentralizada, ocupando outro espaço que contém parte do acervo, principalmente de solicitantes reconhecidos e negados.

⁵⁹ Esse documento também tem caráter sigiloso, mesmo para funcionários e voluntários sob contrato. Por isso, o autor somente cita o documento e não se aprofunda em detalhes por absoluta falta de acesso.

Além dessas questões, outras foram alinhavadas para serem respondidas em futuro próximo. Aponta-se, a partir desse momento, para o diagnóstico do arquivo: análise da estrutura física, mensuração do acervo, análise do fluxo da informação e análise dos recursos administrativos.

A partir desses pontos, tornou-se possível estabelecer parâmetros sob os quais uma estratégia pode ser elaborada, utilizando as tecnologias da instituição, de acordo com os recursos financeiros disponíveis. A coleta de dados sobre esses quesitos expostos acima foi realizada por meio de entrevistas por e-mail e reuniões informais com profissionais dos setores da Integração Social e do Jurídico. A posição do Arquivo no organograma não era considerada e, por isso, coube ao arquivista compreender a estrutura de funcionamento da Pares-CARJ para que isso pudesse ser explicitado.

Outro instrumento utilizado para esta etapa, foram informações obtidas a partir de conversas informais, ou através de reuniões com a equipe da Pares-CARJ. Numa delas, o ex-funcionário “M” salientou que a classificação estava confusa. Concordamos que não havia a necessidade em utilizar o gênero como elemento para tal. Concluímos que a classificação por nome era suficiente para organizar o acervo.

3.1.1 Estrutura administrativa

No Brasil, a CARJ é parte integrante do sistema Cáritas do Brasil, que envolve a participação de 15 mil agentes, em uma rede com 183 entidades-membros, além de parceria com o Ministério da Justiça. Essa rede nacional compartimenta-se em 12 regionais: RS, SC, PR, SP, MG, ES, Norte II (AP e PA), MA, PI, CE, Nordeste II (AL, PB, PE e RN), Nordeste III (BA e SE), e 1 (uma) chamada Sede Nacional – incluindo 450 municípios. Portanto, a rede da qual a CARJ faz parte, liga os espaços nacional e internacional, por meio do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE.

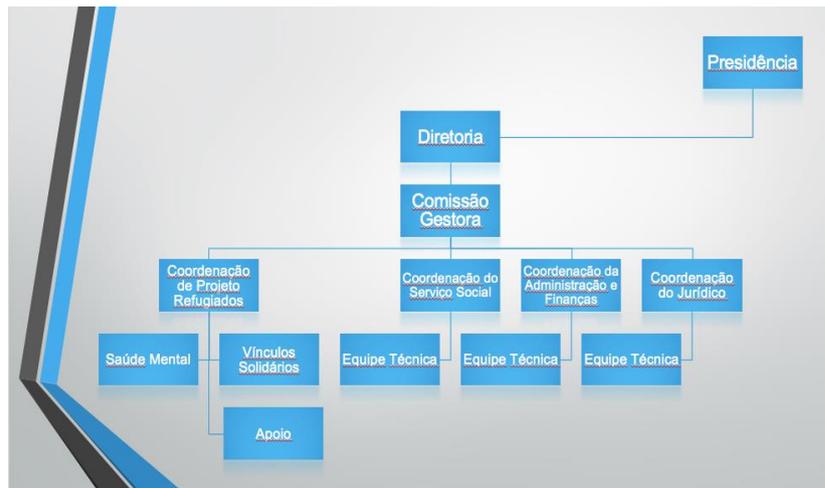


figura 2: Organograma da Cáritas (fonte: autor).

Os principais objetivos do Pares-CARJ são: a) promover o acolhimento; b) assegurar que os direitos dos refugiados sejam respeitados; e c) criar condições para que eles possam reconstruir a vida no Brasil de forma digna. Para isso, a Pares-CARJ atua em três frentes: *acolhimento*, *proteção legal*, e *integração local*, em todas elas, a informação é um recurso definidor dos próprios objetivos a serem traçados pela Instituição em relação aos migrantes refugiados. Tem-se, então, as seguintes funções a saber:

- A. ACOLHIMENTO: ORIENTAÇÕES AOS REFUGIADOS [INFORMAÇÃO AO PÚBLICO – CARTILHAS];
- B. PROTEÇÃO LEGAL: ACOMPANHAMENTO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROCESSOS DE SOLICITAÇÃO DE REFÚGIO; AUXÍLIO PARA OBTENÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTOS; FORNECE INFORMAÇÃO SOBRE LEGISLAÇÃO [PRODUÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE DOCUMENTOS OSTENSIVOS E SIGILOSOS DE CARÁTER PROCESSUAL – PRIVADOS];
- C. INTEGRAÇÃO LOCAL: APOIO DE ASSISTENTES SOCIAIS, PSICÓLOGOS E PEDAGOGOS [PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DE AVALIAÇÃO].

Em coleta de fontes primárias (página da CARJ, com acesso em junho de 2016), identificou-se que a Instituição é responsável por 6.520 pessoas no Estado do Rio de Janeiro. São mais de 4.100 refugiados reconhecidos e 2.400 solicitantes de refúgio⁶⁰. No

⁶⁰ Há população de interesse da Instituição que compreende mais de 5.500 pessoas, entre refugiados e solicitantes, em 19 Estados, incluindo toda a região sul, todo o Nordeste, MG, ES, AM, RO, AP e PA. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br>. Acesso: 30 de janeiro de 2016.

cenário administrativo da Pares-CARJ, o Arquivo dos Refugiados ainda não se configurava como setor a ser considerado como parte da máquina institucional.

3.1.2 O Arquivo dos Refugiados na estrutura administrativa da Pares-CARJ

Os documentos dos refugiados não eram uma preocupação de primeira linha da Pares-CARJ, basicamente porque o número de solicitações era muito baixo, não impactando a rotina da Instituição. Outro fator importante a ser considerado foi a evolução do arcabouço jurídico que possibilitou um maior acesso a direitos humanos essenciais aos migrantes, com a Lei do Refúgio, nº 9.474/97⁶¹.

O ano de 2010 foi marcante para a área de gestão das migrações, pois foi o momento em que o fluxo migratório se intensificou, seja pela atração econômica exercida pelo Brasil frente a outros países pós-crise de 2008, seja como resultado de catástrofes naturais e conflitos bélicos ocorridos ao redor do globo.

Como foi um processo que chegou ao seu ápice em 2015, a produção de documentos sobre os refugiados cresceu exponencialmente. A partir de junho de 2016, deu-se início ao projeto de registro para a organização dos documentos pessoais de solicitantes de refúgio, de refugiados reconhecidos e aqueles que tiveram a solicitação negada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme demonstrado ao longo do artigo, o pré-diagnóstico do Arquivo dos Refugiados, antes dos processos de sistematização e de organização do acervo para organização, dependeu de um estudo abrangente sobre o contexto onde o acervo documental é produzido. Primeiramente, considerando a formação do sistema americano de direitos humanos como parte de políticas de gestão da mobilidade humana, especificamente do refúgio. Em seguida, da análise da informação como processo de registro documental para a tomada de decisão.

⁶¹ A Lei 9.474 /97 define os mecanismos para a implção do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

Numa perspectiva teórica “pós-documental”, considera-se qualquer objeto produzido em determinado ambiente ou situação histórica, política e social como determinante de um modelo de informação específico, e nesse sentido a CARJ faz parte de um contexto maior de produção informacional que envolve diversos outros atores, instituições, grupos e indivíduos. As opiniões de funcionários e voluntários da Pares-CARJ tornaram-se definidoras da estratégia de atuação do arquivista antes de definir a tecnologia e os procedimentos de sistematização e organização das informações.

A Pares-CARJ enfrentava diversas dificuldades em relação ao uso do Arquivo, como a falta de controle (entrada e saída de documentos), a disseminação, por causa da falta de integração entre setores, mas, principalmente, a **organização** dos documentos. O Arquivo apresentava uma estrutura **descentralizada**, distribuída entre caixas e armários.

O método de arquivamento não obedecia às regras recomendadas de alfabetação, justapondo diversas técnicas. A atuação do arquivista buscou seguir a lógica estabelecida, ao mesmo tempo em que mensurava espaço e acervo, e operava algumas mudanças paulatinas. Compreender a característica da informação produzida, pela dinâmica operada no contexto social, político e cultural, dá a dimensão para possíveis aprimoramentos da gestão do Arquivo, tanto nas funções referentes ao tratamento documental, quanto na relação entre a produção de documentos e a realidade social que os cerca.

Disso implica-se uma noção de fluxo informacional que transcende a atividade restrita aos documentos do arquivo dos refugiados, e se estende à para outras esferas de atividade institucional para melhor atender às necessidades dos refugiados e dos profissionais que atuam no campo do refúgio. Essa experiência aponta, assim, como etapa inicial de uma pesquisa mais ampla envolvendo diagnóstico e estabelecimento das funções de gestão que possibilitem superar barreiras na comunicação entre Pares-Cáritas e solicitantes de refúgio/refugiados, contribuindo para pensar uma política de informação para o sistema de refúgio no Brasil.

REFERÊNCIAS ONLINE

Deutsche Welle. <http://www.dw.com/pt-br/mundo-vive-maior-crise-de-refugiados-desde-a-segunda-guerra-diz-anistia/a-18518346>

BRASIL. Empresa brasileira de Comunicação (ebc).

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-11/numero-de-refugiados-aumenta-quase-70-em-quatro-anos>

BRASIL. Empresa brasileira de Comunicação (ebc).

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/08/numero-de-refugiados-no-brasil-dobra-em-quatro-anos-e-chega-84-mil>

CÁRITAS-RJ. Disponível em: <http://www.caritas-rj.org.br>

International Committee of the Red Cross. Disponível em:

<https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/direitos-da-pessoa-humana.htm>.

IKMR. Disponível em: <http://www.ikmr.org.br/refugio/refugio-no-mundo/>

OEA. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/mandato/fuentes.asp>.

REFERÊNCIAS

BUCKLAND, M.K. Information as Thing. **Journal of the American Society for Information Science** (1986-1998); 42, 5. ABI/INFORM Global, p.351, 1991

BRAMAN, S. **Change of State: Information, Policy, and Power in the Informational State**. [e-book] EUA: The MIT Press. 2006.

COMPARATO, F.K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999, p.240.

EKBIA Hamid R.; EVANS, Tom P. Regimes of Information: Land Use, Management, and Policy. **The Information Society**, v.25, n.5, 2009. pp.328-343

GRACIOSO, L. de S.; SALDANHA, G. **Ciência da Informação e Filosofia da Linguagem: da pragmática informacional à web pragmática**. Araraquara – SP: junqueira&marin editores, 2011.

GUERRA, S. **Direito Internacional dos Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

HALL, S. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.410p.

JORDAN, B. **Irregular migration: the dilemmas of transnational mobility**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2002.

MARTELETO, R.M. **Cultura informacional**: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*, v. 24, n. 1, p. 89-93, 1995.

SANTIAGO, J.R. de. O Direito Internacional dos Refugiados em sua Relação com os Direitos Humanos e em sua Evolução Histórica. **As três vertentes da proteção internacional dos direitos da pessoa humana**: Direitos Humanos, Direito Humanitário, Direito dos Refugiados. (2004). Disponível em: <<https://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/direitos-da-pessoa-humana.htm>>. Acesso em: 29 set. 2015.



ACESSO AOS DOCUMENTOS DO PERÍODO DITATORIAL NO BRASIL: TERRENO DE DISPUTAS POR DIREITOS, MEMÓRIA E CIDADANIA

Glauco da Silva Rocha*
João Marcus Figueiredo Assis**

Resumo: Este trabalho tem como objetivo geral analisar como agentes e grupos se mobilizaram pelo direito de acesso à documentação arquivística produzida pelo Estado durante o período da ditadura civil militar no Brasil. Como procedimento metodológico, a escolha do jornal O Globo, serviu como fonte para se estruturar as dinâmicas dos grupos sociais e o papel da imprensa na divulgação das ações do Estado e as ações destes grupos em um contexto midiático, pela busca de reparações, construção de memória e cidadania. Foram coletadas 150 matérias, no período entre 2011 e 2013, tabuladas em planilhas que pudessem demonstrar como a Lei de Anistia (Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979) e a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), objetos de análise deste trabalho, resolveram ou não os impasses e as disputas políticas pelo acesso aos documentos deste período.

Palavras-chave: Lei de Acesso à Informação, Lei de Anistia, Movimentos Sociais

Abstract: This paper aims to analyze how social movements were mobilized by the right of access to archival documentation produced by the State during the period of military dictatorship in Brazil. As a methodological procedure, the selection of the newspaper O Globo served as a source to structure the dynamics of social groups and the role of the press in publicizing state actions and the actions of these groups in a media context, Construction of memory and citizenship. A total of 150 articles were collected in the period between 2011 and 2013, tabulated in worksheets that could demonstrate how the Amnesty Law (Law 6,683, dated August 28, 1979) and the Law on Access to Information (Law 12,527, dated November 2011), objects of analysis of this work, solved or not the impasses and political disputes for access to the documents of this period.

Keywords: Law on Access to Information, Amnesty Law, Social Movements

* Graduado no curso Arquivologia Bacharelado, pela UNIRIO, em 2016. Bolsista PIBIC de Iniciação Científica pela UNIRIO/ CNPq, no grupo de pesquisa CDOC-ARREMOS, com o subprojeto: DOCUMENTAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO PERÍODO DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL: IMPASSES ENTRE LEGISLAÇÃO E ACESSO.

** Sociólogo (UCAM) e Arquivista (UNIRIO), Mestre em Memória Social e Documento (UNIRIO) Doutor em Ciências Sociais (PPCIS da UERJ). Pós-doutorado em Antropologia Social (UFRJ/MN). Professor Associado do CCH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos. Pesquisador do Grupo Memória e Espaço vinculado ao Curso de História da UNIRIO. Pesquisador do Grupo de Antropologia da Devoção (GPAD/Museu Nacional). Coordenador do Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS).

1. INTRODUÇÃO

As questões de acesso às informações contidas em acervos documentais do período ditatorial no Brasil tornaram-se relevantes na perspectiva em que a mídia impressa retrata os fatos na atualidade, evidenciando as disputas por informações que possam promover a reconstrução e análise do passado pela busca de reivindicações de direitos suprimidos por perseguições, torturas, desaparecimentos e mortes de pessoas que eram contrários ao regime de ditadura no Brasil.

Para esta pesquisa optou-se por uma seleção bibliográfica voltada para a produção jornalística sobre o tema. Por uma questão prática, selecionamos o jornal O Globo, por ser um conglomerado midiático de abrangência nacional. Facilitou nossa coleta a partir desse jornal de larga distribuição no país e o fato de termos acesso a números diários devido a assinatura mensal do mesmo.

Nessa pesquisa esse método se desenvolveu da seguinte forma; a prospecção das matérias foi realizada em jornal impresso e também em formato digital, através do portal online do jornal O Globo. A análise de conteúdo compreende o período de 8 de setembro de 2011 e finaliza em 10 de novembro de 2013, num total de cento e cinquenta recortes de matérias selecionadas e organizadas em planilha para estruturar os debates em torno da Lei nº 12.527/11, chamada de Lei de Acesso à Informação. (LAI) e dos pedidos de revisão da Lei de Anistia⁶², objetos de estudo deste trabalho.

As fontes informacionais contidas em matérias, editoriais e notícias diversas sobre a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Anistia, elencadas pelo jornal durante o período estudado, vão dar conta de responder alguns questionamentos acerca dos impasses, das forças e interesses sociais presentes nesse trabalho.

A difusão de ideias conflitantes em confronto com a legislação sobre a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Anistia vai expor as forças e os interesses sociais e políticos nos debates através da mídia jornalística e evocar as estratégias desses grupos pela busca da verdade e pela construção de cidadania. Nesse sentido, a averiguação dos atores sociais envolvidos nessa discussão é salutar para uma compreensão das demandas em torno dos processos que envolveram a implantação da LAI e os pedidos de revisão da Lei de Anistia.

As abordagens em relação ao acesso aos arquivos da ditadura, custodiados por instituições de memória, suscitam disputas de forças antagônicas ao que já está

⁶² Lei No 6.683, de 28 de agosto de 1979.

preconizado pela Legislação. Para Rodrigues (2011), ao falarmos de acesso aos arquivos hoje, estamos falando também de transparência dos atos governamentais. A tradição brasileira sempre se pautou pela ênfase do sigilo em detrimento da segurança Nacional, salienta a autora.

O direito de acesso à informação impõe duas obrigações sobre os governos: Primeiro, existe a obrigação de publicar e disseminar informações essenciais sobre o que os diferentes órgãos públicos estão fazendo. Segundo, os governos tem a obrigação de receber do público pedidos de informação e respondê-los, disponibilizando os dados solicitados e permitindo que o público tenha acesso aos documentos originais indicados ou receba cópias dos mesmos (MARTINS, 2011, p. 234).

Para tanto, o intuito deste artigo é o de observar, em que medida o direito de acesso às informações de documentos, referente às graves violações de direitos humanos, ocorridas durante a ditadura no Brasil tem sido respeitado pelo Estado. Buscamos compreender esses movimentos por meio de notícias veiculadas pelo jornal O Globo.

Visamos ainda mapear como agentes, grupos e movimentos sociais tem se comportado em relação ao acesso aos documentos do período ditatorial no Brasil e perceber se, de fato, as políticas públicas voltadas para gestão de documentos, tem dado conta de implementar instrumentos de pesquisa de fácil compreensão para o cidadão, usuário no uso do seu direito.

2. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO E LEI DE ANISTIA: MEDIADORES ENTRE O CIDADÃO E A INSTITUIÇÃO PÚBLICA

A implantação da LAI representa um avanço para a sociedade que viveu, durante a ditadura, uma “cultura de segredo” ditado pelo Estado brasileiro. Essa era uma regra imposta aos documentos, não havendo acesso, em função da classificação de sigilo a que os documentos de arquivo eram submetidos.

Sendo assim é dever do Estado dotar as instituições públicas custodiadores de acervos documentais, de orçamentos capazes de promover a gestão das massas documentais, visando sua transparência e acesso para que se traduza em informação útil para tomadas de decisões, para que se constitua como elementos probatórios na busca por direitos, cidadania e construção de memória.

Jardim (1999) chama atenção para dois aspectos sobre o acesso informacional em que o entendimento de transparência é compartilhado por toda sociedade civil como uma prática de gestão e uso social da informação governamental, ampliando o controle democrático da sociedade política pela sociedade civil.

Por outro lado Jardim (1999) descreve também outro sentido em que essa interação informacional se mostra ausente entre o aparelho do Estado e a sociedade civil que se divide, por sua vez, numa massa de excluídos e incluídos, sendo este último os privilegiados em obter acesso por conta da ascensão social.

Tanto a transparência como a opacidade informacional encontram-se presentes não só na relação Estado-sociedade civil, como no interior dos aparelhos de Estado, configurando-o como “campo de batalhas estratégico” ou “arena de lutas” e contribuindo para o desenho de seus “núcleos de poder”. Ambos fenômenos, processos e produtos dos modos de geração e uso da informação, envolvem diversos atores, particularmente o administrador público, o profissional da informação e o cidadão. Trata-se, como tal, de fenômenos políticos, cujas teias constituem-se e são constituídas pelas redes de poder no interior e no exterior do aparelho de Estado (JARDIM, 1999, p. 73).

A lei que regulamenta o acesso às informações públicas, aprovada pelo Congresso Nacional, tem sua origem no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988, no qual já era previsto o direito ao acesso como direito fundamental. Sua regulamentação só ocorreu em 18 de novembro de 2011 com a sanção Presidencial da Lei de Acesso à Informação.

Também fora sancionada em 18 de novembro de 2011, a Lei que cria a Comissão Nacional da Verdade, voltada para investigar e produzir um relatório, em dois anos, sobre as violações cometidas contra os direitos humanos durante o período de 1946 e 1988.

Ao se aprovar a Lei nº 6.683, no dia 28 de agosto, de 1979, oficializou-se a Lei de Anistia que determina, logo em seu primeiro artigo, que anistia os crimes cometidos de natureza política ou conexos com este durante a ditadura. Servidores públicos e representantes de Sindicatos também foram punidos e tiveram amparo na legislação.

Houve, em 1985 uma emenda constitucional que confirmava e ampliava o alcance da Lei de Anistia para setores privados e representantes de grupos estudantis e sindicais. Doravante, mesmo com a Constituição de 1988, esta lei foi confirmada e nada foi modificado em seu texto, fruto de muita pressão por parte dos setores militares. Essa lei permitiu, a despeito de toda polêmica envolvendo sua aplicação, a volta de mais de mais

de 100 presos políticos e banidos do país além de milhares de exilados a retornarem ao Brasil.

Todo este conjunto de Leis faz parte do processo de justiça de transição ocorrida no Brasil e em vários países que tiveram experiências autoritárias na América Latina e em outras partes do mundo. Abrão (2011) tratando desse tema revela que um dos aspectos do processo de justiça de transição é o da reparação aos perseguidos e que esta conquista se deveu a promulgação da Lei de Anistia.

A reparação não se limitou à dimensão econômica. As leis preveem outros direitos como a declaração de anistiado político, a contagem de tempo para fins de aposentadoria, o retorno a curso em escola pública, o registro de diplomas universitários obtidos no exterior, a localização dos restos mortais dos desaparecidos políticos, dentre outros direitos. Desde 2007, a Comissão de Anistia realiza atos públicos de Pedidos de Desculpas aos ex perseguidos políticos (ABRÃO, 2011, p.120)

As discussões em torno da validade ou não da Lei de Anistia, giraram em torno de uma revisão ou não, tendo motivado debates calorosos na mídia impressa, em que pesem disputas entre as forças que pactuaram para que a anistia fosse um marco democrático e que pacificasse o país. Fica claro que essa Lei em vigor, confirmada em 2010 pelo Supremo Tribunal Federal, sempre foi, desde sua promulgação, controlado pelos setores militares.

Abrão (2011) enfatiza que as alternativas encontradas pelos familiares e vítimas da ditadura militar acionem tribunais internacionais ou procurem brechas na justiça brasileira àquilo que foge a decisão do STF.

No cenário internacional a Corte Interamericana de Direitos Humanos é, certamente, o locus a ser acionado como forma de “driblar” a Lei de Anistia de 1979. Inobstante, importa pontuar que a Corte não possui meios para promover punições efetivas, apenas recomendando ao Estado condenado que, investigue, puna e repare a violação, coisa que novamente esbarrar na justiça brasileira, inserindo a decisão internacional no círculo vicioso na cultura de nosso judiciário (ABRÃO, 2011, p.130).

A organização das matérias jornalísticas referentes ao período da pesquisa nos forneceu, através do uso de palavras-chave, a obtenção de resultados que refletisse, em percentuais, a frequência com que a LAI e a Lei de Anistia eram noticiadas.

Aparece nesse gráfico um maior percentual à Comissão da Verdade, certamente por se tratar de um grupo de trabalho que figurou por muito tempo na mídia e com uma grande relevância por facultar a abertura e o acesso aos arquivos da ditadura civil-militar. Percebeu-se assim, o interesse pelo debate em torno da legislação e como essa discussão se deu no meio midiático.

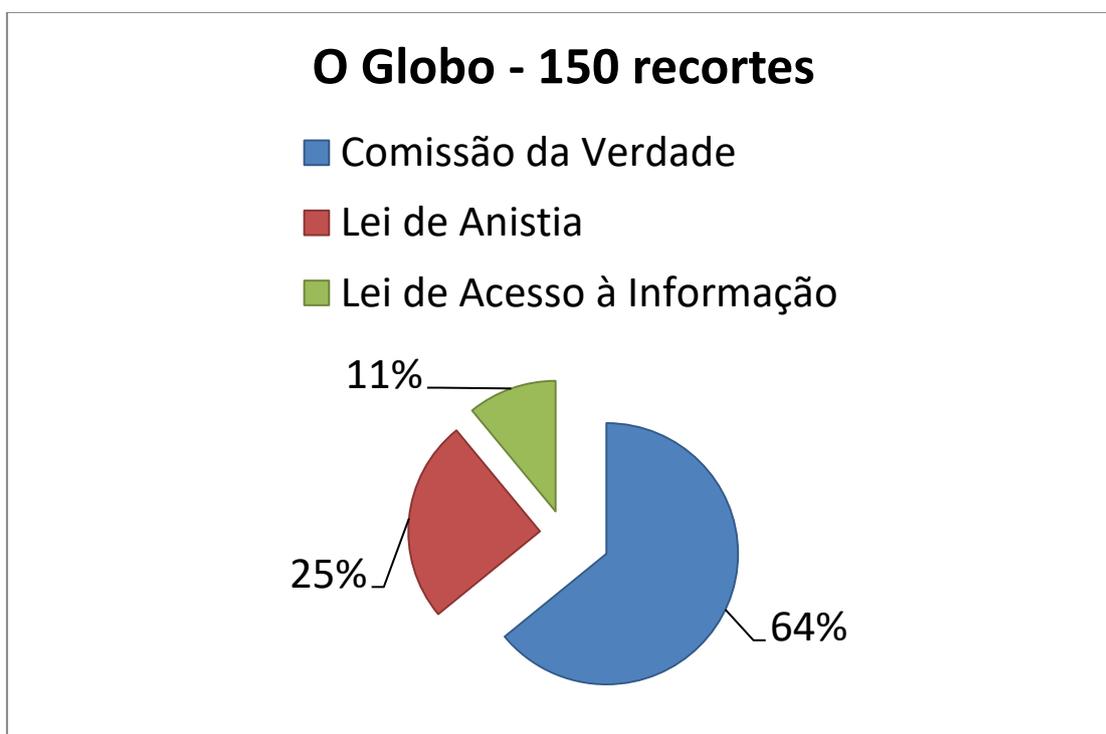


Gráfico 1 – Análise de matérias jornalísticas de O Globo (Nossa autoria)

A Comissão Nacional da Verdade foi bastante criticada e gerou muita divergência no início de sua implantação e no primeiro ano de funcionamento, em 2012, quando grupos ligados às forças armadas criavam dificuldades em fornecer informações à Comissão e com isso o processo de apuração se tornava lento e sofria também a pressão por parte dos familiares das vítimas da ditadura.

A LAI aparece nesse resultado com 11% de notícias em que são abordadas, principalmente entre os anos 2011 e 2012, matérias relacionadas a sua sanção e as críticas sobre a implementação dos sítios tecnológicos para dar acesso e também a participação

das instituições arquivísticas na execução parcial em garantir a gestão dos documentos em cumprimento ao que preconiza a Lei 12.527 de, 18 de novembro, de 2011.

Recorremos novamente a Jardim (1999, p. 62), o qual, ao discorrer sobre a transparência do Estado no que concerne o direito do cidadão à informação e o dever da administração pública em dar garantias de uso de seus acervos informacionais, revela uma cortina de fumaça ou uma opacidade em torno da busca pela verdade registrada nos arquivos da ditadura no Brasil.

3.OS DEBATES E OS IMPASSES EM TORNO DOS ARQUIVOS

Verificou-se durante o levantamento e análise das matérias do jornal O Globo que os arquivos tem um papel preponderante nas discussões sobre acessibilidade e reivindicações de grupos ou pessoas que foram vítimas da violação dos direitos humanos durante a ditadura civil-militar no Brasil.

Antunes (2008) ao destacar a importância das instituições de guarda de documentos, ressalta o trabalho de gestão atribuído a estes com o objetivo de se preservar e compartilhar as informações por meio de instrumentos de pesquisa necessários à sua leitura e acesso.

A divulgação dos arquivos da repressão tem uma inegável ressonância social e política, o que aumenta sobremaneira as responsabilidades das instituições arquivísticas de guarda como o Arquivo Nacional, na gestão e na preservação adequada de tais conjuntos. O papel destes arquivos não se esgota apenas no conhecimento de nossa história recente. Sua dimensão é particularmente visível com o uso administrativo das informações para o cumprimento de direitos individuais e coletivos que a democracia proporciona como, por exemplo, a concessão de indenizações às vítimas da repressão ou a seus familiares. (ANTUNES, 2008, p.15)

A discussão em torno de uma documentação arquivística presente nas notícias veiculadas pelo jornal O Globo suscitam diversos debates e interesses nos arquivos da ditadura civil-militar no Brasil e vão de encontro ao que se preconiza a Legislação sobre estes acervos. Nesse caso, a LAI e a Lei de Anistia ditam as regras de acesso e respondem

positivamente ou não às demandas dos movimentos sociais e familiares daqueles que foram atingidos pelo regime ditatorial no Brasil.

Para Delmas (2010, p. 21) “Os arquivos servem para provar, lembrar-se, compreender e identificar-se. Provar seus direitos é uma utilidade jurídica e judiciária. Lembrar-se é uma utilidade de gestão. Compreender é uma utilidade científica de conhecimento. Identificar-se pela transmissão da memória é uma utilidade social”.

Fico (2008), ao discutir sobre os problemas em relação às restrições de acesso aos documentos sigilosos produzidos durante o regime autoritário no Brasil, traz para nossa reflexão o deslocamento de um tema que era circunscrito somente ao meio acadêmico, debatido e trabalhado somente entre historiadores e arquivistas, para alcançar o público leigo, as famílias envolvidas e a imprensa que passa a divulgar e dar espaço em suas páginas sobre o período em que o país esteve sob o regime ditatorial.

Nesse sentido, o jornal, a mídia impressa exerce um papel de fiscalizador do Estado, promovendo para a população notícias que, sem uma linguagem adequada, ficariam restritas apenas a uma pequena parcela de formadores de opiniões. Há uma disputa em jogo nesse meio, envolvendo parcialidades, políticas e transparências naquilo que se veicula e se traduz numa linguagem compreensível e que abarque leitores de todas as camadas sociais.

Para contextualizar uma parte desses debates, citamos uma matéria de 23 de novembro, de 2012 em que as versões oficiais do Estado se contrapõem à descoberta de um arquivo que comprovara o sequestro e tortura do ex-deputado Rubens Paiva. Os documentos estiveram em poder do coronel da reserva do Exército, Julio Molinas, por quatro décadas e só após sua morte foram entregues a polícia pelas filhas do militar.

Arquivos contestam versão da morte de Rubens Paiva

Comissão da Verdade receberá documentos que comprovam sequestro e tortura do ex-deputado pela ditadura

José Luís Costa* e
Patrícia Cominello
Especial para O GLOBO
span@oglobo.com.br

Porto Alegre. Documentos que podem elucidar o paradeiro e a morte do ex-deputado federal Rubens Paiva e o atentado ao Riocentro, casos emblemáticos da ditadura militar brasileira, serão entregues à Comissão Nacional da Verdade, na próxima terça-feira, no Palácio Finatini, em Porto Alegre. O governador do Rio Grande do

Sul, Tarso Genro, quer transformar o gesto num ato histórico, afirmou ontem o chefe da Casa Civil, o secretário Carlos Prestani. A existência dos documentos foi revelada pelo jornal “Zero Hora”. Eles comprovam que o ex-deputado foi sequestrado por militares e levado às dependências do Departamento de Operações e Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) no Rio, em 1971. O promotor Otávio Bravo, do 1º Ofício da Procuradoria de

Justiça Militar do Rio, que investiga o paradeiro de desaparecidos do regime militar, considera os documentos a primeira prova documental da entrada de Rubens Paiva naquela repartição, um conhecido centro de torturas. Trata-se de uma folha de ofício amarelada e preenchida em máquina de escrever, na qual o próprio Exército relata a prisão do parlamentar.

Intitulado “Turma de Recebimento”, o documento contém o nome completo do político

(Rubens Beyrodt Paiva), de onde ele foi trazido (o QG-3), a equipe que o trouxe (o CISAer, Centro de Inteligência da Aeronáutica), a data (29 de janeiro de 1971), seguido de uma relação de papéis, pertences pessoais e valores do ex-deputado. Consta nele, também, uma assinatura, possivelmente de Paiva, isso muda história oficial, já que o corpo do ex-deputado nunca foi localizado, e o Exército jamais admitiu responsabilidade sobre o sumiço do político cassado pela

ditadura militar.

O documento ficou quatro décadas guardado no arquivo particular do coronel da reserva do Exército Julio Miguel Molinas Dias, morto no último dia 1º, possivelmente numa tentativa de assalto. Ele foi chefe do DOI-Codi do Rio, cerca de dez anos depois do desaparecimento. As filhas do militar entregaram os arquivos à polícia.

Bravo considera que foram praticados pelo menos quatro crimes, no sumiço de Paiva:

tortura, sequestro, homicídio e ocultação de cadáver. Bravo pretende encaminhar seu procedimento investigatório para a Comissão Nacional da Verdade e também para o Ministério Público Federal, que tem competência para apresentar denúncia de crimes comuns à Justiça (sequestro e cárcere privado). Por atuar junto à Justiça Militar, Bravo só pode apresentar denúncias referentes a crimes militares. ●

*Do Zero Hora

Figura 1- Arquivos contestam versão da morte de Rubens Paiva (Jornal O Globo)

Cabe chamar atenção para o que Rodrigues (2011) expõe em relação à imprensa quando evoca um sentido para o poder da 'fala' para o arquivos o qual, não se trata de um simples documento com referências, ele suscita mais significados quando da sua transparência em desvelar as limites entre o público e o privado, memória e esquecimento, sigilo e pleno acesso aos documentos.

Diversos grupos sociais figuram nas matérias do jornal O Globo, reivindicando pautas que apontam para os direitos humanos, acesso à informação, direito à memória, construção de cidadania e identidade. Todas essas lutas são fruto de um movimento de resistência que vem atuando desde o golpe militar de 1964, que culminou com uma ditadura com apoio de setores da sociedade civil, empresários, igrejas, latifundiários, indústrias e do governo brasileiro.

A ampla divulgação das histórias de familiares desaparecidos, torturados ou mortos pela ditadura no Brasil, pode trazer algum conforto no sentido em que se expõe o Estado e os órgãos militares que promoveram essas atrocidades. Mesmo a despeito de estarem amparados pela Lei de Anistia, ainda sim, os movimentos sociais que representam as vítimas sempre tem atuado com objetivo de que a memória da resistência esteja sempre presente e não seja esquecida.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais, as famílias de mortos e desaparecidos, as diversas Comissões da Verdade espalhadas pelo país, o governo e os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, as igrejas e os militares, serão os protagonistas interessados em demandar ações para que a transição democrática em relação aos direitos humanos, as liberdades civis. O acesso e controle das atividades do governo deveriam por meio também da imprensa, servir como um espaço público de discussão e de lutas.

Ainda, por essa análise, estamos distantes de uma real democracia, percebe-se claramente uma disputa política e de interesses setoriais e conservadores pela manutenção do silêncio e do esquecimento de fatos que marcaram sensivelmente a sociedade brasileira e que só através de uma imprensa independente, voltada aos interesses sociais poderá modificar esse cenário ainda envolto numa cortina de fumaça.

Diante desse quadro, as conclusões não revelam resultados práticos no que diz respeito ao acesso aos documentos que não conseguem ser acessados. Existe uma massa documental desse período ainda necessitando de tratamento arquivístico e de liberação

para o acesso. A composição dos técnicos das Comissões da Verdade não privilegiaram os profissionais arquivistas.

Os arquivos que se encontram em instituições militares não têm seu acesso permitido, portanto, não seguem a Lei de Acesso à Informação. Dito isto, percebo que ainda vivemos um período de transição democrática, onde há muito que se conquistar como arquivistas para fazer valer o propósito dos arquivos que é informar com qualidade na sua gestão, com ética do profissional arquivista e com a verdade.

A Lei de Acesso à Informação e a Lei de Anistia configuram uma conquista para a sociedade e também espelham antagonismos que, se não vigiados e controlados pela imprensa, pelos movimentos sociais, pelos organismos internacionais, perdem sua força e sua efetividade. Mesmo as lutas em prol de uma revisão da Lei de Anistia são importantes para demonstrar que a luta para que essa justiça de transição chegue a um patamar de obtenção de direitos plenos de acesso à documentação que se encontra em sigilo nos quartéis segue sendo necessária.

Diversas críticas são comumente feitas quanto aos posicionamentos editoriais do jornal em foco, sendo um dos pontos criticados seus posicionamentos em relação ao período ditatorial no Brasil. Concluimos assim, que diversas matérias analisadas a partir desse jornal, dão conta de explicitar um movimento muito reduzido diante do que se poderia veicular sobre acesso à informação, desclassificação de documentos sob sigilo, a atuação de setores políticos na defesa dos direitos humanos em conformidade com os órgãos internacionais, para que as recomendações resultantes da Comissão Nacional da Verdade sejam, de fato, analisadas e discutidas.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo, **A Lei de Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e justiça**. Acervo: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 24, nº 1, jan/jun 2011.

ANTUNES, Jaime. O Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1986): Memórias Reveladas. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, V.21, nº. 2, jul/dez. 2008.

DELMAS, Bruno. **Arquivo para quê?: textos escolhidos**. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

FICO, Carlos, A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do Regime Militar Brasileiro. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, V.21, n. 2 ,jul/dez. 2008).

JARDIM, José Maria, **Transparência e opacidade do estado no Brasil : usos e desusos da informação governamental**. Niterói : EdUFF, 1999.

MARTINS, Paula Lígia. Acesso à informação: Um direito fundamental e instrumental. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 24, nº 1, jan/jun 2011.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de acesso aos arquivos no Brasil: um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, v. 24, nº 1, jan/jun 2011.

REGISTROS POLICIAIS: DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES DE PODER NOS DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

Camila Mattos da Costa⁸

Resumo: O objetivo deste trabalho é discutir a produção de registros policiais decorrentes das atividades dos órgãos de segurança pública como as polícias civil e militar do Rio de Janeiro enquanto documentos arquivísticos. Discutimos como documentos oficiais podem ser produzidos com a intenção de esconder violações de direitos humanos provocadas por agentes policiais em atividade. Assim, articulamos a noção de documentos como dispositivos envolvidos nas relações de poder. A metodologia consiste no levantamento bibliográfico sobre o tema e levantamento de dados acerca dos registros deste tipo produzidos e publicados pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, Brasil, além do estudo de caso dos Boletins de Ocorrência que registram “auto de resistência” e “resistência seguida de morte”, e outros tipos de documentos produzidos durante a ação policial de policiamento ostensivo de rotina que acabou decorrendo na morte de um jovem na Favela da Palmeirinha, em Acari – Rio de Janeiro, em fevereiro de 2015.

Palavras-chave: Boletins de Ocorrência. Direitos Humanos e arquivos. Favela da Palmeirinha.

Abstract: This paper aims to discuss the production of police records resulting from the activities of public security organs such as the civil and military police of Rio de Janeiro as archival documents. We discuss how official documents can be produced with the intention of concealing human rights violations provoked by active police officers. Thus, we articulate the notion of documents as devices involved in power relations. The methodology consists of a bibliographical survey about the subject and data collection about the records of this type produced and published by the Public Security Institute of the State of Rio de Janeiro, Brazil, as well as the case study of the Occurrence Bulletins that register "self-resistance" and "resistance followed by death," and other types of documents produced during routine ostensible policing that ultimately resulted in the death of a young man in the Palmeirinha Favela in Acari, Rio de Janeiro, in 2015 february.

Keywords: Police Records. Human Rights and Archives. Palmeirinha's Favela.

⁸ Mestre em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em Archivos y Derechos Humanos pela Universidad Autonoma de Barcelona e em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde (FIOCRUZ). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Atualmente, é professora substituta na Universidade Federal do Espírito (UFES).

1. INTRODUÇÃO

Durante uma falta de luz em fevereiro de 2015, um grupo de jovens conversava na Favela da Palmeirinha, Zona Norte e periférica da Cidade do Rio de Janeiro. Um deles, Allan Souza de Lima, 15 anos, mantinha a câmera do celular ligada enquanto filmava as brincadeiras entre eles. Em algum momento, um dos jovens correu e os outros amigos o seguiram. Isto foi o suficiente para que os policiais militares que passavam de carro em um policiamento ostensivo de rotina comesçassem os disparos contra o grupo. Um deles morreu e outro foi ferido. Chauan Jambre Cezário, o jovem ferido, foi preso por supostamente portar armas e resistir à prisão.

O documento produzido pelos policiais depois do ocorrido registrava que houve um confronto entre a patrulha policial e traficantes da favela. Os jovens faziam, então, parte do tráfico e haviam sido atingidos porque haviam resistido aos disparos vindos da polícia. O problema dos agentes do estado começou quando a gravação do celular de Allan foi encontrada. O vídeo mostra claramente que os jovens estavam reunidos e brincando. Na gravação também é possível escutar o momento em que um dos policiais pergunta a um dos jovens porque o grupo havia corrido. Uma voz responde “a gente tava brincando, senhor”. A versão registrada no documento oficial não era a mesma. A partir da gravação era possível identificar que aquele documento oficial produzido de acordo com as normas legais e formais continha uma informação inverossímil. Ou seja, um documento autêntico porque obedece às normas para sua elaboração, mas cujo o teor não reflete de maneira verdadeira a realidade.

O objetivo deste trabalho é investigar a relação entre os documentos produzidos pelas corporações policiais (militar e civil) no Rio de Janeiro e os crimes cometidos por estes agentes policiais, pensando na produção e uso de documentos oficiais com o objetivo de impedir e dificultar a investigação dos crimes cometidos durante a execução das atividades de segurança pública. Além de pensar no papel das instituições que produzem e se utilizam destes documentos como as polícias e o sistema judiciário brasileiro. Apresentaremos o levantamento numérico sobre os boletins de ocorrência registrados no estado do Rio de Janeiro no período de 2015, ano que ocorreu o caso da Favela da Palmeirinha.

Observamos que em muitos casos existe a intenção governamental de ocultar os crimes cometidos pela autoridade policial como se estes crimes tivessem acabado com o fim da Ditadura Civil-Militar brasileira.

Este artigo divide-se em duas partes. A primeira seção intitulada “Os documentos oficiais da Segurança Pública e a rede de produção de verdades” apresenta os documentos de arquivo como parte de uma rede complexa utilizada para garantir que os agentes policiais violadores de direitos humanos não sejam investigados e punidos. A segunda seção, “Boletins de Ocorrência, Resistência seguida de morte ou Auto de Resistência: os registros policiais no Rio de Janeiro” aborda os dados sobre os registros policiais relativos às resistências e mortes decorrentes das ações policiais obtidos por meio do Instituto de Segurança Pública (ISP). Também discutiremos brevemente a questão do direito à intimidade quando falamos de documentos produzidos pela polícia.

2. OS DOCUMENTOS OFICIAIS DA SEGURANÇA PÚBLICA E A REDE DE PRODUÇÃO DE VERDADES

Para funcionar, as atividades de segurança pública necessitam de uma série de agenciamentos. A polícia militar, o Ministério Público, a Justiça nas instâncias federais, estaduais ou municipais, e a polícia civil funcionam como uma rede que estrutura e sustenta as operações voltadas para a segurança pública. É impossível dissociar as atuações das instituições citadas da produção de documentos e da troca de informações entre elas. As instituições que formam a rede da segurança pública precisam atuar de modo que exista um fluxo de informações – sem que se entre no mérito da eficiência do fluxo.

Esses agenciamentos são compostos por agentes (pessoas e objetos); dispositivos discursivos e enunciativos, linguísticos ou textuais; e de lugares e instituições. Ademais, possuem relações concretas. São formados por diversos tipos de associações, dentro das possibilidades criadas de suas relações. Se um determinado agenciamento não recebe mais associações, ou cessa associações com outros agenciamentos, ele deixa de existir. Os agenciamentos são necessários aos esquemas políticos e sociais de modo geral (MURGUIA, 2010, p. 126).

Os dispositivos formam um conjunto heterogêneo que engloba enunciados linguísticos e não linguísticos: instituições, lugares, edifícios, legislação, discursos, medidas de segurança, proposição filosófica etc. Possuem funções estratégicas concretas dentro de relações de poder estabelecidas. Além disso, são uma rede que inclui o conhecimento que possibilita a identificação do que é admissível de ser dito (AGAMBEM, 2005, p. 9-10).

Os documentos também estão inscritos dentro de um jogo de poder e funcionam como um dispositivo de validação (MURGUIA, 2010, p.127)., exercendo um papel importante na sociedade atual. Por sua importância é que devem ser pensados e problematizados dentro de seus contextos (social, político, econômico, cultural) e como instrumentos de poder na sociedade. Já não é possível pensar o documento enquanto algo isento e imparcial. É preciso conscientizar-se do lugar dos documentos (e da informação) e do seu contexto de produção atualmente e dos agentes que o produzem. Se antes era visto como o reflexo de uma ação, o registro material de um fato, agora é preciso vê-lo como um importante e crucial dispositivo de poder.

Essa relação com os documentos faz parte de um regime de validação por meio da escrita (MURGUIA, 2010, p.132; FREITAS, 2009, p.3). Deste modo, os documentos acabam funcionando como dispositivos de produção da própria verdade. No entanto, os documentos institucionais, mais especificamente textuais, ainda guardam uma certa aura sagrada que os torna portadores da verdade dos fatos ocorridos. Estes documentos fazem parte de um acordo comum que os vê como provas da própria razão de sua existência, atuando e servindo porque são vestígios.

Neste sentido, os documentos seriam verdadeiros porque constituem prova, e os relatos funcionam como demonstração (MURGUIA, 2010, p.135). O problema é que essa noção parte do princípio de que a intencionalidade dos documentos é isenta e imparcial. Murguia (2010, p.135) aponta que o documento enquanto prova não é uma abstração: na “linguística, a prova é uma fixação e controle do significado textual permitido pelo documento e referendado pela instituição que o gera e na qual ele se agencia”. Portanto, os documentos são produzidos de uma certa maneira também por causa de seus agenciamentos e contextos.

Dois dos “efeitos correlatos e constitutivos e simbólicos” relacionados aos documentos enquanto parte de um regime de poder:

- instauração de sistemas de legitimidade exclusivos (e excludentes) sobre o texto escrito: processos sócio-políticos de validação do documento - e apenas ele - como garantia e prova, implicando sua monumentalização. (LE GOFF, 1984) O poder de registro efetiva-se em macro e micro-práticas de exame, controle e vigilância (FOUCAULT, 1974), implementando o poder disciplinar centralizado – no Estado; desenvolvimento de formas burocráticas de controle, impessoalizando a política como administração da vida – dispositivos de agenciamento do poder (FOUCAULT, 2002). (...)
- Lei escrita como marca da quebra do consenso. Crime como infração da lei, e não como dano a outro; justiça baseada em sistema

de provas da ‘verdade’ (FOUCAULT, 1974). (FOUCAULT apud FREITAS; LE GOFF apud FREITAS, 2009, p.8-9)

O funcionamento das práticas com documentos em algumas áreas do conhecimento como o Direito ainda ocorre dessa maneira. As ciências jurídicas que, de modo geral, estão bastante vinculadas às práticas policiais por meio do direito penal ainda são bastante positivistas e veem o documento como a própria materialização da prova. Essa relação direta documento/fato/verdade provoca um apagamento das “formas de legitimidade institucional e autoridade envolvidas na constituição de evidência na cultura ocidental” (FREITAS, 2009, p.3)

Entretanto, Gallo aponta que a evidência é sempre parte de um processo de construção que acaba produzindo uma “circularidade” do poder entre as instituições e os documentos (GALLO, 1992 apud FREITAS, 2009, p.20).

Dito de outra forma: os processos sócio-históricos de construção do dizer institucionalizado – especialmente pela via do documento, em sua eficácia legal e principalmente simbólica – naturalizam e invisibilizam tanto tal processo quanto produzem a ilusão de transparência de seus artefatos e ‘conteúdos informacionais’, que são igualmente insumo das relações institucionais de poder. O fundamento do poder do documento (instância institucional), invisibiliza-se através da reificação do registro escrito que, por sua vez, é invisibilizado pela sobre-reificação do imaginário da informação: o efeito-informação/fato. (FREITAS, 2009, p.24)

O discurso escrito, tal qual o discurso autoritário e até mesmo o discurso institucional, é capaz de produzir um certo efeito de evidência por causa de uma ilusão de “completude” e do “fechamento”.

A própria verdade do documento depende do lugar e do momento do enunciado que formam seu contexto de produção. Os documentos servem como prova também pelas relações que estabelecem. Um boletim de ocorrência que registra uma informação inverídica serve como indício da própria falsificação. O objetivo de um documento sempre é a “verdade”:

A prova, a demonstração e a autoridade são os critérios que definem a veracidade do documento. Devido a essas características, ele se insere nos agenciamentos sociais. Porém, esses critérios são válidos dentro de um dispositivo de poder (MURGUIA, 2010, p. 138)

Verdade é entendida aqui como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” . A noção de verdade está intrinsecamente ligada ao sistema de poder no qual se vincula (FOUCAULT, 1979, p.14). Não existe verdade distante das relações de poder que a circundam. E os documentos são necessários aos “regimes de verdade” (FROHMANN, 2004, p.247).

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p.12)

Qual é o caminho pelo qual as inscrições contribuem para a estabilização de redes de elementos heterogêneos, produzindo determinados fenômenos? De que modo imperativos culturais determinadas formas documentais? É importante investigar os caminhos pelos quais as inscrições são estabilizadas em virtude das relações com outros agentes e instituições da rede. (FROHMANN, 2004, p.240).

O efeito dos documentos são fenômenos históricos. A estabilidade dos documentos não é simplesmente o resultado das representações que completam espaços vazios de um desenho da natureza. A estabilidade é o resultado da representação das interações complexas e historicamente variáveis entre diversas tecnologias literárias, materiais e sociais. (FROHMANN, 2004, p.246).

Algumas propriedades das práticas com documentos são significativas quanto aos seus efeitos:

A primeira é a materialidade: já que os documentos existem em alguma forma material, sua materialidade configura práticas com eles (...) Uma segunda propriedade das práticas documentárias é o quão profundamente elas estão incorporadas nas instituições. Muito da autoridade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção (...) Uma terceira propriedade é a disciplina social: práticas documentárias, como muitas outras, exigem treinamento, ensino, correção e outras medidas disciplinares (...) Uma quarta propriedade é a historicidade: práticas surgem, desenvolvem-se, entram em declínio e desaparecem – tudo sob

circunstâncias históricas específicas. (FROHMANN, 2004, p.236 - 237)

A credibilidade dos documentos está relacionada aos tipos de práticas documentárias que os cercam. (DEAR apud FROHMANN, 2004, 239). Atentar para as práticas com documentos desvela “como documentos específicos, em épocas e locais específicos e em áreas específicas do terreno social e cultural tornam-se informativos”. O próprio caráter informativo dos documentos depende de práticas documentárias e daquilo (e daqueles) do que os formata e os configura. (FROHMANN, 2004, p.245) O preenchimento de boletins de ocorrência – contendo “autos de resistência” ou não – configura uma prática com documentos sedimentada. Frohmann aponta ainda uma dupla materialidade dos documentos: “além do engajamento institucional – passível de migração interinstitucional, como a relação textual entre a academia e o aparato jurídico – mescla enunciação e práticas sociais e públicas, por seu poder de gerar efeitos” (2008 apud FREITAS, 2009, p.21).

Os documentos permanecem como começo e término dos processos teóricos e práticos porque estão envoltos em formas de legitimações das instituições ou modos históricos de agregação de autoria. O autor do documento tem importante papel na legitimação e aceitação do próprio documento enquanto verdade. (FREITAS, 2009, p.2). O agente – que aqui também é o ‘agente da lei’ – é quem tem a autoridade para produzir um certo repertório de documentos. E cada agente o faz considerando uma rede dentro de um conjunto de possibilidades do dizer. No caso dos boletins de ocorrência, nenhuma autoridade policial produzirá um documento contra si mesmo. De certo modo, acredita-se que ninguém – pessoa jurídica ou física, autoridade policial ou não – o fará.

Aquele que documenta algo – redige um relatório, um inquérito policial ou um boletim de ocorrência – baseia-se em critérios diversos. Afinal, tem-se consciência do que pode ser dito e o que não pode ser dito, de que maneira algo deve ser comunicado, leva-se em consideração o leitor e o lugar. Estes critérios fazem parte de uma ação seletiva sobre aquilo que é documentado e informado. As escolhas daquele que documenta fazem parte da própria gênese documental. E é também o contexto que torna algo capaz de informar. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999).

Um documento de arquivo é instrumento de uma determinada ação, bem como seu registro formal (DELMAS, 2010, p.130). Os documentos são produzidos com o objetivo de viabilizar ações, portanto, carregam as marcas de seus contextos de produção

(DELMAS, 2010, p.58). Murguia (2010, p.139) aponta que os documentos são objetos/agentes que se vinculam com outros objetos e/ou agentes, e outras associações são realizadas no seu entorno. As relações que se estabelecem por meio dos documentos são determinantes na forma e no conteúdo que constituem o próprio documento. Para a elaboração do conteúdo dos documentos, as condições de possibilidade do dizer são determinantes.

González de Gómez (1999, p.4) alerta para o caráter seletivo das ações de informação. O próprio caráter do documento é precedido pela ação de documentar. A própria ação é o que define e condiciona aquilo que será documentado e reconhecido como um documento. A autora aponta que existe algum modo de seleção, individual e social, de caráter emocional, cultural, prático e gnoseológico. Estas esferas de seleção agem na própria constituição do que será designado como informativo (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999 p.3). Documentos não se escrevem sozinhos. O papel e a responsabilidade dos agentes e instituições envolvidas são inseparáveis daquilo que é documentado.

A estrutura, a organização e o conteúdo de um documento estão anteriormente sujeitas antes às ações e aos agentes que a produziram (a própria ação e aos documentos) do que aos fatos apontados por elas existentes no mundo natural, como aos universos de referência discursiva que pertencem. As condições daquilo que é informado são determinantes ao próprio documento. Os documentos possuem relações com uma ordem cultural, cognitiva, ética e estética, onde se enraízam as preferências semânticas e de conteúdo, remetendo-se a uma formação discursiva e a um universo de referência próprios (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.5).

Como dissemos anteriormente, na favela da Palmeirinha – Honório Gurgel – em fevereiro de 2015 um jovem ficou ferido e um morreu. A Polícia Militar do Rio de Janeiro noticiou que houve um confronto na favela e os jovens teriam **resistido**.

Os “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte” são documentados no boletim de ocorrência da operação policial. Entende-se por “auto de resistência” ou “resistência seguida de morte”, a morte ou lesão corporal oriunda de confronto com a força policial em serviço. A prática está amparada no artigo 292 do Código do Processo Penal que diz:

Se houver, ainda que por parte de terceiros, resistência à prisão em flagrante ou à determinada por autoridade competente, o executor e as pessoas que o auxiliarem poderão usar dos meios necessários para defender-se ou para vencer a resistência, do que tudo se lavrará auto

subscrito também por duas testemunhas (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, 1941).

Desde 2012, as mortes e/ou lesões em confronto com as forças policiais devem ser registradas em Boletim de Ocorrência como o indicado pela Resolução 08, de 21 de dezembro de 2012, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. A Resolução também aponta que termos genéricos como “autos de resistência” e “resistência seguida de morte” devem ser substituídos por “lesão corporal decorrente de intervenção policial” e “morte decorrente de intervenção policial”.

Art. 1º

As autoridades policiais devem deixar de usar em **registros policiais, boletins de ocorrência, inquéritos policiais e notícias** de crimes designações genéricas como “autos de resistência”, “resistência seguida de morte”, promovendo o registro, com o nome técnico de “lesão corporal decorrente de intervenção policial” ou “homicídio decorrente de intervenção policial”, conforme o caso.

Art. 2º

Os órgãos e instituições estatais que, no exercício de suas atribuições, se confrontarem com fatos classificados como “lesão corporal decorrente de intervenção policial” ou “homicídio decorrente de intervenção policial” devem observar, em sua atuação, o seguinte:

I - **os fatos serão noticiados** imediatamente a Delegacia de Crimes contra a Pessoa ou a repartição de polícia judiciária, federal ou civil, com atribuição assemelhada, nos termos do art. 144 da Constituição, que deverá:

a) instaurar, **inquérito policial** para investigação de homicídio ou de lesão corporal;

b) **comunicar nos termos da lei**, o ocorrido ao Ministério Público.

II - a **perícia técnica especializada será realizada** de imediato em todos os armamentos, veículos e maquinários, envolvidos em ação policial com resultado morte ou lesão corporal, assim como no local em que a ação tenha ocorrido, com preservação da cena do crime, das cápsulas e projeteis até que a perícia compareça ao local, conforme o disposto no art. 6.º, incisos I e II; art. 159; art. 160; art. 164 e art. 181, do Código de Processo Penal;

III - é vedada a remoção do corpo do local da morte ou de onde tenha sido encontrado sem que antes se proceda ao devido exame pericial da cena, a teor do previsto no art. 6.º, incisos I e II, do Código de Processo Penal;

IV - cumpre garantir que nenhum inquérito policial seja sobrestado ou arquivado sem que tenha sido juntado o respectivo **laudo necroscópico ou cadavérico** subscrito por peritos criminais independentes e imparciais, não subordinados às autoridades investigadas; (...)

VII - o Ministério Público requisitará **diligências complementares** caso algum dos requisitos constantes dos incisos I a V não tenha sido preenchido;

VIII - no âmbito do Ministério Público, o **inquérito policial** será distribuído a membro com atribuição de atuar junto ao Tribunal do Júri, salvo quando for hipótese de “lesão corporal decorrente de intervenção policial”;

IX - as Corregedorias de Polícia determinarão a imediata instauração de **processos administrativos** para apurar a regularidade da ação policial de que tenha resultado morte, adotando prioridade em sua tramitação;

X - sem prejuízo da investigação criminal e do processo administrativo disciplinar, cumpre à Ouvidoria de Polícia, quando houver, monitorar, registrar, informar, de forma independente e imparcial, possíveis abusos cometidos por agentes de segurança pública em ações de que resultem lesão corporal ou morte; (...)

XIV - será divulgado, trimestralmente, no **Diário Oficial** da unidade federada, relatório de estatísticas criminais que registre o número de casos de morte ou lesões corporais decorrentes de atos praticados por policiais civis e militares, bem como dados referentes a vítimas, classificadas por gênero, faixa etária, raça e cor;

(...)

XVI - serão instaladas **câmeras de vídeo e equipamentos de geolocalização** (GPS) em todas as viaturas policiais;

(...) (RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2009, p.3-6. GRIFO NOSSO)

As palavras ou frases destacadas são documentos ou processos que originarão documentos como dispositivos de controle. Uma das formas de controle das ações policiais é fazer com que as operações sejam registradas. Ao mesmo tempo que o registro serve para fazer estatísticas – como apontado por Frohmann (2004, p.250), são um poderoso instrumento de validação e legitimação - e supostamente fiscalizar as ações, também acaba servindo de blindagem nas operações policiais mal sucedidas que registram “auto de resistência” certos de que não serão investigados – pesquisas apontam o arquivamento de mais 90% dos casos que passam por alguma investigação.

Quais são os atores e instituições envolvidas? Quais são os limites e as possibilidades de fala desses atores? A PM declara e documenta um auto de resistência porque é a instituição legal e socialmente legítima para fazê-lo. A Polícia Civil tem a legitimidade para a elaboração de uma investigação que produz um Inquérito. O MP investiga e redige um relatório. Documentos institucionais e oficiais por todos os lados. Já a vítima de uma ação policial infeliz, ao acidentalmente documentar a operação à sua maneira, implode todo um sistema baseado na oficialidade e legalidade dos documentos que são socialmente e institucionalmente legitimados.

A inserção de um documento não previsto e inteiramente novo em um sistema já consolidado de práticas documentárias muda totalmente as relações possíveis dentro do sistema. O vídeo gravado pelo celular do jovem morto foi capaz de derrubar o status de verdade do boletim de ocorrência da operação policial. As consequências são importantes no decorrer dos trâmites originados com o BO: Chauam deixou de ser um criminoso que portava armas e resistiu à prisão e passou a ocupar o lugar de vítima. Mais um documento: um habeas corpus foi expedido no nome do jovem.

Os boletins de ocorrência advindos da atividade policial fazem parte de um processo de registro das ações. São documentos inquestionáveis nos sentidos mais restritos do termo e também são inegavelmente informativos. São produzidos e acumulados no decorrer de uma atividade, dentro de uma instituição. Mais do que isso, a Polícia Militar é a instituição legítima para produzir esse tipo de documentos, desse modo e informar tais fatos. Se o produz, subentende-se seu caráter de verdade e o próprio documento serve como prova, testemunhando a ação policial.

O policial que registra a ação baseia-se em critérios oriundos da prática profissional do que é aceitável ser documentado dentro de parâmetros sociais e institucionais. Existem alternativas e possibilidade de decisão e escolha nas práticas e as ações sociais e de documentar, que determinam em que contexto e de que maneira algo pode ser documentado (GONZÁLEZ DE GOMEZ, 1999, p.3).

O sociólogo Michel Misse, em estudo intitulado “Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policiais no Rio de Janeiro (2001-2011)” aponta que os boletins de ocorrência apresentam costumeiramente narrativas construídas de modo bastante similar:

Os termos de declaração diziam que os policiais estavam em patrulhamento de rotina ou em operação, em localidade dominada por grupos armados, foram alvejados por tiros e, então, revidaram a

‘injusta agressão’. Após cessarem os disparos, teriam encontrado um ou mais ‘elementos’ baleados ao chão, geralmente com armas e drogas por perto, e lhes prestado imediato socorro, conduzindo-os ao hospital. Em quase todos os ‘autos de resistência’ é relatado que as vítimas morreram no caminho para o hospital, e os boletins de atendimento médico posteriormente atestam que a vítima deu entrada no hospital já morta (MISSE apud VIGNA, 2014).

O estudo de Misse indica que os policiais envolvidos em autos de resistência documentam porque são obrigados, mas também utilizam-se do próprio boletim de ocorrência como mecanismo de auto-proteção. Não existe apenas o ato de documentar, mas os policiais sabem exatamente o que documentar e como documentar os autos de resistência, reproduzindo um certo *modus operandi* comum aos autos. Ressalta-se que o período temporal dos estudos do sociólogo é anterior a promulgação à Resolução do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – Secretaria de Direitos Humanos, da Presidência da República. Entretanto, pelo relatado nas notícias sobre “autos de resistência” a execução de muitas dessas práticas persiste apesar dos dispositivos de controle.

No caso da favela da Palmeirinha, o vídeo gravado pela viatura da PM foi liberado quase cinco meses depois do ocorrido e mostrou que os policiais militares atiraram nos jovens.

O sucesso da ação de documentar apóia-se em justificar ou explicar as asserções ou demandas de validade diante dos autos de resistência. A relação da sociedade e das corporações com os documentos e os sujeitos envolvidos está permeada de uma implicação de responsabilidade daquele que documenta e uma aceitação prévia dos enunciados por parte da sociedade civil e das instituições militares a qual pertencem (idem, p.18).

Para Hjørland (1998, p. 616), os documentos são elaborados com objetivos pré-definidos, por isso, a forma e o conteúdo usados são tão importantes. A apropriação de um documento por aquele a que se destina ou – posteriormente, pelo usuário em arquivos – é também mediada pelos aspectos formais dos documentos. Para o autor (1998, p.611), os documentos servem à diferentes objetivos de acordo com o grupo ou indivíduos.

O papel da instituição nas ações de documentar da polícia militar não deve ser desconsiderado, criminalizando apenas os policiais envolvidos, por dois aspectos: primeiro, o papel da autoridade que pode informar alguma coisa sobre algo. A polícia militar é uma das instituições com o poder de emitir determinado tipo de enunciado. É

denominada e se reconhece como autoridade policial. Segundo, o modo pelo qual se dão os autos de resistência, seu registro e pouquíssimas investigações que os confirmem apóia-se nos modos de operação das próprias polícias militares pelo Brasil.

As ações de documentar e suas consequências podem funcionar com um mínimo de acordo entre os agentes envolvidos bem como uma ação instituída e formal (e bem distante da legalidade) dentro de um projeto de segurança pública. Gallo (1992 apud FREITAS, 2009, p.20) afirma que o “domínio da circularidade” do dizer institucionalizado, escrito, se garante e se legitima, garantindo a instituição a que se origina.

Os testemunhos de informação baseiam-se em regras explícitas ou implícitas compartilhadas pelos agentes (ou atores sociais). Aponta-se que

a construção de testemunhos de informação responde a **regras construídas por sujeitos coletivos de práticas e discursos concretos, ancorados no tempo e no espaço**. Denominamos a estes sujeitos “atores sociais” quando existe algum grau de institucionalização e estruturação das ações coletivas dos quadros conceituais e das estratégias prático-discursivas que agenciam, suficientemente diferenciais para configurar ações **formativas** que os singularizem e sustentem expectativas de reconhecimento social. Sendo que um “testemunho de informação” só será sustentado ou construído por um indivíduo em situações e condições próprias (...) (GONZÁLEZ DE GOMES, 1999, p.24, grifos do texto original)

Os policiais militares compartilham de valores, experiências e situações próprias de uma atividade profissional duradoura que faz com que tenham condutas e relações com a sociedade civil próxima. As formas de ação diante dos acontecimentos são próprias de cada grupo social e são o que os diferenciam das outras formas de sociedade humana. As ações formativas dentro de uma sociedade a tornam aquilo que ela é e também o que as torna única. Os atores sociais envolvidos partilham uma realidade com modos de agir e comportar-se possíveis e concordam com suas ações porque compartilham uma rede de conceitos (COLLINS & KUSH apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p.19). Esta rede de valores comum é o que possibilita que autos de resistência falsos sejam corroborados já que todos os autos precisam de duas testemunhas. As testemunhas costumeiramente são os outros policiais no momento das mortes e/ou lesões.

Existe um elemento coercitivo nas forças de polícia militar – o poder da sanção coletiva. Aqueles que denunciam um colega acabam sendo afastados e, de algum modo,

punidos. Estas sanções remetem a acordos e desacordos a respeito dos parâmetros de definição dos testemunhos válidos a serem explicados por meio de mecanismos argumentativos, persuasivos ou simbólicos, e a potenciais modos de controle organizacional da interpretação e comunicação da informação (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 23). A investigação das “mortes em decorrência da atividade policial” encontra resistência nas próprias corregedorias de polícia que nem sempre abrem inquéritos ou dão continuidade. Cabe às vítimas – ou a família – a prova de sua inocência.

Mais do que pensar o problema do registro de “autos de resistência” como uma ação isolada e criminalizar a atuação das polícias militares, remetendo a culpa apenas aos agentes diretamente envolvidos, é necessário inserir o procedimento dentro de um contexto que o permite e o legitima. Este tipo de registro está ancorado nos processos da própria instituição que os origina. É por meio da relação de forças e do poder que a Polícia Militar tem socialmente que se torna possível que estas mortes aconteçam, sejam registradas e não cheguem a ser investigadas na maioria dos casos ou quando o são pareçam investigações sobre a ficha criminal da vítima como justificativa.

A autoridade de quem registra o Boletim de Ocorrência é determinante para os sistemas de crenças no qual estão inseridos. A “palavra” do policial corrobora a veracidade do texto. É um dos efeitos discursivos oriundos do “princípio de autoria” que provoca um “efeito discursivo de unidade no texto” (GALLO, 1992 apud FREITAS, 2009; ORLANDI; GUIMARÃES, 1993 apud FREITAS, p.20-21)

Uma série de outros dispositivos são utilizados para corroborar um “auto de resistência”. Muitas vezes, armas e drogas são colocadas no local, junto aos corpos. As vítimas de lesão, contrariando o procedimento padrão que espera o Corpo de Bombeiros, são socorridas e morrem a caminho do hospital. Uma série de documentos não-textuais ou procedimentos que funcionam como dispositivos dentro dessa série de agenciamentos.

A seguir, abordaremos os dados quantitativos sobre as resistências seguidas de morte e os boletins de ocorrência.

3. “BOLETINS DE OCORRÊNCIA”, “RESISTÊNCIA SEGUIDA DE MORTE” OU “AUTO DE RESISTÊNCIA”: OS REGISTROS POLICIAIS NO RIO DE JANEIRO

Os dados oficiais obtidos demonstram que o número de mortes decorrentes de ações policiais é, de alguma maneira, assustador. Os casos registrados de “resistência

seguida de morte”, “auto de resistência” ou a terminologia oficial atual “morte decorrente de intervenção policial” podem provar que a Polícia Militar mata muito. Além disso, o alto índice de assassinato de policiais militares também indica que esta é uma cadeia extremamente violenta.

Esta mesma cadeia precisa registrar suas atividades em documentos. Para Peterson (2013, p.2), as autoridades devem ser responsáveis por proteger os arquivos policiais com medidas imediatas. Para o autor, as medidas a serem adotadas são “aquelas que permitam assumir a custódia dos arquivos, autorizar um órgão específico que controle estes documentos, encomendar uma descrição profissional do conteúdo dos arquivos” e a adoção de “normas claras de acesso” e o estabelecimento de um “regime de acesso” (PETERSON, 2013, p.2, tradução nossa). Logicamente, o autor apresenta medidas que devem orientar o trabalho na documentação destinada como de valor permanente. No entanto, ao falarmos de documentos correntes, outros procedimentos de gestão estão envolvidos já que a custódia ainda é do órgão produtor. No caso dos documentos policiais também é preciso atentar para a questão da proteção dos dados sensíveis dos indivíduos envolvidos.

A obrigação de documentar os crimes, as operações e as demais ocorrências policiais geram estes documentos conhecidos popularmente como boletins de ocorrência. Estes documentos são utilizados nos processos judiciais e também na elaboração de estatísticas. Em janeiro de 2016, o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin sancionou que os históricos de registro digital de ocorrência e os boletins eletrônicos de ocorrência fossem classificados como ultrassecretos, com prazo de sigilo de 50 anos. O acesso aos manuais e normas das corporações policiais e os dados relativos aos efetivos policiais foram considerados secretos e não podem ser acessados por 15 anos. Esta não foi a primeira vez que Alckmin sancionou graus de sigilo socialmente problemáticos. Anteriormente, os documentos das obras públicas de metrô e trens urbanos foram considerados ultrassecretos. O grau de sigilo só foi revisto porque a população se manifestou bastante contrária.

A justificativa estatal para o grau de sigilo dos registros de ocorrência é de que somente aqueles que possuem os dados pessoais das pessoas envolvidas nos crimes, ou seja, das vítimas, das testemunhas ou dos “criminosos” não estão acessíveis.

A argumentação dos movimentos sociais é que isto dificulta ou inviabiliza a produção de dados estatísticos sobre os homicídios ou outros crimes no Estado de São

Paulo. A dificuldade de acesso também torna mais complicada a descoberta de intervenções policiais violentas, dificultando a fiscalização.

O argumento governamental de que os dados pessoais das vítimas, das testemunhas ou dos demais envolvidos devem estar protegidos é, do ponto de vista legal, justificado. O grande problema é que as forças de segurança pública sejam conhecidas pelas frequentes violações dos direitos humanos e a utilização dos registros policiais para garantir que os agentes públicos violadores destes direitos não sejam devidamente punidos e sigam registrando de modo sistemático as mortes ocorridas em ações policiais como “autos de resistência”.

Em muitos casos, o confronto não existiu e a vítima se torna duplamente vítima. A primeira das violências é a própria violência policial. A segunda é a violência institucional estatal que permite que o agente violador registre um confronto sem provas ou com provas falsas e não sejam punidos e nem mesmo investigados. Como teria acontecido na Palmeirinha se a gravação não tivesse aparecido.

É de fato bastante complexo analisar a questão. Por um lado, o governo pretende proteger os dados das pessoas envolvidas. Por outro lado, ao analisarmos os procedimentos de atuação policial e a frequência de violações de direitos humanos provocadas pelos agentes da lei no exercício de suas atividades é possível pensar também que a atribuição de sigilo deste porte tem como objetivo proteger os agentes que não atuam em conformidade com os direitos humanos no Brasil. Os registros de ocorrências são dados públicos, produzidos por agentes públicos durante atuações e atividades públicas. É muito perigoso que dados deste tipo tenham seu acesso totalmente negado.

Portanto, a negação do seu acesso pode não estar em conformidade com os direitos humanos se funciona como uma tentativa de esconder os resultados de ações policiais desastrosas. Até que ponto o estado pode afirmar que há um dano efetivo ou potencial para a segurança do estado ou dos envolvidos se estes documentos forem considerados públicos e de grau de sigilo ostensivo, tendo seu acesso garantido?

O equilíbrio entre os direitos à intimidade, à segurança e o direito à informação parece complicada quando o argumento do estado é que estas informações são protegidas em nome da segurança do cidadão e nome da manutenção do direito à intimidade, mas não permite que o cidadão conheça as normas e as formas de atuação das corporações policiais e os resultados desta atuação.

É importante questionar as reais intenções do Governo do Estado de São Paulo ao classificar como secretos ou ultrassecretos os documentos originados nas atividades

policiais. Outra pergunta é quais são os usos sociais deste tipo de documentos. Eles servem para elaborar estatísticas, estudos e subsidiar pesquisas que permitem ao cidadão conhecer as práticas de atuação destas corporações. Também podem funcionar como um mecanismo para garantir que as vítimas de ações mal sucedidas tenham seus direitos assegurados.

Neste caso, o direito à informação e à intimidade não são excludentes, mas complementares. A negação do acesso aos documentos produzidos pela polícia pode impedir ou dificultar que os cidadãos sejam capazes de conhecer, fiscalizar e avaliar os procedimentos do estado no âmbito da segurança pública.

Em 2013, foram registradas 416 mortes em homicídios decorrentes da ação policial. Em 2014, no estado do Rio de Janeiro foram registradas 582 mortes deste tipo, o que significa um aumento de quase 40%. A seguir, os resultados obtidos no ano de 2015:

Resistência com morte do opositor - Auto de Resistência 2015						
	CAPITAL	BAIXADA	GRANDE NITERÓI	INTERIOR	TOTAL	/100 mil ha
JANEIRO	30	20	14	1	65	0,39
FEVEREIRO	48	16	15	4	83	0,50
MARÇO	32	6	11	5	54	0,33
ABRIL	20	17	13	9	59	0,36
MAIO	18	12	10	4	44	0,26
JUNHO	24	13	7	0	44	0,26
JULHO	30	11	17	3	61	0,37
AGOSTO	25	7	12	5	49	0,29
SETEMBRO	33	17	6	2	58	0,35
OUTUBRO	19	13	12	8	52	0,31
NOVEMBRO	12	13	16	5	46	0,28
DEZEMBRO	16	8	3	2	29	0,17

(Tabela 1 - Resistência com morte do opositor - Auto de Resistência 2015 – Elaboração do próprio autor)

Os dados apresentados estão acessíveis no sítio do Instituto de Segurança Pública. No mesmo documento, podemos encontrar outras informações referentes às atividades de segurança pública. Se por um lado, o número de ocorrências é relativamente fácil de obter. Por outro, o acesso aos documentos é um pouco mais complicado.

Sobre os números apresentados acima, podemos observar que a capital do Estado, Rio de Janeiro, tem um número maior de ocorrências que as demais regiões. Os números informados se referem apenas aos mortos em confrontos ou supostos confrontos. Os

feridos não entram nesta estatística. Não é possível afirmar que todos os confrontos resultaram em morte ou que não se tratam de confrontos efetivamente. Ao observarmos somente os números, não podemos afirmar que os documentos contenham informações falsas acerca dos fatos.

Podemos concluir, portanto, que os autos de resistência podem funcionar como um dispositivo dentro de uma rede que corrobora, legitima e mantém uma cultura de violência nas corporações policiais no Brasil. Mais do que isso, os “autos de resistência” funcionam como um dispositivo de produção de verdade a respeito das operações policiais. Cabe ressaltar que não é possível afirmar que todos os autos de resistência constituam declarações policiais falsas. Contudo, é importante que as declarações policiais sobre mortes e/ou lesões sejam investigadas para que os boletins de ocorrência que registram autos de resistência não sejam usados como instrumentos que encobrem crimes.

Além disso, é importante ressaltar que os autos de resistência funcionam dessa maneira porque a sociedade civil, de modo geral, se torna permissiva, aceitando como verdade os documentos. Existe um discurso institucional e um saber coletivo dentro das corporações policiais e uma aceitação das outras instituições que compõe a rede: A Corregedoria da PM faz vista grossa; se aberto um inquérito, a Polícia Civil investiga mal; o Ministério Público arquiva e a sociedade civil aceita como verdade. Por duas razões: a primeira delas é que o status dos documentos ainda está muito relacionado com um caráter de verdade em si; a segunda razão é uma política que dissemina o medo e espalha que “bandido bom é bandido morto”.

Para Foucault (1979, p.8), o poder se mantém e é aceito não porque é apenas uma força oculta que diz “não”. Mais do que isso, ele produz mecanismos e coisas, envolve, induz ao prazer, forma saberes e produz um discurso. Portanto, não basta tentar mudar a mente das pessoas, torná-las conscientes, é necessário conseguir mudar todo um regime político, econômico, social e “institucional de produção de verdade” (FOUCAULT, 1979, p.14).

Registra-se aqui a ironia da perpetuação da redação e uso de documentos oficiais provenientes de atividades militares que forjam informações na atualidade em tempos de luta pelo direito memória, verdade e justiça dos tempos da ditadura militar tal qual a atuação das Comissões Nacional e Regionais da Verdade.

De fato, é necessário que os arquivos policiais sejam constantemente protegidos. Seja aquele produzidos durante a ditadura brasileira, seja aqueles produzidos em tempos

dito democráticos. Também é preciso que a proteção esteja em conformidade com os demais direitos garantidos constitucionalmente como os direitos à intimidade e privacidade o direito à informação.

REFERÊNCIAS

AGAMBEM, Giorgio. *O que é um dispositivo?*. Santa Catarina: 2005.

"Auto de Resistência". Licença para matar. Advogados Ativistas, São Paulo, 03 abr. 2014. <http://advogadosativistas.com/auto-de-resistencia-licenca-para-matar/>. [Consulta : 25 de julho de 2015]

BENITES, Afonso A inocência póstuma graças a um vídeo gravado pelo celular. El País: São Paulo, 27 fev. 2015. http://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/27/politica/1425067518_532711.html [Consulta : 25 de julho de 2015]

Câmera interna de veículo da PM mostra policiais atirando em jovens na Palmeirinha. O Globo: Rio de Janeiro, 09 jul. 2015. <http://oglobo.globo.com/rio/camera-interna-de-veiculo-da-pm-mostra-policiais-atirando-em-jovens-na-palmeirinha-16721482>. [Consulta : 25 de julho de 2015]

Celular filma últimos momentos de jovem morto por PM no Rio. G1 : Rio de Janeiro, 25 fev. 2015. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/02/celular-filma-ultimos-momentos-de-jovem-morto-por-pm-no-rio-veja.html> [Consulta : 25 de julho de 2015]

COELHO, Henrique. Policial admite tiro que matou menor em ação na Palmeirinha, diz Polícia. G1 : Rio de Janeiro, 02 mar. 2015. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/03/policial-admite-tiro-que-matou-menor-em-acao-na-palmeirinha-diz-policia.html> [Consulta : 25 de julho de 2015]

CRUZ, Fernanda. Fim do auto de resistência poderia reduzir mortes por ação policial, defende ONG. Agência Brasil, 29 jan. 2015. <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/01/fim-do-auto-de-resistencia-poderia-reduzir-mortes-por-acao-policial-defende-ong> [Consulta : 25 de julho de 2015]

DELMAS, Bruno. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010.

DONATO, Mauro. O menino que filmou sua própria morte e desmontou uma farsa da PM do Rio. O Diário do Centro do Mundo, 26 fev. 2015.

<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-menino-que-filmou-sua-propria-morte-e-desmontou-uma-farsa-da-pm-do-rio/> [Consulta : 25 de julho de 2015]

Entenda o que são os “autos de resistência” no Brasil — e o que está sendo feito para acabar com eles. Portal Global Voices, Brasil, 10 fev. 2015
<http://pt.globalvoicesonline.org/2015/02/10/entenda-o-que-e-o-auto-de-resistencia-no-brasil-e-o-que-esta-sendo-feito-para-acabar-com-eles/> [Consulta : 25 de julho de 2015]

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREITAS, Lídia Silva de. *Documento e Poder: uma arqueologia da escrita*. Rio de Janeiro: 2009.

FROHMANN, Bernd. Documenting Stability. In: *Deflating Information: From Science Studies to Documentation*. Toronto, Canadá: University of Toronto Press, 2004.

Gestão Alckmin põe sigilo de 50 anos em registro policial. Folha de São Paulo, São Paulo, Brasil, 16 de fevereiro 2016. <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/02/1739915-gestao-alkmin-poe-sigilo-de-50-anos-em-registro-policial.shtml> [Consulta : 30 septiembre de 2016]

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N. *O caráter seletivo das ações de informação*. Informare, vol.5 , no 2.,1999; p. 7-31

HJØRLAND, Birger. Theory and metatheory of Information Science: a new interpretation. *Journal of Documentation*, v. 54, n. 5, p. 606 - 621, dez. 1998.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Dados Oficiais. Rio de Janeiro:
<http://www.isp.rj.gov.br/dadosoficiais.asp> [Consulta: 20 de septiembre de 2016]

MURGUIA, Eduardo Ismael. Documento e Instituição: produção, diversidade e verdade. In: *Documento: Gênese e Contextos de Uso*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2010.

Pesquisa registra três mortes por dia em autos de resistência no Rio. ALERJ, Rio de Janeiro, 2009. http://www.alerj.rj.gov.br/common/noticia_corpo.asp?num=30645 [Consulta: 25 de julho de 2015]

PETERSON, Trudy Huskamp. *Preservación de Archivos Policiales: Guía para Profesionales*. Suíça: 2013. (<http://www.swisspeace.ch/publications/essentials.html>) [Consulta: 30 de septiembre de 2016]

Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Civil_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro. [Consulta: 30 de septiembre de 2016]

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
https://pt.wikipedia.org/wiki/Pol%C3%ADcia_Militar_do_Estado_do_Rio_de_Janeiro
[Consulta: 30 de septiembre de 2016]

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. Brasília <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cddph/resolucoes/2012/resolucao-08-auto-de-resistencia> [Consulta: 25 de julio de 2015]

SILVA, Mario Bezerra da. Auto de Resistência. Conteúdo Jurídico, 29 out. 2011. <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,auto-de-resistencia,33693.html> [Consulta: 25 de julio de 2015]

TELLES, Hilka. Mortes provocadas por policiais sobem no estado. O Dia, Rio de Janeiro, <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-12-06/mortes-provocadas-por-policiais-sobem-no-estado.html> [Consulta: 25 de julio de 2015]

Vídeo desmente PM sobre morte de adolescente. BAND, <http://noticias.band.uol.com.br/cidades/rio/noticia/100000738301/Video-desmente-versao-da-PM-sobre-morte-de-adolescente.html>. [Consulta: 25 de julio de 2015]

VIGNA, ANNE. Violência legalizada. Agência Pública, 18 dez. 2014. <http://apublica.org/2014/12/violencia-legalizada/> [Consulta: 25 de julio de 2015]

ARQUIVO, MEMÓRIA E MULHERES: UM ESTUDO SOBRE O ARQUIVO PESSOAL DE COMBA MARQUES PORTO

Martina Benassi*
Patricia Ladeira Penna Macêdo**

Resumo: Pretende-se neste artigo abordar a questão da representatividade feminina registrada em arquivos pessoais, tendo como foco o fundo da feminista Comba Marques Porto (1945), que encontra-se sob a custódia do Arquivo Nacional desde março de 1993. O acervo contém correspondências, textos e publicações referentes ao movimento feminista no Brasil, sobre a participação feminina no movimento pela anistia, assim como registros da atuação de Comba Marques em diversas manifestações contra a ditadura militar (1964—1985). Sabendo que a história, muitas vezes, atribui papéis secundários e inferiores às mulheres em sua narrativa, é fundamental que se discuta a representação da trajetória feminina nos arquivos e o que pode ser feito para que este espaço venha a se tornar um local de valorização e representatividade dessas memórias em alguns momentos silenciadas e marginalizadas. A pretensão do trabalho é trazer as questões de gênero, feminismo e memória para dentro dos arquivos, a fim de preservar e dar visibilidade à atuação de mulheres como Comba Marques.

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivos Pessoais. Feminismo. Memória.

Abstract: The aim of this article is to address the issue of female representativity registered in personal archives, focusing on the collection of the feminist Comba Marques Porto, which has been under the custody of Arquivo Nacional since March 1993. The collection contains correspondences, texts and publications referring to the feminist movement in Brazil, about the female participation in the movement for amnesty, as well as records of Comba Marques performance in various demonstrations against the military dictatorship (1964—1985). Knowing that history often assigns secondary and inferior roles to women in their narrative, it is fundamental to discuss the representation of the female trajectory in the archives and what can be done so that this space will become a place of valorization and representation of these memories, in some instances silenced and marginalized. The pretension of this research is to bring the issues of gender, feminism and memory into the archives, in order to preserve and give visibility to the performance of women like Comba Marques.

Keywords: Archivology. Personal Archives. Feminism. Memory.

* Graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

** Doutoranda em Ciência da Informação – PPGCI/UFF; Professora assistente do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em História Social – PPGHIST/UFF.

*“Nós não queremos um pedaço do bolo,
nós queremos mudar a receita.”*

(Alice Wolfson)

1. INTRODUÇÃO

Acompanhamos, através da história, os acontecimentos que vêm modificando e construindo a sociedade tal como a conhecemos hoje. Os estudos, descobertas, conflitos, conquistas e revoluções são partes integrantes da memória da humanidade. No entanto, muitos desses eventos, ao serem registrados, não mencionam a participação feminina, pelo menos de forma ativa. E devido a esse ‘silenciamento’ nos arquivos, as próprias mulheres muitas vezes consideram seus papéis triviais na história.

Ao trazermos a questão da representatividade da trajetória desse grupo nos arquivos, é importante ressaltar a relevância dos mesmos. Lucia Velloso de Oliveira (2012, p. 33) reforça que a importância dos arquivos pessoais diz respeito à afirmação de um indivíduo na sociedade através do registro de sua história. Ela afirma que esses registros, independentemente de seu suporte, “representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal e de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras, etc.” São, nessa perspectiva, “registros de seu papel na sociedade, em um sentido amplo”. E, tendo consciência desse valor, é necessário que a memória social abarque não só o ponto de vista dominante, que carrega novas significações e interpretações, mas também possa equivaler à memória real dos grupos minoritários — no caso, as mulheres — reconstruindo o passado em sua totalidade.

Este artigo é um resultado preliminar da pesquisa realizada para minha monografia, que está sendo desenvolvida no âmbito do Projeto de extensão “Usos e Práticas da Arquivologia Social em Documentos Pessoais”, que faz parte do Laboratório de Estudos em Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais. Em vista disso, ao consultar o acervo de Comba Marques Porto, uma das inúmeras mulheres que lutaram a favor de uma sociedade mais justa, podemos encontrar desde registros sobre o movimento feminista no Brasil e a participação política da mulher no movimento pela anistia, até

documentos sobre a campanha das eleições diretas e a luta contra a repressão em diferentes países.

Valorizar histórias como essas e tornar públicas essas memórias através dos arquivos pessoais possibilita que as mulheres percebam seu lugar na história e no mundo. Ademais, proporciona que a sociedade compreenda que figuras femininas sempre foram e continuarão sendo sujeitos ativos no contexto histórico. Portanto, é fundamental que se discuta a relevância da trajetória feminina representada nos documentos acessíveis e o que pode ser feito para que o arquivo venha a se tornar um espaço de valorização dessa memória como fonte de pesquisa, levando em conta as contribuições de mulheres às mais diversas formas de conhecimento.

2. O MOVIMENTO FEMINISTA

O final do século XIX foi uma época que deu início a grandes mudanças na sociedade, e um dos eventos mais marcantes desse período foi o surgimento do movimento feminista. Este consistia na realização de uma mudança social, econômica e política a favor do fim dos padrões opressores baseados em gênero, a fim de garantir os direitos e a ampliação do papel das mulheres na sociedade. O movimento levantou questões como direito à vida política, educação, direito ao divórcio e livre acesso ao mercado de trabalho, passando a questionar o papel da mulher nesses e em outros aspectos.

Sua primeira onda surgiu nos Estados Unidos e Reino Unido, visando promover a igualdade nos direitos contratuais e de propriedade para ambos os sexos, além de se opor aos casamentos arranjados e ao fato de mulheres serem vistas como propriedades dos homens, que tinham o poder de autorizar ou negar o direito destas trabalharem.

Para a sociedade, a mulher não deveria ser considerada como indivíduo, sendo sempre reconhecida através de suas relações com homens, como seus maridos e familiares, além da forma como desempenhavam seus papéis de mãe, esposa e dona de casa. A figura feminina normalmente recebia destaque quando se reduzia à aparência física, deixando-se de lado qualquer evidência de capacidade intelectual ou criativa.

A segunda onda do movimento feminista teve início na década de 1960 e se estendeu até o final da década de 1980. Nesta fase, discutia-se a respeito de sexualidade,

mercado de trabalho, direitos reprodutivos, o fim da violência sexual, além de almejar-se o fim da ditadura militar, o que originou o “Movimento Feminista pela Anistia” em 1975.

A década de 1990 inaugurou a terceira onda do movimento, na qual os paradigmas estabelecidos anteriormente começaram a ser problematizados. A título de exemplo, mulheres negras passaram a reivindicar maior visibilidade de sua participação dentro do movimento, visto que as ondas anteriores abarcavam apenas a vivência das mulheres brancas de classe média alta. Ou seja, questões acerca de raça, classe e, inclusive, binaridade se tornaram pautas importantes do feminismo a partir dessa época.⁶³

Este processo vem se fortalecendo, e ainda tenta buscar mudanças significativas no paradigma patriarcal que historicamente foi adotado na construção da realidade social. Ou seja, o movimento feminista incorporou questões que precisam ser transformadas até os dias atuais.

Ainda hoje, a questão das contradições sociais, os problemas que surgem na reivindicação de direitos e a dificuldade na criação de espaços de representatividade muitas vezes impedem que as mulheres sejam vistas e reconhecidas nos mais diversos aspectos sociais. Os chamados “grandes grupos”⁶⁴ continuam sendo favorecidos quanto à sua representação nos meios de comunicação, na literatura e na construção da memória tradicional.

Um dos inúmeros exemplos de como a segregação de gênero é uma realidade social é o caso *Bar Room Sufragettes*⁶⁵, ocorrido no bar australiano *Brisbane’s Regatta Hotel* em 1965. Ao terem seus pedidos de *drinks* rejeitados sob justificativa de ser ilegal que mulheres fossem servidas em bares públicos, Merle Thornton e Ro Bognor se acorrentaram aos pés do bar. Elas tinham uma causa: lutavam a favor da igualdade social entre homens e mulheres.

Após usarem a mídia para protestar, suas ações constituíram a primeira ação direta feita por feministas. Elas exigiam o fim da exclusão de mulheres nos espaços públicos, além do direito à vida pública em geral. Queriam dar fim ao confinamento de mulheres à

⁶³ RIBEIRO, Djamilla. As diversas ondas do feminismo acadêmico. [Editora Confiança]. **Revista Carta Capital**, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escritorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em: 19 ago. 2017.

⁶⁴ Entende-se por “grandes grupos” aqueles compostos por pessoas com privilégios referentes à sua classe social, raça, educação, gênero, identidade de gênero, sexualidade, religião. Geralmente homens, de raça branca (ariana), católicos, heterossexuais e de classe média alta/ricos não encontram obstáculos no que concerne à sua representação na narrativa da história, e em outras circunstâncias.

⁶⁵ DEVER, Maryanne. Archiving Feminism: Papers, Politics, Posterity. **Archivaria**, Ontário (CA) n. 77 p. 25-42, mar. /jun. 2014.

esfera da vida doméstica. A partir dos protestos que se iniciaram, o movimento feminista ganhou grande visibilidade, sendo encarado pela maioria como uma ação intemperante.

No cenário latino-americano, os movimentos da juventude urbana antecederam as ditaduras. Quando elas foram implementadas, esse grupo de pessoas aderiu aos movimentos contra o regime. Dessa forma, as mulheres, num primeiro momento, aderiram como pessoas que encontraram movimentos políticos em que pudessem atuar.

Após o golpe de estado ocorrido no Brasil (1964), quando muitas mulheres foram exiladas e torturadas, estas acabaram sendo forçadas a viver na clandestinidade junto de seus colegas homens. E diante dessa experiência, elas perceberam que mesmo inseridas em movimentos sociais de esquerda, a hierarquia de gênero era uma realidade constante, o que potencializou o desejo de se realizar uma transformação sócio-cultural na relação homem-mulher e no papel feminino tanto na sociedade, como na política, na família e nas mídias.⁶⁶

Antes, composto por uma maioria da classe média e de escolaridade elevada, o movimento feminista brasileiro se concentrava nas metrópoles. Hoje em dia, é possível notar que o movimento vem alcançando outras camadas sociais e que em diversas partes do país há quem lute pelos direitos das mulheres.

3. ARQUIVO E REPRESENTATIVIDADE

Ainda hoje, as relações de gênero se fazem presentes em qualquer interação social. E, à vista disso, considerando que a Arquivologia pode ser entendida como uma área com bases tradicionalistas, é de extrema importância que sejam abordados temas de abrangência sociais, políticos e culturais, para além de questões técnicas. Nesse sentido, o arquivo deve ser pensado também como um espaço de valorização da memória feminina, na tentativa de impulsionar a presença desses acervos em instituições públicas e promover, nesse caso, os estudos de gênero.

Durante sua atuação no movimento feminista, Merle Thornton se preocupou em preservar todos os documentos referentes à sua trajetória precursora no feminismo. Ela

⁶⁶ AVELAR, Lucia. O movimento feminista no Brasil é o mais organizado da América Latina: entrevista. [31 de maio, 2017]. São Paulo: **Revista Carta Capital**. Entrevista concedida a Tory Oliveira. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-movimento-feminista-no-brasil-e-o-mais-organizado-da-america-latina>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

deu importância à organização e preservação de seus arquivos para reforçar o reconhecimento de seu ativismo. Sua maior motivação para doar sua documentação, que vai desde correspondências de pessoas que alegavam ser contra o movimento até *folders* de divulgação de manifestações, se deu pelo fato de Thornton reconhecer que se ela não o fizesse, suas conquistas seriam silenciadas.

Percebe-se, assim, que quando os arquivos pessoais são percebidos como potenciais meios de contribuir para a construção da memória, mensagens plurais poderão ser trazidas para a sociedade.

Essa diminuição da posição do sujeito tradicional racional masculino, junto com a descentralização da informação e das identidades, abre um leque de possibilidades para que a mulher possa construir suas próprias identidades, refletindo sua heterogeneidade e uma mudança no destaque de gênero em suas vidas (SAMPAIO; ARAGON, 2002, p. 76).

Vale frisar que o potencial representativo dos arquivos do movimento feminista e de mulheres em geral oferece afirmação, resistência e empoderamento feminino em relação às narrativas dominantes. Isso permite que as mulheres tenham autoridade e poder sobre sua representação e sobre a construção da memória coletiva e pública. Portanto, se arquivistas e instituições refletirem acerca de como as questões sociais e de gênero estão presentes nas práticas de construção e preservação da memória, inúmeras mudanças positivas poderão ocorrer no corpo social.

As questões referentes à visibilidade das minorias se tornam cada vez mais relevantes no debate contemporâneo em diversos campos do conhecimento. Tratar desse tema e sua relação direta com os arquivos é promover o aperfeiçoamento do pensamento e do trabalho do arquivista. Para Randall Jimerson (2007):

Ao documentar a diversidade em nossa sociedade, nota-se a preservação de documentos de organizações de destaque e de pessoas que ocuparam papéis de liderança. Mas as instituições arquivísticas ainda precisam voltar sua atenção para a coleta e preservação dos documentos de pessoas comuns. Essas vozes esquecidas continuam a representar uma camada “subdocumentada” na nossa sociedade. (JIMERSON, 2007, p. 269, tradução nossa)

O propósito de poder oferecer recursos àqueles que necessitam de voz e justiça está relacionado ao conceito de “justiça social”, ainda pouco utilizado em âmbito nacional. Andrew Flinn (2015, p. 239, tradução nossa) entende que este é um conceito em defesa da ideia de que todo ser humano deveria estar no mesmo nível de igualdade no que tange aos aspectos sociais, políticos e econômicos. Para isso, torna-se necessário reconhecer e identificar desigualdades, marginalização e exclusão a fim de propor formas de reparação e reversão. Nesta lógica, referindo-se aos arquivos, o autor esclarece que a memória registrada nem sempre representa a história real das minorias. Ele afirma que os arquivos acabam não refletindo a realidade sobre a memória coletiva.

Ao trazer o conceito de justiça social para a Arquivologia, torna-se imprescindível o reconhecimento do arquivo como um lugar de poder, posto que as instituições arquivísticas são capazes de influenciar diretamente presente e futuro ao custodiar o passado. Jimerson (2007, p. 255, tradução nossa) defende que “os arquivistas podem se tornar agentes de mudança no interesse da prestação de contas, diversidade e justiça social”. Afinal, no caso de grupos oprimidos e silenciados historicamente, ter uma referência de passado permite a construção de sentimentos positivos, autoestima e maior confiança em si e na comunidade a qual pertence.

Desta maneira, o autor também critica a acomodação dos arquivistas no que se refere à modernização de seu trabalho e seus conceitos, o que, dentre outros problemas, acaba por impedir o crescimento da área, conseqüentemente reforçando ideias que se tornaram obsoletas:

Além dessas perspectivas externas - como os arquivistas respondem aos desafios fora de seus repositórios - os arquivistas também precisam olhar para suas próprias práticas profissionais. Os princípios e funções arquivísticas foram desenvolvidas, em grande parte, no contexto dos estados burocráticos do século XIX. O princípio da proveniência, por exemplo, reflete suposições sobre estruturas organizacionais e hierarquias que privilegiam os que estão no poder e aqueles com uma coletividade reconhecida. (JIMERSON, 2007, p. 275-276, tradução nossa)

É importante perceber que a construção da memória se dá através de dominação de poder e influência. Joan Schwartz e Terry Cook (2002, p. 14) compreenderam essas relações de poder existentes nos arquivos ao identificarem alguns fatores inerentes à

criação e manutenção de registros convencionais. Os autores afirmam que “os registros também são sobre o poder”, reforçando o fato de que apenas alguns grupos possuem o privilégio de criar e manter documentos, enquanto outros seguem sendo marginalizados sem ter a possibilidade de serem ouvidos. Flinn et al. (2009, p. 76, tradução nossa) argumenta que os arquivos que são selecionados para serem preservados nas instituições, “os termos em que são descritos e os processos pelos quais essas decisões são feitas” inevitavelmente afetam a memória coletiva e a história que será produzida e narrada a partir dela. Isto é, se os arquivos e a memória estão sob influência direta de grupos dominantes, e esses grupos são constituídos majoritariamente por homens, a biografia de mulheres fundamentais para a construção da sociedade acaba não se tornando uma prioridade social.

4. MULHERES E MEMÓRIA

Ao discutirmos a questão de gênero nas instituições de guarda, é relevante perceber que quando as mulheres têm sua trajetória retratada em arquivos pessoais acessíveis, elas são, em sua maioria, representadas de forma inferior e complementar a seus maridos, filhos e pais – o que é uma das muitas consequências do sistema patriarcal no qual ainda nos encontramos inseridos. Para Abath e Ireland (2002, p. 230), as mulheres só obterão empoderamento se três dimensões do poder - econômica, política e social - forem remodeladas: “Essas três dimensões têm o mesmo ponto de intercessão: informação e conhecimento”. Eva Moseley (1973), curadora dos manuscritos do *The Arthur and Elizabeth Schlesinger Library on the History of Women in America*⁶⁷, afirma que:

Muitos documentos foram perdidos para sempre, enquanto outros existem apenas como itens dispersos. Além disso, uma vez que a grande mulher está atrás do grande homem, seus pensamentos e esforços sempre foram ocultos nas suas realizações (nem sempre do marido). (MOSELEY, 1973, p. 215, tradução nossa)

⁶⁷A Biblioteca Arthur e Elizabeth Schlesinger sobre a história das mulheres na América (em tradução livre) documenta a vida das mulheres do passado e presente, além de promover o compromisso do Instituto Radcliffe com as mulheres, gênero e sociedade. Disponível em: <<https://www.radcliffe.harvard.edu/schlesinger-library>>. Acesso em: 30 set. 2017.

A autora afirma não se surpreender que historiadores e arquivistas não tenham começado a registrar as novas ideias e atividades das mulheres. Ainda que o artigo seja da década de 1970, a declaração de Moseley até então se faz atual. Vale ressaltar que ao tentarmos impulsionar os debates de gênero na Arquivologia, o objetivo não é que se produzam histórias femininas a fim de criar rivalidade com os homens, mas sim ampliar o ponto de vista histórico para incorporar ambos os gêneros.

Pensar na criação de novas ferramentas institucionais, projetos e iniciativas dedicadas a registrar e preservar a memória de mulheres pode vir a atender a necessidade de documentar suas identidades e histórias. É necessário que as instituições, os profissionais e a própria sociedade passem a considerar o potencial que a representatividade desses arquivos apresenta quando falamos do combate à alienação, exclusão social e concentração de poder. Afinal, quando as mulheres podem conhecer melhor sua própria história, se torna mais fácil se recuperar de uma opressão histórica para finalmente poder avançar.

Nesta perspectiva, dentre os inúmeros exemplos de mulheres que realizaram transformações sociais, trazemos o exemplo da ativista brasileira Comba Marques Porto, que tem seu acervo custodiado na Coordenação de Documentos Escritos (CODES), no Arquivo Nacional, desde 1993. Sua documentação preservada abarca o período que vai de 1918 até 1991, possuindo 1 metro linear de documentos textuais. Em seu acervo podemos encontrar documentos que retratam os movimentos a favor do aborto, a Assembleia Nacional Constituinte de 1946 e 1988, feminismo, eleições diretas, documentos de diversas entidades de cunho feminista com as quais Comba colaborou, política no cenário brasileiro, ditadura militar, dentre outros. Para esta pesquisa, vamos dar destaque aos documentos sobre a participação política da mulher no movimento pela anistia e no feminismo.

5. SOBRE COMBA MARQUES PORTO

Comba Marques Porto nasceu na cidade do Rio de Janeiro (RJ), em 15 de outubro de 1945. Completou seus estudos secundários no bairro de Jacarepaguá, em 1966. Seu primeiro envolvimento político se deu em 1967, quando ingressou na Universidade do Estado da Guanabara (UEG), no curso de Letras, onde começou a militar no movimento estudantil. Neste ano, também se filiou ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Mesmo

não possuindo nenhum cargo oficial no movimento estudantil da UEG, Comba participava das assembleias, reuniões e mobilizações estudantis de forma atuante.

Em 1968, participou das diversas manifestações contra a ditadura, como a Passeata dos Cem Mil⁶⁸, e continuou militando no movimento estudantil que, apesar da clandestinidade, teve forte atuação na situação política do país no decorrer deste ano. Nessa mesma época, elegeu-se delegada ao 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes, o Congresso de Ibiúna, que foi interceptado pela polícia, gerando a prisão de centenas de estudantes. Comba esteve presente no Congresso, ocorrido em outubro, e ficou presa durante um mês.

Em 1971 ingressou na Faculdade Nacional de Direito (FND) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ). Atendia, então, a uma necessidade do próprio PCB de recompor seus quadros nas diversas faculdades e tentar reorganizar o movimento minado pela ditadura desde 1964. Sua função na FND era justamente a de reorganizar o movimento estudantil sob a ótica do PCB, da política de massas.

Em 1974, ainda como estudante da FND, Comba passou a trabalhar como estagiária no escritório de advocacia de Humberto Jansen Machado, no qual participou de diversas causas em defesa de presos políticos.

Formou-se em 1975 e, neste ano, o PCB sofreu uma forte queda a partir de uma denúncia, que fez com que todas as suas atividades fossem paralisadas e que acabou por desorganizar todas as suas bases políticas. Sendo assim, Comba foi orientada pelo Partido a sair do país. Sua atuação como advogada, entretanto, fez com que escolhesse permanecer no Brasil. Concomitantemente a este fato, interessou-se em participar do Seminário sobre a Mulher Brasileira e conheceu diversas militantes feministas.

Acabou por ingressar no movimento feminista do Rio de Janeiro. Sua atuação no movimento feminista se estendeu até os anos de 1990, tendo sido, no que diz respeito à questão da mulher, personagem importante no processo de formatação da nova constituição brasileira em 1988. Era membro do Conselho Nacional da Mulher desde 1985 e, como tal, ajudou a formular textos da legislação. Em 1982, motivada pela causa feminista, Comba candidatou-se vereadora pelo Partido do Movimento Democrático

⁶⁸ No dia 26 de junho de 1968, cerca de cem mil pessoas ocuparam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizaram o mais importante protesto contra a ditadura militar até então. A manifestação, iniciada a partir de um ato político na Cinelândia, pretendia cobrar uma postura do governo frente aos problemas estudantis e, ao mesmo tempo, refletia o descontentamento crescente com o governo; dela participaram também intelectuais, artistas, padres e grande número de mães.

Brasileiro (PMDB), no Rio de Janeiro, e, em 1986, à deputada federal pelo mesmo partido. Porém não conseguiu eleger-se em nenhuma das duas eleições.

Atualmente, Comba é juíza do trabalho no Território Regional do Trabalho – 1ª Região e desde 1995 está afastada da militância política.⁶⁹

6. ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DO ACERVO

De acordo com o inventário do fundo Comba Marques Porto (TJ)⁷⁰, instrumento que encontra-se disponível no *site* do Arquivo Nacional desde 2013, a organização do fundo de Comba Marques Porto se deu no período entre 1993 e 1994, tomando como base o gênero documental e o assunto. O tratamento da documentação impressa é por espécie ou tipo. Nesse fundo, que está organizado totalmente, encontramos correspondências, textos, recortes de jornais e publicações sobre o movimento feminista no Brasil, documentos sobre a participação política da mulher no movimento pela anistia, campanha das eleições diretas, Constituinte de 1988, luta contra a repressão no Chile, El Salvador, Nicarágua e Honduras.

O acervo, que ainda não possui sua versão digital, está organizado em 31 séries, e apenas “Entidades”, “Legislação” e “Periódicos” estão divididas em subséries. Não há restrições no acesso ao público, e os idiomas variam entre português, inglês, francês, espanhol e alemão.

Ao acessarmos o inventário, foi possível perceber alguns aspectos interessantes. Analisando o índice temático do instrumento de pesquisa constatamos que “Trabalho Feminino”, “Entidade Feminista” e “Feminismo”, contando com 122, 119 e 107 itens relacionados, respectivamente, são os assuntos mais recorrentes no acervo em questão. Esses números só são menores do que o correspondente a “Eventos”, que dispõe de 184 itens. Questões referentes à violência, direitos e discriminação à mulher também são alguns dos temas mais frequentes na documentação de Comba.

Em uma perspectiva geral, o acervo nos remete à luta feminina em diversos eixos sociais, como o manifesto da mulher brasileira em favor da anistia, no qual Comba

⁶⁹DI SABBATO, Tatiana. **Comba Marques**. 2014. Disponível em: <www.une.org.br/2011/08/comba-marques/>. Acesso em: 11 ago. 2017.

⁷⁰ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Equipe de Documentos Privados. **Fundo Comba Marques Porto (TJ): inventário**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. 153 p. Disponível em <<http://imagem.sian.an.gov.br/anexos/sian/referencias/19112013132323.pdf>>. Acesso em 11 ago. 2017.

desempenhou inestimável papel de militância. Através de seus documentos é possível conhecermos múltiplos nomes de mulheres ativistas que lutaram para mudar a estrutura do país, como Terezinha Zerbine - fundadora e líder do Movimento Feminino pela Anistia.

Nessa pesquisa, o foco foi a abordagem das implicações de práticas sociais e seus produtos documentais. Para isso, escolhemos acessar documentos que representassem a atuação de Comba no movimento feminista brasileiro.

6.1 Série 8: Feminismo

Selecionamos alguns documentos da série “Feminismo” para apresentar a riqueza da memória do acervo de Comba. Examinar esses documentos coloca em perspectiva a trajetória e os pensamentos de uma figura emblemática para a militância feminista brasileira. Assim, podemos perceber que os avanços políticos e sociais de hoje refletem a luta de mulheres como Comba Marques Porto.

Tivemos acesso à cronologia do movimento feminista com destaque para as principais etapas do período que vai de 1919 a 1936. Nesse documento há registros de diversas informações acerca das vitórias políticas e sociais conquistadas através do movimento feminista nessa época, como: A eleição de Bertha Luz ao secretariado do Museu Nacional em 1919, que deu origem ao movimento nomeado “Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher”, que contou com o apoio de 5 sócias; A primeira vez em que o projeto de voto feminino foi apresentado no Senado; A eleição da primeira prefeita da América do Sul, Alzira Soriano, que foi eleita em 1929 na cidade de Lages, Rio Grande do Sul; O voto feminino se tornando extensivo ao Brasil inteiro pelo Código Eleitoral em 1932; dentre outros eventos em que mulheres foram conquistando papéis políticos antes ocupados exclusivamente por homens, e as consequentes transformações sociais que surgiram devido a esse progresso.

Da mesma forma, consultamos a cópia de uma carta escrita por Comba no *Jornal do Brasil*, na edição do dia 20 de janeiro de 1978. Intitulada “Movimento das mulheres brasileiras”, a carta apresenta críticas da titular aos comentários feitos pela jornalista Heloísa Castelo Branco a respeito do livro “Brasileiras”, de autoria de duas feministas francesas. Ao avaliar o livro, que é uma coletânea de depoimentos de algumas intelectuais brasileiras sobre o movimento, a jornalista defendeu que os relatos revelavam “lutas estritamente pessoais, senão completamente solitárias, para se livrarem do papel

socialmente previsto para elas”. Na condição de integrante do movimento feminista do Rio de Janeiro, Comba, em sua carta aberta, esclarece que feminismo como resolução de problemas pessoais não fazia parte da ambição da maioria das brasileiras integrantes do movimento.

Outro documento que vale o destaque são as anotações de Comba referentes a uma de suas palestras sobre feminismo proferidas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, a PUC/RJ. Conforme suas anotações, a titular abordou o tema relacionando ao conceito de Democracia, tendo como foco o momento político pelo qual passavam naquela época (infelizmente o documento não está datado).

O texto “O lugar da mulher” (1982), de Madel T. Luz, revela o fato de que, mesmo que inúmeros estudos sobre a questão social da mulher estivessem sendo desenvolvidos em todo o mundo naquela época, algumas questões sobre o lugar da mulher na sociedade ainda não estavam totalmente esclarecidos. O documento nos apresenta uma realidade que ainda se faz presente nos dias atuais, mesmo sendo 30 anos depois. O texto é uma crítica muita rica sobre a condição histórica da mulher.

Curioso notar que ainda na série Feminismo encontramos anotações de Comba referentes à sua candidatura à vereadora pelo PMDB, afinal sua atuação no movimento feminista se fez presente nos mais diversos aspectos e cargos exercidos ao longo de sua vida. Nota-se a preocupação, destemor e ativismo incontestável da titular nas anotações de seu discurso, valendo dar destaque ao seguinte trecho:

Sem pretensão teórica e muito menos científica, proponho-me com esse trabalho tornar públicas as minhas impressões, reflexões e vivências recolhidas da campanha eleitoral que desenvolvi na realidade de candidata a vereadora (PMDB-Rio de Janeiro) no pleito de 1982. Acredito que com ele possa dar uma contribuição concreta à história da participação política da mulher brasileira, hoje, sem dúvida enriquecida pela existência do movimento feminista no qual venho militando desde 1975(...).

71

Enfim, na série “Feminismo” podemos ter acesso a documentos de extrema importância para entender o ativismo político e social de Comba e de outras brasileiras, além do desenvolvimento do movimento feminista no Brasil e no mundo, movimento em

⁷¹ Anotações da titular sobre sua candidatura a vereadora pelo PMDB e sua atuação no movimento feminista. Rio de Janeiro, s.d. - Série Feminismo; código 8.16

que a própria Comba se via inserida historicamente. Há textos sobre o surgimento e atuação de grupos feministas em lugares específicos como Brasília e Goiânia, sobre as reivindicações feministas encaminhadas ao candidato Tancredo Neves ou até mesmo textos mais explicativos que apresentam as principais reivindicações do movimento (igualdade no trabalho, acesso à educação, habitação, saúde, alimentação, etc.) e sobre a discriminação contra a mulher por parte da estrutura social e sobre sua luta contra a exploração.

O texto “A mulher e o cristianismo”, a título de exemplo, retrata o preconceito da religião cristã e de pensadores com relação à mulher, os avanços feministas nos Tribunais dos Estados Unidos e a dualidade homem/mulher da visão histórica. Apesar do documento não identificar seu autor e sua data, percebemos um alinhamento de valores que justifica a presença do documento no acervo.

Vale ressaltar que, hoje em dia, o movimento feminista do Brasil é o mais organizado da América Latina⁷². Na América do Sul, observou-se um fenômeno inédito: pela primeira vez, três mulheres conquistaram a presidência em seus países - a Argentina elegeu Cristina Kirchner, o Chile, Michelle Bachelet e, o Brasil, Dilma Rousseff. Este é um acontecimento absolutamente interessante, ainda mais se considerarmos que a realidade do continente ainda é marcada pela grande desigualdade de gênero e sub-representação feminina na política. Esta conquista político-social, incontestavelmente, se deve ao percurso histórico trilhado pelas mulheres e pelo movimento feminista nesses países. E, em virtude da preservação do acervo de Comba, foi possível encontrar uma parte do desenrolar dessa luta, e hoje conseguimos vivenciar os resultados positivos do ativismo feminino nesse movimento social.

7. INICIATIVAS NO BRASIL

É evidente que muito ainda precisa ser feito para que a discussão acerca da preservação dos registros de mulheres tome força e ganhe espaço nas instituições de

⁷²AVELAR, Lucia. O movimento feminista no Brasil é o mais organizado da América Latina: entrevista. [31 de maio, 2017]. São Paulo: **Revista Carta Capital**. Entrevista concedida a Tory Oliveira. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-movimento-feminista-no-brasil-e-o-mais-organizado-da-america-latina>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

guarda e na área da Arquivologia em geral. Entretanto, já é possível notar avanços positivos sobre essa questão no país.

Um dos exemplos mais recentes é o “I Seminário Internacional de Arquivos, Mulheres e Memórias”, ocorrido em março deste ano. O evento foi promovido pelo Centro de Pesquisa e Formação do Sesc de São Paulo, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB) e apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Seu objetivo se deu na ampliação do diálogo acerca da temática dos arquivos de mulheres, pensando as instituições arquivísticas como espaços para a valorização da memória feminina e como fontes para a escrita da história.⁷³

Além disso, algumas instituições vêm se empenhando para que seus acervos possuam uma abrangência social, inclusive a de gênero, mais ampla. Como exemplo, temos o próprio Arquivo Nacional que, desde meados deste ano, passou a reservar uma parte do seu *site* para a série “Mulheres na História”, cuja finalidade é promover a memória de personalidades femininas brasileiras. Vale informar que dos 305 conjuntos documentais privados custodiados pela instituição, apenas 26 são de mulheres⁷⁴.

Assim, a visibilidade da memória de mulheres como a de Comba nos auxilia na compreensão do desenvolvimento e fortalecimento de diversos eventos sociais e políticos que se fizeram tão importantes para a história do país. E, nessa perspectiva, é valioso perceber que o registro e a preservação dessas trajetórias são capazes de empoderar e dar voz a um grupo que historicamente não obtém visibilidade ou é reconhecido de forma secundária.

Ademais, embora ainda sejam poucas, iniciativas como as do Sesc, da Universidade de São Paulo e do Arquivo Nacional comprovam a existência de novas preocupações e mudanças positivas na forma de se enxergar a sociedade atualmente, além de demonstrar que é possível realizar transformações no que diz respeito à representatividade feminina nos arquivos e na narrativa da história de maneira geral.

⁷³ REVISTA Museu. **Seminário internacional aborda acervos para a valorização das mulheres na cultura**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/2370-13-03-2017-seminario-internacional-aborda-acervos-para-a-valorizacao-das-mulheres-na-cultura.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

⁷⁴ ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Série Mulheres na História**. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/noticias-arquivo/630-serie-mulheres-na-historiacomba.html>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial que os arquivos passem a ser entendidos como fundamentais no que diz respeito aos processos de produção, reconhecimento e disseminação da memória, sendo peças-chave na construção, contextualização, comprovação e acolhimento da herança cultural pela sociedade.

Os arquivos pessoais que têm sua importância reconhecida, os termos utilizados na sua descrição e os motivos pelos quais a decisão de preservá-los foi tomada afeta diretamente a memória coletiva, as histórias que se tornarão públicas e tudo aquilo que virá como consequência dessa visibilidade.

Para que a representatividade das mulheres, como a de outros grupos minoritários, seja garantida e suas necessidades sociais sejam atendidas, é necessário que novas ferramentas institucionais sejam criadas, o que atenderá à necessidade de documentar, registrar e preservar essas identidades e histórias. Nesta lógica, conclui-se que o tema sobre a capacidade representativa dos arquivos pessoais não se esgota tão facilmente.

O estudo dos movimentos sociais e o reconhecimento de mulheres como sujeitos políticos empoderados capazes de provocar mudanças constitui a possibilidade de transformações positivas na sociedade.

Portanto, preservar e dar voz às memórias como a de Comba possui relevância notória no que diz respeito ao reconhecimento da luta das mulheres por igualdade, além de possibilitar a criação de um cenário alternativo ao atual, onde há perspectiva de oferecer espaço para as minorias dentro dos Arquivos e na construção da memória.

REFERÊNCIAS

ABATH, Rachel J.; IRELAND, Timothy. A tecnologia da informação e comunicação e o empoderamento da mulher. In: AQUINO, M. A. (Org.). *O Campo da ciência da informação: gênese, conexões e especificidade*. João Pessoa: Ed. Universitária/ UFPB, 2002.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Equipe de Documentos Privados. *Fundo Comba Marques Porto (TJ): inventário*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013. 153 p. Disponível em: <<http://imagem.sian.an.gov.br/anexos/sian/referencias/19112013132323.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Série Mulheres na História*. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/noticias-arquivo/630-serie-mulheres-na-historiacomba.html>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

AVELAR, Lucia. O movimento feminista no Brasil é o mais organizado da América Latina: entrevista. [31 de maio, 2017]. São Paulo: *Revista Carta Capital*. Entrevista concedida a Tory Oliveira. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-movimento-feminista-no-brasil-e-o-mais-organizado-da-america-latina>>. Acesso em: 19 ago. 2017.

DEVER, Maryanne. Archiving Feminism: Papers, Politics, Posterity. *Archivaria*, Ontário (CA) n. 77 p. 25-42, mar./jun. 2014.

DI SABBATO, Tatiana. *Comba Marques*. 2014. Disponível em: <www.une.org.br/2011/08/comba-marques/>. Acesso em: 11 ago. 2017.

FAHS, Ana C. S. *Movimento feminista*. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/movimento-feminista-historia-no-brasil/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

FLINN, Andrew; ALEXANDER, Ben. Humanizing an inevitability political craft: Introduction to the special issue on archiving activism and activist archiving. *Archival Science*, Holanda, v.15, n. 4, p. 329-335, dez. 2015.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent community archives, autonomy and the mainstream. *Archival Science*, Holanda, jun./ out. 2009.

JIMERSON, Randall. Archives for all: professional responsibility and social justice. *The American Archivist*, v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007.

MOSELEY, E. Woman in Archives: Documenting the History of Women in America. *The American Archivist*, v. 36, n. 2, p. 215-222, abr. 1973.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

REVISTA Museu. *Seminário internacional aborda acervos para a valorização das mulheres na cultura*. São Paulo, 2017. Disponível em <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/2370-13-03-2017->

seminario-internacional-aborda-acervos-para-a-valorizacao-das-mulheres-na-cultura.html>. Acesso em 21 ago. 2017.

RIBEIRO, Djamilla. As diversas ondas do feminismo acadêmico. [Editora Confiança]. *Revista Carta Capital*, nov. 2014. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>> Acesso em: 19 ago. 2017.

SAMPAIO, Anna; ARAGON, Janni. Feminismos filtrados: cibersexo, comércio eletrônico e a construção do corpo da mulher no ciberespaço. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SHE'S beautiful when she's angry. Direção: Mary Dore, Produção: Mary Dore, Nancy Kennedy. Salt Lake City (EUA): Fork Films: 2014, 1 DVD

SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records and power: the making of modern memory. *Archival Science*, Holanda, mar. 2002.



A CENSURA EM BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964- 1985)

Carolina Carvalho Rodrigues*
Elisabete Gonçalves de Souza**

Resumo: Versa sobre a censura como estratégia governamental para controle de informação, salientando a prática de censura aos livros durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Evidencia a situação de mudanças nas universidades durante a década de 1960, e, conseqüentemente, nas bibliotecas, tendo como recorte geográfico o estado do Rio de Janeiro e o antigo estado da Guanabara. Objetiva conhecer como as ações censórias atingiram estas instituições e identificar como os bibliotecários agiram diante de tal situação; as estratégias que usaram para preservar suas coleções mediante as supressões de títulos e verbas. Em termos metodológicos, traz abordagem do tipo exploratória pautada em pesquisa documental com foco nas áreas de Biblioteconomia e História, cuja revisão de literatura buscou dar continuidade a série histórica de levantamentos sobre os impactos da censura em bibliotecas universitárias brasileiras, realizada por Azevedo (2003), Chaffe (2009), Lima e Bastos (2010) e Rodrigues (2013). Verifica resultados de cotejamento entre a listagem de títulos de cunho político censurados pelo governo e incluídos na lista do Sindicato Nacional dos Editores e Livreiros (SNEL) e o acervo de três bibliotecas universitárias, uma de âmbito estadual (UERJ) e duas federais (UFF e UFRJ). Conclui que a censura governamental não possuía sanções legais diretamente voltadas para as bibliotecas, mas influenciou indiretamente o desenvolvimento das coleções, seja reduzindo as verbas para as aquisições ou ao censurar as obras na fonte, dificultando a obtenção das mesmas.

Palavras-chave: Censura. Bibliotecas universitárias. Ditadura civil-militar (Brasil). Bibliotecário.

Abstract: It discusses censorship as a governmental strategy for information control, highlighting the practice of censorship of books during the civil-military dictatorship (1964-1985). It shows the situation of changes in the universities during the 1960s and, consequently, in libraries, having as geographical coverage the state of Rio de Janeiro and the former state of Guanabara. It aims to know how censorship actions reached these institutions and to identify how librarians acted in such a situation; The strategies they have used to preserve their collections through the suppression of titles and funds. In methodological terms, it is an exploratory approach based on documentary research focused on the areas of Librarianship and History, whose literature review sought to continue the historical series of surveys on the impact of censorship on Brazilian university libraries by Azevedo (2003), Chaffe (2009), Lima and Bastos (2010) and Rodrigues (2013). Checks the results of a comparison between the list of government-censored titles included in the list of the National Union of Publishers and Booksellers (SNEL) and the collection of three university libraries, one at the state level (UERJ) and two federations (UFF and UFRJ). It concludes that government censorship did not have legal sanctions directly related to libraries, but indirectly influenced

* Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e graduada em Biblioteconomia e Documentação pela mesma universidade (2016). Atualmente é bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Belford Roxo

** Doutorado (2012) em História e Filosofia da Educação Brasileira pela Universidade Estadual de Campinas. Em 2013 foi credenciada como professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Coordena projeto de iniciação científica sobre a função Informacional e pedagógica dos arquivos históricos escolares.



the development of collections, either by reducing the funds for acquisitions or by censoring works at the source, making it difficult to obtain them.

Keywords: Censorship. University libraries. Civil-military dictatorship (Brazil). Librarian.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a definição encontrada no dicionário Soares Amora, censura se constitui na ação de “crítica, reprovação, repreensão” (AMORA, 2000, p. 135). Essa conceituação explicita o caráter amplo do termo “censura”, atividade exercida há muitos séculos, visto sua importância para sustentar uma ideologia, ao se controlar a disseminação de informações, podendo ser realizada por um governo e até por pessoas individualmente.

Sendo assim, nas engrenagens de um regime autoritário a supressão das liberdades de expressão e opinião possui lugar vital, dado que a manutenção desses governantes precisa ser considerada legítima, ou seja, o povo deve ter uma visão positiva do governo, mesmo irreal. Uma das formas pela qual essa supressão se materializa é através da censura a livros, prévia ou não, medida que impacta nas atividades de profissionais como os bibliotecários, em especial em períodos ditatoriais como os vividos no Brasil entre 1964-1985, o que nos provoca algumas perguntas: todos os livros chegavam às bibliotecas? Caso fossem incluídos no acervo e posteriormente censurados, essas obras iam para onde?

Essas questões são extremamente importantes a partir do momento em que entendemos as bibliotecas como um dos símbolos de sociedades livres, devido à consecução da preservação da memória e acesso à informação que estas propõem.

Levando em conta este cenário, o presente artigo tem como objetivo verificar o impacto que a censura aos livros, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) brasileira, causou nas coleções das bibliotecas universitárias, discussão realizada em estudo monográfico apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense em 2016. A proposição que norteou a pesquisa voltou-se para o conhecimento das ações censórias que afetaram as bibliotecas universitárias e as atividades profissionais como a proibição da circulação de determinadas obras, denominadas “proibidas”.

Para tanto, buscamos fundamentar a censura como estratégia governamental para controle de informação, entender o contexto das universidades brasileiras na efervescência dos anos de 1960, verificar o posicionamento profissional diante do regime de exceção, conhecer como as ações censórias instauradas após o golpe civil-militar de 1964 atingiram as bibliotecas universitárias brasileiras e identificar a presença dos livros censurados na coleção de bibliotecas universitárias.

Em termos metodológicos, apresenta abordagem do tipo exploratória pautada em pesquisa documental com foco nas áreas de Biblioteconomia e História, cuja revisão de literatura buscou dar continuidade a uma série histórica de levantamentos sobre os impactos da censura em bibliotecas universitárias brasileiras, realizada por Azevedo (2003), Chaffe (2009), Lima e Bastos (2010) e Rodrigues (2013). Os trabalhos de Azevedo (2003) e Bastos (2008) também impulsionaram para o cotejamento dos livros censurados nas coleções de bibliotecas universitárias, apresentando a pesquisa na Biblioteca Central do Gragoatá da Universidade Federal Fluminense (BCG/UFF) e no sistema de bibliotecas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na fundamentação das discussões tomou-se como referencial teórico os estudos de Leitão (2011) para contextualizar a censura a bibliotecas e como base aos acontecimentos brasileiros; de Hallewell (2005) para assimilar o panorama da indústria editorial durante a ditadura; e de Reimão (2005, 2014) para perceber a censura no governo militar no âmbito mais geral da produção cultural.

2 CENSURA AOS LIVROS DURANTE A DITADURA

No Brasil, a censura aos livros foi recorrente nos períodos colonial e republicano. De acordo com Leitão (2011, p. 11), no primeiro governo Vargas tal ação oficializou-se com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) durante o Estado Novo (1937-1945). Nessa época, a repressão ao conhecimento era tratada como um “problema de saúde pública”.

Entre o governo Vargas e o governo Militar, Leitão (2011) afirma que

[...] não houve qualquer determinação oficial que promovesse alguma transformação favorável do cenário do direito à liberdade de expressão. Longe disso, as medidas tomadas somente mantiveram ou confundiram, sobrepondo novos mecanismos à estrutura burocrática de censura existente (LEITÃO, 2011, p. 158).

No contexto da Ditadura Civil-Militar brasileira três itens do ordenamento jurídico se destacam na efetivação da censura: a Constituição Federal promulgada em 1967; o Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 1968; e o Decreto-Lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. A Carta Magna de 1967 dispunha sobre as liberdades e seus cerceamentos, em um contexto

de estado de exceção, cujo recrudescimento do regime, culminaria com a publicação do AI-5. Esse Ato Institucional foi baixado no fim de um ano repleto de manifestações estudantis, de forma que representou a repressão em níveis muito mais altos. Dois anos após, o Decreto-Lei nº 1.077 instaurava a censura prévia, sistematizando a atividade.

A censura oficial era responsabilidade do Ministério da Justiça (MJ), através do Departamento de Censura de Diversões Públicas (DCDP), na figura do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP). A nomenclatura é ampla, pois, como trataremos a seguir, o ato censório recaía mais sobre as atividades musicais e teatrais do que literárias. Entretanto, os censores não atuavam apenas inseridos nessa estrutura formal, bem como possuíam objetivos escusos, como Hallewell (2005) cita:

Milhares de livros foram sumariamente confiscados de livrarias e editoras pelas mais diversas razões: por falarem do comunismo (mesmo que fosse contra), porque o autor era *persona non grata* do regime, por serem traduções do russo, ou simplesmente porque tinham capas vermelhas. Muitos policiais contentavam-se com qualquer coisa que tivesse a marca Civilização Brasileira, enquanto outros demonstravam especial preferência por dicionários, obras de referência ou qualquer coisa que se vendesse rapidamente como livro usado (HALLEWELL, 2005, p. 575-576).

O domínio dos veículos de comunicação, num país em que aproximadamente 40% das pessoas com 15 anos ou mais eram analfabetas (BRASIL, 2003, p. 6), tinha um grau maior de importância comparado à leitura de livros, de alcance mais singular. Assim, nos primeiros anos após o golpe, a censura a livros era feita de forma irregular e sem aparato legal, panorama alterado a partir do AI-5, como Hallewell (2005) e Reimão (2005) afirmam em convergência. Na prática, “a maioria da atividade de censura em relação a livros dava-se [...] por denúncias” (REIMÃO, 2014, p. 78).

Com o advento da censura prévia, alguns autores se posicionaram publicamente contra essa atividade, negando a entrega dos seus originais para os censores. Reimão (2014, p. 78) cita Jorge Amado e Érico Veríssimo. Entretanto, um problema de ordem logística rapidamente surgiu: a quantidade necessária de censores para verificação prévia dos documentos era absurda. Nesse sentido, a Instrução 01 – de 24 de fevereiro de 1970 isentou de análise prévia “[...] as publicações e exteriorizações de caráter estritamente

filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes” (BRASIL, 1970).

Todavia, não apenas a censura propriamente dita impedia a circulação dos livros, pois, através do Instituto Nacional do Livro (INL) o Estado coeditava obras e, naturalmente, possuía o poder de veto (LEITÃO, 2011, p. 173).

Na direção de caracterizar os títulos alvos de censura, Hallewell (2005, p. 588) relata que “[...] a ação oficial contra os clássicos do socialismo teórico foi uma característica predominante dos anos de 1960. Na década de 1970, a sensibilidade política do governo limitava-se, de modo geral, a obras de crítica direta à situação do Brasil”. Além dessa percepção, é fato que os livros sensíveis à moral e aos bons costumes eram censurados em número muito maior em relação aos de cunho político, o nos remete ao exposto por Lima e Bastos (2010, p. 5) ao dizerem que “a forma mais recorrente de censura é a mais elementar e menos sutil, aquela que implica em julgamento moral e tenta definir limites do comportamento humano”.

Enquanto há autores que apontam o declínio da censura de livros em fins da década de 1970 (FIORATTI, 2012, p. 85), outros (REIMÃO, 2014, p. 85-87) afirmam o aumento desse tipo de repressão. Reimão ainda apresenta três hipóteses para este caso:

1. A censura possuía caráter mais moral do que político, sendo a primeira bastante volúvel;
2. As atividades do DCDP estavam a todo vapor para justificar a existência do mesmo, quando acreditavam na extinção da censura; e
3. A autocensura dos artistas, visto que a repressão no decorrer dos anos de chumbo (1968-74) era violenta.

Por conta das atividades não possuírem um critério norteador claro, desde os parâmetros censórios até a ação propriamente dita, as listas de títulos censurados durante os anos da Ditadura Civil-Militar brasileira divergem. Para Reimão (2014, p. 79-80) o número varia entre duas e cinco centenas, enquanto Hallewell fixa a estimativa final, ao dizer que “em fins de 1978, perto de quinhentos livros eram proibidos no Brasil” (HALLEWELL, 2005, p. 591).

3 O CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Um governo ditatorial necessita reestruturar certos pontos da sociedade para sua manutenção e, por seu potencial crítico, o campo educacional é visado. Na conjuntura da Ditadura Civil-Militar brasileira, a universidade sofreu grandes alterações, destacadamente a Reforma Universitária de 1968 sendo a de maior impacto.

A proposta de reforma universitária não era novidade, dado que era solicitada há algum tempo no meio acadêmico. Entretanto, o projeto capitaneado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) defendia uma proposta pautada na autonomia, no incentivo ao ensino e à pesquisa e na liberdade de expressão. Sendo assim, por ter um caráter divergente aos anseios e propostas estudantis, a Reforma Universitária de 1968, outorgada pelo governo militar, é entendida aqui como uma contrarreforma.

O apagamento do articulado movimento estudantil tardou em comparação com as alterações no corpo docente das universidades. Germano (1994, p. 108) relata que já no primeiro mês do novo governo, antes de ações contra estudantes serem efetuadas, mudanças na reitoria das universidades foram levadas a cabo, como a destituição do reitor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

A contrarreforma universitária foi um processo gradual, envolvendo acordos entre o Ministério da Educação (MEC) e a agência americana USAID (*United States Agency for International Development*), bem como algumas leis, decretos e portarias⁷⁵, datados tanto antes quanto depois de 1968. Destacamos a relação com a agência estadunidense por conta de suas diretrizes visando à privatização do ensino.

O ano de 1968 mundialmente foi de muita movimentação, de lutas e resistências aos abusos de poder instituído, o que instigou as mobilizações estudantis brasileiras – e a violência com que eram recebidos inflamava ainda mais as manifestações. Por isso, no mesmo ano da contrarreforma universitária foi baixado o AI-5, considerado o mais duro de todos os Atos Institucionais.

Dentro das universidades, há relatos de intervenção militar na Universidade de Brasília (UnB) em três momentos (em 1964, 65 e 68), bem como na Universidade de São

⁷⁵ Destacamos os seguintes: a Lei n° 4.464, de 6 de abril de 1964 regulamentava as organizações estudantes e proibia as atividades políticas nelas. A Portaria n° 25 do MEC, de janeiro de 1968, determinava a obrigatoriedade de aprovação prévia do Ministro de Estado para a realização de eventos acadêmicos na universidade, bem como o conteúdo ser repassado ao governo através de relatório. O Decreto-Lei 477/69 reprimia a possibilidade de crítica política no sistema educacional. O Ato Complementar n° 75, de 21 de outubro de 1969, impedia a realização de pesquisas por intelectuais atingidos pelos Atos Institucionais em instituições subsidiadas direta ou indiretamente pelo governo.

Paulo (USP), local em que, de acordo com Germano (1994), o proposto pelo regime militar encontrava uma maior aceitação por parte de alguns docentes e dirigentes.

No entanto, resistências sempre houveram, apesar de toda a repressão vinda do governo cujas marcas foram: morte e desaparecimento de estudantes e professores; grande evasão de críticos, cientistas e intelectuais para outros países, ali permanecendo como exilados.

3.1 A censura nas bibliotecas universitárias

Segundo Bastos (2008, p. 20), “[...] no Brasil, poucas informações se possuem sobre as práticas de censura em bibliotecas”. Para Leitão (2011, p. 165), as bibliotecas eram os últimos lugares em que os órgãos censores agiam, já que a censura ocorria na produção das obras.

Porém, inseridas num cenário de efervescência como a universidade durante o governo militar, as bibliotecas universitárias não passaram intactas pela ação policial. Nos casos mais comuns, as unidades de informação eram invadidas, tendo seu acervo em parte destruído e suas instalações físicas depredadas.

Para verificar o posicionamento dos profissionais e a influência da repressão no funcionamento das bibliotecas universitárias, recorreremos à literatura, principalmente a textos com entrevistas de bibliotecários atuantes à época.

Identificamos a ocorrência de invasões policiais nas bibliotecas Professor Mário Schemberg e na Faculdade de Filosofia de Rio Preto, ambas no âmbito da USP, e na biblioteca Central da UnB.

Ainda sobre as duas universidades mencionadas, há relatos de censura aos livros afora as invasões policiais. Na USP, o relato de Alba Costa Maciel, bibliotecária da USP durante a ditadura, para Azevedo (2003) confirma o fechamento de uma biblioteca universitária e encaixotamento dos livros. Na UnB, segundo a pesquisa realizada por Rodrigues (2013), as obras da biblioteca central foram armazenadas após a primeira invasão ao espaço universitário, tendo ficada a unidade informacional fechada mesmo após a liberação do *campus*.

Sobre proibições expressas para a coleção, Flávio Suplicy de Lacerda, à época reitor da Universidade do Paraná, ordenou a retirada de páginas “de obras de Zola, Pérez Galdós e Eça de Queirós na biblioteca da universidade, de onde banuiu também obras de Sartre, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Guerra Junqueira, além da revista *Anhembi*, de

São Paulo” (HALLEWELL, 2005, p. 575, grifo do autor). Jussara Pereira dos Santos, professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), narra o recolhimento de livros encapados em vermelho da Faculdade de Arquitetura, por receio deles serem considerados de temática comunista.

Azevedo (2003, p. 33) expõe a existência de recomendações contra a assinatura de periódicos provindos da União Soviética, o que é confirmado por Mitsy Taylor, diretora da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) nos anos de 1972-73. Taylor comenta que um professor “[...] pediu uma doação da Hungria, um país da Cortina de Ferro e para onde era proibido enviar qualquer tipo de correspondência” (SOUZA et al., 2002, p. 84).

Consoante ao posicionamento dos profissionais, Leitão (2011), a partir da entrevista realizada com Briquet de Lemos, confirma a ocultação de livros por parte dos bibliotecários, mas com a finalidade de preservar as obras para um futuro retorno às estantes. Rodrigues (2013, p. 39), ao analisar os relatos obtidos, converge ao citar que “[...] teve bom senso entre os bibliotecários. Tudo era censurado”. Para a mesma autora (RODRIGUES, 2013, p. 40) foi descrita uma situação que reitera a questão da guarda de livros:

[...] então fomos à biblioteca, ela tinha um vão em baixo. Chegando lá ele [Honestino Guimarães] disse “vocês me seguram pela mão que eu vou entrar lá dentro”. [...] Depois de uns dez ou quinze minutos, ou um pouco a mais, volta Honestino, e antes de subir ele entrega um bocado de livros, “segura, segura, segura”. E todos os livros eram sobre a esquerda, relativos à política “o que é o comunismo”, “movimento da união soviética”, tudo nesse sentido. A Universidade de Brasília tinha esses livros, [...] mas estavam lá escondidos. Provavelmente por ordem do Reitor, que era o Caio Benjamim Dias, que era um homem extremamente conservador (RODRIGUES, 2013, p. 40).

Ambas as entrevistadas⁷⁶ por Chaffe (2009) são incisivas em classificar o comportamento dos bibliotecários como alienado, na conjuntura da Ditadura Civil-

⁷⁶ A primeira entrevistada de Chaffe (2009) é Jussara Pereira dos Santos, anteriormente citada, e a segunda é Evangelina de Azevedo Veiga, antiga bibliotecária na Biblioteca Pública Estadual (RS) e professora aposentada da UFRGS.

Militar. Uma hipótese para justificar essa apatia é que a regulamentação da profissão de bibliotecário no Brasil aconteceu durante este regime⁷⁷.

Porém, o posicionamento neutro não foi privilégio dos bibliotecários, mas sim reflexo da atitude da sociedade como um todo, sobre a qual Jussara Pereira dos Santos discorre:

Eu acho que o mal que a revolução fez ao Brasil, eu não sei se tem retorno, porque isso que eu fiz pessoalmente de calar para me defender, todos os da minha geração fizeram e ensinaram aos filhos através do exemplo a ficar de boca fechada e não batalhar por suas coisas e virou a indiferença que nós temos hoje no país. Disso tudo eu acho a pior coisa. (Trecho da entrevista de Jussara citada por CHAFFE, 2009, p. 52).

Infere-se que os problemas universitários em geral refletiam nas bibliotecas em maior grandeza do que exatamente impedições nas funções de um bibliotecário. Percebe-se também, a partir dos relativos aqui citados, que publicamente o profissional possuía uma atitude neutra, favorecendo sua integridade física e provavelmente visando à consolidação da profissão.

Todavia, ainda que “por baixo dos panos”, os bibliotecários se posicionaram contra a censura aos livros, cumprindo seu papel de preservação da memória, afinal, o destino das obras censuradas costumava ser as chamas. Sendo assim, se por um lado retiravam as obras de circulação e dificultavam o acesso, ao guardá-las preservaram suas coleções e garantiram para a posteridade essas fontes de informação.

4 A BIBLIOTECA DO IFCS/UFRJ: UM ESTUDO DE CASO

A biblioteca do IFCS/UFRJ está localizada no andar térreo do *campus* e fisicamente é disposta de antessala para guarda de materiais, uma sala de estudo livre oposta ao lado do acervo, que é dividido em quatro andares de acordo com suas classificações, estando o material de referência e de formatos variados (como folhetos) no andar térreo.

⁷⁷ A Lei 4.081/62 regula a profissão de bibliotecário, porém o decreto regulamentando a lei data de três anos depois (Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965).

O acervo da unidade informacional é composto por periódicos, monografias (livros, obras de referência, monografias de alunos de graduação, teses e dissertações) e obras raras, além de, atualmente, dispor de cinco coleções especiais: Coleção Marina São Paulo de Vasconcelos (CMSPV), Coleção José Américo Motta Pessanha (JAMP), Coleção Eduardo Prado de Mendonça, Coleção Oraqy Nogueira e Coleção Vital Brazil. A coleção, em parte, é provinda da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) e do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil (ICS) que tiveram seus cursos reunidos no IFCS em 1968.

O primeiro contato com o campo empírico foi através de consulta ao catálogo *online* da UFRJ⁷⁸ para identificar quais livros presentes na listagem de censurados estão presentes no acervo da biblioteca e, se presentes, quando foram adquiridos. A listagem é produto da comparação entre as apresentadas por Otero (2003) e Reimão (2014) em seus trabalhos, em busca de obter dados mais completos, pois, como vimos anteriormente, há divergências em relação aos títulos censurados.

A listagem de Otero (2003) foi baseada no livro “Nos Bastidores da Censura”, de Dionísio da Silva, na lista de livros proibidos do Arquivo Nacional de Brasília: Série Publicações e no Diário Oficial da União (1964-1979), enquanto Reimão (2014), apesar de também utilizar a obra de Dionísio, foca nos autores nacionais, utilizando também o livro “A Ditadura Escancarada”, de Elio Gaspari, e o arquivo de pareceres do DCDP.

Na consulta à base Minerva da UFRJ foi utilizada a busca avançada, usando o título como campo-chave e o IFCS como local/biblioteca. Em seguida, para conferir e mapear de forma satisfatória, foi realizada nova busca a partir do nome do autor. Trinta e um⁷⁹ títulos foram recuperados e listados na tabela a seguir:

Quadro 1 – Obras censuradas encontradas no catálogo da Biblioteca do IFCS

Título	Autoria
A revolução brasileira	Caio Prado Jr.
A universidade necessária	Darcy Ribeiro
Autoritarismo e democratização	Fernando Henrique Cardoso
Logos e práxis	François Chatelet

⁷⁸ Disponível em: <<http://www.minerva.ufrj.br>>.

⁷⁹ A lista contém trinta e três itens, pois as obras de Frantz Fanon e Ronald H. Chilcote foram encontradas no original e traduzidas.

Les damnés de la terre	Frantz Fanon
Os condenados da terra	Frantz Fanon
O modo de produção asiático	Giani Sofri
Contradições urbanas e movimentos sociais	José Álvaro Moisés
Classes médias e política no Brasil	José Augusto Guilhon Albuquerque
Movimento estudantil e consciência social	José Augusto Guilhon Albuquerque
U.S.A.: A crise do estado capitalista	James O'Connor
América Latina: ensaios de interpretação econômica	José Serra
A ditadura dos cartéis	Kurt Ulrich Mirow
A catástrofe iminente e os meios de a conjurar	Lenin
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	Lenin
El imperialismo y la escision del socialismo	Lenin
La filosofia como arma de la revolución	Louis Althusser
Marxismo segundo Althusser	Louis Althusser
Citações do presidente Mao Tsetung	Mao Tsé-tung
Obras escolhidas de Mao Tsetung	Mao Tsé-tung
O despertar da revolução brasileira	Márcio Moreira Alves
Torturas e torturados	Márcio Moreira Alves
Método dialético e teoria política	Michael Löwy
História militar do Brasil	Nelson Werneck Sodré
A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha	Nicos Ar Poulantzas
Memórias: a verdade de um revolucionário	Olympio Mourão Filho
A união popular e o domínio da economia	Phillipe Herzeg

Concepção das “superpotências”	Pierre Maes
Revolução na revolução	Régis Debray
The brazillian communist party	Ronald H. Chilcote
O partido comunista brasileiro	Ronald H. Chilcote
O cobrador	Rubem Fonseca
O relatório Hite	Shere Hite

Fonte: RODRIGUES (2016, p. 50-51).

A conferência local em fichas não foi necessária, pois o catálogo *online* da biblioteca foi atualizado também de forma retroativa. Para uma identificação mais profunda, o quadro a seguir expõe, a partir do título, os dados de imprensa e edição das obras encontradas.

Quadro II – Obras censuradas: títulos, editoras, edições e ano

Título	Local/Editora	Ed./Ano
A revolução brasileira	São Paulo: Brasiliense	2. ed. (1966) 3. ed. (1968)
A universidade necessária	Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1969) 2. ed. (1975)
Autoritarismo e democratização	Rio de Janeiro: Paz e Terra	3. ed. (1975)
Logos e práxis	Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1972)
Les damnés de la terre	Paris, FR: F. Maspero	1. ed. (1968)
Os condenados da terra	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	2. ed. (1979)
O modo de produção asiático	Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1977)
Contradições urbanas e movimentos sociais	São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1977) 2. ed. (1978)

Classes médias e política no Brasil	Rio de Janeiro: Paz e Terra	(1977)
Movimento estudantil e consciência social	Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1977)
U.S.A.: A crise do estado capitalista	Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1977)
América Latina: ensaios de interpretação econômica	Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1976) 2. ed. (1979)
A ditadura dos cartéis	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	(1978) ⁸⁰
A catástrofe iminente e os meios de a conjurar	Coimbra, PT: Centelha	2. ed. (1974)
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	São Paulo: Escriba	2. ed. (1960?)
El imperialismo y la escision del socialismo	Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras	(1916)
La filosofía como arma de la revolución	Argentina: Pasado y Presente	5. ed. (1972)
Marxismo segundo Althusser	São Paulo: Sinal	1. ed. (1967)
Citações do presidente Mao Tsetung	Pequim: Ed. em línguas estrangeiras	(1972)
Obras escolhidas de Mao Tsetung	Pequim: Ed. em Línguas estrangeiras Lisboa, PT: Alfa-Omega	2. ed. (1975) (1979)
O despertar da revolução brasileira	Lisboa, PT: Seara Nova	1. ed. (1974)
Torturas e torturados	Rio de Janeiro, RJ: [s.n.]	1. ed. (1974)
Método dialético e teoria política	Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1975) 3. ed. (1985)

⁸⁰ Foi encontrada inconsistência na representação descritiva deste item no catálogo, visto que foram indicadas três edições diferentes (2ª, 6ª e 14ª) para o mesmo ano (1978).

História militar do Brasil	Rio de Janeiro: Civilização Brasileira	2. ed. (1968) 3. ed. (1979)
A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha	Rio de Janeiro: Paz e Terra	1. ed. (1976)
Memórias: a verdade de um revolucionário	Porto Alegre, POA: LPM	2. ed. (1978) 5. ed. (1978)
A união popular e o domínio da economia	Lisboa, PT: Prelo	1. ed. (1974)
Concepção das “superpotências”	Lisboa, PT: Prelo	2. ed. (1975)
Revolução na revolução	São Paulo, SP: Centro Editorial Latino Americano	Sem indicação
The brazillian communist party	New York, US: Oxford University Press	1. ed. (1974)
O partido comunista brasileiro ⁸¹	Rio de Janeiro, RJ: Graal	1. ed. (1982)
O cobrador	Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira	1. ed. (1979)
O relatório Hite	Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil	(1992)

Fonte: RODRIGUES (2016, p. 51-53).

A partir da ficha de bolso, do número de registro⁸² e de carimbos marcando a data de entrada das obras, foi possível identificar o ingresso de quase a totalidade das obras. Apenas o título “A catástrofe iminente e os meios de a conjurar”, de Lenin, não possuía nenhuma das três marcas mencionadas, impossibilitando a identificação da data.

Entretanto, o que pôde parecer interessante à primeira vista, mostrou-se desanimador, pois apenas seis títulos foram integrados ao acervo durante a Ditadura: “A Revolução Brasileira”, em 1969; “Memórias: a verdade de um revolucionário”, em 1982; “Autoritarismo e democratização”, em 1982 e em 1983; “Revolução na Revolução”, em

⁸¹ A biblioteca dispõe tanto da obra original quanto da traduzida.

⁸² Os dois números após a barra “/” nos registros das obras significam o ano de entrada no acervo.

1983; “Contradições urbanas e movimentos sociais”, em 1983; e “Movimento estudantil e consciência social na América Latina”, em 1983. Dessa forma, com exceção da obra de Caio Prado Jr., os títulos foram adquiridos ao final do governo militar.

Analisando o modo de entrada das obras, é sintomática a predominância de doações em detrimento da compra (pouquíssimas pela biblioteca e algumas pelo mestrado de História). Isso justifica a inserção tardia dessas obras na coleção, visto que muitas chegaram com a morte de figuras proeminentes da universidade, como o professor José Américo – em sua coleção estão os títulos “Marxismo segundo Althusser” e “O cobrador”.

Não há registros documentados na biblioteca do IFCS comprovando qualquer ação censória. Contudo, a retração na compra de livros, seja por falta de verba ou por indisponibilidade das obras, demonstra a dificuldade para títulos censurados integrarem o acervo.

5 IDENTIFICANDO A PRESENÇA DOS LIVROS CENSURADOS

Utilizando os trabalhos de Azevedo (2003) e Bastos (2008), autores que investigaram os catálogos da BCG/UFF (ambos) e o da rede de bibliotecas da UERJ⁸³ (Bastos), e o nosso estudo de caso (IFCS/UFRJ), buscamos identificar a presença dos livros censurados nas bibliotecas universitárias do atual estado do Rio de Janeiro.

Considerando que Bastos (2008) atualizou a pesquisa de Azevedo (2003) e restringiu-se a setenta e um títulos de cunho político⁸⁴ retirados da listagem do SNEL limitamo-nos aos mesmos, ainda que na biblioteca do IFCS/UFRJ foram encontrados três títulos tidos como “proibidos” e fora dessa listagem (“Logos e Práxis”, de François Chatelet; “O cobrador”, de Rubem Fonseca; e “The brazilian communist party”, de Ronald H. Chilcote).

A tabela a seguir, alfabetada por título, corresponde aos trinta e cinco títulos de caráter político, presentes na lista do SNEL e encontrados nas coleções das bibliotecas universitárias supracitadas.

⁸³ Rede composta por vinte e uma bibliotecas.

⁸⁴ Como Lima e Bastos (2010), por questões de espaço, remetemos os interessados à lista de livros censurados encontrada na Biblioteca da Escola de Comunicação da UFRJ e também aos trabalhos citados.

Quadro III – Relação de títulos de cunho político censurados segundo o SNEL presentes nas bibliotecas universitárias da UFF/BCG, UERJ e UFRJ/IFCS

TÍTULOS	BCG/ UFF	UERJ	IFCS/ UFRJ
América Latina: ensaios de interpretação econômica	Consta	Consta	Consta
A automação do homem	-----	Consta	-----
Autoritarismo e democratização	Consta	Consta	Consta
A catástrofe iminente e os meios de a conjurar	-----	-----	Consta
Citações do presidente Mao-Tse-Tung	-----	Consta	Consta
Classes médias e política no Brasil	Consta	Consta	Consta
Concepção das "superpotências"	-----	-----	Consta
Os condenados da terra (em original ou traduzido)	Consta	Consta	Consta
Contradições urbanas e movimentos sociais	Consta	Consta	Consta
A crise das ditaduras: Portugal, Grécia e Espanha	Consta	Consta	Consta
O despertar da revolução brasileira	-----	-----	Consta
A ditadura dos cartéis	Consta	Consta	Consta
Esquerdismo, doença infantil do comunismo	Consta	Consta	Consta

Feliz Ano Novo	Consta	Const a	-----
La filosofía como arma de la revolución	-----	-----	Const a
O gênio nacional da história do Brasil	-----	Const a	-----
El imperialismo y la escision del socialismo	-----	-----	Const a
História militar do Brasil	Consta	Const a	Const a
Marxismo segundo Althusser	-----	-----	Const a
Memórias: a verdade de um revolucionário	-----	-----	Const a
Método dialético e teoria política	Consta	-----	Const a
O modo de produção asiático	Consta	Const a	Const a
Movimento estudantil e consciência social na América Latina	Consta	Const a	Const a
A mulher na construção do mundo futuro	Consta	Const a	-----
O mundo do socialismo	Consta	Const a	-----
Obras escolhidas de Mao Tsetung	-----	-----	Const a
Opções da revolução na América Latina	Const a	-----	-----
O relatório Hite	Const a	Const a	Const a
A revolução brasileira	Const a	Const a	Const a

Revolução na revolução	-----	-----	Const a
Socialismo em Cuba	-----	Const a	-----
Torturas e torturados	-----	-----	Const a
A união popular e o domínio da economia	-----	-----	Const a
A universidade necessária	Consta	Consta	Const a
U.S.A.: A Crise do estado capitalista	-----	Consta	Const a

Fontes: RODRIGUES (2016, p. 59-60).

Numa análise linear, poderíamos entender que a biblioteca do IFCS/UFRJ tem o maior número de itens censurados em seu acervo, apesar de atender a uma gama menor de cursos em comparação à BCG/UFF e a rede de bibliotecas da UERJ. Porém, é necessário relativizar, levando em conta a data de fundação dessas instituições: UFRJ em 1920, UERJ em 1950 e a UFF em 1960. Sendo assim, seja pelo tempo de funcionamento da instituição, seja pela forma de sua criação, as coleções se desenvolveram por meios distintos.

Sem deixar de levar em consideração essas características, nesse cotejo verificou-se que a biblioteca do IFCS/UFRJ apresenta vinte oito obras da listagem, a rede de bibliotecas da UERJ vinte e dois títulos, enquanto a BCG/UFF possui dezenove.

Quinze dos trinta e cinco títulos estão presentes apenas em um acervo e, nessa análise, a biblioteca do IFCS/UFRJ também desponta, com o total de onze obras únicas, enquanto a rede Sirius apresenta três e a BCG/UFF apenas uma.

Após a apresentação de nosso trabalho, Lima (2016) em dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFF atualizou e ampliou as pesquisas de Azevedo (2003), Bastos (2008) e Rodrigues (2016), tendo feita a pesquisa em todo o catálogo de bibliotecas da UFRJ e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto no trabalho, a censura é um instrumento utilizado de forma recorrente, principalmente no contexto de regimes autoritários. Verificamos a evolução dessa atividade ao longo do governo militar: inicialmente foram diretrizes difusas e posteriormente receberam até mesmo o caráter prévio.

Identificamos que, de certo modo, a repressão nas universidades como um todo também atingiu as bibliotecas. Isso não ocorreu através de sanções legais, mas sim pelas invasões no espaço físico da unidade informacional e pelos obstáculos no desenvolvimento das coleções, através da censura de obras na fonte e da redução de verbas para aquisição.

Entretanto, a documentação sobre a censura diretamente nas bibliotecas universitárias é irregular. A falta dela é suprida por registros da história oral, o que corrobora para acreditarmos no medo da classe bibliotecária tanto naquela época quanto atualmente em falar dessa temática. No entanto, aos poucos o cenário vem mudando. Podemos destacar a série histórica de monografias versando sobre a censura na ditadura Civil-Militar como uma mudança de perspectiva profissional, abraçando o lado político do fazer bibliotecário.

O cotejamento entre a lista de livros censurados e a presença dos mesmos no acervo de bibliotecas universitárias (BCG/UFF, IFCS/UFRJ e UERJ) nos mostrou que a censura atingiu as bibliotecas das três universidades de forma diferente. Mas o prejuízo causado por ela é perceptível nas coleções analisadas, seja pelo baixo número de obras presentes, seja pelo fato da maioria ter sido obtida por meio de doações. A biblioteca da UFRJ/IFCS, por ser a mais antiga, é a que reúne o maior número de livros censurados que constam na lista do SNEL.

A ausência de informações nos levou a ouvir os bibliotecários e assim foi possível conhecermos como se posicionaram enquanto classe profissional, cuja postura envolveu tanto o silêncio como a resistência, o que permitiu que obras tidas como “proibidas” pudessem voltar às estantes, ações estas reconhecidas pelos próprios profissionais. Mesmo os que agiram contra o governo, de alguma forma, agiram no silêncio, receosos de represálias, com a maioria das pessoas que viveram os anos de chumbo da ditadura civil-militar no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMORA, Antônio Soares. *Minidicionário Soares Amora da língua portuguesa*. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2000.

AZEVEDO, Dilma Pereira de. *Censura e repressão a livros e bibliotecas universitárias no Brasil pela Ditadura Militar (1964-1985)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, Niterói, 2003. 83 f.

BASTOS, Milton Jorge Moreira. *Censura nunca mais: onde estão os livros censurados?* Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Artes e Comunicação Social, Niterói, 2008. 73 f.

BATTLES, Matthew. *A conturbada história das bibliotecas*. São Paulo, SP: Planeta do Brasil, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Mapa do analfabetismo no Brasil*. [s.n.]: Ministério da Educação: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003. Disponível em: <<http://www.oei.es/quipu/brasil/estadisticas/analfabetismo2003.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Instrução nº 01, de 24 de fevereiro de 1970. Esclarece os parâmetros para realização da Portaria nº 11-B, de 6 de fevereiro de 1970. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 fev. 1970. Seção I, p. 7. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1970/02/24>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

CHAFFE, Bruna Abatti. *A ditadura militar no Brasil e o controle da informação: relatos de censura nas bibliotecas da UFRGS*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2009. 61 f. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/22708>>. Acesso em: 7 mar. 2016.

FIORATTI, Gustavo. As páginas proibidas: lista de livros censurados pelos militares após o AI-5 revela critérios de apreensão. *Revista Pesquisa Fapesp*, São Paulo, n. 199, p. 83-85, set. 2012. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2012/09/082-085_censura_199.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2015.

GERMANO, José Willington. A Reforma Universitária. In: _____. *Estado militar e educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1994. p. 101-156.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. 2. ed. rev. e amp. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. *Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar: uma reflexão*. Rio de Janeiro, RJ: Interciência; Niterói, RJ: Intertexto, 2011.

LIMA, Kelly Pereira de. *Onde estão os livros censurados? : ainda os efeitos de 64 nas coleções de biblioteca*. 2016. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2016. Disponível em:

<<http://www.ci.uff.br/ppgci/arquivos/2016/disserta%C3%A7%C3%A3o/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Kelly%20Pereira%20de%20Lima%20PPGCI%202016.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LIMA, Marcia Heloisa Teixeira de Figueiredo Lima; BASTOS, Milton Jorge Moreira. Efeitos de 64: procurando os livros censurados em bibliotecas cariocas e fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11º, 2010. *Anais online...* Rio de Janeiro, RJ: ANCIB, 2010. Disponível em:

<<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/viewFile/3439/2565>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. *Censura de livros durante a ditadura militar 1964-1978*. 2003. 306 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2003. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7262>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

REIMÃO, Sandra. Fases do ciclo militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. *Anais online...* São Paulo, SP: Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.proin.usp.br/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e a circulação...” – censura a livros na ditadura militar. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 28, n. 80, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142014000100008>>. Acesso em: 03 jun. 2015.

RODRIGUES, Carolina Carvalho. *A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a Ditadura Civil-Militar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, Niterói, 2016. 99f.

RODRIGUES, Marcella Ludmila de Oliveira. *A censura na biblioteca central da Universidade de Brasília durante o regime militar*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2013. 55 f.

SOUZA, Ieda Maria de, et al. *Biblioteca universitária da UFSC: memória oral*. Florianópolis, SC: [s.n.], 2002. Disponível em:
<<http://www.bu.ufsc.br/design/MemoriaTexto.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2015.



ACERVOS PRIVADOS DE INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL: AS FONTES ECLESIÁSTICAS DE MACAÉ

Marcelo Marques de Oliveira*
Juliana Loureiro Alvim Carvalho**

Resumo: A importância da guarda e conservação de fontes documentais para investigação do passado e salvaguarda da memória não é nova. Consideradas na contemporaneidade como testemunho de uma época, não se revelam únicas, tendo em vista o desenvolvimento da história oral e de outras formas de acesso ao passado. Entretanto, as fontes documentais assumem, inegavelmente, um papel privilegiado como prova e testemunho de épocas passadas. Esse reconhecimento por parte do Estado e de suas instituições incentivou a organização dos primeiros arquivos públicos. Porém, muitos documentos não foram e não serão recolhidos para as instituições arquivísticas, mesmo sendo dotados de interesse público e social, conforme determina a Lei nº 8159 de 1991- Lei de Arquivos. Por tudo isso, este trabalho tem por objetivo ressaltar o Projeto Macaé em Fontes Primárias, no município de Macaé- RJ. Abordar-se-á, no entanto, os acervos eclesiásticos que receberam tratamento referente à higienização, identificação, digitalização e formação de um banco de dados, na época. Atualmente, essas imagens encontram-se sob custódia do Solar dos Mellos- Museu da Cidade de Macaé e da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). O resultado obtido com o Projeto foi a construção de um banco de dados e a digitalização de vinte e dois livros de batismo, oito de casamento e nove de óbitos, pertencentes aos séculos XVIII, XIX e XX. Tais registros são disponibilizados como mecanismo de incitação à pesquisa.

Palavra-Chave: Macaé. Acervos eclesiásticos. Salvaguarda. Preservação. Acesso.

Abstract: The importance of keeping and conserving documentary sources as a means of investigating the past and promoting endurance of memories is not new. Currently considered as witness of a time, they are not the only ones, sharing importance with oral history development along with other forms of accessing the past. Nevertheless, document sources stand as privileged proof and witness of gone times. This recognition by the federal government and its institutions encouraged the organization of the first public archives. However, many documents have not and will not be collected and kept in an archival institution, although they are of public interest as per Law no. 8159 of 1991 - Archive Law. Therefore, this study aims to focus on the "Macaé em Fontes Primárias" in Macaé - RJ. However, ecclesiastical archives that were treated as to cleaning, identification, digitalization and a data bank at that time will be analyzed. Today those images are under Solar dos Mellos (Macaé City Museum) and Salgado de Oliveira University (UNIVERSO) custody. The project resulted in the building of a data bank as well as the digitalization of twenty-

* Graduando em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Macaé, FAFIMA, Brasil.

** Mestra em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio. Atualmente é arquivista da Prefeitura Municipal de Macaé, lotada na Secretaria de Cultura.



two christening books, eight wedding books and nine obituary books from 18th, 19th and 20th centuries. such records are provided as a means of encouraging research

Keywords: Macaé. Ecclesiastical archives. Keeping. Preservation. Access.

1. INTRODUÇÃO

Nossa sociedade produz conhecimento, sendo as fontes documentais um papel privilegiado no que concerne à prova e testemunho atual e passado. Entretanto, para que essas fontes sejam disseminadas são necessários mecanismos arquivísticos relacionados à gestão e à preservação dos documentos.

Os documentos arquivísticos muitas vezes sofrem com o descaso do poder público e são marcados por situações de instabilidade e risco. Ao restringirmos o nosso campo de estudo para os documentos de natureza privada, que são aqueles “de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” (BRASIL, 20005, p.35), percebemos certas dificuldades com relação à questão de acesso, conforme lembra Costa (1998 apud Rodrigues e Lopes 2016, p.2)

No Brasil, o acesso a esse tipo de registro sempre foi uma questão complicada. Por mais que as constituições mais recentes assegurassem o direito à informação, a consulta a esses documentos se deu de forma gradativa e, inicialmente, esteve vinculada às políticas internas das instituições detentoras de acervos arquivísticos.

A Lei nº8.159 de 1991- Lei de Arquivo - que trouxe um estatuto jurídico para as instituições arquivísticas públicas, especificou em seu capítulo III que os documentos privados podem ser identificados pelo Poder Público como de interesse público e social, desde que sejam considerados como conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional.

Nessa perspectiva, encontramos os arquivos de igreja como fonte privilegiada de pesquisa e que acabam ficando sob custódia das instituições religiosas. Para Silva e Borges (2009, p.38), “os arquivos privados eclesiásticos são considerados um bem cultural da Igreja e, ao mesmo tempo, de interesse público e social, especialmente no que toca à pesquisa científica. ”

Os documentos privados eclesiásticos, no Brasil, estão ganhando cada vez mais importância como fonte de pesquisa para os mais diversos historiadores, principalmente pela grande variedade de informações que estes documentos apresentam. Eles abarcam principalmente os registros paroquiais de batismo, casamento e óbito, processos diversos,

livros-tombo das paróquias e correspondência, organizadas pelo nome das paróquias e em ordem cronológica. É perceptível a busca dos historiadores às instituições detentoras dessas fontes religiosas, como também de seus surpreendentes resultados produzidos no campo das Ciências Humanas e Sociais.

Os arquivos eclesiásticos oferecem material para o estudo de variados temas sobre a história de indivíduos, instituições e sociedade do período imperial e no primeiro século da experiência republicana no país. Essas fontes possuem uma importante função, a de servir à sociedade, pois “nenhum grupo social deixava de ser contemplado por registros paroquiais” (GUEDES, 2011, p.123).

É nesse contexto que, no ano de 2006, deu início ao *Projeto Macaé em Fontes Primárias*⁸⁵, que consistia em um apoio técnico para higienização, catalogação, fotografia e digitalização dos registros eclesiásticos de Macaé e uma parte da documentação judiciária.

Essas fontes primárias existentes em acervos, que estavam sob a guarda de diferentes instituições privadas localizadas no município ou em arquivos existentes em outros municípios, referendavam o interesse da história macaense.

Destarte, o objetivo deste artigo é apresentar o Projeto Macaé em Fontes Primárias, especificamente o trabalho realizado com as fontes eclesiásticas do município de Macaé. Para tanto, procedeu-se uma pesquisa no Solar dos Mellos - Museu da Cidade de Macaé, além do uso de livros e trabalhos relacionados com a temática para compor este artigo.

Diante disso, espera-se que este trabalho possa promover novas pesquisas referentes ao tema e disseminar esses acervos, que constituem documentos privados de interesse público e social.

⁸⁵Projeto em parceria com a extinta Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico (SEMAPH) e professores do Curso de Pós-Graduação da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói). As informações obtidas a respeito do Projeto Macaé em Fontes Primárias tiveram por base a pesquisa documental aos relatórios e ao projeto propriamente dito.

2. O PROJETO MACAÉ EM FONTES PRIMÁRIAS: OS ACERVOS ECLESIÁSTICOS

A construção dos objetivos auxilia no direcionamento da pesquisa, conduz a investigação a ser feita e esclarece o que se pretende realizar. Para isso, o pesquisador deve possuir “suficiente habilidade no sentido de adequar as oportunidades oferecidas a objetivos adequados” (GIL, 2008, p.36).

O objeto de investigação deste trabalho é o Projeto Macaé em Fontes Primárias, que na época possuía por finalidade recuperar as fontes dotadas de valor secundário pertencentes ao município de Macaé. Reunindo-se, assim, diversos documentos de natureza eclesiástica, jurídico-cartoriais e privados, datando dos séculos XVIII, XIX e XX, que estavam espalhados e, muitas vezes, sem conservação e em condições precárias com relação à preservação.

O projeto fundamentalmente propunha um plano de pesquisa, no qual os documentos eclesiásticos, judiciários e privados seriam: higienizados, acondicionados, arranjados, digitalizados e, por fim, disponibilizados para a pesquisa, por meio da formação de um banco de dados.

O convênio entre a equipe de professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/Niterói) e os servidores da extinta Secretaria Municipal de Acervo e Patrimônio Histórico (SEMAPH) - Prefeitura Municipal de Macaé auxiliou no apoio técnico, com relação ao tratamento dos documentos eclesiásticos e judiciário. Posteriormente, surgiu um subprojeto com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) que visava formar, organizar, manter, incrementar e disponibilizar virtualmente, em um website, a documentação eclesiástica sobre Macaé. Uma vez formado, o acervo digital seria concedido a pesquisadores cadastrados para consultas na internet, através do Laboratório de Acervo e Documentação Histórica (LADOCH) da UNIVERSO.

Portanto, os documentos a serem apresentados neste artigo são os documentos eclesiásticos, que consistiam em registros de: óbito, casamento e batismo, com extrema relevância para a história do município de Macaé, além de serem as fontes documentais mais antigas encontradas.

2.1. Arquivos Eclesiásticos

Apesar de os arquivos eclesiásticos serem, notavelmente, de interesse público e social, não há muitos estudos no Brasil referente a eles. Isso se deve em muito pelo fato de o Brasil não ter um projeto político totalmente voltado para a identificação e para o diagnóstico dos arquivos eclesiásticos brasileiros, possuindo, no máximo, convênios com centros universitários, a fim de salvuardá-los, como salienta (SANTOS, 2007).

Apesar da existência da Lei de Arquivos, que destaca em seu capítulo 3 sobre os arquivos privados de interesse público e social, especificamente no Art. 14, no que tange ao acesso a esses documentos, muitas vezes os pesquisadores não conhecem as medidas de acessibilidade aos arquivos eclesiásticos, bem como sua definição de classificação do que é secreto. Podendo acontecer também de a documentação ser negada, em decorrência de decisões locais, o que pode provocar problemas na pesquisa científica (SILVA e BORGES, 2009).

Nesta perspectiva, os arquivos eclesiásticos que se encontram sob guarda da Igreja não só relatam a memória da Igreja enquanto instituição, mas também como patrimônio cultural nacional e, ao mesmo tempo, de interesse público e social, especialmente no que tange à pesquisa científica. “Contudo, a classificação de um arquivo privado como de interesse público e social não assegura o direito ao acesso a esse arquivo, pois a legislação delega aos seus detentores a decisão de liberá-los à pesquisa.” (SILVA; BORGES, 2009, p.2).

Certamente, há uma necessidade de discussão na área arquivística a respeito desses documentos, de forma que os torne mais acessíveis aos pesquisadores, uma vez que esse patrimônio documental é de extremo valor para a historiografia brasileira.

Na próxima seção, destacar-se-á a importância que foi ofertada a essas fontes no município de Macaé.

2.2. *Importância dos documentos eclesiásticos do município de Macaé*

As fontes eclesiásticas referentes ao município de Macaé são vastas e valiosas, entretanto sofrem com o descaso, não só das instituições que as mantêm como também do próprio município, pois são poucos os projetos que salvuarem essas fontes. O próprio projeto *Macaé em Fontes Primárias* é pioneiro em sua proposta de incentivar pesquisas sócio-culturais através desses documentos. A necessidade de projetos que zelem por esses documentos é de caráter urgente, uma vez que muitos se encontram em condições precárias.

Os documentos eclesiásticos do município de Macaé são de grande importância para tornar mais reconhecido o papel do município na história do país, por numerosas razões. De acordo com Santos (2006, p.4), “uma das razões que justifica o estudo dos arquivos eclesiásticos é o fato das instituições religiosas católicas custodiarem os primeiros registros civis no país. ”

De um ponto de vista mais generalizado, os documentos eclesiásticos são considerados extremamente valiosos por portarem uma grandiosa memória nacional, devido ao regime político de sua época, onde a Igreja Católica tinha um monopólio praticamente exclusivo na produção e na manutenção dos documentos de natureza arquivística, ao menos até a promulgação do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890. Até então, os documentos eclesiásticos se mesclavam em muito com os documentos do governo civil, fazendo com que atualmente os documentos eclesiásticos se tornassem um importante complemento às fontes arquivísticas de origem civil.

Dito isto, é compreensível a busca dos historiadores às instituições guardiãs dessas fontes religiosas, como também de seus surpreendentes resultados produzidos no campo das Ciências Humanas e Sociais. Afinal, essas fontes oferecem material para o estudo de variados temas sobre a história de indivíduos, instituições, como também da sociedade do período imperial e do primeiro século da experiência republicana no país.

Segundo Bacellar (2005, p. 40),

O uso dos registros de batismo, casamento e óbito sempre foram essenciais para os genealogistas, mas, a partir da década de 1960, os demógrafos historiadores e historiadores da população passaram a usar tais fontes de maneira bastante intensa alcançando resultados expressivos na análise dos padrões demográficos de populações do passado. Maria Luiza Marcílio trabalhou com os registros paroquiais da pequena vila caiçara de Ubatuba para identificar os comportamentos demográficos de populações humildes de nosso passado colonial, relacionando-os com o processo de ocupação da terra. Sheila de Castro Faria, autora de *A colônia em movimento*, alcançou resultados instigantes ao analisar a população de Campos pela ampla coleta dos registros paroquiais e de testamentos. Merece destaque, ainda, a importante obra de John Monteiro, *Negros da terra*, que fez uso desses registros para a difícil tarefa de reconstituir a população de índios administrados em São Paulo colonial. Para

período mais recente, a historiadora Maria Luiza Andreazza também recorreu aos registros paroquiais para entender uma comunidade de imigrantes ucranianos no Paraná, com resultados bastante interessantes.

Processos e devassas eclesiásticos também foram largamente usados pelos mais diversos historiadores preocupados com os projetos moralizadores da Igreja direcionados aos indivíduos e às famílias. Fernando Torres Londõno, autor de *A outra família*, usa devassas e processos de divórcio para elaborar importante estudo sobre o concubinato na Colônia, ao passo que Eliana Goldschmidt levanta as enormes séries de processos de dispensas matrimoniais da Cúria de São Paulo para nos revelar os meandros dos casamentos mistos em nosso passado colonial. Luciano Figueiredo, com base na análise das devassas eclesiásticas, desvenda aspectos detalhados da vida familiar de Minas Gerais no século XVIII.

Entretanto, esses acervos religiosos muitas vezes estão em situações precárias para a sua preservação e sob o risco de serem descartados, como também, dependentes da “boa vontade” de seus detentores, quanto ao acesso do pesquisador. Os documentos mais célebres e de maior volume são os da Igreja Católica. A documentação começa nos séculos XVI e XVII, de maneira bem dispersa, até que no século XVIII se torna mais frequente. Embora outras ordens religiosas tenham também produzido documentos importantes e ricos para a pesquisa, eles acabam por ter um acesso difícil e, algumas vezes, ainda mais precário, segundo Barcellar.

A partir do trabalho desenvolvido pelo Projeto Macaé em Fontes Primárias, foi possível perceber que essas fontes eclesiásticas possuem importantes informações sobre Macaé, sejam elas: sociais, econômicas, políticas, culturais, ou pela posição geográfica em que o município se encontra; uma vez que ganhou a condição de vila em 1813 e por ser localizada entre Campos dos Goytacazes e o Recôncavo da Guanabara, sendo um relevante entreposto comercial. Mas o valor se dá, principalmente, pelo fato de estas fontes serem em grande parte inéditas, com possibilidades de novas pesquisas e abordagens históricas de Macaé, em grau local ou regional.

Logo, é perceptível a real importância dos documentos eclesiásticos para o município de Macaé, sendo o seu potencial como fonte de pesquisa inegável. Embora haja poucas pesquisas utilizando essas fontes documentais nos últimos anos, os poucos

estudos que existem conseguiram recompor informações sobre fenômenos sociais, políticos e econômicos.

3. METODOLOGIA

O Projeto Macaé em Fontes Primárias teve início no ano de 2006. Os bancos de dados foram elaborados para a documentação eclesiástica. No que tange aos registros de batismo, casamento e óbito, a organização foi realizada por paróquia e cada banco de dados foi acompanhado de um guia de instrução, que consistiu na descrição pormenorizada dos campos e da natureza da informação neles incluídos.

Os documentos textuais continuaram sob custódia das igrejas e as imagens pertencentes à Paróquia Nossa Senhora das Neves estão disponíveis no Solar dos Mellos – Museu da Cidade de Macaé⁸⁶. Algumas pesquisas são atendidas utilizando essas imagens, porém, há desconhecimento por parte dos cidadãos acerca desse acervo.

Os acervos eclesiásticos reunidos para a criação dos bancos de dados contemplavam, em maioria, arquivos de batismos, óbitos e casamentos; todos os acervos procederam das paróquias presentes na região macaense e de seu entorno, sendo elas:

- a) Nossa Senhora das Neves: registros de batismo, óbito e casamento
- b) Nossa Senhora da Conceição de Macabu: registros de batismo, óbito e casamento
- c) São João Batista de Macaé (Matriz): registros de batismo, óbito e casamento
- d) Batismos de São José do Barreto: registros de batismo, óbito, casamento e óbitos de Filhos de Mulher Escrava nascidos depois da Lei de 1871
- e) Fontes Eclesiásticas de Quissamã e Nossa Senhora da Conceição de Carapebus: registros de batismo, óbito e casamento
- f) Outras Fontes Eclesiásticas
- g) Nossa Senhora das Neves: registros de batismo, óbito e casamento
- h) Nossa Senhora da Conceição de Macabu: registros de batismo, óbito e casamento
- i) São João Batista de Macaé (Matriz): registros de batismo, óbito e casamento
- j) Batismos de São José do Barreto: registros de batismo, óbito, casamento e óbitos de Filhos de Mulher Escrava nascidos depois da Lei de 1871

⁸⁶ Solar dos Mellos - Museu da Cidade de Macaé criado por meio da Lei nº2.463/2004. Disponível em: <[http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/sim/midia/anexolegislaao/\(Lei-2463-2004\)_Lei%202463-2004.pdf](http://sistemas.macaee.rj.gov.br:84/sim/midia/anexolegislaao/(Lei-2463-2004)_Lei%202463-2004.pdf)>. Acesso em 25 de outubro de 2016.

- k) Fontes Eclesiásticas de Quissamã: registros de batismo, óbito e casamento
 l) Nossa Senhora da Conceição de Carapebus: registros de batismo, óbito e casamento

3.1. *Registros de Batismo, Casamento e Óbito*

O seguinte quadro constitui uma relação referente a disponibilidade de fontes paroquiais de batismo, casamento e óbitos por localidade, o número de volumes e o período abrangido pela documentação; dos arquivos eclesiásticos de algumas das paróquias que cederam seus acervos:

Paróquia de Nossa Senhora das Neves		
Tipo	Nº de Volumes de Livros	Período
Batismo	25	1808-2001
Casamento	10	1848-2001
Óbitos	8	1809-1888
Batismo (1)	1	1856-1860
Óbitos (1)	1	1886-1892
Subtotal	45	
Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Macabu		
Tipo	Nº de Volumes de Livros	Período
Batismo	32	1855-1952
Casamento	6	1848-1953
Óbitos (1)	1	1879-1882
Óbitos	6	1855-1900
Subtotal	45	
Igreja Matriz de São João Batista de Macaé		
Tipo	Nº de Volumes de Livros	Período
Batismo	90	1812-2001
Casamento	22	1875-2001
Óbitos	12	1817-1895
Subtotal	124	
Paróquia de São José do Barreto (1)		
Tipo	Nº de Volumes de Livros	Período
Batismo	4	1859-1909
Casamento (1)	1	1968-1903
Óbitos	2	1868-1888
Óbitos de filhos de mulher escrava nascidos depois de da Lei de 1871 (1)	1	1872-1888
Subtotal	8	

Quadro 1- Volume de livros de batismo, casamento e óbito. Fonte: Elaboração própria, com base no Projeto Macaé em Fontes Primárias.

3.2. Outras Fontes Eclesiásticas

Além das fontes paroquiais de batismo, casamento e óbito, os acervos eclesiais reunidos na região macaense guardam outros tipos de fontes, que também foram tratadas pelo *Projeto Macaé em Fontes Primárias*, entretanto não disponível em seu acervo digital, conforme o quadro:

Igreja Matriz de São João Batista de Macaé		
Documento	Volumes	Período
Livro de Inscrição dos Irmãos da Irmandade de São João Batista de Macaé	1	1843-1860
Livro de Relatórios dos Provedores da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Macaé	1	1869-1901
Livro de Recibos Originais das Despesas da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Macaé	1	1879-1893
Livro de Compromissos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Macaé	1	1894
Livro de Atas da Irmandade do Santíssimo Sacramento de São João Batista de Macaé	1	1895-1901
Livro de Registros das Posturas Circulares/Provisões do Governo	1	1898-1954
Livro de Matrícula da Associação da Doutrina Cristã da Matriz de São João Batista de Macaé	1	1912
Livro de Ata da Irmandade de São Benedito	1	1913-1914
Livro de Ata das Reuniões do Apostolado do Sagrado Coração de Jesus	1	1932-1933
Livro de Crismas	9	1955-2001
Processos Matrimoniais	21	1973-1994
Livro de Primeira Eucaristia	1	1983-2001
Recibos	2	1893-1995
Comunicado mensal	1	1990-1992
Recibos de Notas Fiscais	2	1993-1994
Subtotal	45	
Paróquia de Nossa Senhora das Neves		
Documento	Volumes	Período
Livros de Atas	3	1899-1956
Subtotal	3	
Paróquia de São Sebastião do Sana		
Documento	Volumes	Período

Escritura do Terreno da Capela do Sana, Freguesia do Frade	1	1900
Subtotal	1	
Total	49	

Quadro 2 – Outras Fontes Eclesiásticas. Fonte: Elaboração própria, com base no Projeto Macaé em Fontes Primárias.

4. CONCLUSÃO

Percebemos que o estudo dos arquivos eclesiais ainda está em processo de evolução, no que se diz respeito ao seu uso, tanto no meio acadêmico quanto no historiográfico.

Entretanto, as pesquisas produzidas são notórias, por conseguirem reconstruir elementos pertencentes a naturezas sociais, políticas e econômicas de grupos sociais. Porém, referente a sua conservação, os arquivos eclesiais ainda são tratados com descaso por muitas organizações que os mantêm, ou seja, são vislumbrados como papéis velhos e sem utilidade.

De fato, é alarmante a forma com que esses arquivos são tratados, uma vez que eles são arquivos seculares, unos, e quase que inteiramente detentores dos únicos registros escritos nos primeiros quatro séculos da história nacional.

Outro agravante é a disponibilidade desses documentos para a pesquisa; os responsáveis desses arquivos muitas vezes não permitem o seu acesso, mesmo que os documentos sejam identificados como de interesse público e social. Ignora-se, assim, a legislação arquivística.

Assim sendo, podemos perceber a importância do *Projeto Macaé em Fontes Primárias* em toda a sua plenitude, onde as ações de preservação e transmissão desses documentos para a utilização permanente e duradoura foi uma forma de investir no futuro. Visto que o município de Macaé sofre com a escassez de estudos acadêmicos e de projetos que promovam a produção e o avanço de conhecimento histórico regional, esses documentos da região foram e são utilizados de forma que se resgate o passado, para servir ao presente e ao futuro, em prol da educação de vários cidadãos e da criação de uma consciência arquivística dentro do Estado.

Portanto, para que novas pesquisas sejam fomentadas, são necessárias maiores iniciativas por parte do Poder Público de Macaé e da comunidade acadêmica do

município, a fim de disseminar a quantidade significativa de documentos pertencentes e disponíveis à sociedade.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário Brasileiro de Terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações Técnicas; nº 51).

BORGES, Jussara; SILVA, Ana A. G. *Arquivos Secretos Eclesiásticos em Salvador*. Inf. Inf., Londrina, v. 14, n. 2, p. 38 - 61, jul./dez. 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/Arquivos%20secretos%20eclesi%C3%A1sticos%20em%20Salvador.pdf>. Acesso em: 15/08/2017.

BRASIL. *Lei nº 8.159*, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 15/08/2017.

BRASIL. *Lei n. 12.527* de 18 de novembro de 2011. Dispõe sobre o dever do Estado de garantir o direito de acesso à informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 15/08/2017.

BRASIL. *Decreto nº 119-A*, de 07 de janeiro de 1890. Proíbe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em matéria religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d119-a.htm. Acesso em: 15/08/2017.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Roberto. Macaé: usos do passado e sentidos da história local. In: AMANTINO, Márcia (Org.) et al. *Carlos Povoamento, catolicismo, e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. 1.ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 121-147.

KNAUSS, Paulo. Macaé: usos do passado e sentidos da história local. In: AMANTINO, Márcia (Org.) et al. *Carlos Povoamento, catolicismo, e escravidão na antiga Macaé (séculos XVII ao XIX)*. 1.ed. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011. p. 15-27.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Cristian José Oliveira. *Os Primeiros Arquivos Eclesiásticos Brasileiros (1551-1854): Diagnóstico*. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v.3, n.1, p.25-44, janeiro-junho de 2007. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/28/48>>. Acesso em: 15/08/2017.



CARTAS NO CÁRCERE: REFLEXÕES SOBRE A ESCRITA EM CONTEXTOS LIMÍTROFES

Camilla Campoi de Sobral*
Patricia Ladeira Penna Macêdo**

Resumo: O presente trabalho busca construir um diálogo interdisciplinar entre a Arquivologia e a Antropologia das Emoções de forma a potencializar as maneiras de se pensar as emoções em arquivos pessoais. Os conhecimentos oferecidos pelos aportes teóricos das Ciências Sociais sobre emoções instrumentalizam o arquivista na compreensão das gramáticas afetivas tão recorrentes nos documentos que abordam aspectos da intimidade. Um arquivo pessoal é o registro criado por um indivíduo para organizar sua vida em sociedade e apresenta em seus documentos os seus afetos, desafetos e expressões de sentimentos. Consideramos também que, além de abrigar as muitas personas do produtor, um arquivo pessoal é produto do contexto no qual o indivíduo esteve inserido no momento da gênese documental. A partir desses parâmetros, entendemos que arquivos produzidos em contextos limitados pela inserção do indivíduo em espaços restritivos ou de exceção merecem uma delimitação e um tratamento apropriado. Dessa forma, os contextos restritivos condicionam a produção documental a partir de elementos que reconfiguram as atividades e formas de expressão do produtor em seus documentos. Para relacionar as questões acima propostas, em termos metodológicos, apresentaremos os resultados parciais da pesquisa qualitativa realizada nas cartas escritas por Lúcia Velloso Maurício no período em esteve presa entre 1971-1974 durante a ditadura militar no Brasil. As análises realizadas em arquivos pessoais de presos políticos objetivam identificar os padrões e referências da gênese documental em ambientes restritivos e como se condiciona a manifestação de emoções na nesses documentos.

Palavras-chave: Antropologia das Emoções. Arquivos Pessoais. Cartas.

Abstract: The present work seeks to build an interdisciplinary dialogue between the Archival Science and the Anthropology of Emotions in order to potentiate the ways of thinking the emotions in personal archives. The knowledge offered by the theoretical contributions of the Social Sciences on emotions instrumentalizes the archivist in the understanding of the affective grammars so recurrent in the documents that deal with aspects of intimacy. A personal archive is the record created by an individual to organize his life in society and presents in his documents his affections, dislikes and expressions of feelings. We also consider that, in addition to housing the producer's many personas, a personal archive is a product of the context in which the individual was inserted at the moment of documentary genesis. From these parameters, we understand that files produced in contexts limited by the insertion of the individual in restrictive

* Cursa mestrado em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense - PPGCI/UFF. Arquivista na empresa Grifo projetos Históricas e Editoriais Ltda.

** Doutoranda em Ciência da Informação – PPGCI/UFF; Professora assistente do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Mestre em História Social – PPGHIST/UFF.



or exceptional spaces deserve a delimitation and an appropriate treatment. In this way, the restrictive contexts condition the documentary production from elements that reconfigure the activities and forms of expression of the producer in his documents. To relate the above questions, in methodological terms, we will present the partial results of the qualitative research carried out in the letters written by Lúcia Velloso Mauricio in the period in which she was imprisoned between 1971-1974 during the military dictatorship in Brazil. The analyzes carried out in personal archives of political prisoners aim to identify the patterns and references of documentary genesis in restrictive environments and how the manifestation of emotions in those documents is conditioned.

Keywords: Anthropology of Emotions. Personal archives. Letters.

1. INTRODUÇÃO

As relações entre memória e poder estão presentes quando pensamos a respeito do que deve ser lembrado e o que será esquecido. As memórias subterrâneas que Pollak (1989) discute em “Memória, esquecimento e silêncio”, são a oposição às legítimas memórias coletivas e figuram fora da memória que é colocada como referência ao passado, e que articulam a coesão e a identidade social.

Nesse sentido, as políticas de memória representam as noções que permitem que algo seja lembrado ou esquecido. São elas, que atuam no processo de reconhecimento de memórias subterrâneas como parte de uma memória oficial.

A Memória oficial tem espaços socialmente reconhecidos para a sua articulação, um destes espaços é o Arquivo Nacional de cada país, pois desde sua criação estes espaços constituem um imaginário de mantenedores e preservadores dos documentos que dizem respeito à história de um país. Esse imaginário que permeia o Arquivo criou a associação de que arquivos são memórias, o que reforça o reconhecimento social de que estes espaços são mantenedores daquilo que deve ser lembrado.

Em um artigo dedicado as cinco proposições da memória social, a pesquisadora Jô Gondar, em uma terceira proposição afirma que a memória implica o esquecimento e reforça a mesma como construção processual escrita e reescrita, na qual, as perdas são indispensáveis para as transformações da memória.

Nesse sentido, evocamos a quarta proposição citada por Gondar que afirma que a memória articula identidade individual e coletiva e, portanto, também diz respeito a produzir e manter uma identidade que se deseja ao promover o esquecimento daquilo que destoa.

As Políticas de Memória são políticas públicas que geram instrumentos para viabilizar uma memória pública oficial. Como exemplo desta configuração, podemos citar o caso da Ditadura Civil-Militar Brasileira (1964-1985) que representou um período de forte repressão, violência e desumanidade e que foi oficialmente esquecido por meio da Lei de Anistia (Lei 6.683/79), que anistiou aqueles que tiveram seus direitos políticos suspensos, servidores públicos, militares, dirigentes e representantes sindicais punidos com fundamento nos atos institucionais e complementares do regime militar. Nesse

sentido, segundo Selligmann-Silva (2006) a anistia proposta decretou a suspensão de toda tentativa de justiça.

Segundo Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (2011, p. 113), “a palavra anistia remete à amnésia, esquecimento, ou melhor dizendo, proibição de recordar”, essa definição reforça a tentativa de esquecimento que se configurou com a Lei 6.683/79. A referida Lei denota uma tentativa de esquecimento e de proibição de recordar, no qual a memória e testemunhos daqueles que foram alvo da repressão ocuparam um lugar subterrâneo, e que se fez necessária a articulação de diversos fatos políticos sociais para uma ação de política de memória que possibilitasse a reivindicação destas memórias como parte da memória social.

Andreas Huyssen (2000) recupera por meio de um ditado judaico a ideia de redenção pela memória, no qual: “o segredo da redenção é a memória”. Nesse sentido, a abertura dos Arquivos da Ditadura e todas as iniciativas de reparação que se configuraram após a promulgação da Lei de Anistia representam esse exercício de redenção que Huyssen (2000) nos apresenta, no qual memórias que foram silenciadas quando alcançam amplitude reivindicam um espaço para sua articulação e que podem configurar-se como registros de reparação aos discursos silenciados.

Entre as diversas iniciativas de reparação proporcionadas por uma política de memória que se configura com a abertura dos Arquivos da Ditadura e as iniciativas relacionadas, destacamos o lançamento do edital público de “Chamamento de Acervos 001/2009”, realizado pelo projeto Memórias Reveladas. Com o objetivo de sensibilizar a sociedade brasileira para a necessidade de doação de acervos sobre o período do regime militar, o edital possibilitou a chegada, no Arquivo Nacional do Brasil, em 2010, de diversos arquivos pessoais de militantes e ex-presos políticos do período. Essa iniciativa amplia a busca por alternativas aos chamados documentos institucionais, principalmente em acontecimentos traumáticos de nossa história e permitem a preservação também de registros da memória individual.

Um arquivo pessoal é o registro criado por um indivíduo para organizar sua vida em sociedade e apresenta em seus documentos os seus afetos, desafetos e expressões de sentimentos. Consideramos também que, além de abrigar as muitas *personas* do produtor, um arquivo pessoal é produto do contexto no qual o indivíduo esteve inserido no momento da gênese documental. O acervo que propomos detalhar no âmbito deste artigo,

foi doado ao Arquivo Nacional pela própria titular – Lúcia Velloso Maurício e seus documentos correspondem ao período de 1971 a 1979, sendo eles textuais e fotográficos, destacando-se a expressiva quantidade (mais de duzentas) cartas escritas no período em que Lúcia esteve presa durante a ditadura.

Nosso objetivo neste artigo, que é parte das reflexões decorrentes do desenvolvimento do projeto de pesquisa: *Produção Intelectual sobre os arquivos pessoais*, situado no escopo do Laboratório de Estudos em Cultura Documental Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS), é problematizar os arquivos pessoais frente ao seu contexto de produção. Ao entendermos a diversidade de tais conjuntos, acreditamos que os documentos que os compõem são produzidos para representar ações e funções da entidade que lhes deu origem, e, por isso, podem apresentar signos comuns de seu tempo através de circunstâncias sociais vividas. A partir desse entendimento, chamamos a atenção para a instrumentalização que os aportes teóricos interdisciplinares podem oferecer para a correta interpretação dos contextos. Estas análises e reflexões são fundamentais para o processo de conhecimento do produtor e das ações que permeiam a gênese documental.

2. EMOÇÕES EM DOCUMENTOS PESSOAIS

Os documentos pessoais são registros de ações e atividades do produtor no decurso de sua vida e seu cotidiano, e funcionam como prova de suas ações. No entanto, existe certa dificuldade no reconhecimento do *status* arquivístico desses conjuntos documentais.

No que diz respeito ao conceito de arquivo pessoal, podemos afirmar que são constituídos por documentos de arquivos, uma vez que são produzidos para representar ações e funções da entidade que lhes deu origem e refletem, assim, o seu contexto de produção. Nesse sentido, são documentos naturalmente nascidos a fim de cumprirem determinada atividade/função. A complexidade encontra-se justamente no fato do indivíduo desempenhar diversas atividades no decurso de sua vida, e a produção documental decorrente não estar determinada por normas institucionais, bem como a sua acumulação e/ou descarte.

No caso dos arquivos pessoais, a subjetividade, à vontade e a expressão individual do produtor são refletidas nos documentos, tornando-os múltiplos e diversificados.

Reconhecidos como a forma registrada da vida do indivíduo em sociedade, onde suas funções e atividades nem sempre são fáceis de serem dissociadas, tornam-se um desafio para o arquivista no processo de representação – a descrição arquivística.

O entendimento presente na área de que, para arquivos pessoais, uma única formulação teórica não supriria todas as necessidades individuais, e que “cada caso é um caso”, também dificulta alcançar um consenso sobre as formas de abordagem e tratamento. Essa premissa levou inclusive a pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo (2009) a utilizar-se do pleonasma em seu artigo *Arquivos pessoais são arquivos*.

A fim de garantir lastro às diferentes possibilidades de interpretação que a leitura de seu conteúdo pode suscitar ao longo do tempo, os arquivos de pessoas devem ser tratados como arquivos, isto é, devem ficar ancorados ao contexto em que foram produzidos. Quando se subverte essa relação, ou seja, quando o potencial de uso, tomado em sua inesgotável e imponderável magnitude, entra como componente do tratamento dos arquivos, substituindo as ações que justificaram sua produção, os documentos perdem o efeito de representatividade que os singulariza (CAMARGO, 2009, p.36-37).

A preocupação tardia dos arquivos pessoais no escopo teórico da Arquivologia - que tradicionalmente dedicou-se aos arquivos institucionais - relegou os arquivos pessoais aos cuidados das bibliotecas e dos bibliotecários, conforme destacou Terry Cook (1992). Essa responsabilidade adquirida pelas bibliotecas, em preservar e guardar os arquivos pessoais, gerou impactos no tratamento dado a esses conjuntos que, sob custódia da divisão de manuscritos das bibliotecas, eram organizados a partir de coleções.

Esse estatuto estabelecido historicamente manteve-se duradouro nas agendas arquivísticas, uma vez que a primeira definição para arquivos pessoais só aparece em um manual no ano de 1928, na obra do italiano Eugenio Casanova.

Apesar dos esforços iniciais, a área só reconhece e se detém na produção de conhecimento para esses acervos a partir das iniciativas que permitiram a institucionalização dos documentos pessoais e o seu uso mais amplo pelos usuários. Este processo facilitou a inserção de tais arquivos na pauta de discussão dos arquivistas, que até então se dedicavam majoritariamente aos arquivos institucionais.

As particularidades inerentes aos arquivos pessoais, em muitos casos representados pela variedade de gêneros e tipos documentais possibilitou a explicitação das dificuldades

no tratamento documental destes conjuntos, assim como a dificuldade de delimitação do mesmo. Vale ressaltar, que em sua maioria, esses arquivos são compostos predominantemente por correspondências, e o tratamento documental destinado às cartas sempre se apresentou como um desafio.

Nesse caso, abordagens interdisciplinares são alternativas, ao iluminarem aspectos próprios dos documentos pessoais. Segundo Bellotto (1998, p.108), esses arquivos são “interdisciplinares por excelência, dando motivos a infinitas abordagens e olhares”.

Essa perspectiva oferece aos arquivistas uma nova forma de abordagem dos arquivos. A partir de um diálogo interdisciplinar, poderia suprir lacunas quanto à diversidade documental dos arquivos pessoais. De acordo com Elisabeth Kaplan (2002, p.209 – tradução nossa), os arquivistas podem fazer comparações significativas lendo fora de seu campo de disciplina, e em relação ao tratamento às cartas, o diálogo com a História, com a Antropologia, com a Sociologia, Linguística e Psicologia poderiam ser de singular contribuição, uma vez que tais ciências compartilham características-chave com os arquivos no que tange a preocupação com questões de representação, descrição e cultura.

Nesse contexto, os estudos sociais produzidos sobre as emoções podem instrumentalizar o arquivista e o pesquisador na compreensão das gramáticas afetivas presentes nos registros íntimos recorrentes nesses conjuntos. O arquivo pessoal é criado pelo indivíduo para atender sua vida em sociedade e, invariavelmente, apresentará testemunhos de afetos, desafetos e a expressão de sentimentos.

Longe de pretender realizar uma análise sociológica sobre os documentos de um arquivo pessoal, o nosso intento, nesse artigo, é o de demonstrar a possibilidade de utilização de uma orientação teórica capaz de fornecer instrumentos possíveis para capturar as informações e relações dos contextos que envolvem a gênese da produção documental.

Os documentos pessoais concebidos em contextos diversos se encaixam para formar um cenário que compõe a intimidade, exigindo uma “reeducação do olhar” a fim de identificar conexões contextuais fortemente marcadas pelos códigos, signos e gramática social.

Nosso entendimento de “reeducação de olhar” indica a necessidade de uma interlocução entre os contextos que permeiam a construção do arquivo e o produtor, para além das subjetividades e por meio da alteridade. O antropólogo Roberto DaMatta, ao ressaltar a alteridade, afirma:

De como nós, do alto da nossa chamada modernidade, necessariamente criamos paradoxos e “outros” produzidos por nossas práticas sociais, esses “outros” que – tal como ocorre com os documentos – podem eventualmente se voltar contra nós. Pois tudo o que fazemos tem a ver com a escrita e, ademais, é fixado numa escritura (DAMATTA, 2005, p.57).

Nesse sentido, da mesma forma que a Antropologia estuda as comunidades por meio da questão da alteridade, cabe aos arquivistas esse repensar na sua prática diária de construções de representações. Em seu mais fino trato, esse tratamento deve identificar os contextos que permeiam a gênese e também o conhecimento do produtor desses documentos.

O processo de construção das emoções como objeto de estudo social é longo e remonta aos esforços pioneiros das Ciências Sociais como área do saber. Embora a questão das emoções apareça em trabalhos de antropólogos e cientistas sociais, essa figuração é muitas vezes secundária. A presença dos afetos sempre foi identificada como parte da vida social, sem, no entanto, representar um objeto autônomo de investigação.

Esse quadro deve-se, sobretudo, ao *status* dúbio das emoções; embora elas estejam presentes como elementos da interação social, também são vistas como realidades psicobiológicas, relativas à experiência do individual como fenômenos subjetivos, mesmo que as sociedades regulassem a sua expressão. Sendo assim, eram vistas como de interesse prioritário da Psicologia.

Mesmo como tema controverso, as emoções foram analisadas por sociólogos clássicos, como Émile Durkheim e Georg Simmel. Ambos fizeram considerações significativas no sentido de mudar essa perspectiva. Apesar de seus textos abordarem as emoções como campo subjetivo, cada um por seu caminho demonstra que existem sentimentos produzidos socialmente, nas relações sociais, e que possuem efeitos significativos nas interações e na coletividade. Assim, em seus estudos, as emoções ganham *status* de elementos sociais.

Nesse âmbito, vale destacar o sociólogo francês Marcel Mauss, que contribuiu para avançar a reflexão em torno da relação indivíduo-sociedade. Em um artigo em que analisa os ritos funerários australianos, o autor observa que as expressões de sentimentos - como gritos, lamentos ou lágrimas - são uma externalização de sentimentos internos, mas também obedecem a uma gramática social pertinente ao grupo social no qual está inserido. Desta

forma, a expressão de sentimentos é uma linguagem pela qual o indivíduo comunica aos outros o que sente em um código comum, socialmente entendido e validado, e, ao mesmo tempo, também comunica a si mesmo aquilo que sente.

O estudo das emoções ganhou força a partir de 1970, através de uma abordagem interpretativa da Antropologia. Nessa perspectiva, a noção de cultura como padrões de comportamento foi repensada e definida a partir do pensamento de teias de significados, transmitidas por símbolos e interpretadas de maneira específica de sociedade para sociedade. Esses trabalhos também enfatizaram a articulação entre emoção e concepções de pessoa com as esferas da moralidade, estrutura social e de relações de poder.

O desenvolvimento da Antropologia das Emoções como campo deu-se efetivamente nos Estados Unidos, a partir de meados da década de 1980. O marco foi a publicação de um texto que tornou-se referência obrigatória nesses estudos: o trabalho de Michelle Rosaldo (1984), que aborda a influência da perspectiva interpretativista de Clifford Geertz sobre o estudo antropológico dos afetos. A autora, com base em diversas comparações de cunho etnográfico com material obtido em trabalho de campo junto aos *Ilongot*⁸⁷, demonstra como a cultura (em sua dimensão pública e simbólica) interfere na experiência psicológica dos indivíduos.

A autora adota como ponto central “o reconhecimento do fato de que o sentimento sempre recebe sua forma através do pensamento, e de que o pensamento é carregado de sentidos emocionais” (ROSALDO, 1984, p.143, tradução nossa). Em uma tentativa de esclarecer a fronteira entre pensamento e sentimento, a autora conclui que os sentimentos são práticas sociais, estruturadas pelas formas de compreensão e concepção do corpo, do afeto e da pessoa (estas, por sua vez, culturalmente definidas), o que leva a uma desconfiança quanto à suposição da universalidade das emoções. Esta perspectiva, cuja essência pode ser definida como a crença no caráter culturalmente construído das emoções, é também o que orienta as reflexões de Catherine Lutz (1988) sobre a concepção euroamericana das emoções, em que esboça um minucioso quadro da forma euroamericana de conceber o plano emocional da experiência humana, no qual a oposição-chave seria emoção/pensamento.

As pesquisas de Rosaldo e Lutz, em seus esforços de teorização sobre o fenômeno

⁸⁷ Ilongot é uma tribo que habita o sul da Serra Madre e Montanhas Caraballo, nas Filipinas.

emocional a partir de comparações entre materiais etnográficos distintos, podem ser entendidas como a problematização dos sentimentos sociais, na qual as próprias ideias de pessoa e subjetividade passam a ser vistas como construções culturais.

Recentemente, o estudo antropológico das emoções passou a enfatizar o elemento do contexto em que se manifestam os conceitos emotivos, buscando assim ir além das relativizações específicas e analisar de forma mais pragmática as situações sociais em que eles são expressos (REZENDE; COELHO, 2010). A preocupação dessa abordagem contextualista é dupla: demonstrar como o significado das emoções varia dentro de um mesmo grupo social e atentar para as consequências da expressão de sentimentos nas relações sociais e de poder.

Dessa forma, a Antropologia das Emoções, ao longo de sua trajetória, estruturou-se como campo não apenas de estudos etnográficos, mas também na construção teórico-metodológica que visava fornecer instrumentos para as comparações no campo da afetividade sob a prerrogativa da ordem social.

Após a apresentação da construção do campo da Antropologia das Emoções, é importante esclarecer as relações e o diálogo dessa área com a Arquivologia e os arquivos pessoais, tema central do presente trabalho. O estudo das emoções e suas reflexões nos fornecem alguns elementos significativos sobre os sentimentos e o contexto social em que são expressos.

Sabemos que os arquivos pessoais refletem, por meio de seus documentos, as atividades e funções sociais de seus produtores ao longo de suas vidas e também, por consequência, de seus interlocutores. São registros de ações e relações familiares, sociais, afetivas, políticas, intelectuais, de negócios e tantas outras também criadas para instrumentalizar a vida de um indivíduo em sociedade.

Por natureza, os documentos produzidos no ambiente da intimidade estão estreitamente atrelados ao cotidiano da vida de um indivíduo. A produção documental privada expressa em sua estrutura e protocolos o modo de viver de uma época, evidenciando a necessidade de compreensão para além das lacunas de um tempo que já passou. Assim, o trabalho de pesquisa em arquivos pessoais deve considerar os múltiplos contextos que compõem a gênese documental, o que, conseqüentemente, contribui para a construção do contexto arquivístico. O arquivista holandês Theo Thomassen afirma que a informação contextual possibilita a correta interpretação da informação arquivística:

O contexto sócio-político, cultural e econômico, finalmente, é tudo aquilo que influencia os fatores ambientais, determinando diretamente o conteúdo, forma e estrutura dos documentos arquivísticos. **Arquivos não podem ser interpretados corretamente sem informação relacionada aos seus contextos.** Informação contextual deve, portanto, ser incluída no sistema de informação do qual os arquivos formam parte (THOMASSEN, 2006, p.11, grifo do autor).

Desta forma, a informação contextual a que Thomassen se refere é fundamental para o entendimento da importância da capacidade que os documentos têm em representar a atividade que os originou.

A pesquisadora Ana Maria de Almeida Camargo (2016), na apresentação do Dossiê da Revista Resgate dedicado à Memória e Arquivo, apresenta as relações entre pesquisa e arquivos, e contrapõe os olhares do arquivista e do usuário como duas modalidades de abordagem dos documentos, simultaneamente complementares e antagônicas. Camargo delimita assim o papel do arquivista em relação a elas:

A primeira delas é a do profissional que identifica, descreve e disponibiliza os arquivos para um público indefinido de usuários. Tais atividades supõem não apenas um profundo conhecimento da entidade produtora, mas a procura dos vínculos necessários entre os itens documentais remanescentes de seu funcionamento ao longo do tempo. O trabalho do arquivista está centrado, pois, na busca do sentido original desse processo de acumulação, sem qualquer preocupação com o caráter polissêmico que a leitura dos documentos invariavelmente sugere (CAMARGO, 2016, p.6).

Tanto Theo Thomassen como Ana Maria Camargo chamam a atenção para a importância da correta interpretação do contexto arquivístico, e da busca pelos vínculos que compõem o sentido original do arquivo, pelo primeiro pesquisador dos documentos: o arquivista.

Diferentemente de uma empresa ou órgão, que possui uma missão (e objetivos delimitados em função disso), o indivíduo, em sua relação com a sociedade, atua entre o público e o privado, cuja regulamentação da produção de seus documentos é marcada pelo contexto e pelas normas sociais.

Partindo dessas indagações, desejamos apresentar algumas reflexões em torno das cartas escritas no período em que Lucia Velloso Maurício esteve presa (1971-1974). Essas são cartas sobre sentimentos, sobre o cotidiano do cárcere, sobre amor, mágoa, tristeza e

esperança. Cartas que estiveram sob o crivo de uma censura e foram produzidas em um contexto em que as práticas de escritura e posicionamento são conhecidas por todos os interlocutores das missivas.

3. CENSURA E EMOÇÕES

Em maio de 2009, o projeto *Memórias reveladas* realizou o edital público de “Chamamento de Acervos 001/2009” que visava sensibilizar a sociedade brasileira para a necessidade de doação de acervos sobre o período militar. Este edital possibilitou, em 2010, a chegada de diversos arquivos pessoais de militantes e ex-presos políticos ao Arquivo Nacional. Dentre os acervos recebidos, encontrava-se o de Lúcia Velloso Maurício, objeto de análise deste artigo.

Em abril de 2010, uma equipe técnica do Arquivo Nacional esteve na residência de Lúcia Velloso Maurício⁸⁸, no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro. Essa visita técnica era o início do processo de doação do seu arquivo pessoal, que ingressou no Arquivo Nacional no mesmo ano, sendo organizado e disponibilizado em 2012 por meio de um instrumento provisório publicado.

Neste instrumento provisório, nos campos referentes à descrição do acervo, o estágio de tratamento do arquivo é descrito como identificado e o sistema de arranjo é descrito como:

O trabalho de identificação do acervo foi feito mantendo-se a ordenação original em que se encontravam os documentos, acondicionados em pastas e envelopes. Grampos metálicos foram retirados, e pastas de plástico foram substituídas por fôlderes de papel alcalino (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p.7).

O arquivo tem por data-limite o período de 1972-2010. Entretanto, os documentos que compõem o acervo concentram-se especialmente no período em que Lúcia esteve presa na Vila Militar (1971-1974), onde escreveu cerca de 200 cartas para família, amigos, ex-colegas de prisão e, principalmente, para Alex Polari Alverga, seu namorado e

⁸⁸ Lúcia Velloso Maurício nasceu em 1º de setembro de 1951, no Rio de Janeiro (RJ), filha de Hélio Vecchio Alves Maurício, um médico da Marinha, e Déa Velloso Maurício, uma especialista em Educação. Em 1967, Lúcia passou a estudar no Colégio André Maurois. Lá, entrou em contato com o movimento estudantil, no qual acabou ingressando em 1968-69. A partir da sua participação no COSEC, uma articulação do movimento estudantil, Lúcia conheceu o seu marido.

posteriormente marido. Após a sua libertação, em 1974, ela manteve o envio de cartas para Alex, que só foi libertado em 1979, com o processo de anistia.

No período em que ficou presa, Lúcia trocou correspondências com Alex sistematicamente. Algumas dessas cartas foram publicadas em forma de livro, em 2015, sob o título *Cacos de Sonhos: cartas de uma ex-prisioneira militar (1971-1974)*.

As cartas escritas no período prisional revelam o modo de viver e se relacionar no cárcere, o cotidiano, o artesanato, as angústias, a necessidade de ser compreendida pelos familiares e os altos e baixos de seu relacionamento com Alex Polari Alverga⁸⁹.

O entendimento do contexto em que o produtor se insere no momento da produção é fundamental para os entendimentos dos arquivos pessoais. O conhecimento da trajetória do produtor, seus meios de inserção e suas motivações oferecem indícios sobre qual metodologia utilizar no processo de tratamento e análise documental.

A introdução de um indivíduo no ambiente da prisão representa o deslocamento de um espaço social que o definia como cidadão para outro, que o afirmará como delinquente, transgressor ou, utilizando um termo usual no período militar, terrorista.

O autor canadense Erving Goffman, pertencente à Escola Sociológica de Chicago, dedicou-se a analisar as regras e o impacto social em indivíduos⁹⁰ na situação de manicômios, prisões e conventos. Para o autor, o espaço – a instituição – é fundamental para se entender tais casos:

O aspecto central das instituições totais pode ser descrito como a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de

⁸⁹ Alex Polari Alverga foi companheiro, namorado e marido de Lúcia. Foi preso quatro meses antes dela e ambos mantinham uma correspondência sistemática no período em que estiveram presos. Lúcia, após a sua libertação, em 1974, manteve o envio de cartas para Alex, que só foi libertado em 1979, com a anistia.

⁹⁰ Goffman (1974) compreende um rompimento tão devastador entre a concepção de mundo e de si mesmo do indivíduo após a internação em uma instituição total, que prefere falar na *mortificação do eu*.

funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1974, p.11).

O conceito de instituições totais proposto pelo sociólogo refere-se à necessidade de operacionalização de uma lógica disciplinar que horizontaliza as ações e atividades desempenhadas pelos indivíduos. Nesse sentido, o cárcere permeia as cartas de Lúcia Velloso Maurício, ou seja, o contexto cria uma lógica, a partir de novas atividades e novas ações presentes, inclusive na produção documental.

O impacto do cárcere na produção documental em contexto prisional reflete-se em marcas e características que permeiam os padrões de escrita criados em razão do contexto em que a produtora estava inserida. Enquanto presa política, Lúcia tinha suas cartas cotidianamente censuradas pelos órgãos de repressão. Por esse motivo, criou alguns mecanismos de defesa, visando evitar que seus escritos não fossem entregues ou desaparecessem sem motivos explicados. De acordo com Clarice Nunes (2015: 26), “a missivista criou, com a cooperação dos destinatários, sua própria tática de controle” e construção de suas cartas, para que pudessem obedecer e passar pelo grosso controle da censura:

Agora praticamente o único dia real de repressão é quando lhe escrevo. Tanto tem sido nesses últimos meses que **tenho sentido grilos reais com a censura no sentido de que eu me autocensuro para lhe escrever, e isso é terrivelmente desgastante** (Carta de Lúcia para Alex – 15/04/74, grifo nosso).

Indivíduos inseridos em contextos restritivos possuem o claro entendimento dos limites de sua produção documental. O contexto da gênese documental indica as ações e atividades que motivaram a produção dos documentos. Nesse sentido, isso se aplica também às cartas que atuam como veículos representantes da sociabilidade entre indivíduos. Esses registros da intimidade e das relações pessoais e familiares são complexos e apresentam alguns elementos formais padronizadores. Para Oliveira, as cartas apresentam:

(...) características comuns: usualmente, possuem datação, local, destinatário, assinatura e saudações. Mas a carta produzida na intimidade, fora de regulamentos institucionais ou legais, apenas partilhada entre o autor e o destinatário, muitas vezes não tem assinatura, nem data, as pessoas podem se tratar por apelidos, as

informações podem ser fragmentadas... Pertence a um universo somente conhecido pelos envolvidos, visto que somente aquelas pessoas sabem do que está se falando. O protocolo social ou a falta dele muitas vezes indicam o grau de intimidade entre as pessoas (OLIVEIRA, 2016, p.5).

Nesse sentido, é possível entender que as cartas são registros que podem transmitir informações de diversas naturezas entre os interlocutores das missivas. E a ação que motiva a produção de uma carta pode inclusive ser a necessidade de manifestar um sentimento. Para a Antropologia das Emoções,

Saudade, tédio e esperança, assim, entre outros sentimentos, expressam uma maneira de o indivíduo relacionar-se com a temporalidade, reanimando um passado, debatendo-se com o presente, apostando no futuro. Esta perspectiva mostra o quanto estes sentimentos, embora possam ser vivenciados por sujeitos específicos como gerados por momentos particulares de suas histórias de vida pessoais, são ainda assim tributários de gramáticas compartilhadas de natureza sociocultural (REZENDE; COELHO, 2010, p.69).

Dentro desta perspectiva, a arquivista Laura Millar (2006) analisou a relação entre arquivos e memória, enfatizando a relação entre memória individual e memória coletiva. Millar propõe que, na atividade de recordar aquilo que é significativo, dispomos de uma coleção mental de impressões, reminiscências e memórias. Os registros físicos que criamos e os arquivos que mantemos intencionalmente para nos lembrarmos de uma ocasião ou acontecimento da vida podem auxiliar a lembrar e a partilhar essas memórias com outros. Segundo a autora, devemos entender os documentos como ferramentas para a preservação e a ressurreição de memórias individuais, articuladas como parte de uma identidade comum.

Assim, no que dizem respeito à memória individual, as neurociências compreendem que o registro da memória se associa ao ato de sentir, sendo as impressões emocionais que ditam aquilo que lembramos e o que esquecemos.

O Arquivo Lúcia Velloso Maurício, objeto de estudo deste trabalho, possui elementos que evidenciam a necessidade de expressão de emoções nas correspondências trocadas. Identificamos nesses documentos marcas e características individuais que permitem entendermos os padrões e regulamentos sociais criados pelo contexto em questão. A seguir, podemos destacar algumas.

A extensão das missivas - de acordo com as normas das prisões militares, as cartas não podiam ultrapassar duas páginas.

Olha, acho que já deu para encher a paciência de vocês, e o espaço permitido (Lúcia para Rosa e Ivan, 8 dez. 1971).

Outra característica são as cartas como *veículos culturais* - as missivas transitam repletas de trechos de livros, de letras de músicas e poemas.

Esse não-sei-o-quê que estou mandando é um dos tipos de presente que nós podemos mandar, misto de cartão com presente. O que interessa é que a gente mande alguma coisa feita por nós dentro das nossas possibilidades. As letras das músicas transmitem o que nos provoca as maiores emoções, trazem saudade, felicidade ou tristeza (Lúcia para Silvio, 29 dez. 1972).

As Marcas da censura - as cartas contêm rabiscos feitos em decorrência da censura, seja de trechos inteiros ou apenas algumas palavras. Lúcia, quando riscava ou rasurava suas cartas, sempre abria um parêntese e colocava que foram de sua autoria.

Recebi sete cartas suas essa semana. Anteriormente já tinha (esses rabiscos são meus) quatro: de 14/11, 21/11, 26/11, 6/12 e 12/12. (Lúcia para Alex, 25/02/1974).

Ausência de nomes - os nomes quase nunca são mencionados, inclusive das pessoas envolvidas em suas redes sociais; a presença de apelidos é constante.

Pessoas que infelizmente hoje a gente pode dizer que se amaram até que a morte as separou. Pessoas que queriam ter filhos e que não podiam ou pessoas que tinham filhos amados e distantes (Carta de Lúcia para Alex, 30 jan. 1972).

Nesse trecho, Lúcia fala sobre dois importantes militantes, Iara Iavelberg e Carlos Lamarca, sobre os filhos dele e a vontade dela de ter filho; eles eram amigos de Lúcia e Alex.

Existência de *referências veladas* - essa expressão é utilizada por Lúcia em momentos em que precisa transmitir alguma informação sigilosa de forma disfarçada, fornecendo algumas pistas.

Adorei receber a fotografia; realmente não tenho mais outra cópia; tive que rasgá-la quando o Alex foi preso. **Com aquela antiga cópia, rasguei junto muitas cartas, que ele me escrevera**, e todas as lembranças se acenderam na minha cabeça, à medida que eu ia destruindo suas palavras, poesias e fotografias (Lúcia para Rosa e Ivan, 7 nov. 1971 – grifo nosso).

Nessa carta enviada a Rosa e Ivan, respectivamente cunhada-prima e irmão de

Alex, Lúcia faz uma referência velada para garantir que havia rasgado uma carta que recebera de Alex, quando este já estava preso e ela ainda em liberdade.

A intimidade em cartas compartilhadas - o ato da correspondência é uma ação de circulação compartilhada apenas entre autor e destinatário. No entanto, as cartas de Lúcia foram produzidas para serem lidas por todos. Desde o momento de elaboração da carta, a autora e seus correspondentes sabiam que suas palavras seriam lidas pela censura. Mas essas cartas também eram compartilhadas com o grupo; é comum relatarmos que foram lidas pelos seus companheiros de prisão, e algumas delas contam inclusive com opiniões e trechos destinados a outras pessoas da cela.

A Rute e a Zê mandaram avisar que também querem participar da polemica sobre o nome do Neném. E avisa para o Alex que, se ele também entrar na discussão, para ele ir se preparando para entrar pelo cano, porque além de vencermos em quantidade, somos quatro, vencemos em qualidade, porque somos do sexo “frágil” e estamos no CIG (Lúcia para Rosa e Ivan, 8 dez. 17).

As cartas eram compartilhadas e as histórias vivenciadas além das grades eram divididas entre as companheiras de cela. Pode-se observar isso nas inúmeras cartas em que as presas discutem possíveis nomes para o bebê que Rosa esperava.

O artesanato é fundamental no ato de presentear - durante o período de prisão, o artesanato era algo cotidiano e servia tanto para distrair como para presentear. O compromisso pessoal em oferecer “presentes” aos entes queridos, presos ou não, em ocasiões específicas como Natal, Ano Novo e aniversários, permitiu que grande parte destes objetos estivessem nos arquivos. Vale ressaltar que, no arquivo de Lúcia, encontramos cartões, bilhetes, marcadores de livros, desenhos e livros feitos pelos próprios detentos e detentas, todos manuais e nomeados como presentes. Também localizamos referências às bolsas, cartões, cachecóis e sapatinho de lã.

O artesanato era disseminado através das próprias transferências e tinha certo caráter terapêutico em duplo sentido: no fazer e no se relacionar, porque boa parte destes produtos eram presentes confeccionados para as mais variadas pessoas. As cartas também mostram festas: de aniversário, Natal, Ano Novo e qualquer coisa (MAURÍCIO, 2015, p.16).

As menções a esses objetos e presentes que acompanhavam as cartas, e que também estão presentes no arquivo, são importantes referências para a representação arquivística, em especial para a identificação de tipologias documentais e indexação.

Expressões de classe - o termo “companheiro” é corriqueiro e aparece sempre relacionado às pessoas ligadas ao movimento. Outras expressões também são recorrentes, como “P.B” (pequeno burguês) e “coletivo” (em referência ao conjunto de presas na mesma cela). Essas expressões significam um pertencimento a um determinado grupo que se utiliza de expressões de entendimento comum.

Querer estabilidade em nossa vida é ilusão. Independente de qualquer escolha, nunca teremos estabilidade. E almejar condições de estabilidade total para poder oferecer a um filhotinho, é vício p.b. (Carta de Lúcia para Alex, 27 jun. 1973).

Nessa pesquisa, preocupou-se em observar no arquivo de Lúcia Velloso Maurício características próprias em suas cartas que possibilitassem ao arquivista oferecer maior número de informações relevantes ao seu usuário. Potencializar os arquivos é uma tarefa de suma importância para o profissional arquivista contemporâneo. Assim, o trabalho de pesquisa não deve ficar restrito somente aos documentos em si. É necessário realizar uma pesquisa e uma análise exploratória em instrumentos como livros, entrevistas, jornais, artigos etc. O diálogo com outras áreas do saber também auxilia o profissional. No âmbito deste trabalho, mostramos como as reflexões em torno da Antropologia das Emoções possibilitaram entender a escrita como algo social, onde esta reflete e é condicionada ao contexto em que está inserida.

Em conjunto, esses documentos, ancorados em seu contexto de produção, representam o seu produtor desde o seu íntimo até as suas relações de sociabilidade. Assim, sua correta identificação e adequado tratamento são de fundamental importância para potencializar o acesso e oferecer práticas arquivísticas cada vez mais refinadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos ao longo deste trabalho apresentar os possíveis diálogos interdisciplinares entre a Arquivologia e a Antropologia das Emoções no tratamento dos arquivos pessoais. Nesse percurso, elencamos características próprias de arquivos produzidos em contextos de exceção, ou seja, em situação de cárcere durante a ditadura militar brasileira.

Como objeto de análise, utilizamos o Arquivo Lúcia Velloso Maurício, custodiado no Arquivo Nacional. Ressaltamos a importância de trabalhos e pesquisas dedicados aos

arquivos pessoais que ainda carecem de esforços teóricos para a sua devida representação e acesso. Para além, ressaltamos a importância dos aportes da Antropologia das Emoções, especialmente em arquivos que possuem correspondências, que podem fornecer subsídios não apenas para a interpretação das gramáticas sociais e sua vinculação com o contexto de produção, mas, também, para a elaboração de conceitos para vocabulários controlados.

O nosso intento durante todo o desenvolvimento deste trabalho foi mais do que apresentar teorias e abordagens sociológicas no que diz respeito a emoções. Buscamos traduzir de que forma o entendimento das expressões de sentimentos, como gramáticas sociais, confere ao arquivista um conhecimento ímpar. Conhecimento esse que pode auxiliá-lo no processo de representação desses contextos e ações no desempenho das funções arquivísticas e no tratamento dos arquivos pessoais.

Sentir com a mente. Pensar em emoções. Parecem afirmações díspares quando construímos nossas práticas e o nosso modo de fazer arquivístico sempre pautados em uma forma de pensamento formal, que busca oferecer instrumentos, mas que, cada vez mais, se preocupa em realizar críticas sem propor alternativas.

Reforçamos, segundo Maria Odila da Fonseca (2005, p.97) que a Arquivologia cresce e reforça seu *status* de ciência a partir da interdisciplinaridade. E, assim, reconhecer as especificidades de cada conjunto documental e propor-se a oferecer o tratamento arquivístico que melhor se encaixe no reconhecimento de seus contextos e preservação de seus vínculos. Esse é o caminho que acreditamos ser o horizonte para o arquivista como um profissional pesquisador.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p. (Publicações técnicas, 51)

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Fundo Lúcia Velloso Maurício**: instrumento provisório dos documentos textuais e iconográficos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. 17p. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/ServicosAoCidadao/Instrumentos_Pesquisa_PDF/Lucia-velloso-final-16-de-out.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2017.

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). **Relatório de visita técnica**: Acervo Lúcia Velloso Maurício. Coordenação-Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Arquivo

Nacional. Rio de Janeiro, 2010. 4p.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. **Revista Estudos Históricos**, v.11, n.21, p.201-208, 1998.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Belo Horizonte, n. 2, p. 26-39, jul-dez. 2009.

_____. Arquivos e pesquisa. **Resgate**, v.24, n.2, p.5-6, 2016.

_____; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância**: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: IFHC, 2007.

DA MATTA, Roberto. Comentário. In: **Documentos privados de interesse público: o acesso em questão**. São Paulo: IFHC, p.57-64, 2005.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política**. ISSN 1982-6672, n. 10, p. 102, 2011

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre memória social. *Morpheus: revista de estudos interdisciplinares em memória social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, p. 19-40, 2016.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v.45, p.40-57, 2009.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro : Aeroplano, 2000.

JAPIASSÚ, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. 220p.

KAPLAN, Elisabeth. 'Many paths to partial truths': archives, anthropology, and the power of representation". **Archival Science: International Journal on Recorded Information**, p.209-220, 2002.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Entrevista [set. 2013]. Entrevistadoras: Icléia Thiesen e Priscila Cabral Almeida. *Laboratório de História Oral, Informação e Documentação*. Rio de Janeiro, 2013.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EPU, p.37-184, 1974.

MILLAR, Laura. Touchstones: considering the relationship between memory and archives. *Archivaria*, v.61, p.105-126, Spring. 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. A propósito da carta de Mário. In: FREITAS, Lídia S. de (Org.); FONSECA, Vitor M. M. da (Org.); LIMA, Marcia H. T. de F. (Org.). **Ética e políticas da informação: agentes, regimes e mediações**. Niterói: EdUFF, 2016. (Estudos da Informação, 4.) No prelo.

_____. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012. 171p.

_____. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. *Arquivo & Administração*, v.12, n.2, p.28-51, jul/dez., 2013.

_____. **Modelagem e status científico na descrição arquivística no campo dos /**

REZENDE, Claudia Barcellos; COELHO, Maria Cláudia. Antropologia das emoções. Rio de Janeiro: FGV, 2010. 136 p.

ROSALDO, Michelle. Toward an anthropology of self and feeling. In: SHWEDER, R. (Org.); LEVINE, R. (Org.). **Culture theory: essays on mind, self and emotion**. Cambridge: Cambridge University, p. 137-157, 1984.

SELIGMANN-SILVA. Testemunho e a política de memória: o tempo depois das catástrofes. *Projeto História*, São Paulo, (30), p. 71-98, jun. 2005.

SIMMEL, Georg. Sociology of space. *Estudos Avançados*, v.27, n.79, p.75-112, 2013.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à arquivologia. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.5, n.1, p.516, 2006.



O ACERVO FREI TITO DE ALENCAR LIMA E A CONSTITUIÇÃO DE HISTÓRIAS E MEMÓRIAS SOBRE A DITADURA

Isabella Verloso*
João Marcus Figueiredo Assis**

Resumo: Este trabalho visa apresentar resultados finais do processo de coleta, organização, descrição e proposta de disponibilização de parte do acervo sobre o Frei dominicano Tito de Alencar Lima. O acervo de Frei Tito localiza-se no Arquivo da Província Dominicana no Brasil, situada em Belo Horizonte, MG. Nosso trabalho visou investigar o conteúdo e a situação organizacional desse acervo, estudar sua relevância para a história recente do Brasil, mais especificamente o período ditatorial (1964-1985), tendo sido Frei Tito torturado e exilado em 1971 após sua prisão. Tito suicidou-se em Lyon, na França em agosto de 1974. Entende-se que seu suicídio foi resultado das torturas as quais foi submetido. Utilizamos para nossa análise arcabouço teórico e metodológico próprios da Arquivologia e das Ciências Sociais, tais como levantamento, análise de conteúdo, análise comparativa, além de organização e descrição arquivísticas. Por entendermos que seu acervo possui significativa importância para o entendimento sobre esse período, nos propomos a identificar, organizar e divulgar seu conteúdo via internet.

Palavras-chave: Frei Tito. Ditadura. Igreja Católica. Documentação. Arquivo.

Abstract: This article intends to present the final results of the collection process, organization, description and proposition to make part of the collection about the Dominican Friar Tito de Alencar Lima available. The collection of Frei Tito is located in the Archives of the Dominican Province in Brazil, located in Belo Horizonte, MG. Our work had as objective to investigate the content and the organizational situation of this collection, to study its relevance for the recent history of Brazil, more specifically the dictatorial period (1964-1985), Frei Tito was tortured and exiled in 1971 after arrested and tortured. The friar had committed suicide in Lyon, France, in August 1974. Have been used the theoretical and methodological framework of Archives and Social Sciences, such as research, content analysis, comparative analysis and archival description and organization. As we understand that this collection has a significant importance for

* Atualmente é estudante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia. Bolsista de Iniciação Científica e participante do Grupo Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS / UNIRIO).

** Sociólogo (UCAM) e Arquivista (UNIRIO), Pós-doutorado em Antropologia Social (UFRJ/MN). Professor Associado do CCH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e do Mestrado em Gestão de Documentos e Arquivos. Pesquisador do Grupo Memória e Espaço vinculado ao Curso de História da UNIRIO. Pesquisador do Grupo de Antropologia da Devoção (GPAD/Museu Nacional). Coordenador do Grupo de Pesquisa Cultura Documental, Religião e Movimentos Sociais (CDOC-ARREMOS).



understanding this period, propose the identification, organization and dissemination of the content through the internet.

Keywords: Friar Tito. Dictatorship. Catholic Church. Documentation. Archive.

1. INTRODUÇÃO

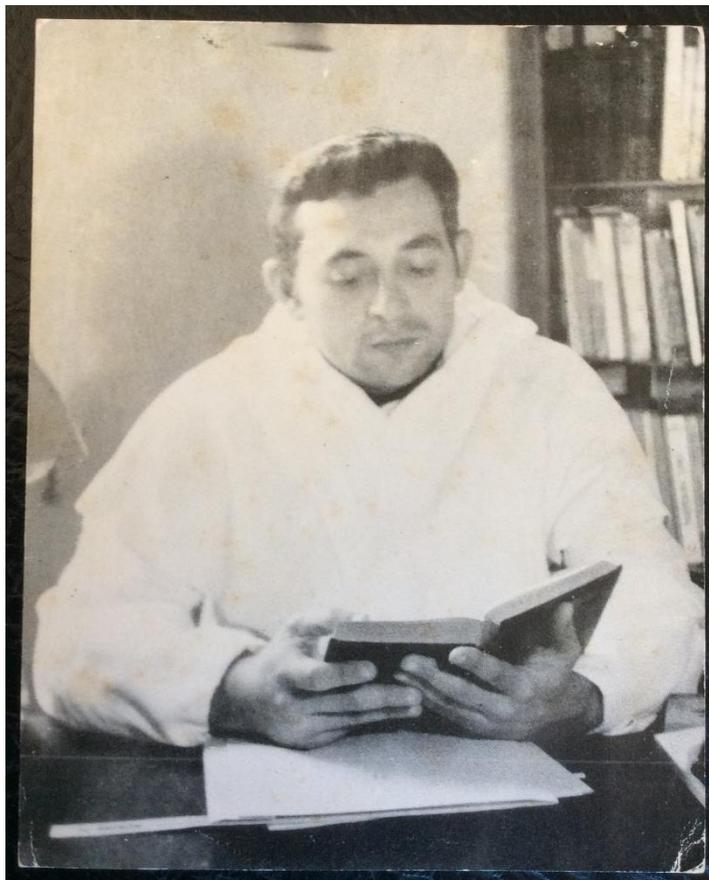
Neste artigo analisaremos o conjunto documental pertencente ou relacionado a figura de Frei Tito de Alencar Lima, mais especificamente o acervo encontrado no Arquivo da Província dos dominicanos em Belo Horizonte, Minas Gerais, do qual foram selecionados alguns documentos a partir de trabalho de campo.

Frei Tito de Alencar Lima foi um frade da ordem dos Dominicanos que juntamente com os freis Ivo, Fernando e Betto, auxiliou perseguidos políticos. No contexto histórico brasileiro, o período da ditadura militar (entre os anos de 1964 e 1985) é um cenário de repressão e perseguição política a quem se opusesse aos ideais do regime.

Esses freis foram presos, torturados e expostos na mídia de forma pejorativa durante o período da ditadura militar no Brasil. Frei Tito foi incluído na lista de brasileiros a deixarem o país, em dezembro de 1970, quando Carlos Lamarca liderou o sequestro do embaixador suíço Giovanni Enrico Bücher e o trocou pela libertação de setenta presos políticos, contando o Frade como um desses presos. Tito foi exilado e teve seu relato de tortura divulgado internacionalmente, contribuindo para a revelação acerca das graves violações aos direitos humanos que estavam ocorrendo durante a ditadura.

Em 1974, ele comete suicídio ainda em seu exílio, em Lyon, na França. Entende-se que o suicídio foi resultado da perseguição e tortura praticados contra o frade. A memória de Frei Tito é revisitada, pois a representação do Frade como personagem de uma luta em prol da libertação e da democracia, promove processos de identificação por parte de diversos grupos e movimentos sociais.

Fotografia 1 - Frei Tito



Fonte: Fotografia obtida durante a pesquisa

Em nossa pesquisa foi feito um breve levantamento de sites que citam o nome de Tito, que tornou possível perceber a existência de instituições com propósitos voltados para a organização social e que levam o nome do frade. Podem ser citados como exemplos: a Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (ADITAL), o Espaço Cultural Frei Tito de Alencar Lima (ESCUTA), o coletivo Frei Tito Vive, o Centro Ecumênico Publicações e Estudos Frei Tito de Alencar Lima. Além dessas instituições, também existem: uma escola em Fortaleza, um centro de saúde e diversas ruas espalhadas pelo país que levam o nome de Tito. As comemorações e liturgias em lembrança da morte de Tito são eventos que ocorrem periodicamente com a presença de pessoas próximas a ele, de instituições e movimentos sociais e de pessoas das comunidades locais onde esses eventos são realizados.

A presença da memória do martírio de Tito como forma de constituição de uma identidade para esses movimentos demonstra a importância da valorização do conhecimento que se tem sobre ele, do acervo acerca de Tito e dos frades dominicanos.

2. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Selecionamos e coletamos, por meio de fotografias e apontamentos um rico material sobre o frade. Tal coleta foi feita no Arquivo da província dos Dominicanos em Belo Horizonte, Minas Gerais. De acordo com as informações divulgadas no site da Ordem dos Pregadores, ao Arquivo são atribuídas as atividades de “gestão, o recolhimento dos documentos de valor permanente, o tratamento técnico, a preservação, a conservação e a divulgação do patrimônio documental, produzidos ou acumulados pelos Dominicanos brasileiros”.

A consulta ao acervo foi agendada e o acesso à documentação não foi restrito, entretanto o arquivo não possuía naquele momento nenhum instrumento de descrição do acervo que fosse destinado ao público. Os documentos acerca de Frei Tito encontravam-se armazenados em duas caixas-arquivo e uma pasta suspensa. Abaixo apresentamos uma fotografia da organização desse material.



Fotografia 2 - Duas caixas-arquivo e pasta suspensa

Fonte: fotografia obtida durante a pesquisa

O material foi então fotografado e coletado, tendo como restrição apenas o uso de flash e a exigência do uso de luvas. Como documentos coletados por meio de fotografia digital, podemos considerar que estes documentos se encontram em formato digitalizado. Quanto à organização do acervo, os documentos estavam separados por assuntos e por sequência de datas.

Os documentos encontrados na pasta suspensa estavam em sacos plásticos e eram documentos individuais. Nesta pasta foram encontrados: documentos pessoais, panfletos, informativos de eventos, exposições ou seminários, recortes de jornais sobre a morte de Tito, carta de solidariedade pelas comemorações sobre a morte de Tito, postais com a imagem de Tito e sugestões de celebrações. A pasta estava denominada como “Tito de Alencar Lima” – EG 3 Obituários Necrológicos.

As caixas-arquivo foram denominadas C1-A e C2-A. Na primeira, foi possível identificar documentos como recortes de jornais e revistas nacionais e internacionais, correspondências de Tito, o depoimento de tortura de Tito e uma carta de testemunho sobre uma cura por intermédio de Tito, o texto está vinculado a uma carta manuscrita em francês. Na caixa C2-A havia documentos como reportagens e entrevistas da ADITAL, Carta dos freis dominicanos da França sobre o caso de Tito, atestado de saúde e exame clínico, laudo psiquiátrico sobre o estado de saúde, documentação de identificação civil, registro escolar, carteirinha de judô, registros de jornais relacionados ao banimento, documentos de condolência e solidariedade, documentos relacionados ao traslado do corpo de volta ao Brasil, entre outros.

Todo o material foi analisado e foi criado um instrumento de pesquisa de uso interno, uma espécie de listagem, como forma de controle das informações contidas em cada documento para auxiliar o processo de descrição dos documentos. A partir desse instrumento foi possível compreender que de toda a documentação contida no arquivo a maior parte era constituída de documentos criados após a morte do frade.

A partir do levantamento inicial foi elaborado um instrumento de pesquisa, utilizando as diretrizes de descrição propostas na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Esse instrumento de pesquisa se aproxima da definição de um catálogo dada por Bellotto (2004). Como estávamos seguindo as diretrizes da

NOBRADE, identificamos sete pontos que seriam o mínimo exigido para a descrição arquivística, sendo eles: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); condições de acesso.

A criação desse instrumento visa possibilitar uma aproximação entre usuário e o conteúdo do acervo Frei Tito, facilitando buscas entre a documentação e permitindo ao usuário refinar e selecionar documentos que estivessem de acordo com seu interesse de pesquisa.

O instrumento elaborado é semelhante à definição dada por Miguéis (1976, *apud*. Belloto, 2006) de um catálogo seletivo, que segundo ela “traz uma relação de documentos pertencentes a um ou mais fundos e no qual cada peça integrante de uma unidade de arquivamento é descrita minuciosamente”. Seria algo como “Catálogo seletivo sobre Frei Tito de Alencar Lima no Arquivo da Província dos Dominicanos”. Tendo em vista a relevância social desse acervo, estamos procurando meios para disponibilizarmos na internet esse material coletado por nós.

Buscamos uma forma simples e de fácil acesso, que permitisse ao usuário encontrar por ferramentas de busca online como *google*, *bing* ou *yahoo*. Depois de pesquisar entre as alternativas disponíveis, optamos pela criação de um site. Entre as plataformas que permitem a criação de sites gratuitos foi escolhido o *Wordpress*, por ser de fácil manutenção e possuir *templates* que permitiam uma melhor disponibilização do material. O site está em construção e estamos planejando a elaboração um manual de auxílio ao usuário, bem como indicações relacionadas ao uso das imagens.

3. REFLEXÕES TEÓRICAS

Heloísa Bellotto, ao conceituar os documentos de arquivo os define como:

Os documentos de arquivo são produzidos por uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si. Surgem por motivos funcionais, administrativos e legais. Tratam, sobretudo de provar, de testemunhar alguma coisa. (BELLOTTO, 2006, p. 37)

No caso da documentação analisada, a produção documental se dá a partir da trajetória de vida e da figura de Frei Tito. É possível compreender a documentação como uma forma de testemunho acerca das experiências vividas por Tito em um período em que o Estado é identificado como agente opressor.

Fotografia 3 – Recorte do Jornal “O Estado do Paraná”



Fonte: fotografia obtida durante a pesquisa

Ao tratarmos de arquivos eclesiásticos de uma forma geral, é preciso ter em mente que se trata de arquivos privados. Bellotto (2004, p. 253) apresenta os arquivos privados como “produto das atividades pessoais ou institucionais no âmbito privado”. A mesma autora apresenta uma noção acerca dos Arquivos Sociais, na qual é possível entender um pouco mais sobre a natureza do Arquivo dos Dominicanos. Para Bellotto, “Os chamados arquivos sociais abrangem um grande número de arquivos importantes, sobressaindo-se os religiosos, os notariais e os de movimentos e entidades políticas” (2004, p. 255).

O acervo encontrado não possuía nenhum tipo de instrumento de pesquisa, então optamos por elaborar uma forma de descrição desses documentos visando facilitar seu acesso. Segundo Lopez,

Os instrumentos de pesquisa são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar

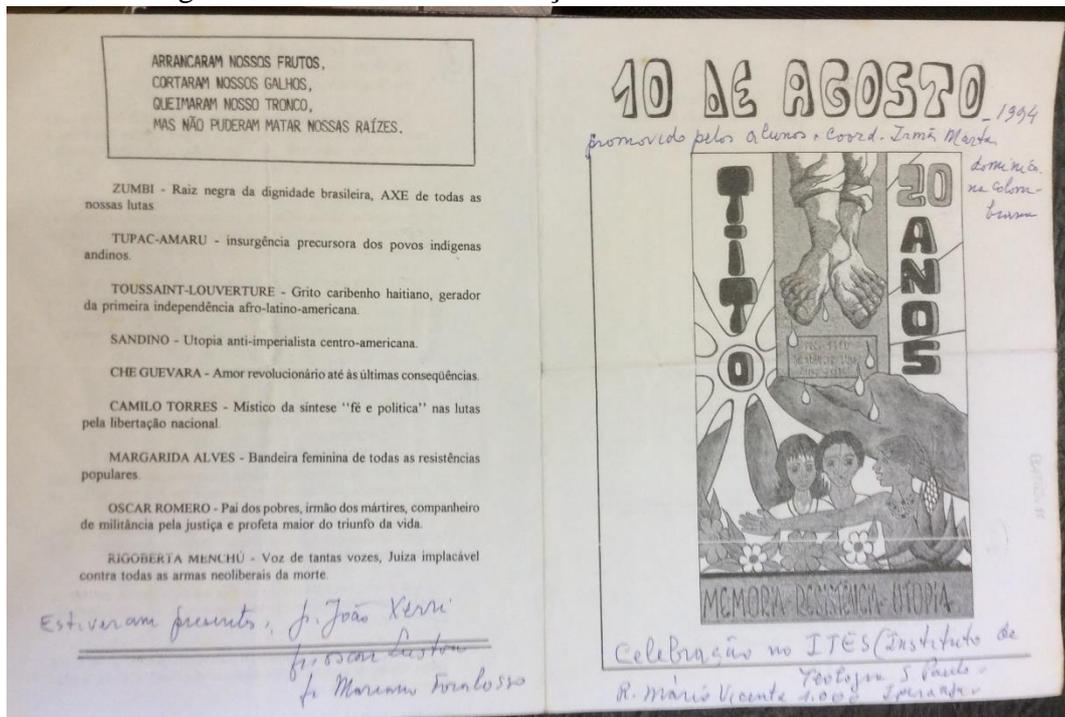
a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos. (LOPEZ, 2002, P.10).

O tratamento dado pelo Arquivo dos Dominicanos à documentação foi feito de forma que a documentação fosse dividida em temas. Nesse sentido recorreremos a Macneil (2008), uma vez que esse autor propõe que seja repensado o princípio da ordem original e defende que a cada “rearranjo” e descrição, as relações entre os documentos vão adquirindo possíveis ressignificações, ou seja, o entendimento de como aqueles arquivos estão relacionados, pode modificar conforme os contextos. Para Macneil a ordem original é construída e não encontrada pelo arquivista.

Partindo desta perspectiva, podemos considerar que a ordem da documentação encontrada no Arquivo dos Dominicanos referente a Frei Tito reflete o significado de seu produtor. A quantidade de publicações pós-morte e todas as comemorações em memória de Tito que estão ali representadas por documentos podem ser compreendidas como uma forma de revisitar a imagem do frade e de construções e reconstruções de sua memória.

Após ter contato com a celebração litúrgica relembrando os 40 anos de martírio de Frei Tito ocorrida no contexto do Seminário “Frei Tito e a revolução brasileira”, ocorrida na cidade de São Paulo em 2014, Assis (2015) descreve que “Devemos lembrar que muitos dos presentes na celebração também foram presos políticos ou tiveram algum amigo ou parente preso, morto ou desaparecido.”. Podemos inferir sobre as ideias apontadas por este autor, que há um trabalho no sentido de (re)construções e manutenção da memória de Tito por pessoas que tiveram contato direto ou indireto com violações dos direitos humanos durante a ditadura.

Fotografia 4 – Folheto de celebração de 20 anos da morte de Tito



Fonte: fotografia obtida durante a pesquisa

Ao associarmos arquivo e memória, é interessante destacar uma noção apresentada por Laura Millar (2006), ao afirmar que “Archives are just one of many tools societies use to create, sustain, and share memories; they are ‘vehicles of memory’ (...)”⁹¹. A autora ainda destaca que não é apenas a existência de arquivos armazenados em uma instituição que mantém essa relação com a memória. Os processos arquivísticos de organização de um acervo também influenciam na forma como eles irão servir a sociedade como ferramentas para estimular a memória e o conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES

⁹¹ “Os arquivos são apenas uma das muitas ferramentas que as sociedades usam para criar, sustentar e compartilhar memórias; Eles são veículos de memória” (Tradução Nossa).

Foi possível perceber, a partir da documentação analisada, a capacidade dos arquivos de tornar mais complexas as visões que se tem de um momento ou acontecimento histórico. É necessário buscar entender por que o discurso utilizado era aquele e como esse discurso se insere no contexto histórico específico da época de criação do documento.

Entendemos que a documentação analisada apresenta grande potencial para desenvolvimento de estudos e para a compreensão sobre o período; por isso o trabalho de descrição e divulgação desse material mostra-se relevante.

Os documentos produzidos, coletados e organizados projetam memórias para o espaço público, demonstrando a importância deste conjunto documental no contexto dos chamados “Arquivos Sociais”. Analisar, descrever e facilitar o acesso a essa documentação nos permitiu ter contato diretamente com a prática arquivística no âmbito de uma instituição religiosa, na qual a documentação está sob a posse de uma instituição privada e autônoma, definindo e fundamentando o trabalho de organização documental de forma nem sempre pautada em concepções arquivísticas *stricto sensu*. Foi possível perceber que este arquivo religioso possui como uma de suas características documentar a memória histórica a partir da vivência de seus membros de gerações passadas e das instituições da Igreja que produziram diferentes conjuntos de documentação e acervos.

Entretanto, a falta de instrumentos de pesquisa e de um catálogo no site do Arquivo dos Dominicanos, identificando a documentação ali alocada dificulta seu acesso, conhecimento e usos. Nosso trabalho visou não só conhecer a documentação e identificar as práticas arquivísticas possíveis de serem implementadas ali, mas pensar e planejar ações que proponham a facilitação de seu acesso e uso social.

REFERÊNCIAS

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivos permanentes. Tratamento documental. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Nobrade: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/nobrade.pdf

MACNEIL, Heather. Archivalterity: Rethinking Original Order. **Archivaria**, [S.l.], p. 1-24, Dec. 2008. ISSN 1923-6409. Available at:

<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13190>

MILLAR, Laura. Touchstones: Considering the Relationship between Memory and Archives. **Archivaria**, [S.l.], sep. 2006. ISSN 1923-6409. Available at:

<<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12537/13679>>.

LOPEZ, André Porto Ancona. Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa. São Paulo; Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. 64 p.

ASSIS, João Marcus Figueiredo. **Martírio, profetismo e santidade em documentos e memórias da luta social de Frei Tito de Alencar Lima**. Relatório de estágio Pós-Doutoral. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

Sites:

<http://www.adital.com.br/freitito/por/apresentacao.html>

<https://freitovive.wordpress.com/>

<http://blogdoescuta.blogspot.com.br/>

<http://www.cepe.org.br/>